



Amanda Maria de Sobral Gomes

Racismo e misoginia na subcultura gótica
uma análise a partir de vivências de
mulheres negras

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

2025



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Amanda Maria de Sobral Gomes

**Racismo e misoginia na subcultura gótica:
uma análise a partir de vivências de mulheres negras**

Belo Horizonte

2025

Amanda Maria de Sobral Gomes

**Racismo e misoginia na subcultura gótica:
uma análise a partir de vivências de mulheres negras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e sociabilidade contemporânea.

Linha de pesquisa: Processos comunicativos e práticas sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Laura Guimarães Corrêa.

Belo Horizonte

2025

301.16 Gomes, Amanda Maria de Sobral.
G633r Racismo e misoginia na subcultura gótica [recurso eletrônico] :
2025 uma análise a partir de vivências de mulheres negras / Amanda
 Maria de Sobral Gomes.. - 2025.
 1 recurso online (271 f. : il.): pdf.
 Orientador: Laura Guimarães Corrêa.

 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
 Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1. Comunicação – Teses. 2. Racismo – Teses. 3. Misoginia –
 Teses 4. Negras - Teses. I. Corrêa, Laura Guimarães.
 II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e
 Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras."

AMANDA MARIA DE SOBRAL GOMES

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia trinta e um de janeiro de dois mil e vinte e cinco, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelas seguintes professoras:

Prof^ª Laura Guimarães Corrêa - Orientadora
DCS/FAFICH/UFMG

Prof^ª Adriana da Rosa Amaral
UNIP

Prof^ª Lucianna Sousa Furtado Brito
UFMG

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Laura Guimaraes Correa, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2025, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucianna Sousa Furtado Brito, Usuária Externa**, em 01/02/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana da Rosa Amaral, Usuário Externo**, em 04/02/2025, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3808935** e o código CRC **2C46FBBA**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECRETARIA

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE AMANDA MARIA DE SOBRAL GOMES
NÚMERO DE REGISTRO NA UFMG: 2023666044

Às quatorze horas do dia trinta e um de janeiro de 2025, na sala F-3005 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais reuniu-se a comissão examinadora, de forma híbrida, constituída pelas professoras doutoras Laura Guimarães Corrêa (Orientadora - DCS/FAFICH/UFMG), Adriana da Rosa Amaral (UNIP) de forma remota e Lucianna Sousa Furtado Brito (UFMG). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna do mestrado Amanda Maria de Sobral Gomes, intitulado "**Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras**", requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Abrindo a sessão, a orientadora e presidente da comissão, professora Laura Guimarães Corrêa apresentou a banca, e em seguida passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Amanda Maria de Sobral Gomes. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2025.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2025.

Assinatura das membras da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Laura Guimaraes Correa, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucianna Sousa Furtado Brito, Usuária Externa**, em 01/02/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana da Rosa Amaral, Usuário Externo**, em 04/02/2025, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3808931** e o código CRC **E1DE9FA5**.

*À minha família e amigas/os/es
que tornaram esse trabalho possível
e a minha caminhada mais leve*

Agradecimentos

Dizem que a pós-graduação é um espaço de solidão e, embora boa parte do meu tempo eu estava focando na produção da minha dissertação, posso afirmar que este foi um momento de muito acolhimento, diálogos, auto superação e trabalho em conjunto.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Luciana e Antônio, e meu irmão, Leonardo, por todo apoio, confiança e suporte durante toda a jornada do mestrado e da vida. À minha cachorrinha, Aurora, por todo carinho e cuidado que temos, além dos incontáveis passeios que me fizeram pausar e refletir um pouco. Ao Marcus, meu namorado e companheiro, por ter me ensinado na prática o poder transformador e curativo do amor em minha vida. Seria impossível produzir uma dissertação sem todo o trabalho em conjunto e suporte de uma família.

Agradeço à minha orientadora, Laura Guimarães Corrêa, por toda a confiança em meu trabalho, pela parceria tão respeitosa, produtiva e cuidadosa e, por todos os momentos de trocas e suporte, seja na orientação, em sala de aula ou nas reuniões do nosso grupo de pesquisa Comunicação, Raça e Gênero (Coragem-UFMG). Às professoras Lucianna Furtado e Adriana Amaral, pelas leituras atentas e generosas contribuições em minha banca de qualificação. E às professoras e professores que tive ao longo do mestrado, que contribuíram para o meu crescimento como estudante e pesquisadora: Paula Guimarães Simões; Luciana de Oliveira, Pâmela Guimarães-Silva, Regiane Lucas de Oliveira Garcêz, Geane Carvalho Alzamora e Phellipy Pereira Jácome.

Agradeço às minhas amigas que me ouviram e me acolheram nessa jornada: minha prima, Jéssica; e minha amiga de infância, Lara. Também agradeço às amigas e amigos que formei nessa trajetória de mestrado: Talita Brandão, pela incrível parceria e amizade que desenvolvemos; Rannyson Mykael (Ranny); Maria Fernanda Ruas (Mafê); e Abraão Filipe. Vocês me mostraram que eu não estava sozinha na pós-graduação e que podia contar com suas amizades.

Também agradeço a todas as pessoas que integram o grupo de pesquisa Coragem-UFMG: Laura, Pablo Moreno, Lucianna, Dalila Musa, Felipe Messias, Mayra Bernardes, Rafael Francisco, Samuel Rubens, Pedro Augusto, Ranny e Talita. O Coragem foi e continua sendo um espaço seguro, onde consegui falar, ser ouvida e escutar diversas perspectivas, que aumentaram a minha confiança como pesquisadora. Agradeço também, à

Kellen Xavier e Aline Monteiro, minhas orientadora e banca do TCC, respectivamente, que até hoje, torcem por mim a cada conquista em minha jornada como pesquisadora.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Minas Gerais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM-UFMG) pela oportunidade de desenvolver a minha pesquisa e contribuindo com o meu desenvolvimento desde a graduação, e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pela concessão da bolsa de Mestrado que financiou esta pesquisa.

Some said I was a freak
I am a freak
Cracking Up – canção de The Jesus and Mary Chain

I myself am strange and unusual
Lydia Deetz – do filme Beetlejuice, 1988

Resumo

A dissertação estuda a subcultura gótica brasileira com a perspectiva interseccional, investigando como o racismo e a misoginia ocorrem a partir de relatos de mulheres negras que participam ou já participaram da subcultura. Primeiramente, realizo um levantamento teórico e uma discussão sobre raça, interseccionalidades, culturas e influência digital. Segundo, é feita a análise de quatro vídeos no YouTube dos canais *Nosferotika* e *Fases da Bruxa*, duas mulheres cisgênero, góticas e negras, que usam da sua influência digital para trazer reflexões sobre raça e gênero na subcultura gótica. A seguir, é aplicado um formulário *online* e anônimo que coletou relatos de pessoas autodeclaradas mulheres, góticas e negras. Como resultados, é possível observar que góticas negras percebem e vivenciam violências interseccionais dentro e fora da subcultura gótica e que, em espaços dedicados à subcultura, afirma-se que pessoas negras não podem ser góticas pela cor da pele, sendo cobrado um embranquecimento racial; e que elas podem sofrer violências tanto presenciais (físicas e verbais) quanto *online*. Além disso, essas pessoas se sentem como “corpos estranhos”, devido à pouca presença e representação negra nesses espaços.

Palavras-Chave: influência digital; misoginia; racismo; subcultura gótica; YouTube.

Abstract

This dissertation studies the Brazilian goth subculture from an intersectional perspective, investigating how racism and misogyny occur from the accounts of black women who participate or have participated in the subculture. Firstly, I conduct a theoretical survey and discuss race, intersectionalities, cultures and digital influence. Secondly, I analyze four YouTube videos from the channels Nosferotika and Fases da Bruxa, two cisgender, goth and black women who use their digital influence to reflect on race and gender in goth subculture. Next, an anonymous online form collected reports from self-declared women, goths and blacks. The results show that black goths perceive and experience intersectional violence inside and outside the goth subculture and that, in spaces dedicated to the subculture, it is said that black people cannot be goths because of the color of their skin and that racial whitening is demanded of them; and that they can suffer violence both in person (physical and verbal) and online. In addition, these people feel like “foreign bodies” due to the lack of black presence and representation in these spaces.

Keywords: digital influence; misogyny; racism; goth subculture; YouTube.

Lista de Figuras

Figura 1 – Desfile Neon Gothic, em 1980	107
Figura 2 – Desfile Reluctant Émigrés, em 1981	108
Figura 3 – Bandas Siouxsie and the Banshees e Bauhaus	110
Figura 4 – Editorial e página da <i>fanzine</i> Enter the Shadows	121
Figura 5 – <i>Midia kit</i> de Nosferotika	131
Figura 6 – <i>Goth history</i> , do canal Fases da Bruxa	135
Figura 7 – Página inicial das lojas Dolls Kill e Killstar, respectivamente	150
Figura 8 – Nosferotika em parceria com a KillStar	150
Figura 9 – <i>Thumbnail</i> do vídeo <i>Racismo na sub gótica</i> , do canal Fases da Bruxa	155
Figura 10 – <i>Thumbnail</i> do vídeo <i>Etnias na Subcultura Gótica!</i> , do canal Fases da Bruxa	157
Figura 11 – Siouxsie Sioux, à esquerda, utilizando maquiagens inspiradas nas pinturas egípcias, à direita	159
Figura 12 – <i>Thumbnail</i> do vídeo <i>Machismo na Subcultura Gótica</i> , do canal Fases da Bruxa	161
Figura 13 – Vertentes góticas	174
Figura 14 – <i>Traditional Goth</i> , na década de 1980. Siouxsie Sioux à esquerda e pessoas góticas à direita	175
Figura 15 – Vertentes góticas com elementos fetichistas, <i>cyber goth</i> , <i>trad goth</i> e <i>perky goth</i>	176
Figura 16 – Pessoas que promovem a diversidade de corpos na subcultura gótica, indicadas pelas participantes do formulário	178

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Vídeos selecionados e organizados de forma cronológica	140
Tabela 2 – Estrutura do vídeo	147
Tabela 3 – Respostas agrupadas em categorias desenvolvidas pela autora	180

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Declaração étnico-racial de todas as pessoas que responderam o formulário ...	143
Gráfico 2 – Declaração de gênero de todas as pessoas que responderam o formulário	144
Gráfico 3 – Declaração étnico-racial	165
Gráfico 4 – Declaração da faixa etária	166
Gráfico 5 – Estado de residência	167
Gráfico 6 – Renda familiar per capita	168
Gráfico 7 – Escolaridade	169
Gráfico 8 – Tempo de participação na subcultura gótica	170
Gráfico 9 – Formas de participação na subcultura gótica	171

Lista de Siglas

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

1. Introdução.....	16
Parte I.....	24
2. Discutindo sobre Raça.....	25
2.1. Dispositivo de racialidade: biopoder, biopolítica e necropolítica.....	39
2.2. Miscigenação: do estupro colonial ao colorismo.....	43
2.3. Representação: a pessoa negra como o Outro não-branco.....	45
3. Discutindo interseccionalidades.....	52
3.1. Misoginia, misogynoir e transmisogynoir: nomeando violências cometidas contra mulheres negras.....	55
3.2. Subversão da cisgeneridade: colonialidade do poder e normatividade.....	58
3.3. Mulher Negra na Escravidão: contexto brasileiro e estadunidense.....	61
3.4. Ondas feministas nos Estados Unidos e sua influência no Brasil.....	66
3.5. Condição da Mulher Negra: Brasil pós-abolição.....	72
3.5.1. Conceituando a diferença: imagens de controle e representações de mulheres negras.....	75
3.6. Autodefinição, empoderamento e representatividade: “a marginalidade como um estímulo à criatividade e à sobrevivência”.....	80
Parte II.....	83
4. Discutindo sobre Culturas.....	84
4.1. Identidades: sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno.....	88
4.2. Subculturas: condições para o seu surgimento e relevância sociocultural.....	91
4.2.1 Pós-modernismo e Escola Pós-Subcultural.....	100
4.3. Subcultura gótica: contexto britânico e brasileiro.....	102
4.3.1. Subcultura gótica no Brasil.....	113
5. Discutindo sobre influência digital.....	121
5.1. Duas YouTubers góticas negras: Nosferotika e Fases da Bruxa.....	126
5.1.1. Nosferotika.....	126
5.1.2. Fases da Bruxa.....	130
Parte III.....	135
6. Metodologia.....	136
7. Análise de vídeos e formulário.....	144
7.1.1. Nosferotika: Relato de uma Gótica Preta Cansada.....	144
7.1.2 Fases da Bruxa: Racismo na Subcultura Gótica.....	151
7.1.3 Fases da Bruxa: Etnias na Subcultura Gótica.....	154
7.1.4. Fases da Bruxa: Machismo na Subcultura Gótica.....	157
7.2. Questionário: Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras.....	160

7.2.1. Seção 2: Perfil Social.....	161
7.2.2. Seção 3: Participação na Subcultura Gótica.....	165
7.2.3. Seção 4: Identidade e aparência na Subcultura Gótica.....	168
7.2.4. Seção 5: Raças e etnias na Subcultura Gótica.....	179
7.2.5. Seção 6: Gêneros na Subcultura Gótica.....	183
7.2.6. Seção 7: Percepções e criações de comunidade sobre a Subcultura Gótica.....	188
8. Considerações Finais.....	195
9. Referências Bibliográficas.....	201
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	208
Apêndice B – Questionário da pesquisa.....	211

1. Introdução

A dissertação propõe investigar as vivências de mulheres (cisgênero, transgênero e travesti) negras (pretas e pardas), que participam ou já participaram da subcultura gótica brasileira. Isso será possível por meio da análise de quatro vídeos no YouTube dos canais *Nosferotika* e *Fases da Bruxa*, duas góticas negras que usam da sua influência digital para trazer reflexões sobre raça e gênero; e da análise das respostas a um formulário *online* e anônimo destinado a pessoas autodeclaradas mulheres, negras e góticas.

Embora eu, Amanda – mulher cisgênero e preta –, não me autodenomine como *gótica*, já que essa atribuição poderia gerar limitações na maneira que eu me expesso visualmente, é inegável o impacto que a subcultura gótica tem sobre mim desde sempre. Para mim, essa subcultura nunca foi uma descoberta, porque meus pais sempre ouviram *rock* e se autodenominam *punks*, então estilos mais alternativos sempre foram presente em toda a minha vida. Desde criança, já escolhia o que eu queria ouvir, sendo muito *do contra* em relação ao que meus pais ouviam, seja por não gostar, mas principalmente, pela própria exclusão que havia em estilos alternativos, no qual pessoas mais velhas eram hostis a entrada de jovens, havendo hierarquização entre veteranos e novatos, ou pela hierarquização do próprio gênero musical, que seria superior a todos os outros e que nada poderia ser melhor.

Conforme fui crescendo, me desvinculei de *veteranos do rock*, sempre buscando minhas próprias referências e, por ter sido uma criança e adolescente muito tímida, me expressava pelas músicas, por minhas roupas e maquiagem. Escrevendo essa introdução, me lembrei de quando era pré-adolescente, gostava de fazer delineados azuis nos olhos, além de batom vermelho e roxo, olho esfumado, ou o clássico delineado preto de “gatinho”. O cabelo azul, sempre desejei desde criança, mas como cabelo cacheado/crespo eram incógnitas naquela época, era frustrante, assim como foi para a maioria das meninas e mulheres negras de cabelos naturais. Apenas consegui descolorir quando tinha 18 anos, após ter um pouco mais de abertura da minha mãe, e conhecimentos sobre descoloração e pintura no YouTube.

O YouTube foi um dos meus aliados para *fazer eu mesma (do your self, DIY)* aquilo que eu não podia comprar, aprendendo nessa plataforma, como criar visuais alternativos. Em 2018, comecei a ter um acesso mais pleno à *internet* (antes eu só tinha o pré-pago que mal durava uma semana), o que me permitiu conhecer esse mundo a partir das minhas próprias buscas e com pessoas com uma faixa etária semelhante à minha, e conhecer a *Nosferotika*

(Rubia Del Vecchio), foi um processo “natural”, mediado pelo algoritmo da plataforma. Desde meu ingresso na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2019, para cursar Jornalismo, fui conhecendo outras influenciadoras digitais alternativas, sendo a pandemia o estopim para o meu interesse na subcultura gótica em si, principalmente pela música, onde tinha conhecido a banda The Jesus and Mary Chain, em 2020, também pelo algoritmo do YouTube. Foquei em conhecer mais sobre a subcultura e gostei muito dos produtos culturais, da música, da forma de pensar e se autoexpressar... nela, é normal ser diferente, se vestir diferente, gostar de coisas diferentes, e está tudo bem! Com isso, fui seguindo muitas góticas no Instagram, focando naquelas que se pareciam ou que tinham uma realidade econômica semelhantes à minha, e notei que a pauta racial sempre era levantada nas caixinhas de perguntas. Isso me chamou muita atenção nos últimos anos e no início de 2022, comecei a pensar em temas para criar o meu plano de estudos para o mestrado e, assim que pensei nessa discussão, já decidi estudá-lo. Em minhas pesquisas para construir o projeto, me frustrei ao ver que tantas mulheres negras estavam falando de racismo e/ou misoginia na subcultura gótica, mas ninguém tinha feito nenhum estudo acadêmico a respeito, o que me motivou ainda mais a pesquisar.

Já aprovada no mestrado, me senti uma impostora ao pesquisar uma subcultura que eu gostava muito e estudava, mas não me autodenominava como gótica. Fiquei preocupada em não ter credibilidade na subcultura por não pertencer, já que, sempre que eu falava da minha pesquisa, as pessoas automaticamente perguntavam se eu era gótica. Sempre respondi que não. Hoje, sei que isso não é necessário para pesquisar sobre, mas que conhecer a subcultura por tantos anos me coloca como uma *insider* ou *pseudo insider*, porque no último ano, passei a experienciar a subcultura presencialmente, e não apenas pela *internet*. Também desenvolvi mais confiança em mim e na minha pesquisa, sendo o mestrado, um lugar de autodescoberta e autodefinição. Eu sou a Amanda, e é só isso que eu desejo ser.

Portanto, construí minha pesquisa nesse cenário, de inseguranças, incertezas, de crise de identidade, superação de um *burnout* e o enfrentamento de uma depressão, mas de descobertas, experiências, reconstruções e autodenominação. A pesquisa representa a construção do meu pensamento nos últimos dois anos, no qual desenvolvi os capítulos pensando nesse meu processo, e em como eu conseguia conceituar os termos que me levariam ao tema central da minha pesquisa.

Entende-se *subcultura* como uma subcategoria (*sub-set*), ou subgrupo pessoas, que embora pertençam e participem da uma cultura dominante de uma determinada sociedade, desenvolve seus próprios signos e modos de viver, com base em um conjunto de crenças próprias. As *subculturas juvenis* começaram a emergir com o surgimento da ideia de juventude, no período pós-Segunda Guerra Mundial. A *subcultura gótica*, por sua vez, surgiu no Reino Unido, entre as décadas de 1970 e 1980, a partir do gênero musical pós-*punk*, que possuía uma sonoridade sombria e com letras melancólicas. Esse apreço pelo sentimentalismo e misticismo atravessou fronteiras e dura até os dias de hoje, principalmente com a *internet* e plataformas de redes sociais.

Tendo o *racismo e a misoginia na subcultura gótica* como objetos de pesquisa, busco analisar a subcultura gótica no contexto brasileiro, com o intuito de observar as vivências de mulheres negras em uma subcultura que valoriza diversos elementos da cultura europeia e em um país marcado pelo racismo e passado colonial. Como problema de pesquisa, pergunto *se e como as mulheres negras percebem e reagem à misoginia e ao racismo dentro da subcultura gótica no Brasil*. Como objetivo geral, a dissertação busca investigar se e como as mulheres negras percebem e reagem ao racismo e à misoginia dentro da subcultura gótica no Brasil, de que maneira essas violências as afetam e quais são suas estratégias de enfrentamento. Para isso, os objetivos específicos a serem alcançados são: investigar a criação e desenvolvimento da subcultura gótica ao longo dos anos; analisar como os estereótipos ligados a pessoas góticas impactam na construção da identidade (ou nos processos de subjetivação) de mulheres negras pertencentes à subcultura; entender se e como os estereótipos ligados à mulher negra e os padrões estéticos desejados na subcultura gótica podem ser um empecilho para a entrada e permanência do grupo; e investigar se há espaços seguros para mulheres negras e mobilizações que busquem a diversidade de corpos na subcultura gótica.

Portanto, a dissertação está dividida em três partes. A primeira parte possui dois capítulos. O capítulo 2, intitulado *Discutindo sobre Raça*, se inicia com uma discussão a respeito de *raça e racismo*, no qual, embora a diversidade racial da espécie humana não seja possível comprovar genotipicamente (não existindo diferenças no DNA), as diferenças fenotípicas foram utilizadas para justificar a superioridade racial de pessoas brancas europeias em relação ao restante das pessoas do mundo (Munanga, 2003; Gonzalez, 2020; Corrêa, Furtado, 2024). É feita a contextualização do contexto racial brasileiro desde a colonização portuguesa, no Brasil Colônia, até os dias atuais (França *et al.*, 2015; Bispo, 2015; Krenak,

2019; Gonzalez, 2020; Wermuth, Marcht, Mello, 2020; Guimarães-Silva, 2021; Mills, 2022; Santos, 2022).

O subcapítulo 2.1. *Dispositivo de racialidade: biopoder, biopoder e necropolítica*, é produzido a partir de dispositivo (Foucault, 2000, 2002; Guimarães-Silva, 2021), sendo acionado para falar sobre o poder disciplinar, bem como a biopolítica, biopoder e necropolítica, caracterizados na definição de quem pode/deve morrer e quem pode/deve viver (Carneiro, 2005; Mbembe, 2016).

O subcapítulo 2.2. *Miscigenação: do estupro colonial ao colorismo* é desenvolvido considerando a violência colonial sob pessoas racializadas, no qual o processo de miscigenação foi feito, principalmente por meio da violência sexual e de gênero contra mulheres racializadas. O colorismo, conseqüentemente, buscou hierarquizar os tons de pele, sendo o branco no topo e a pele preta retinta no nível mais baixo (Carneiro, 2011; Silva, A. B., 2018; Gonzalez, 2020; Figueiredo, 2020; Wermuth, Marcht, Mello, 2020; Santos, 2022; Silva, D. K., 2023).

No subcapítulo 2.3. *Representação: a pessoa negra como o Outro não-branco* é conceituado o termo *representação*, caracterizado com a ideia de substituição/signo, considerando a vivência de pessoas negras, denominadas como o Outro não-branco, e a criação de *imagens estereotipadas* desde o período colonial até atualmente, além de problematizar a questão de gênero, com o *olhar opositor* (Corrêa, Silveira, 2015; Hall, 2000, 2016; Silva, A. A., 2018; hooks, 2019). No contexto brasileiro, é abordado o *fenômeno do Negro Único* (Corrêa, Bernardes, 2019), utilizado para denominar a pouca presença negra nas mídias tradicionais.

O capítulo 3, *Discutindo Interseccionalidades*, é destinado à conceitualização de *interseccionalidade*, utilizado no pensamento feminista negro para compreender as vivências de mulheres negras, enxergadas como o Outro do Outro, não-branco e não-homem (Crenshaw, 1989; Akotirene, 2018; Collins, 2016, 2019, 2022; Carrera, 2020; Corrêa, 2020). É feita a contextualização dessas vivências também tendo o colonialismo como ponto de partida, caracterizando a *ideologia da feminilidade*, a desfeminização e sexualização de mulheres negras (Carneiro, 2011; Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Lugones, 2020; hooks, 2023).

No subcapítulo 3.1. *Misoginia, misogynoir e transmisogynoir: nomeando violências cometidas contra mulheres negras*, é conceituado os termos *misogynoir* e *transmisogynoir*, da pesquisadora estadunidense Moya Bailey (2010, 2018), desenvolvido para falar com as

violências contra mulheres negras ocorrerem principalmente em ambientes digitais (Bailey, Trudy, 2018; Noble, Palmer, 2022).

O subcapítulo seguinte, 3.2. *Subversão da cisgeneridade: colonialidade do poder e normatividade*, aborda sobre a colonialidade de poder e colonialidade do gênero (Quijano, 1989; Ballestrin, 2013; Oyěwùmí, 2020; Lugones, 2020) para desenvolver e impor a cisheteronormatividade, para a manutenção do sistema capitalista (Mombaça, 2019).

O subcapítulo 3.3. *Mulher Negra na Escravidão: contexto brasileiro e estadunidense* traz uma discussão teórica para aprofundar na história das mulheres negras no período colonial, já que esse período foi fundamental para estabelecer as relações de gênero e raça que perduram até os dias atuais, abordando sobre como as mulheres negras não se encaixavam no padrão ideal de mulher, ou universal sendo ela branca e de classe média, bem como as violências de gênero sofridas (Carneiro, 2011; Davis, 2015; Collins, 2019; Gonzalez, 2020; hooks, 2023). A seguir, discutem-se as imagens estereotipadas de mulheres negras na cultura brasileira, como a *mãe preta*, a *doméstica* e a *mulata* (Gonzalez, 2020), sendo todas desumanizadas e objetificadas.

O subcapítulo seguinte é intitulado como 3.4. *Feminismo nos Estados Unidos e Brasil: influência do pensamento feminista branco estadunidense nos primeiros momentos de feminismo no Brasil*, é abordado sobre como a tradução de textos de feministas brancas estadunidenses e europeias moldaram o início do pensamento feminista brasileiro branco e de classe média. É trazida a problemática racial levantada por feministas negras acerca da criação da categoria de *mulher universal* que, na verdade, só abordava uma realidade específica (Carneiro, 2011; Collins, 2016; Duarte, 2019; Alves, 2019; Rodrigues, Freitas, 2019; hooks, 2023).

A 3.5. *Condição da Mulher Negra: Brasil pós-abolição* é o subcapítulo seguinte, focando nos trabalhos de Lélia Gonzalez (2020), que traziam dados sobre como a mulher negra estava após a abolição da escravatura, observando que sua mão-de-obra e corpos continuavam a ser explorados. Naquele período, a exploração sexual das mulheres negras passou a ser incentivada principalmente no carnaval, sendo comercializada a imagem da Globeleza (*idem*; Ribeiro, 2018).

O subcapítulo seguinte, 3.5.1. *Conceituando a diferença: imagens de controle e representações de mulheres negras*, se mostrou necessário para tratar das *imagens de controle*,

de Patricia Hill Collins (2019) que, embora fale da cultura dominante dos Estados Unidos, é inegável o qual os produtos culturais do país influenciam o Brasil, reforçando a ideia de colocar a mulher negra em poucos lugares, estereotipados e marginalizados (Hall, 2016; Corrêa, Bernardes, 2019).

O último subcapítulo é intitulado 3.6. *Autodefinição, empoderamento e representatividade: a marginalidade como um estímulo à criatividade e à sobrevivência* se inicia com o conceito de *forasteira de dentro/outsider within*. A *autodefinição* se mostra essencial para tratar da resistência e subversão das imagens de controle e estereótipos, enquanto a *autoavaliação* colabora para a reflexão acerca dessas imagens autênticas, criadas por mulheres negras. Já o *empoderamento*, entendido como ações individuais e coletivas que visam beneficiar todo um grupo social, sendo a *representatividade* uma consequência dessa reivindicação por representação múltipla e complexa de pessoas negras em produtos culturais (Collins, 2016, 2019).

A parte II traz a discussão teórica a respeito de Culturas e Influência Digital, nos capítulos 4 e 5, respectivamente. Assim, o capítulo 4. *Discutindo sobre Culturas* busca conceituar o termo *cultura* (França *et al.*, 2015; Hall, 2016); Estudos Culturais (Williams, 1958, 1962; Cevalco, 2001; Hall, 2003; Hall *et al.*, 2006; Mbembe, 2016; Krenak, 2019); *hegemonia, cultura dominante e subordinada* (Hall *et al.*, 2006).

O subcapítulo 4.1. *Identidades: sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno* traz as mudanças no entendimento das identidades, desde o Iluminismo, até a pós-modernidade, em constante mudança e fragmentada (Hall, 2003; Mendes, Silveira, Tavares, 2015; França, 2015).

O subcapítulo 4.2. *Subculturas: condições para o seu surgimento e relevância sociocultural*, aborda a influência do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham (CCCS) para os estudos de *subculturas*, buscando explicar a origem do termo, e toda a sua influência marxista e juvenil (Hebdige, 1979; Jenks, 2005; Hall *et al.*, 2006; Amaral, Govari, 2021; Guerra, 2022). Sendo um fenômeno que ganhou força de jovens após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi motivada por questões econômicas, culturais e educacionais (McRobbie, 1994; Thornton, 1995; Goffman, Joy, 2007; Brill, 2008; Thomé, 2016; Kipper, 2023; Milani, 2023). Assim, as *subculturas juvenis* são desenvolvidas a partir de *quatro pilares* principais: vestuário, música, rituais comportamentais e linguagem (Hebdige, 1979), criando *capital subcultural* entre participantes (Thornton, 1995; Brill, 2008;

Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015). Há também uma discussão sobre a problematização acerca de interseccionalidades como raça, gênero e sexualidade nos estudos culturais e subculturais, com o apagamento de figuras não-masculinas e não-brancas nos estudos (McRobbie, 1994; Brill, 2008).

A seguir, o subcapítulo nomeado 4.2.1. *Pós-modernismo e Escola Pós-Subcultural* trata da influência da *internet* nas subculturas, não as limitando à regiões específicas e não apenas às lutas de classe, pois com as redes sociais, participar de uma subcultura estava mais relacionado ao gosto e à participação em grupos com práticas e gostos em comum, sendo chamados de *cena* ou *circuito* (Amaral, 2007; Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015; Delgado, 2016; Guerra, 2020, 2022).

O subcapítulo 4.3. *Subcultura gótica: contexto britânico e brasileiro* busca explorar a subcultura gótica, desde o surgimento do termo, até problematizações interseccionais (Hebdige, 1979; Goodlad, Bibby, 2007; Amaral, 2007; Brill, 2008; Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015).

O subcapítulo 4.3. *Subcultura gótica no Brasil*, foca em como foi a chegada da subcultura no território brasileiro, na segunda metade da década de 1980, por meio de *shows* e eventos e o ganho de força com a *internet*, a partir dos anos 1990, além de pontuar as questões raciais (Amaral, 2007, 2020; Delgado, 2016; Coy, 2021; Amaral, Caetano, 2022; Caetano, 2022; Kipper, 2023).

O último capítulo da parte II é 5. *Discutindo sobre Influência digital*, iniciado com a discussão sobre *cultura da convergência* e participação ativa do público, principalmente por meio de mídias digitais (Jenkins, 2009; Jenkins, Ford, Green, 2012). Isso permitiu o surgimento de influenciadores(as) digitais (*digital influencer*), que compartilham suas experiências, cotidiano e opiniões com seus seguidores, sendo essa uma nova profissão que permite com que pessoas ganhem renda com a produção de conteúdo para as redes sociais, seja por meio de publicidade direta com empresas ou pelo retorno de plataformas de redes sociais (Uzunoglu, Misci Kip, 2014; Borges, 2016; Karhawi, 2017; Terra, 2017).

O subcapítulo 5.1. *Duas YouTubers góticas negras: Nosferotika e Fases da Bruxa* é destinado a focar em duas influenciadoras digitais da subcultura gótica. O subcapítulo 5.1.1. *Nosferotika* foca em Rubia Del Vecchio, mulher cisgênero negra, que produz conteúdos voltados para a subcultura gótica desde 2013. Já o subcapítulo 5.1.2. *Fases da Bruxa*, é

destinada à análise do perfil de Cibele Cristina, mulher cisgênero negra, conhecida como Cibys ou Tia Cybis.

A parte III é dedicada à metodologia, análises e considerações finais. No capítulo 6, *Metodologia*, é descrito todo o percurso metodológico para a realização da dissertação, iniciando com a descrição e justificativa da escolha de quatro vídeos (um de Nosferotika e três de Fases da Bruxa); e do procedimento para a criação de um formulário anônimo e *online*, descrevendo o processo de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), por meio da Plataforma Brasil; e do compartilhamento e aplicação do formulário, por meio do Instagram da autora dessa dissertação.

O capítulo 7, *Análise de vídeos e formulário*, possui subcapítulos específicos para analisar cada um dos vídeos e cada seção do formulário intitulado “Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras”. O subcapítulo 7.1.1. *Nosferotika: Relato de uma Gótica Preta Cansada*, busca analisar o vídeo de Rubia, enquanto os subcapítulos 7.1.2. *Fases da Bruxa: Racismo na Subcultura Gótica*, 7.1.3. *Fases da Bruxa: Etnias na Subcultura Gótica* e 7.1.4. *Fases da Bruxa: Machismo na Subcultura Gótica* analisam os vídeos de Cibele. As análises são feitas com base na bibliografia apresentada anteriormente, focando principalmente na relação da subcultura gótica ao pensamento feminista negro.

A seguir, há o subcapítulo 7.2. *Questionário: Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*, no qual é focado na descrição das 8 seções do formulário (organizando as 28 perguntas), nos resultados obtidos com o formulário e, descrevendo e analisando as respostas obtidas, também relacionando a subcultura gótica à interseccionalidades. Assim, há subcapítulos que descrevem e analisam cada uma das seções do formulário: 7.2.1. *Seção 2: Perfil Social*; 7.2.2. *Seção 3: Participação na Subcultura Gótica*; 7.2.3. *Seção 4: Identidade e aparência na Subcultura Gótica*; 7.2.4. *Seção 5: Raças e etnias na Subcultura Gótica*; 7.2.5. *Seção 6: Gêneros na Subcultura Gótica*; 7.2.6. *Seção 7: Percepções e criações de comunidade sobre a Subcultura Gótica*.

Para concluir o trabalho, apresentam-se as considerações finais, que buscam resumir todos os capítulos e relacioná-los com os resultados obtidos na análise dos vídeos e do formulário.

A decorative border with white and red floral patterns on a black background. The border is composed of intricate, swirling lines and small, stylized leaves. The white lines form the main structure, while the red lines and leaves provide a contrasting color. The border is located in the top-left and bottom-right corners of the page, framing the central text.

Parte I

2. Discutindo sobre Raça

Charles Wade Mills (2022) propõe o *contrato racial* como político, moral e epistemológico, desenvolvido a partir da teoria iluminista de *contrato social*, desenvolvido por filósofos contratualistas, como os ingleses Thomas Hobbes e John Locke, e o suíço Jean-Jacques Rousseau. O *contrato político* foi criado para estabelecer uma sociedade, a retirando de seu estado de natureza, para reconstruí-la como membros de um coletivo, além de estabelecer o Estado que recebe a função soberana de governar a sociedade por meio de uma relação que lhe concede direitos, deveres e poderes. O *contrato moral*, seria um código moral que regula o comportamento dos indivíduos, se materializando por meio de direitos, deveres e liberdades que guiam as vivências individuais e em grupo, moldando a psicologia moral. Assim, o *contrato racial*, é um “[...] conjunto de acordos ou meta-acordos formais ou informais [...] entre os membros de um subconjunto de seres humanos, doravante designados por (mutáveis) critérios ‘raciais’ (fenotípicos/ genealógicos/ culturais) (Mills, 2022, p. 6). É estabelecido entre pessoas brancas sobre as pessoas não-brancas, pois as não-brancas não são sujeitos e, sim, os objetos do acordo. Essa relação assimétrica beneficia todas as pessoas brancas, pois concede privilégios assegurados pelo fenótipo. Enquanto o *contrato social* – que seria a junção de todos os contratos que regem uma sociedade – representa a transformação do homem *natural* para o homem *civil/político*, o contrato racial representa a divisão e hierarquização das pessoas entre *brancas* e *não-brancas*, conseqüentemente, *humanos* e *não-humanos*.

Embora classificar o mundo, para a sua organização, seja algo comum na história das pessoas em geral, para justificar a superioridade das pessoas europeias, e a dominação e subjugação das pessoas de outros continentes, no século XVIII, os iluministas indicaram a cor da pele como um critério que dividia a espécie humana em raças: branca, amarela e negra. Entretanto, é necessário enfatizar que “[...] a cor da pele é definida pela concentração da melanina” (Munanga, 2003, p. 3), no qual, a pele branca tem menos concentração de melanina, enquanto a negra possui maior concentração, e a amarela estaria em um nível intermediário entre as duas. Com exceção de pessoas albinas, todas as pessoas, independente da raça, possuem algum grau de melanina: “Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos (*idem*, p. 4).

Segundo Kabengele Munanga (2003), o termo *raça* vem do latim *ratio*, que tem o significado de categoria, espécie, sendo utilizado, a princípio, na Biologia botânica e zoologia, para fazer a classificação de plantas e animais, que possuíam elementos diferentes ou em comum. Com o tempo, o termo foi recebendo novas utilizações e sentidos, como se relacionar a descendência (ancestral em comum), que possibilita a herança de características físicas semelhantes. Apenas em 1684 a *raça* foi utilizada para classificar a espécie humana a dividindo em grupos baseados em sua semelhança ou diferença física, pelo francês François Bernier.

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de *raça* passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição ao Gauleses, população local identificada com a Plebe (Munanga, 2003, p. 1).

Assim, como não haviam grandes diferenças físicas entre os franceses, era utilizado a linhagem da pessoa/família para justificar e legitimar a dominação (nobreza, *raça/sangue puro*) e a subordinação entre raças (plebe, *raça/sangue impuro*). Quando as pessoas europeias tiveram contato com pessoas de outros continentes, como africanos, indígenas americanos e asiáticos, foi necessário também justificar essas diferenças, bem como, julgar sua *humanidade* ou a falta delas, para assim, dominá-las.

A primeira explicação foi elaborada com base na cosmovisão do Cristianismo, que definia três raças, a partir do conto dos Três Reis Magos¹: negros, semitas (amarelos) e brancos. Porém, com a descoberta das Américas, foi observado que a cosmovisão não contemplava os povos originários do Novo Mundo, pois não havia um rei como representante. Como explicação, os indígenas foram considerados descendentes diretos de Adão.

A segunda explicação foi desenvolvida com base no Iluminismo, século XVII a XIX, que tinha como premissa a racionalidade, em contraposição à Igreja Católica e à monarquia, propondo uma explicação com base nos métodos científicos que estavam sendo desenvolvidos pelos iluministas. Dentre elas, há o *determinismo biológico*, caracterizado pela

¹ Segundo a cosmovisão cristã, logo após o nascimento de Jesus, os reis magos, Belchior (Melchior ou Belquior) (rei da Pérsia, Eurora), Gaspar (rei da Índia, Ásia) e Baltasar (rei da Arábia, África), foram guiados pela Estrela de Belém até o local do nascimento, levando os presentes de ouro, incenso e mirra, respectivamente. ALEXANDRIA, Lissa de. Dia de Reis: conheça a história dos magos que presentearam Jesus ao se guiarem pela 'estrela de Belém'. G1, 6 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/06/dia-de-reis-conheca-a-historia-dos-magos-que-presentearam-jesus.ghtml>. Acesso em 21 nov. 2024.

crença de que certas capacidades são biologicamente atribuídas a certas raças, etnias, gêneros, acarretando em pensamentos racistas, xenofóbicos e sexistas.

Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses (Laraia, 2001, p. 17).

Características fenotípicas como os cabelos, formatos do crânio, nariz, queixo, lábios, entre outros atributos morfológicos, foram utilizados para tentar provar que existia uma diferença racial e que as características de pessoas da raça branca eram consideradas superiores (mais inteligentes, bonitas e capazes), enquanto que as da raça amarela e negra, eram consideradas inferiores, sendo a negra a raça mais inferior e condenável, tanto na cosmologia cristã, como na ideologia iluminista (Munanga, 2003).

Com o avanço da genética, no século XX, grupos sanguíneos, mutações genéticas, dentre outras características hereditárias foram denominadas por geneticistas como *marcadores genéticos*, no qual o seu cruzamento genético deu origem a raças, “sub-raças” e “sub-sub-raças”. Porém, a combinação de todas essas características e avanços na ciência biológica, como genética, biologia molecular e bioquímica, principalmente a partir da década de 1970. O termo *racismo científico* é utilizado para essa pseudociência desenvolvida para tentar provar cientificamente a hierarquia das raças humanas, bem como dos sexos (sexismo), utilizando de provas forjadas, para comprovar suas ideologias.

Embora exista diversidade de características fenotípicas e genotípicas entre as pessoas, elas não são suficientes para a criação de raças distintas, sendo elas criações ideológicas para hierarquizar as pessoas do mundo, com base em sua aparência, valores culturais, sociais e intelectuais, tendo as pessoas europeias como parâmetro, sendo utilizada de pseudociências, raciologia e racialismo, que ficou ainda mais influentes no século XX. E por mais que as raças entre humanos sejam construções sociais e ideológicas ao invés de biológicas, a ideologia ainda está presente no imaginário social, sendo consideradas *raças sociais* ou *raças fictícias*, utilizadas para promover desigualdades, genocídios, epistemicídios, exclusões e injustiças sociais, baseadas no racismo, que impõe a *raça branca* como a superior. O conceito de *racismo* foi desenvolvido na década de 1920.

Em síntese, o racismo é a crença de que existem raças humanas, que naturalmente seriam dominantes ou dominadas, e que seriam hierarquizadas com base em características fenotípicas, culturais, morais, intelectuais e religiosos, por exemplo, sendo ela uma *raça sociológica*, por ir além da cor da pele (Munanga, 2003; Gonzalez, 2020; Guimarães-Corrêa, 2022). Além disso, ela pode ser percebida ao afetar todos os campos: “político, afetivo, econômico, demográfico” (Guimarães-Corrêa, 2022, p. 5). Portanto,

A *raça*, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. [...] Outrossim, o *racismo*, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição (Hasenbalg, 2005, p. 120-121, grifos meus).

Entretanto, utilizar os termos *raça negra*, *negro*, *indígena*, no sentido político-ideológico, é uma forma de reconhecimento das opressões sofridas por grupos sociais marginalizados socialmente, a partir da sua racialização/biologização e categorização como inferior, que persistem até os dias de hoje, bem como, a resistência e valorização de suas diversidades sócio-culturais e fenotípicas. Assim, o termo *negritude*, utilizado pela primeira vez por Aimé Césaire na década de 1930, começou a ser usado para valorizar expressões e valores culturais africanos, atribuindo ao termo *négre* um sentido positivo, de resistência ao colonialismo (Guimarães-Corrêa, 2022).

Há o *racismo clássico*, que aborda principalmente a racialização/biologização do Outro, surgido na ideologia eurocêntrica, mas que com o tempo, sofreu “atualizações”, de acordo com as necessidades modernas e pós-modernas, sendo o *racismo novo*, que se baseia na etnia de um determinado grupo sócio-cultural e identitárias. Dessa forma, a *etnia* pode ser conceituada como “[...] um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Munanga, 2003, p. 12). A etnia está em constantes mudanças, adaptações e ressignificações, bem como a *cultura* e seus sentidos (ver capítulo 4).

Lélia Gonzalez (2020) aborda o racismo articulando com a teoria marxista, no qual houve, e ainda há, a divisão social em classes sociais (burguesia e proletariado), onde a maior

parte da população negra, desde a abolição da escravidão, se encontra na classe trabalhadora, sendo mão de obra ou exército de reserva.

É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social (*idem*, p. 35).

Por essa subordinação em classes sociais, mesmo com a abolição, pessoas negras continuaram a ser marginalizadas, sendo submetidas a condições de vida precárias e tendo grandes dificuldades de mobilidade social, sendo uma *massa marginal crescente*.

Ynaê Lopes dos Santos (2022) traz reflexões sobre a construção de raça e racismo no Brasil, argumentando que em teorias que visavam a separação, a classificação e a hierarquização das pessoas do mundo, é importante entender a construção do termo *pureza de sangue*. Entre os anos 711 e 1492, a Península Ibérica, região compreendida pelos territórios que hoje conhecemos como Portugal e Espanha, foi dominada por árabes muçulmanos, que trouxeram sua cultura. Segundo Lélia Gonzalez (2020), “[...] os mouros invasores eram predominantemente negros”. Antes, a Península Ibérica possuía monarquias (caracterizadas pela presença de famílias reais e pela Igreja Católica), que ao longo dos anos, foram resistindo e reconquistando os territórios (Contrera, 2019; Santos, 2022). Com a consolidação das Coroas portuguesa e espanhola, se iniciou o processo de expulsão de muçulmanos que continuavam presentes, além de solidificar uma identidade nacional, marcada pela cristandade.

Desde o século XIII, ser português era sinônimo de ser católico. Contudo, entre os séculos VIII e XIII, o território que viria a ser Portugal foi invadido, ocupado e dominado pelos muçulmanos. Foi um período extenso e complexo, que deve ser analisado fora das estereótipias que o Ocidente criou em torno do islamismo, em especial por ter representado a convivência entre católicos, muçulmanos (também chamados de mouros) e judeus. Desse modo, a reconquista também foi um meio de expurgar todos os não cristãos da região (Santos, 2022, p. 78).

Assim, foi estabelecida pelas monarquias uma *limpeza étnico-religiosa*. Para estabelecer quem tinha o sangue puro, as sociedades ibéricas foram separadas em dois grupos: os *cristãos-velhos*, considerados puros por excelência por virem de famílias inteiramente

brancas e cristãs; e os *impuros*, sendo eles judeus, mouros e seus descendentes. O sangue puro estava relacionado à religião e à descendência, conferindo direitos civis aos cristãos-velhos, nos quais somente eles podiam participar de altos cargos militares, políticos e do clero. Judeus e mouros eram excluídos socialmente e apenas podiam exercer atividades manuais e, por isso, essas atividades foram consideradas *desonradas*. Assim, a mobilidade e ascensão social eram dificultadas. A partir do século XVII o sangue impuro foi cada vez mais relacionado ao fenótipo não-branco.

Sendo assim, a expansão e a consolidação do Império português (na América, na África e na Ásia) foram responsáveis pela elaboração de novos critérios de inserção social e de discriminação. Essa redefinição de quem seria impuro e desonroso manteve os privilégios dos cristãos-velhos e de seus descendentes puros, ou seja, aqueles que não haviam sido maculados por religiões pagãs, pela baixa do trabalho manual e muito menos pelo sangue africano (*idem*, p. 79).

Com a expansão marítima e colonização europeia, essas regras continuam vigentes, principalmente quando se trata de descendentes de homens brancos com mulheres negras e escravizadas, denominados de mulatos, sendo necessária a criação de novas ordens monárquicas: somente a *cristãos-novos*, descendentes diretos de cristãos-velhos, podiam ter cargos públicos, sendo necessário ter ascendência branca “pura” e ser casado com uma mulher com as mesmas condições. A pele negra e a ascendência não-branca passou a ser o maior marcador social de impureza e as diferenças e hierarquias sociais eram justificadas tanto pelo fenótipo quanto pela religião da pessoa, fazendo com que europeus, brancos e cristãos tivessem o direito de impor a força para a conquistar, salvar ou matar pessoas não-brancas, que passaram pelo processo de racialização.

A *Romanus Pontifex* reconhecia a legitimidade da escravização dos negros e guinéus, ao mesmo tempo que reservava ao dito rei português a “plena e livre faculdade [...] de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes”. E, para aqueles que se opusessem às medidas estipuladas naquela bula, restava apenas a excomunhão (Santos, 2022, p. 28).

A religiosidade foi um dos elementos que marcaram a história da resistência, proporcionando um modo de estar no mundo e se relacionar com ele. Uma das técnicas de colonização era desumanizar/ coisificar as pessoas não-brancas, substituindo suas

autodenominações por categorias/raças genéricas, como *negros* e *índios*, a partir da cosmologia euro-cristã que utilizava o seu livro sagrado como justificativa para a hierarquização das raças (Bispo, 2015). A cosmologia justificava que negros não possuíam alma e que estavam condenados a escravidão, por causa da história bíblica na qual Caim mata o seu irmão Abel, e como punição, o Deus cristão marca Caim e o condena, junto de seus descendentes, à escravidão. A maldição foi associada ao continente africano e, conseqüentemente, à pele negra (Santos, 2022). O Cristianismo foi imposto como a religião e filosofia de vida correta para a humanidade e aqueles que possuíssem outras cosmovisão, eram denominados *pagãos*, outra categoria genérica (Bispo, 2015, p. 38-39).

O povo eurocristão monoteísta, por ter um Deus onipotente, onisciente e onipresente, portanto único, inatingível, desterritorializado, acima de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista, vertical e/ou linear. Isso pelo fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em uma única direção. Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos.

A cosmovisão monoteísta foi um importante instrumento de dominação e justificação das violências causadas. Quando se trata dos povos originários do continente americano, embora os europeus se colocassem como superiores em todos os aspectos (inclusive religiosamente), por serem considerados “naturais” ou “primitivos”, houve reivindicações de missionários católicos para evangelizar os indígenas e “[..] garantir a civilização [...] dentro do modelo europeu, proteger o território colonial e fortalecer a autoridade metropolitana” (Santos, 2022, 72). A evangelização consistia no embranquecimento dos povos originários, seja pelos costumes e linguagem dos colonizadores, como pela mestiçagem, seja pelo casamento, seja pelo estupro.

A partir disso, é interessante aprofundar sobre o conceito de *humanidade*, amplamente difundido durante o processo de colonização europeia, iniciado a partir do século XVI, e que pode ser caracterizada como “[...] todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (Bispo, p. 47-48). Desenvolvido a partir do pensamento europeu moderno, buscou enxergar o mundo com uma perspectiva evolucionista, onde as pessoas do mundo percorriam certos estágios até, finalmente alcançar a modernidade, sendo eles: a *selvageria* – humanos “naturais”; a *barbárie* – sociedades mais

organizadas, porém sem leis e normas e instituições bem definidas e; a *civilização* – o homem moderno (França *et al.*, 2015; Mills, 2022). Essa perspectiva evolucionista coloca todas as histórias do mundo em uma régua igual, que todos iriam percorrer da mesma forma e chegar no mesmo lugar. Entretanto, como o estágio mais avançado era a sociedade europeia moderna, todas as pessoas do mundo estariam atrasadas em relação a ela.

Ailton Krenak (2019) propõe a expressão *liquidificador chamado humanidade*, para exemplificar como a modernidade busca eliminar toda a forma de diversidade humana e tornar tudo homogêneo:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2019, p. 8).

O primeiro passo para “evoluir”, seria a separação entre humanos e natureza, as confinando em cidades artificiais para, assim, se tornarem mão de obra para a produção e consumo capitalista, enquanto a natureza se tornaria apenas um recurso a ser explorado. Portanto, o homem moderno não pode ser natural. As pessoas que se recusam a ser modernas, ou *muito-humanas* (como indígenas, quilombolas, caiçaras e aborígenes), eram consideradas sub-humanas, ou *quase-humanas*, e por viverem de acordo com suas próprias epistemologias, filosofias e cosmovisões, eram, e ainda são, punidos com violência, doença, fome, expropriação e expulsão de seus territórios ancestrais, mantendo um genocídio secular (Krenak, 2019).

A violência do sistema colonial é muitas vezes retratada de forma naturalizada, como se a escravização, a exploração e a própria colonização fossem estágios obrigatórios pelos quais a humanidade precisasse passar. Não foram. Foram escolhas feitas por uma parcela dos sujeitos que viveram naquele período, e essas escolhas foram questionadas inúmeras vezes, sobretudo por quem foi subjugado à violência do sistema colonial (Santos, 2022, p. 23).

A partir da discussão de humanidade, racialização do Outro e do genocídio secular que ocorre até os dias de hoje, se mostra essencial entender a colonização europeia no Brasil.

O Brasil Colônia (entre o século XVI e o início do XIX) foi iniciado com a invasão portuguesa, em 22 de abril de 1500, sendo o tráfico transatlântico de pessoas negras africanas

escravizadas, vendidas e/ou sequestradas, responsável pela “[...] estruturação do mundo colonial nas Américas, do próprio capitalismo e da era moderna” (Santos, 2022, p. 32). Até 1530 não houve uma ocupação definitiva de portugueses nas terras indígenas, sendo um ponto para a extração e importação de recursos naturais. Porém, as terras férteis foram um dos motivadores para o plantio em larga escala da cana-de-açúcar, o “ouro branco”, utilizando da mão de obra escravizada de pessoas africanas e indígenas (também chamadas de *negros da terra*), bem como, seus descendentes, pois “[...] no mundo colonial, ser branco era sinônimo de não ser escravizado, ou seja, de ser livre” (*idem*, p. 42). A febre do ouro, período no qual bandeirantes adentraram mais o território brasileiro em busca de metais e pedras preciosas, também impulsionou a economia e direcionou a mão de obra escrava para a extração.

Por mais que a Igreja Católica tenha feito a catequização de indígenas, isso não impediu o genocídio, do qual ela mesma fez parte, justificando as ações dos navegantes europeus (Bispo, 2015; Santos, 2022). Portanto, “[...] a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)” (Mbembe, 2016, p. 131), sendo essa uma forma de *morte em vida*. “Oficialmente, o tráfico negreiro se iniciou em 1550, se bem que já existissem africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. E já no final do século XVI os escravos constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa. O fenômeno não era novo” (Gonzalez, 2020, p. 49).

Segundo Santos (2022), Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, deu início ao Brasil Império, que tinha como característica a emancipação do Brasil da Coroa Portuguesa e o estabelecimento de um imperador. O período foi marcado pela instabilidade da escravidão nas Américas, pois foi proclamada a Independência e fim da escravidão no Haiti. Protagonizada por Jean-Jacques Dessalines, um ex-escravizado, que liderou tropas para a Revolução do Haiti (1791-1804), a maior revolução escrava da história, que acabou impulsionando outras pelo continente e causando pânico entre os colonizadores, o chamado *haitianismo*. Para fazer a manutenção da organização social e escravocrata brasileira, foi promulgada a Carta Constitucional de 1824 que excluía pessoas negras de serem cidadãos,

mesmo que libertas e proprietárias de escravizados², e foi elaborado o Código Criminal de 1830, utilizando da força militar .

Apesar da manutenção, ser escravo deixou de ser algo imutável, porém a liberdade para pessoas racializadas era muito diferente das brancas. A liberdade de uma pessoa escravizada era alcançada pela alforria, que podia ser comprada. Apesar disso, a população liberta era entre 1% e 2% e a maioria não conseguia acumular capital para comprar a alforria e, mesmo tendo dinheiro, quem concedia era o proprietário, que podia negar e também exigir a reescravização. Assim, ser negro era sinônimo de escravidão, bem como, nascer negro, pois a Lei do Ventre Livre³ foi promulgada em 1871, com a atuação do movimento abolicionista (surgido por volta de 1850).

Entretanto, é interessante citar Luiz Gama, homem negro, que nasceu livre, de uma mãe liberta, mas que foi vendido pelo pai português, e somente adulto conseguiu reaver sua liberdade. Estudou direito e dedicou sua vida para libertar pessoas que estavam escravizadas de forma ilícita. Os jornais também foram utilizados como resistência da população negra livre, criando uma *imprensa negra*, que publicava textos que “[...] questionavam as práticas de discriminação racial, exigindo que a igualdade de condições dos cidadãos brasileiros prevista na Constituição fosse respeitada” (Santos, 2022, p. 125). No mais, haviam pessoas negras livres e libertos que conseguiram ascender econômica e socialmente, participando da vida política, ocupando cargos públicos e lutando para acabar com a escravidão, por mais que a cor de sua pele tenha proporcionado vivências distintas das de brancos que possuíam as mesmas condições: “[...] onde existiu escravidão também houve resistência escrava” (*idem*, p. 160).

O início do Brasil República foi marcado pela abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, e pela Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Foi promulgada a Constituição de 1891, que definia como cidadão brasileiro as pessoas nascidas no território, filhos de brasileiros nascidos em outros territórios, naturalizadas e estrangeiros com família e bens no Brasil. Os cidadãos que poderiam votar não podiam ser analfabetos ou desabrigados. Apesar de não mencionar raça ou gênero, cerca de 80% da população brasileira era analfabeta e a educação pública não era um direito,

² “[...] a elite política acreditava que, no Brasil da época, quem não era senhor de escravo gostaria de sê-lo. Não por uma questão apenas de status social, mas porque era a forma mais segura de se manter livre (Santos, 2022, p. 121).

³ No entanto, é preciso destacar que, ao permitir que os senhores ficassem com a posse dos ingênuos até que completassem 21 anos, a Lei do Ventre Livre possibilitava manter a escravidão por mais cinquenta a sessenta anos. Se dependesse apenas dessa lei, o fim da escravidão seria gradual e bem lento (Santos, 2022, p. 164).

tornando a maior parte da população como inaptos para votar: “Garantir que negros, cafuzos, mamelucos [filhos de brancos com indígenas], indígenas, pardos, mulatos e cabras estivessem fora do jogo eleitoral era uma maneira de assegurar a ordem e o progresso estampados na bandeira nacional” (Santos, 2022, p. 184). Durante a escravidão, pessoas escravizadas eram proibidas de terem acesso à educação, o que fez com que a alfabetização da maior parte da população negra fosse tardia, além da desvalorização da oralidade para a educação, presentes entre pessoas racializadas que não escreviam na língua do colonizador, mas que receberam conhecimentos oralmente de seus descendentes (Bispo, 2015; Santos, 2022).

Com a promulgação da primeira constituição republicana, em 24 de fevereiro de 1891, todos os analfabetos, em sua imensa maioria negros e índios, perderam o direito ao voto e o direito de serem eleitos, assim como também foram cerceados o direito de falarmos as nossas línguas, de praticarmos os nossos cultos, de festejarmos, etc., criminalizando e/ou impondo uma série de dificuldades para mantermos vivos todos os símbolos e as significações dos nossos modos de vida (Bispo, 2015, p. 50).

Entre 1887 e 1930, o governo brasileiro estimulou a vinda de cerca de 3,8 milhões de europeus, em sua maioria, homens jovens, emigraram para o Brasil, lhes garantindo empregos, sendo taxados como bons trabalhadores, que trariam a modernidade europeia para o Brasil. Enquanto isso, pessoas racializadas, livres e recém-libertas tinham dificuldade em conseguir empregos fixos, salários e condições dignas, criando o imaginário de que pessoas negras seriam preguiçosas e atrasadas, as condenando com o Código Penal de 1890, por meio da Lei da Vadiagem. Ferir a moral e os bons costumes também eram crime, no qual manifestações culturais e religiosas não-eurocêntricas podiam ser criminosas, como a capoeira. Assim, foram estabelecidas novas estratégias para o controle e extermínio da população negra que até os dias de hoje não se encerrou, ocorrendo por meio do genocídio, da higienização e do branqueamento (Wermuth, Marcht, Mello, 2020; Guimarães-Silva, 2021; Santos, 2022).

Após a libertação dos escravos, as demandas de ordem social dessa população não foram acompanhadas de uma proposta estatal. Nesta senda, estavam lançadas as condições que acabariam por relegar os libertos a uma subposição social: uma vez livres e sem assistência do Estado, tais condições foram decisivas para posicioná-los em patamares de subalternidade e marginalização. Eis, portanto, as origens das mazelas que culminaram na atual desestrutura social que tem como pano de fundo o preconceito racial como legitimador da violência contra negros, sobretudo em se tratando de negros pobres (Wermuth, Marcht, Mello, 2020, p. 1061).

Lélia Gonzalez (2020) utiliza o termo *cultura da pobreza* para conceituar a mudança da percepção social de pessoas negras, que passaram de *bons escravos* para *maus cidadãos*. Houve a naturalização e explicação das desigualdades sociais, como “[...] anomia social, família desestruturada”, bem como a retirada da responsabilidade branca sobre essa situação.

Na Era Vargas, a partir de 1930, o bom trabalhador não precisava ser branco, mas deveria seguir os bons modos, definidos como compromisso, honestidade, família e hombridade. No período, o sistema educacional ganhou relevância, buscando uma *educação eugênica*, reformulando o ensino para ser um instrumento na luta contra a *degenerescência racial*, e propondo um branqueamento educacional, ideológico e comportamental. Até mesmo o fenótipo tinha que se adequar e se aproximar ao máximo do branco, pois a brancura era o sinônimo de beleza. Por isso, procedimentos estéticos, como o alisamento dos cabelos, eram socialmente impostos (Santos, 2022). “A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa ‘democracia racial’” (Gonzalez, 2020, p. 33).

Na ditadura militar (1964-85), o Estado autoritário reprimiu a liberdade de expressão, bem como os movimentos antirracistas e de valorização da negritude, para continuar com a ideologia do *mito da democracia racial*, caracterizado como a harmonia entre diferentes raças no território brasileiro, devido à miscigenação – no qual o racismo era considerado “o problema do negro”. Essa ideologia era imposta no ensino de crianças e adolescentes, após uma nova reforma escolar que “[...] pregava um ensino acrítico e retirava de livros e guias didáticos a agência da população negra e indígena” (Santos, 2022, p. 249).

Na Ditadura Militar, além dos confrontos físicos, aconteceu também um confronto sutil, porém muito mais sofisticado que envolveu os mais diversos setores da sociedade brasileira. Falo da tentativa de desmantelamento e de substituição compulsória dos saberes tradicionais, transmitidos oralmente de geração a geração, por meio da imposição dos saberes acadêmicos transferidos através da linguagem escrita. A partir de então, o acesso à linguagem escrita que sempre foi negado às comunidades contra colonizadores, lhes foi oferecido como oportunidade de “melhoria” das suas condições de vida (Bispo, 2015, p. 52).

Com redemocratização do Brasil, foi promulgada a Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que foi redigida durante 20 meses, envolvendo a participação de 559 parlamentares e da população (Senado, 2018), havendo grande protagonismo e protestos por parte de movimentos sociais negros e indígenas. Devido a atuação da população racializada, o

racismo passou a ser crime com a Lei nº 7716/1989, que ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao seu autor Carlos Alberto Oliveira, deputado federal negro. Apesar disso, o genocídio negro e indígena persistiu nos anos seguintes, sendo os massacres do Carandiru (1992), da Candelária (1993) e de ianomâmis da comunidade de Haximu, em Roraima (1993) um dos mais marcantes daquela década. O sistema penal ainda continua encarcerando sistematicamente pessoas negras, sendo a cor da pele um dos principais atributos para a apreensão, violência e/ou assassinato de pessoas negras pela polícia, pois “bandido bom é bandido morto” (Santos, 2022).

Na educação, houve avanços com a criação da Lei de Cotas Raciais em instituições de ensino, em 2012, proporcionando que mais pessoas negras ingressem no ensino superior, bem como a aprovação de leis federais (nº 10.639 e nº 11.645) que obrigam o ensino de histórias indígenas, africanas e afrodescendentes. Embora ocorra certa resistência da população à inclusão de pessoas negras e saberes para além do eurocêntrico no ensino e que racismo ainda ocorra nesses e em diversos outros espaços, as lutas de movimentos raciais estão alcançando feitos positivos para a população brasileira (Santos, 2022, p. 273-274).

Esse racismo brasileiro aparece nos salários mais baixos para negros e negras, mesmo entre quem ascendeu socialmente; na destruição e demonização dos terreiros de candomblé; na naturalidade com a qual a morte de crianças e jovens negros é tratada pelos mais importantes veículos de mídia do país; nas mortes decorrentes dos “desastres naturais”, que foram bem delimitados pelo químico e ativista negro Benjamin Franklin Chavis Jr. como manifestações do racismo ambiental. Assim, podemos afirmar que pobreza tem cor, salários mais baixos têm cor, presídios têm cor, intolerância religiosa tem cor, as mortes em região de mineração têm cor. E mesmo quando essa bolha consegue ser furada, a engrenagem do racismo vai lá e dá o troco.

Para pensar em como o Estado atua em sociedades pós-colonialistas, serão exploradas a seguir algumas teorias que buscam analisar como a escravidão as impactou até os dias atuais. No mais, embora nem todas as pessoas brancas sejam signatárias do contrato racial (Mills, 2022), todas se beneficiam dele, devido a desumanização do Outro racializado, além de que, a colonização da África e Américas gerou a maior parte da riqueza da Europa, beneficiando o continente.

Apesar da colonização europeia, é necessário ressaltar que sempre houve resistência de pessoas negras e indígenas. Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo (2015, p. 48), conceitua a *contra colonização* como “[...] todos os processos de resistência e de luta

em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”. Os *quilombos* são uma forma de resistência e negação da condição de escravo, composto majoritariamente por pessoas negras africanas e afrodescendentes. Essas comunidades eram consideradas organizações criminosas pela Coroa Portuguesa, até a promulgação da Lei Áurea, embora ainda sejam criminalizados e violentados. Apesar disso, os quilombos foram, e continuam sendo, uma forma de resistência que gerou impactos históricos, resistindo tanto com a preservação e ensino de suas cosmovisões, símbolos e religiosidade, como se organizando materialmente.

No Brasil República, com a criação da “Lei da Vadiagem”, os conflitos e rebeliões de comunidades contra coloniais também geraram marcos históricos “[...] inclusive no interior da própria organização político-social dos colonizadores como, por exemplo, a Revolta da Chibata (1910), a Revolta dos Tenentes (1922) e a Revolta de 1924 que se desdobrou na Coluna Prestes” (Bispo, 2015, p. 50). Também surgiram outras formas de comunidades e organização de pessoas, como Caldeirões, no Ceará (1889-1937); Canudos, na Bahia (1874-1897); Pau de Colher, Bahia (década de 1930). Todas elas tinham em comum: a criação de uma comunidade para fugir da guerra, violência e fome, proporcionados pelo Estado racista e genocida; a construção de uma organização social e a conquista de uma autossuficiência que ia além do capitalismo; a geração do incômodo dos governantes, fazendeiros e/ou militares que consideraram as comunidades como fanatismo religioso, além de serem taxadas de “[...] um bando de pessoas sem disciplina social, sem senso de moral e dos bons costumes” (Bispo, 2015, p. 59); o extermínio das comunidades por meio de guerras, assassinatos e violência; a destruição de seus símbolos e significados; e a expropriação de seus territórios, para evitar que conseguissem “se levantar” novamente, embora sempre surgissem novas comunidades. Essas e outras organizações contra coloniais eram consideradas uma ameaça “[...] à integridade moral, social, econômica e cultural dos colonizadores” (*ibidem*).

As comunidades indígenas também são contra coloniais, possuindo cosmovisões, símbolos, significados e religiosidades distintas. Embora fosse imposto um ideal de “humano”, que levaria a luz/Iluminismo ao ensinar o modo “correto” de se viver para as outras pessoas do mundo, e que os povos indígenas tenham sido submetidos ao processo de catequização, é necessário reforçar que também foram escravizados, torturados e vitimados pelo genocídio e etnocídio.

Além da conta colonização, há o processo de descolonização, que propõe a libertação do pensamento colonial, por meio da descolonização: das universidades, às tornando em pluriversidades com diversidade epistêmica; dos prédios e os espaços públicos, como estátuas, nomes de ruas e de prédios; e das iconografias, desmistificando a branquitude e considerando histórias para além dela (Mbembe, 2015). Achille Mbembe (2015), ao citar Franz Fanon, argumenta que descolonizar se trata de remodelar os modelos de humanos pré-existent e que foram impostos, se livrando da predestinação com base em sua raça e/ou etnia, e considerando a sua essência. Descolonizar o pensamento está atrelado a produzir, transformar e propagar conhecimentos, saberes e costumes que não estão ligados ao universalismo colonial, considerando a oralidade, o corpo, as diversas religiosidades e cosmovisões, as colocando no mesmo patamar que as epistemologias europeias.

Mais atualmente, o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, foi fundamental para resistir a Ditadura Militar, ao racismo e valorizar a negritude. Naquele período existiam e surgiram movimentos negros (MN), de favelas (MF) e de mulheres negras (ver subcapítulo 3.4).

2.1. Dispositivo de racialidade: biopoder, biopolítica e necropolítica

Em sua tese de doutorado, Sueli Carneiro (2005) utiliza o termo *dispositivo de racialidade*, para abordar sobre a categorização, a hierarquização e a subalternização de pessoas com base em sua raça, caracterizada como determinados fenótipos e culturas não eurocêntricas e cristãs. O termo foi cunhado a partir da ideia de *dispositivo*, de Michel Foucault, caracterizado como,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

O dispositivo é um conjunto heterogêneo de elementos que “[...] estabelecem vínculos/ articulações/ arranjos para alcançar determinada finalidade, produzir algo que dê conta de um problema, de um anseio ou de uma surpresa” (Guimarães-Silva, 2021, p. 42), por meio de instituições (como escolas, prisões e sistema jurídico), práticas, comportamentos e

ações que juntos, formam uma rede de saber-poder que atuam na produção de subjetividades. O *poder* está diretamente ligado ao dispositivo, partindo do entendimento de que o poder não é uma posse individual, mas sim, pode ser exercido em determinada situação estratégica ou contexto (Guimarães-Silva, 2021).

Foucault (2002) utiliza o *poder soberano*, a partir da teoria clássica que propõe que o rei (o soberano) tem o poder de decisão sobre a vida e morte de seus súditos e “[...] é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida” p. 286-287), estabelecendo pessoas ou perfis para viver ou morrer. A partir do século XVIII, com a Modernidade, o poder soberano se torna *disciplinar*, no qual a morte de súditos é pouco produtiva para sociedades capitalistas. O *poder disciplinar* atua na separação da vida útil (propícia ao trabalho e a produção de mão de obra, a deixando viver), da vida não-útil, a (deixando morrer). Foram desenvolvidas técnicas e instituições de docilização de corpos para gerar a vida útil ao capitalismo, bem como, para vigiar e punir aqueles que não cumprem com as expectativas estabelecidas pelo poder disciplinar (Foucault, 2002; Carneiro, 2005). Segundo Achille Mbembe (2016, p. 135), “[...] a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é”. Sendo assim,

Soberania é, portanto, definida como um duplo processo de “autoinstituição” e “autolimitação” (fixando em si os próprios limites para si mesmo). O exercício da soberania, por sua vez, consiste na capacidade da sociedade para a autocriação pelo recurso às instituições inspirado por significações específicas sociais e imaginárias (*idem*, p. 124).

Segundo Carneiro (2005), Foucault denominou que a nova tecnologia de poder sobre a racialidade é biopolítica e/ou biopoder. A *biopolítica* faz uma articulação de interseccionalidades, como raça, gênero e sexualidade, com a tentativa de transformar o corpo em uma máquina programada, o adestrando e o docilizando em prol da economia e do governo/política. É uma tecnologia de gestão da vida, mantendo a população saudável, seguindo os padrões de comportamento pré-estabelecidos, e economicamente ativa.

Quando se converte a biopolítica em *biopoder*, podemos compreender o segundo termo como o *poder sobre a vida e a morte*, ou “[...] aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” (Mbembe, 2016, p. 123), no qual, “[...] ‘o direito de soberania é, [...] o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer’” (Foucault, 2002, p. 287). O biopoder atua na proporção de nascimentos e óbitos, taxa de reprodução e fecundidade (como a proibição ou legalização do

aborto), mas também, da infertilidade (como os casos de esterilização forçada de mulheres negras e periféricas), fazendo intervenções e controles que visam a regulação do corpo (Carneiro, 2005; Guimarães-Silva, 2021).

Portanto, para Foucault, a vida se desenrola a partir do biopoder, em termos das disciplinas exercidas sobre os indivíduos, e da biopolítica, em termos das tecnologias que normalizam as populações. [...] Em outras palavras, os conceitos tratam da vida sendo utilizada como estratégia para execução do poder, por meio da governamentalidade – um conjunto de tecnologias que são pensadas para regular conduta de pessoas, homens, indivíduos e coletividades via constrangimentos que atuam sobre comportamentos, valores, escolhas e desejos (Guimarães-Silva, 2021, p. 38).

O *dispositivo de racialidade* é um *operador de biopoder e de biopolítica*, dividindo a sociedade, no sentido macro e micro, distribui os humanos em grupos, impondo uma diferenciação biológica (raças e racismo), agindo nas suas decisões e escolhas, impondo dominação, papéis sociais definidos e hierarquias, orientando o comportamento e valores dos indivíduos, separando a vida útil da não-útil por meio do poder disciplinar (Carneiro, 2005; Mbembe, 2016; Guimarães-Silva, 2021).

A biopolítica e biopoder são tecnologias desenvolvidas na Modernidade (Carneiro, 2005; Mbembe, 2016), sendo a escravidão de pessoas racializadas uma experimentação biopolítica, que persiste mesmo com a proibição da escravidão, como em operações policiais em favelas, destino de habitação para aqueles com menos renda, que causam o assassinato de pessoas negras, sendo os meninos e homens negros os principais alvos policiais (Wermuth, Marcht, Mello, 2020, p. 1072). Somente em 2023, foram registradas cerca de 17 vidas perdidas por dia, uma média de 6,3 mil, sendo pessoas negras no gênero masculino os mais atingidos, com cerca de 95,7% (Peres, 2024). Ou seja, o Estado deixa morrer e matar todos aqueles que forem ou que sejam considerados *bandidos* e/ou *traficantes*, ao invés de *trabalhadores*.

A relação ocorre da seguinte forma: o burguês, que é branco, é o padrão de normalidade que carrega em si o parâmetro de pureza artística, da nobreza estética, da majestade moral, da sabedoria científica, etc. [...]. Portanto, a branquitude emerge como um estatuto de humanidade. Como afirma Izildinha Baptista Nogueira, “o corpo funciona como marca dos valores sociais, nele a sociedade fixa seus sentidos e valores. Socialmente, o corpo é um signo” (Guimarães-Silva, 2021, p. 38).

É possível perceber a operação do biopoder na saúde da população negra em relação a doenças tratáveis e evitáveis que causam a morte de pessoas negras devido à falta de diagnóstico e/ou tratamento adequado, falta de profissionais e racismo no atendimento, tornando a população negra mais vulnerável à contaminação ou desenvolvimento de doenças que, na população branca, há menor incidência (Carneiro, 2005; Werneck 2016). Devido à um sistema de saúde com demora no atendimento e falta de profissionais para o diagnóstico e tratamento, além do racismo que esses profissionais podem submeter aos pacientes negros, a população negra tem maior chance de se contaminar ou adquirir certas doenças que, na população branca, há menor incidência (Carneiro, 2005).

A *violência institucional* contra pessoas negras, como a policial e a que ocorre na saúde, mostra que essa população ainda é tratada como “coisa” e muitas vezes é tratada de forma banal e impune, sujeitando a uma necropolítica (Wermuth, Marcht, Mello, 2020).

Assim, o termo *necropolítica* é utilizado para trazer uma crítica em relação à biopolítica de Foucault, no qual há a produção sistemática de mortes por meio da guerra, suicídios e homicídios, tendo a experiência colonial, pautada no racismo, como princípio. O Estado cumpre a função racista, assassina e suicida, já que implica a morte de grupos racializados (Mbembe, 2016). Os *campos de morte* são os locais marginalizados, como favelas e periferias, sendo uma metáfora para “[...] a violência soberana e destrutiva, e como o último sinal do poder absoluto do negativo” (Mbembe, 2016, p. 124), no qual o status político das pessoas que habitam esses locais são retirados e seus corpos são reduzidos a apenas biológicos, ao invés de sociais e políticos (Wermuth, Marcht, Mello, 2020).

Além disso, o “[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” (Mbembe, 2016, p. 128), sendo a sua função distribuir a morte e permitir as funções assassinas de um Estado racista. O Estado tem como ideal iluminista, ser uma organização racional, representando os ideais universais e morais de uma sociedade. Já as colônias não recebiam organização estatal, não sendo um mundo humano, mas zonas de guerra, não recebendo normatização (Laraia, 2001; Santos, 2022; Guimarães-Corrêa, 2022). Nessas zonas de guerra, ocorre a *militarização do cotidiano*, por meio do *estado de sítio*, condenando todas as pessoas daquela área, onde o poder disciplinar, a biopolítica e a necropolítica são articulados, privando a população de garantir sua subsistência e causando mortes visíveis (por meio de execuções) e invisíveis (por meio de fome e doenças, por exemplo). São criadas *máquinas de guerra*, que criam e executam novas formas de extermínio

de pessoas, que por sua vez, são utilizadas como mão de obra e têm os recursos naturais da região explorados, criando uma *economia de milícia* nessas áreas: “A própria guerra é alimentada pelo crescimento das vendas dos produtos extraídos. Conseqüentemente, novas relações surgem entre o fazer guerra, as máquinas de guerra e a extração de recursos” (Mbembe, 2016, p. 141).

Em seu desejo de eternidade, o corpo sitiado passa por duas fases. Primeiro, ele é transformado em mera coisa, matéria maleável. Depois, a maneira como é conduzido à morte – suicídio – lhe proporciona seu significado final. O corpo sitiado se converte em uma peça de metal cuja função é, pelo sacrifício, trazer a vida eterna ao ser. O corpo se duplica e, na morte, literal e metaforicamente escapa do estado de sítio e ocupação (*idem*, p. 143).

Mbembe (2016) utiliza o termo necropolítica para argumentar que o biopoder não é suficiente para abordar as formas contemporâneas de “[...] subjugação da vida ao poder da morte”, assim como, o utiliza para falar das novas tecnologias de destruição e assassinatos em massa e da criação de *mundos de morte*, onde pessoas são submetidas às zonas de morte e passam a viver *como mortos-vivos*.

2.2. Miscigenação: do estupro colonial ao colorismo

A mestiçagem sempre esteve presente no território brasileiro ocorrendo principalmente, pelo estupro de mulheres negras e indígenas por colonizadores europeus, sendo uma das formas de dominação (Carneiro, 2011; Santos, 2022). A paternidade não era reconhecida por ser considerada ilegítima e impura e, muitas vezes, as crianças eram vendidas e submetidas ao trabalho escravo. A miscigenação gerou uma sociedade colonial com “[...] um gradiente de cores”, que gerava diferentes vivências pautadas no racismo.

Essa gradação dentro da chamada “população de cor” pode ser verificada nos muitos termos utilizados para designar tais pessoas: “negro”, “preto”, “mulato” [filhos de brancos com negros], “pardo”, “cafuzo” [filhos de negros com indígenas], “cabra”, os quais hoje podem ser tomados como sinônimos, mas na época tinham sentidos diversos. Preto era amplamente utilizado para se referir a pessoas escravizadas, ao passo que negro podia indicar também homens e mulheres libertos ou livres. Embora pudessem ser usados para se referir à mesma pessoa, pardo e mulato também tinham sentidos distintos. A palavra mulato, por ter na sua origem a ideia de que o indivíduo era produto do cruzamento de seres diferentes, costumava ter uma conotação muito mais ofensiva do que pardo, que era uma alusão à cor do pardal (Santos, 2022, p. 81).

Já no Brasil Colônia, foi estabelecido a hierarquia de tons de pele, que colocava a pele preta retinta na base, sendo a mais condenável, e a branca no topo, recebendo mais privilégios (Carneiro, 2011; Santos, 2022). Para mudar a *cara do Brasil*, conhecido pela miscigenação, a imigração de europeus brancos cristãos passou a ser incentivada com políticas públicas, conforme abordado anteriormente, para embranquecer a população e “salvar” o país, o tornando “melhor” e moderno, enquanto a imigração de pessoas negras e amarelas foi impedida. A intenção era exterminar a raça negra e indígena do país, por meio do *darwinismo racial* (pseudociência racista), que visava a precalência da “melhor raça”. O branqueamento pode ser entendido de duas formas: internalizar costumes e padrões de brancos europeus; clareamento do fenótipo de pessoas racializadas, seja pela miscigenação, seja pela incorporação de padrões de beleza eurocêntricos (Silva, A. B., 2018). O ato de se branquear visa uma mudança na classificação racial, tornando o indivíduo “menos negro” (Figueiredo, 2020, p. 277).

Essa abertura para a miscigenação formulou o *mito da democracia racial*, um imaginário social de que não existia racismo no Brasil, sendo um paraíso racial, onde todas as raças viviam de forma harmoniosa, já que não existiam leis de segregação racial, como nos Estados Unidos. Com a busca por uma *identidade nacional*, as manifestações culturais e religiosas de negros e indígenas passaram a ser consideradas em momentos e locais específicos, como o Carnaval, samba e futebol, bem como, a linguagem, como palavras e modos de falar únicos, como o pretuguês (Gonzalez, 2020). Apesar de uma exaltação, a cultura negra era celebrada apenas em momentos específicos, onde pessoas racializadas eram colocadas em lugares muito limitados e estereotipados, tendo pessoas brancas como os maiores investidores, produtores e consumidores (Gonzalez, 2020; Santos, 2022).

Sueli Carneiro (2011) denomina como *a dor da cor* a dificuldade em autodefinir a própria racialidade, pois, a raça está atrelada à aparência e não, exclusivamente, à ancestralidade. Dessa forma, a pessoa *parda* era aquela que não se denominava como negra, indígena, amarela ou branca (*idem*, p. 67).

Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros, em função de tal imaginário social, que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo,

mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardo!

A pessoa ser desassociada da negritude era considerado algo positivo, uma promoção, uma alforria. Ser chamada de mulata(o), ou morena(o) era um benefício simbólico, por estar mais perto do ideal para o ser humano: ser branco (Carneiro, 2011).

Dessa maneira, a *pigmentocracia* ou *colorismo* é um fenômeno no qual “[...] quanto mais pigmentada a pele de uma pessoa, mais discriminada e excluída socialmente ela será” (Silva, A. B., 2018, p. 59). Apesar desse benefício, pessoas pardas podem ter condições de vida mais semelhantes ao de pessoas pretas do que de pessoas brancas, habitando os mesmos lugares, tendo o acesso socioeconômico e educacional semelhantes, sendo vítimas do racismo institucional e da violência policial: “Esses jovens sabem, pela experiência cotidiana, que o policial nunca se engana, sejam esses jovens negros de pele mais clara ou escura” (Carneiro, 2011, p. 73).

No mais, embora exista o preterimento de pessoas com pele negra retinta em relações afetivas e/ou sexuais (Figueiredo, 2020), a “zona cinzenta” (Carneiro, 2011) em que pessoas pardas se encontram pode gerar a deslegitimação de suas identidades negras por parte de pessoas negras de pele escura e retinta, causando mais dificuldades na autodeclaração racial (Silva, D. K., 2023).

Das lutas políticas do Movimento Negro, que via na fraca “consciência racial” de pessoas autodeclaradas pardas um sintoma do “mito da democracia racial” e da “ideologia do embranquecimento”, de modo a ser preciso fortalecer a busca e orgulho dessas pessoas pela sua identidade negra, observa-se, na atualidade, atitudes de suspeição em relação à identidade negra de pessoas pardas (Silva, D. K., 2023, p. 4).

A dificuldade de autodenominação está relacionada aos estereótipos e representações de pessoas negras em produtos culturais, onde há pouca ou nenhuma presença negra.

2.3. Representação: a pessoa negra como o Outro não-branco

A *representação* está relacionada à substituição, simbolização, na semiótica, no qual “[...] algo que está no lugar de alguma coisa que não se faz presente, que se mostra distante no tempo e no espaço. Sendo assim, é usado, na maioria das vezes, como sinônimo de signo” (Guimarães-Corrêa, Silveira, 2015, p. 123). Por isso, está diretamente ligada à linguagem,

pois pode ser utilizada como “[...] sinônimo de signos, imagens, formas ou conteúdos de pensamento, atividade representacional dos indivíduos, conjunto de ideias desenvolvidas por uma sociedade” (p. 124), fazendo a conexão de indivíduos, auxiliando no processo de criação de culturas e sociedades.

Stuart Hall (2016) pontua a importância da *diferença*, nos âmbitos linguístico, antropológico e psicanalítico. Nos estudos linguísticos, a diferença se torna essencial pois, sem ela não seria possível existir significado. As representações são construídas de maneira binária (oposições binárias), no qual ocorre a polarização em extremos opostos, onde não é possível ser os dois polos ao mesmo tempo, como branco/negro, bom/mau; bonito/feio. No mais, existe também sempre uma relação de poder/hierarquização, no qual um polo será dominante, recebendo privilégios em detrimento do outro, que poderá ser compreendido como *diferente*: “Tudo o que dizemos e significamos é modificado pela interação e pela troca com o outro. O significado surge através da ‘diferença’ entre os participantes de qualquer diálogo. O ‘Outro’, em suma, é essencial para o significado” (Hall, 2016, p. 155).

Já no sentido antropológico, Hall (2016) traz a reflexão de que a cultura molda a forma que percebemos, ordenamos e significamos as coisas, criando sistemas classificatórios únicos, também chamados de culturas (Ver mais no capítulo 4). Ao perturbar a ordem cultural, pode haver punições e/ou marginalização, pois “Culturas estáveis exigem que as coisas não saiam de seus lugares designados”. Os limites simbólicos mantêm as categorias ‘puras’ e dão às culturas significados e identidades únicos” (*idem*, p. 157).

Por fim, o sentido psicanalítico também coloca a diferença como fundamental para construir o *self* das pessoas e suas identidades sexuais, principalmente nos estágios iniciais de suas vidas. “A subjetividade surgirá e a percepção do *self* será formada somente através das relações simbólicas e inconscientes que a criança forja com o ‘Outro’ significante que está fora de si – ou seja, que é diferente de si” (*idem*, p. 159). A psicanálise também é usada para explicar o racismo, devido a recusa e aversão do “Outro” branco reconhecer o “Outro” racializado como ser-humano (Fanon, 1986 *apud* Hall, 2016; Gonzalez, 2020).

No racismo, a diferença é marcada e patologizada, havendo o reducionismo de características, sejam elas físicas, culturais ou psicológicas, por exemplo, essencializando a diferença (substituir o todo pela parte), de forma que ela pareça natural e logo, imutável. Quando há a substituição de sujeitos por uma coisa (objetificação), pode ocorrer o *fetichismo* nas representações, ocorrendo a negação e, ao mesmo tempo, o desejo: “O fetichismo, então,

é uma estratégia para ter tudo ao mesmo tempo: tanto para representar, quanto para não representar o objeto prazer e desejo que é considerado tabu, perigoso ou proibido. Ele nos fornece, segundo Mercer, um ‘álibi’” (Hall, 2016, p. 209).

Em primeiro lugar, vinda de muitas direções diferentes e de inúmeras disciplinas, a questão da “diferença” e da “alteridade” passou a desempenhar um papel cada vez mais significativo. Em segundo lugar, a “diferença” é ambivalente. Ela pode ser tanto positiva quanto negativa. Por um lado, é necessária para a produção a significados, para a formação da língua e da cultura, para as identidades sociais e para a percepção subjetiva de si mesmo como um sujeito sexuado. Por outro, é, ao mesmo tempo, ameaçadora, um local de perigo, de sentimentos negativos, de divisões, de hostilidade e agressão dirigidas ao “Outro” (Hall, 2016, p. 160).

O racismo foi fundamental na criação de representações negativas de pessoas racializadas, as exorcizando diante das pessoas brancas europeias. Assim, mídias foram e ainda são utilizadas para criar e propagar imagens da conquista e dominação europeia, e degradação de pessoas racializadas, por meio de livros, revistas, rádio e televisão, por exemplo (Hall, 2016; hooks, 2023). Essas eram estratégias de naturalizar a diferença porque, caso as diferenças fossem culturais, poderiam ser modificadas; porém, se fossem naturais, seriam imutáveis.

Dessa forma, foram criados estereótipos acerca de pessoas racializadas, que seriam “[...] poucas características ‘simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados”. Dessa forma, a *estereotipagem* “reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’”, excluindo tudo aquilo que não lhe cabe ou pertence (Hall, 2016, p. 191). A estereotipagem geralmente ocorre onde há desigualdades de poder e contribui para a manutenção da ordem social e simbólica. Ao olhar para pessoas africanas e afrodescendentes, Hall (2016) aponta para a estereotipação da raça negra, a reduzindo à falta de civilização e às suas características físicas, e negando sua diversidade fenotípica e cultural.

Os estereótipos de pessoas negras foram muito utilizados nos produtos culturais, como o cinema, onde foram amplamente criadas e reproduzidas em produtos culturais, sendo alguns deles: o *Pai Tomás*, para representar os “bons negros”, que têm a fé cristã e são submissos, generosos e gentis com os seus proprietários; a *mãe preta*, que também é devota e subserviente aos cuidados da casa e da família branca, sendo uma mulher gorda, “mandona” e dessexualizada; há os *malandros (coons)*, que são os pretos considerados preguiçosos; a

mulata trágica, que é mestiça – filha de homem branco e mulher negra –, e que seu sangue branco a torna mais aceitável aos homens brancos, sendo ela hiperssexualizada, sedutora, exótica e considerada bonita, mas que, por ser ter sangue negro, a condena a um fim trágico; e o *mal-encarado* (*bad buck*), que é o homem negro fisicamente forte, violento, selvagem, hiperssexualizado e estuprador. Com o tempo, foram criados novos estereótipos, como “[...] o ‘ladroão’, o ‘barão da droga’, o ‘yardie’ (negro vindo do bairro de Trenchtown, Jamaica), o cantor de *gangsta-rap*, os grupos de ‘negros com atitude’ e, de forma mais generalizada, a ‘agressiva’ juventude urbana e negra” (Hall, 2016, p. 178).

Devido às leis de segregação racial nos Estados Unidos, ou leis Jim Crow, pessoas racializadas eram proibidas de frequentar e dividir os mesmos espaços e locais que as brancas. No cinema, pessoas brancas faziam o papel de pessoas negras, as representando de forma estereotipada, exagerando e essencializando características físicas e comportamentais, como se pintar com tinta preta ou carvão (*blackface*), aumentando o tamanho dos lábios e agindo de forma infantilizada e imbecilizada (Hall, 2016). Assim, as representações de pessoas racializadas eram estereotipadas desde o início da indústria cinematográfica de Hollywood.

A partir disso, é possível citar o filme *O nascimento de Uma Nação* (1915), de David Llewelyn Griffith, que ganhou notoriedade e sucesso de bilheterias ao trazer inovações cinematográficas, como maior tempo de duração e enquadramentos. Na produção, além do uso de *blackface*, pessoas negras foram representadas como inferiores intelectual, estética e moralmente, e os homens negros eram violentos (Hall, 2016; Silva, A. A., 2018).

Apesar dos estereótipos racistas, houve resistência por parte das pessoas não-hegemônicas. Andréa Antonieta Cotrim Silva (Silva, A. A., 2018) aborda a presença negra no cinema *hollywoodiano* no qual, entre o final do século XIX e início do XX, as produções feitas por pessoas brancas, majoritariamente homens cisgêneros, criaram e reproduziram constantemente representações de pessoas negras com base em estereótipos, conforme descritos por Hall (2016). Na metade do século, por volta dos anos 1950, a presença de pessoas negras na atuação e produção audiovisual cresceu, sendo possível encontrar novas representações como ter homens negros embranquecidos, ao seguir os padrões europeus, por meio das roupas, como ternos, e da fala. A partir dos anos 1970, as pessoas negras, principalmente homens negros, em produções feitas por pessoas negras, passaram a receber novas representações, se tornando protagonistas, como policiais, detetives, criminosos e gângsters. Estavam em papéis de homens poderosos e atraentes, bem como, podiam ser

personagens cômicos e/ou excêntricos, enquanto pessoas brancas podiam ser os vilões e/ou criminosos. Esses filmes ficaram conhecidos como *Blaxploitation*, no qual algumas pessoas negras conseguiram entrar no cinema *mainstream* e tiveram acesso às produções de Hollywood, desempenhando papéis que antes só cabiam a brancos (Silva, A. A., 2018).

Nos anos 1990, a diversidade racial do público era buscada em Hollywood, no qual, em produção de pessoas brancas, os personagens brancos eram os protagonistas salvadores e os negros eram o coadjuvante cômico e malandro. Em produções de pessoas negras, os negros eram capazes e podiam ser heróis, enquanto os brancos podiam aparecer como o inimigo racista. No início dos anos 2000, se iniciou a Era Obama, com a eleição do primeiro presidente negro dos Estados Unidos, Barack Obama, com a produção de filmes com temática racial e a presença de presidentes, dentre outras figuras de autoridade, negros.

Apesar de Silva, A. A. (2018) relatar que a mulher negra era representada, nos filmes produzidos por pessoas negras, como sensuais e autossuficientes, podendo ter papéis normalmente interpretados por homens, não é abordada a figura da mulher negra no cinema hollywoodiano, e nem a recepção do público feminino negro. No entanto, muitas dessas produções, dominadas por homens negros e cisgênero, apresentavam estereótipos de gênero.

bell hooks (2019) utiliza o termo *olhar opositor (olhar opositivo)* para falar que, embora as relações de poder busquem controlar todos os aspectos da vida e suprimir a liberdade, existem formas e possibilidades de resistência. O olhar opositor pode ser observado por hooks a partir da materialização de um gesto comum a pessoas negras, como encarar diretamente, como forma de confronto, diante da impossibilidade de quebrar o silêncio. Esse olhar era punido durante a escravidão, sendo as pessoas escravizadas privadas de olhar como uma estratégia de dominação. Falar também era privado, impondo-lhes torturas, como máscaras de ferro. Porém, essas tentativas de reprimir o olhar de pessoas escravizadas, lhes gerou o desejo de ver: “[...] um anseio rebelde, um olhar opositor” (hooks, 2019, p. 212) como forma de tentativa de resistência, registro e desejo de mudanças.

Quando a maioria das pessoas negras nos Estados Unidos teve a primeira oportunidade de assistir a filmes e à televisão, fez isso totalmente consciente de que a mídia de massa era um sistema de conhecimento e poder que reproduzia e mantinha a supremacia branca. Encarar a televisão, ou filmes comerciais, envolver-se com suas imagens, era se envolver com sua negação da representação negra. Foi o olhar opositor negro que reagiu a essas relações de olhar criando o cinema negro independente (p. 113-114).

O olhar opositor buscou contestar as representações estereotipadas de pessoas racializadas, as fazendo, literalmente, desviar o olhar da tela evitando entrar em contato com essas imagens; resistindo se identificar com os personagens e narrativas, mantendo distância entre pessoa espectadora e imagem (ruptura); mas também de desejo (masculino), ou de negação (feminina).

hooks (2019) pontua que, embora homens negros se opusessem a imagens racistas nos cinemas, não se preocupavam com o gênero, exercendo o olhar falocêntrico reprimido, pois, nas salas de cinema ou pela televisão, podiam olhar e desejar as mulheres brancas sem a punição (já que os homens negros carregavam o estigma social de serem violentos e abusadores). Dessa forma, as mulheres que tinham visibilidade e eram desejadas, eram as brancas, enquanto as negras eram apagadas, ou presentes apenas em papéis de servidão, perpetuando a supremacia branca.

Representações convencionais de mulheres negras cometeram violência contra a imagem. Respondendo a esses ataques, muitas espectadoras negras se fechavam para a imagem, olhavam para o outro lado, decidiam que o cinema não era importante em suas vidas. Havia também aquelas espectadoras cujo olhar era de desejo e cumplicidade. [...] Experimentavam um *gaslighting* cinematográfico. Todas as mulheres negras com quem já conversei que eram/são frequentadoras ardorosas de cinema, amantes dos filmes de Hollywood, testemunharam que, para ter uma experiência totalmente prazerosa no cinema tinham que desligar a crítica, a análise; tinham que esquecer o racismo. E na maioria das vezes não pensavam no machismo (*idem*, p. 219-220).

Portanto, a experiência de assistir filmes podia ser algo menos prazeroso ou, até mesmo, doloroso para mulheres negras: “Para algumas de nós, parar de olhar era um gesto de resistência, nos afastar era uma forma de protesto, de rejeitar a negação”. O olhar opositivo de mulheres negras às representações estereotipadas se dava pelo questionamento do produto midiático, bem como, observavam criticamente o olhar falocêntrico à mulher branca, bem como, a construção de sua feminilidade por homens, sendo a mulher branca que proporcionaria o prazer visual, por meio de seus corpos e do olhar de homens brancos. Por mais que esse olhar falocêntrico tenha sido questionado pelas feministas brancas, por colocar a mulher branca como passiva, limitada, e que sempre precisava da agência de um homem branco, as críticas não contemplavam as espectadoras e personagens negras.

Já em obras cinematográficas de homens negros, ocorreu a reprodução do olhar falocêntrico branco, no qual o corpo da mulher branca apenas era substituído pelo da mulher negra, sendo objetificada: “É transferência sem transformação” (hooks, 2019, p. 229).

A habilidade crítica da espectadora negra surge de um lugar de resistência apenas quando as mulheres negras individualmente resistem de modo ativo à imposição de formas dominantes de ver e de saber. Ainda que todas as mulheres negras com quem falei estivessem conscientes do racismo, essa consciência não correspondia automaticamente à politização, ao desenvolvimento de um olhar opositor. Quando correspondia, mulheres negras individualmente nomeavam o processo de modo consciente (*idem*, p. 232).

O olhar opositor de mulheres negras se materializou tanto na negação ou ruptura, como também em críticas de cinema e na criação de um cinema feminista negro, na década de 1980, reconhecendo e mudando o presente, para assim, reinventar o futuro.

Apesar do maior protagonismo negro no cinema e em produtos culturais, estereótipos ainda são utilizados. No mais, é possível observar o fenômeno do *Negro Único* em veículos midiáticos de grande circulação, que consiste na presença de apenas uma única pessoa negra, no meio de diversas pessoas brancas, bem como a repetição sistemática da mesma pessoa nos mesmos lugares, estabelecendo que só há espaço para uma pessoa negra, para abordar assuntos limitados e em espaços limitados (Guimarães-Corrêa, Bernardes, 2019).

3. Discutindo interseccionalidades

Desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), o termo *interseccionalidade* foi utilizado para nomear injustiças racistas e sexistas no sistema jurídico estadunidense, sofrido por mulheres negras. Segundo Crenshaw, era necessário repensar e complexificar o modo que as vivências de mulheres negras são estudadas, sendo necessário observar como as opressões podem ocorrer de forma simultânea, ao invés de categorias isoladas. Após a realização da *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância*, em Durban (África do Sul), em 2001, o termo começou a ser explorado por feministas negras para investigar a articulação de vulnerabilidades e identidades que podem gerar discriminação e opressão com base em raça, gênero, sexualidade, idade, peso, etnia, religião, entre outras identidades não-hegemônicas e socialmente marginalizadas, o que pode gerar o desempoderamento (Akotirene, 2018; Carrera, 2021).

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2018, p. 14).

A utilização do termo foi necessário pois, com a colonização europeia e escravização de pessoas negras, a mulher negra passou a ser enxergada como uma anomalia, pois não era homem e não era branca. Ao mesmo tempo que possuíam o sistema reprodutivo feminino, tal como as mulheres brancas, executavam as mesmas funções que homens negros (mesmo que arbitrariamente). Como as mulheres brancas feministas se automearam como *o Outro*, devido ao sistema patriarcal que as colocou como *o segundo sexo*, as feministas negras se autodenominaram como *o Outro do Outro*, devido a sua raça e gênero. O feminismo do século XX, promovido por mulheres brancas e burguesas, utilizavam de pautas relacionadas a *ideologia da feminilidade* (Davis, 2016), como a exclusão do mercado de trabalho e da intelectualidade, passividade, castidade e redução ao espaço privado. Assim, as pautas buscavam reivindicações apenas de mulheres cisgênero, brancas e burguesas que, muitas vezes, se recusavam em reconhecer o racismo na luta por igualdade de gênero (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020; hooks, 2023). A perspectiva interseccional se torna relevante para o feminismo negro pois, embora a classe social seja um fator determinante para pessoas

brancas, o mesmo não ocorre quando identidades não-hegemônicas se cruzam (Collins, 2019; Lugones, 2020).

As mulheres negras também eram sujeitas à violências de gênero por parte de homens negros, que acabam reproduzindo machismo, sexismo e misoginia, impostos por homens europeus e brancos durante a colonização. Dessa forma, os homens negros agem como “[...] cúmplices ou colaboradores na efetivação da dominação violenta das mulheres de cor” (Lugones, 2020, p. 59). Dentro dos próprios movimentos negros, que buscavam direitos civis para a população negra, mulheres negras eram cobradas a cumprirem apenas papéis de gênero, sendo o sexismo reforçado nessas instituições, ao invés de combatido (Davis, 2016; hooks, 2023). Por isso, o termo foi de grande relevância para dar visibilidade a intersecção das identidades (gênero e raça, dentre outras), dando ênfase às violências sofridas por mulheres negras e o seu silenciamento.

Quando existem múltiplas identidades e vulnerabilidades, elas não se sobrepõem ou se somam, mas se interseccionam e proporcionam modos único de se estar no mundo, pois “Cada grupo social tem uma visão de mundo em constante evolução que utiliza para ordenar e avaliar suas próprias experiências” (Collins, 2019, p. 44). Assim, com a interseccionalidade, é possível ter lentes analíticas para observar, com novos ângulos, o modo como essas identidades e vulnerabilidades são articuladas, sendo uma metodologia que as observa as sobreposições de maneira complexa (Collins, 2016; Guimarães-Corrêa, 2020).

Em um nível básico, uma pessoa não precisa mais perguntar: “eu sou negra ou sou mulher ou sou lésbica antes de qualquer coisa?”. A resposta de ser simultaneamente negra e mulher e lésbica expande esse espaço de subjetividade para abarcar múltiplos aspectos da identidade individual. Em vez de uma identidade fixa e essencialista que uma pessoa carrega de uma situação para outra, as identidades individuais agora são vistas como desempenhadas de forma diferente entre um contexto social e outro. O processo de construção de um senso único de identidade que se baseia em múltiplas possibilidades gerou novas questões sobre como essas identidades foram interconectadas e são interdependentes, em vez de como elas foram ou deveriam ser classificadas (Collins, 2022, p. 59).

Apesar das identidades provocarem vivências distintas, é importante considerar que não existem hierarquias das opressões “[...] porque essas categorias funcionam juntas em complexas dinâmicas, em um emaranhado de desafios que um indivíduo ou grupo enfrenta na vida cotidiana” (Guimarães-Corrêa, 2020, p. 128). Sendo assim, a perspectiva interseccional também permite o reconhecimento de privilégios e a busca por justiça e equidade social

(Carreira, 2020; Collins, 2019, 2022). Por isso, Patricia Hill Collins (2022) associa a interseccionalidade ao pensamento heurístico, que pode ser definido como formas de descobrir e explicar o mundo social, além de buscar resoluções para os seus problemas sociais.

A partir disso, Collins (2016) pontua elementos chaves para a compreensão do pensamento feminista negro, sendo ele: produzido exclusivamente por mulheres negras, seja por registros escritos por elas próprias ou pela oralidade; a defesa e valorização de perspectivas singulares, mas que se repetem com outras mulheres negras; e a intersecção de diversas identidades que produzem modos únicos de se estar no mundo, apesar dos pontos em comum em suas vivências.

[...] um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (Collins, 2016, p. 102).

Apesar da relevância do uso do termo *interseccionalidade*, mulheres negras já refletiam e expressavam as diferenças raciais, de gênero e classe, principalmente. O discurso de Sojourner Truth, uma mulher negra ex-escravizada, em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (EUA), é fundamental para compreender como mulheres negras percebiam opressões interseccionais ao questionar a existência de uma mulher universal (sendo ela branca, cisgênero, heterossexual, sem deficiência, classe média, entre outras identidades consideradas como norma) e de como as pautas de gênero não englobava a realidade de mulheres racializadas. Ao reconhecer as diferenças de tratamento recebido entre mulheres brancas e negras, Sojourner Truth questiona se *não era uma mulher*, pondo em xeque a suposta fragilidade feminina, socialmente construída para acreditarem que precisavam da ajuda de homens em todos os aspectos de sua vida. Ao mesmo tempo, colocava em xeque o discurso feminista branco de classe média, que reivindicava pelo direito de trabalhar para se emanciparem dos homens e serem iguais a eles. Enquanto isso, as mulheres negras foram escravizadas e obrigadas a trabalhar e, com a abolição da escravidão, precisavam trabalhar para sobreviver e garantir a subsistência de sua família e comunidade, não lhes garantindo mobilidade social ou os mesmos *status* que os homens, sobretudo os brancos (Akotirene, 2018; hooks, 2023).

No Brasil, também ocorria a articulação interseccional nos trabalhos de Lélia Gonzalez (2020), por exemplo, que descreveu as formas que a mulher negra brasileira era enxergada na sociedade e representada em produtos culturais, sendo elas: a *mulata*, hiperssexualizada, objetificada, exaltada e desejada sexualmente somente no carnaval; a *doméstica*, que trabalha em serviços pessoais, como empregada, copeira e lavadeira; e a *mãe preta*, trabalha como cuidadora dos filhos de pessoas, geralmente, brancas, de classe média ou alta.

Nos subcapítulos a seguir, serão observados sobre a condição da mulher negra desde o período colonial, até o momento atual, observando suas opressões, resistências e reivindicações por representatividade, além de propor uma discussão que considera vivências para além da cisgeneridade.

3.1. Misoginia, *misogynoir* e *transmisogynoir*: nomeando violências cometidas contra mulheres negras

Moya Bailey e Trudy (2018, p. 5, tradução minha⁴) apontam que enquanto a *interseccionalidade* busca explicar “[...] como as mulheres negras vivenciam raça, gênero e classe diferentemente dos brancos/homens, [...] a *misogynoir* explica porque isso ocorre”. O termo *misogynoir* (*misogy*, do inglês, para misoginia e, *noir*, do francês, para negra) surgiu em 2010, a partir dos anseios de Bailey (2010, 2018) e as limitações linguísticas acerca das representações midiáticas em torno da figura da mulher negra cisgênero, transgênero e travesti e do modo como homens negros falavam sobre elas em redes sociais e nas músicas, sendo discursos que buscavam normatizar seus comportamentos, ao instruir o que elas deveriam fazer com seus próprios corpos. Esses comportamentos desejados eram/são pautados em ideologias anti-mulher e anti-mulher negra, às tratando de modo opressor, se materializando não apenas nos discursos, mas também, por meio do assédio, importunação sexual, violência doméstica, estatal e econômica, em produtos midiáticos, na cultura popular, na violência estatal, dentre outros espaços públicos e privados.

Muito do que era apresentado como formas de relacionamento entre homens e mulheres negras era um suposto desejo heterossexual cis e sobre como as mulheres negras não estavam conseguindo ser desejáveis. Para mim, nomear

⁴ No original: “[...] how Black women experience race, gender and class differently from Whites/men, then *misogynoir* explains why this occurs.

a *misogynoir* era observar tanto uma misoginia histórica contra os negros quanto uma dinâmica de gênero intrarracial problemática que tinha implicações mais amplas na cultura popular. A *misogynoir* pode vir de homens negros, homens e mulheres brancos e até mesmo de outras mulheres negras (Bailey, 2018, p. 1, tradução minha⁵).

Enquanto a *misoginia* (do grego, *misos* para ódio, e *gune* para mulher), bem mais do que o ódio contra mulheres, se trata de uma aplicação e policiamento das ordens e normas patriarcais, sendo um fenômeno político, moral e social. Desviar das ordens gera punições e violências às mulheres específicas ou categorias de mulheres, sendo que os homens, quando aplica a punição, podem acabar saindo impunes, serem perdoados ou ignorados, enquanto a vítima sofre descrença, *gaslighting*⁶ perseguições e/ou vingança. Essas violências contra a mulher também as forçam a se adequar às normas pré-estabelecidas para não serem punidas. Sendo assim, a misoginia se relaciona com o *sexismo*, que pode ser definido como a inferioridade da mulher (principalmente cisgênero, considerando que a norma não abrange pessoas transgênero, travestis ou agênero, por exemplo) em relação ao homem cisgênero, bem como, a divisão sexual do trabalho, havendo funções impostas como naturais para ambos os “sexos”, apenas feminino e masculino, que não poderiam ser alteradas pela humanidade: “[...] o sexismo é o braço disciplinar da ideologia patriarcal heteronormativa ocidental que trabalha para construir sujeitos cisgêneros” (Noble, Palmer, 2022, p. 234).

Pensando em homens negros, Bailey aborda sobre a homosocialidade no *hip-hop*, no qual ocorre o reforço da cis-hetero masculinidade negra, sendo um ambiente propício a expressar o amor não-erótico/sexual por seus pares “[...] no entanto, envolve uma espécie de economia visual e emocional violentamente erotizada, na qual os homens negros constroem mundos homosociais em que se envolvem em exposições narcisistas de heterossexualidade hipermasculina uns para os outros” (*idem*, p. 232, tradução minha⁷). Assim, esses espaços de fala e visibilidade de homens negros, muitas vezes, está pautados em sentimentos anti-mulher e anti-mulher negra, ou *misogynoir*, pois há afeto, vínculos complexos e não-objetificação

⁵ No original: So much of what was presented as the ways Black men and women relate to each other was an assumed heterosexual cis desire, and about how Black women were failing at being desirable. For me, naming misogynoir was about noting both an historical anti-Black misogyny and a problematic intraracial gender dynamic that had wider implications in popular culture. Misogynoir can come from Black men, white men and women, and even other Black women.

⁶ Tipo de violência psicológica, no qual a vítima é manipulada a duvidar das suas memórias e percepções da realidade, sendo elas consideradas “loucura” (Brasil de Fato, 2022).

⁷ No original: [...] nevertheless involves a kind of violently eroticized visual and emotional economy in which Black men construct homosocial worlds where they engage in narcissistic displays for each other of hyper-masculine heterosexuality.

apenas entre homens negros (homoafetividade e homosocialidade). Portanto, acabam reproduzindo ideologias pautadas no patriarcado supremacista branco, sendo ele cisgênero, heterossexual, homoafetivo, anti-mulher e anti-negro.

Em relação às mulheres negras, isso pode se manifestar em homofobia, misoginia e transfobia em relação às mulheres negras que não se enquadram no gênero. Muitas vezes, quando demonstram seu desejo pela sensualidade e pela garra das mulheres negras heterossexuais, isso é acompanhado por atos que buscam aproveitar ou violar o poder erótico das mulheres por meio de atos de misoginia que tentam regular e se apropriar de seu poder erótico para servir ao recentramento dos homens negros, à dominação patriarcal e a um olhar masculino heteropornográfico, muitas vezes hipercomodificado. Muitos homens lidam com imagens amplamente divulgadas de mulheres negras como possuidoras de níveis patológicos de autonomia, sendo menos “femininas” e menos sensíveis (*idem*, p. 233, tradução minha⁸).

Bailey (2018) se preocupa com o uso do termo de modo que não universalize as vivências de mulheres negras, utilizando o termo *transmisogynor* (*trans* de transgênero) para trazer visibilidade às mulheres transgênero e travestis negras, já que as mesmas são condicionadas a experiências e opressões únicas. Assim, Trudy (2018) propõe a necessidade de desenvolver o senso de comunidade, amor e irmandade entre mulheres negras para que as mesmas também reflitam sobre a misoginia internalizada.

Após ser elaborado, os termos *misogynoir* e *transmisogynor* foram rapidamente utilizados em redes por mulheres negras (cis, trans e travestis), principalmente entre as que falavam inglês, em movimentos anti-sexista e anti-racista, sejam eles *online* ou *offline*, como: o Black Lives Matter, que denuncia o genocídio negro, principalmente pela polícia/Estado; Me Too, que denunciou casos de assédio, importunação sexual e estupro; e Say Her Name, que denuncia a violência estatal contra mulheres negras (Bailey, Trudy, 2018; Noble, Palmer, 2022).

A *misogynoir* é apresentada como uma forma de olhar especificamente para opressões interseccionais sofridas por mulheres negras e, a *transmisogynor*, para as mulheres trans e travestis, sendo uma possibilidade linguística de falar sobre si e sobre o grupo, principalmente acerca da violência sofrida em ambientes digitais.

⁸ No original: In relation to Black women, this can manifest in homophobia, misogynoir, and transphobia toward non-gender conforming Black women. Often when showing their desire for Black heterosexual women’s sensuality and feistiness, this is accompanied by acts which seek to harness or violate women’s erotic power through acts of misogynoir that attempt to regulate and appropriate her erotic power to service the recentring of Black men, patriarchal dominance and an often hyper-commodified hetero-pornographic male gaze. Many men grapple with widely circulated images of Black women as possessing pathological levels of autonomy, being less ‘womanly,’ and less sensitive.

3.2. Subversão da cisgeneridade: colonialidade do poder e normatividade

María Lugones (2020) utiliza do termo *colonialidade de poder* e da modernidade, organizado, principalmente, pelo capitalismo eurocêntrico, que consistia em um poder global para abordar sobre a dominação, disputa, controle e exploração de todos os aspectos da vida humana, como o sexo, o trabalho, a autoridade coletiva e da subjetividade, ou intersubjetividade.

Segundo Aníbal Quijano (1989), a *colonialidade do poder* pode ser entendido como a dominação europeia global, agindo como uma estrutura complexa, com vários níveis que se entrelaçam, e se materializando na: economia, política/autoridade, cultura, natureza e seus recursos, subjetividade e conhecimento, e do gênero, sexualidade e sexo; suprimindo e eliminando tudo e todos aqueles que fugiam do padrão eurocêntrico, como “[...] crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não serviam à dominação colonial global” (p. 12, tradução minha⁹), por meio da força e da *colonização do imaginário*, estabelecendo o controle social. Essa dominação não se encerrou com o surgimento das repúblicas, pois persistiu na dimensão: do poder, como no Estado e na economia, por exemplo; do saber, como na produção de conhecimentos; e do ser, por meio do racismo, sexismo, classe, entre outras opressões interseccionais. A colonialidade do poder converteu a diversidade humana em valores e hierarquias, tendo a supremacia branca cis-hetero-masculina como o topo (Ballestrin, 2013; Lugones, 2020). Lugones (2020) pontua que a colonialidade do poder e colonialismo se diferem pois, o primeiro necessita, obrigatoriamente do racismo.

E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva (Mignolo, 2003, p. 30). É precisamente desse diagnóstico – elaborado especialmente por Quijano, Wallerstein e Mignolo – que deriva o nome do grupo. A modernidade, estando “intrinsecamente associada à experiência colonial” (Maldonado-Torres, 2008, p.84), não é capaz de apagá-la: não existe modernidade sem colonialidade (Quijano, 2000, p. 343). De outro lado, não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas (Quijano e Wallerstein, 1992) (Ballestrin, 2013, p. 100-101)

A partir de colonialidade do poder, Lugones (2020) propõe que existe o dismorfismo biológico, no qual existe a dicotomia de homem/mulher, com as relações sociais pautadas na organização branca, patriarcal e heterossexual. A interseccionalidade, então, permite enxergar

⁹ No original: “[...] creencias, ideas, imagenes, simbolos o conocimientos que no sirvieran para la dominacion colonial global”.

e reconhecer essas estruturas que, quando vistas separadamente, acaba por criar uma norma para cada categoria, e inviabilizando pessoas que se encaixam em mais de uma:

[...] “mulher” seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, “homem” seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais, “negro” seleciona os machos heterossexuais negros, e assim sucessivamente. [...] Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem” (*idem*, p. 66).

Assim, é preciso evitar o pensamento categorial, que busca universalizar os grupos, para assim, enxergar as mulheres racializadas e reconhecer as suas opressões e violências sofridas. A partir disso, Lugones (2020) reconhece que a colonialidade é insuficiente para compreender os gêneros, pois o *sexo* é enxergado como atributos biológicos, ligado à morfologia e a reprodução, existindo apenas *machos e fêmeas*. Dessa forma, o *sexo biológico* seria uma construção social, pois para defini-lo, existem diversos fatores que o intervêm:

[...] cromossomos, gônadas, morfologia externa, morfologia interna, padrões hormonais, fenótipo, sexo designado, e aquele que a própria pessoa designa a si mesma. Atualmente, os cromossomos e as genitálias são parte dessa designação, mas de tal maneira que conseguimos ver como a biologia é uma interpretação e é, por ela mesma, cirurgicamente construída (*idem*, p. 69).

A autora utiliza da intersexualidade para subverter a lógica binária do gênero, feito com base no sexo biológico, no qual há a *inadequação biológica* quando a pessoa nasce com atributos que não correspondem com o ideal de macho ou fêmea. Essas pessoas podem ser submetidas a cirurgias e hormonização para se adequarem, ao mesmo tempo que, pessoas intersexo não são reconhecidas perante a lei em diversos Estados e não podem afirmar o seu gênero em documentos oficiais. “O dimorfismo sexual é uma característica importante para aquilo que chamo ‘o lado iluminado/visível’ do sistema de gênero moderno/colonial. Aqueles localizados no ‘lado obscuro/oculto’ não são necessariamente entendidos em termos dimórficos” (Lugones, 2020, p. 70). Assim, no próprio sistema capitalista global e eurocêntrico há o reconhecimento da dismorfia sexual, mesmo entre homens e mulheres brancos, deixando subentendido que o gênero vem antes do sexo biológico.

Além disso, Lugones também aborda os *medos sexuais dos colonizadores*, no qual havia o imaginário e fetichização dos atributos sexuais e morfológicos de pessoas racializadas, como seios, pênis e nádegas grandes, além da própria intersexualidade (Hall, 2016; Lugones, 2020). A binariedade do sexo biológico colonial foi imposto até mesmo em

locais do mundo onde as pessoas não categorizavam os gêneros da mesma forma, enxergando a diversidade de gêneros e sexualidades de forma positiva e bem-vinda. A autora pontua essas sociedades como pré-coloniais. Dessa forma, a heterossexualidade também pode ser entendida como uma construção social, pois é produzida e construída: “Até agora, acredito estar claro que o sistema de gênero moderno/colonial não existe sem a colonialidade do poder, já que a classificação das populações em termos de raça é uma condição necessária de sua existência” (Lugones, 2020, p. 79).

Pensando nisso, Oyèrónké Oyěwùmí (2020) reflete sobre a imposição do gênero na sociedade iorubá, no qual o sexo biológico e, conseqüentemente, o gênero não agindo como uma forma de organizar a sociedade, ganhando relevância apenas quando foi necessário traduzir os estudos iorubás, para caber no vocabulário ocidental, sendo essa, uma forma de dominação ao binarizar e hierarquizar as pessoas, tendo o homem cis-gênero como a norma. Paula Gunn Allen, observa que, em comunidades indígenas situadas no território compreendido hoje como América do Norte, havia a associação da mulher ao poder divino e a centralização de sua figura como força primária do universo, do pensamento e das subjetividades humanas, sendo figuras centrais em papéis de liderança. Essas sociedades são reconhecidas como ginocráticas, sendo centradas na liderança feminina, propondo um mundo sem guerras e interferências negativas do ser-humano na natureza. Porém, o sagrado não se limitavam ao gênero biológico, pois todas as pessoas dessas comunidades indígenas podiam se encaixar no papel liderança, transicionar de gênero, ou defini-lo durante a fase de crescimento e desenvolvimento pessoal, independente do sexo biológico atribuído no momento do nascimento.

É necessário considerar que também não existe uma “mulher negra universal”. Segundo Jota Mombaça (2019), “Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio” (p. 67-68). O privilégio branco, cis-hétero e patriarcal também se consiste na nomeação e caracterização do Outro, o apontando como anormal, se colocar como a norma. Reconhecer e apontar esses privilégios é uma forma de resistir e subverter.

3.3. Mulher Negra na Escravidão: contexto brasileiro e estadunidense

Ao abordar gênero neste capítulo, o faremos de maneira *interseccional*, devido à exclusão de mulheres negras dos estudos feministas promovidos por mulheres brancas (Carneiro, 2011; Davis, 2016; Collins, 2019; Gonzalez, 2020; hooks, 2023). Quando pensamos na *mulher negra*, é possível observar que o colonialismo moldou as formas que são percebidas e que se percebem. Com a submissão à escravidão, o grupo não se encaixava plenamente no conceito de *mulher* por não se adequarem às normas de gênero, desenvolvidas no século XIX. Essa reconceitualização do gênero se deu a partir do momento que homens brancos mudaram sua percepção acerca das mulheres brancas, motivados pelo sistema capitalista e pelo racismo – no qual as pessoas negras eram estigmatizadas (hooks, 2023). Embora homens brancos mantivessem seus sentimentos e crenças antimulher, ou misóginas, as mulheres brancas – que foram apontadas no Cristianismo como figuras malignas responsáveis por trazer o pecado para o mundo e corromper a alma dos homens brancos – após o século XIX, tiveram sua capacidade de reprodução de vida-útil e branca para o capitalismo valorizada, sendo importantes para a manutenção social, racial e econômica.

A nova imagem da natureza feminina era diametralmente oposta à imagem antiga. Ela era descrita como boa e sem pecado; ela era virtuosa, pura, inocente, não sexual e mundana. Erguendo a mulher branca num status como deusa, os homens brancos efetivamente removeram o estigma no qual a cristandade a colocou (*idem*, p. 62).

Com a separação de mulheres brancas e da sexualidade, as que demonstrassem desejos sexuais eram enxergadas como imorais e degradadas, sendo marginalizadas socialmente, pois a imagem ideal era a mãe, pura e virtuosa. Angela Davis (2016) denomina como *ideologia da feminilidade* e da *maternidade* o subproduto da industrialização, pois as máquinas industriais ocuparam muitas das funções destinadas às mulheres brancas – e também crianças – que trabalhavam em fábricas, as inferiorizando ainda mais em função do gênero, as separando do trabalho remunerado e as condicionando exclusivamente aos cuidados da casa, do marido e dos filhos. Essas ideologias se propagaram através dos romances e revistas destinadas ao público feminino.

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos

incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (Davis, 2016, p. 25).

hooks (2023) considera essa ideologia como uma *lavagem cerebral*, pois condiciona as mulheres brancas a locais muito limitados e, caso não cumpram com as expectativas, lhes são impostas a marginalização. Porém, embora a feminilidade não fosse voluntária e construída por mulheres brancas, ter essa mudança na imagem lhes conferiu benefícios sociais e materiais. As mulheres negras, por outro lado, tinham sua condição de mulher desconsiderada pois, durante a escravidão, tinham sua mão de obra explorada e sofriam castigos físicos, tais como os homens negros. Porém também eram submetidas às violências de gênero por parte dos colonizadores. A princípio, custavam menos que homens negros, por serem *fêmeas*, enquanto o estupro era utilizado como uma arma de dominação colonial para a repressão, intimidação, desumanização e aterrorização de mulheres negras escravizadas (sendo um forma de *terrorismo institucionalizado*), bem como, a desmoralização de seus companheiros negros. A exploração da capacidade reprodutiva das mulheres negras se tornou comum por causa dos altos custos e incertezas do tráfico transatlântico, necessidade de comprar mais pessoas escravizadas e proibição do tráfico, no século XIX. Elas começaram a ser enxergadas como *reprodutoras*, tendo o mesmo valor que animais fêmeas de reprodução, ao invés de pessoas/mulheres. Apesar de sua condição de fêmea ser reconhecida, continuavam a ser punidas com castigos físicos e precisavam trabalhar mesmo grávidas ou com filhos recém-nascidos. O destino das crianças negras também era a exploração, sendo vendidas ainda muito jovens e submetidas a locais e condições de vida insalubres. Portanto, crianças e mães também eram enxergadas e tratadas como animais destinados ao trabalho (Davis, 2016; hooks, 2023).

A área que com mais clareza revela a diferença entre o status do homem escravizado e o da mulher escravizada é o trabalho. O homem negro escravizado foi primordialmente explorado como trabalhador do campo; a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual perpetrado pelo homem branco (hooks, 2023, p. 47-48).

A ruptura das ideologias da feminilidade e maternidade por mulheres negras, embora não fosse voluntárias, acabava ocorrendo pela desfeminização de mulheres negras, pois não se encaixavam no ideal de mulher, e desmasculinização de homens negros, que eram

desencorajados a exercer a supremacia cis-masculina. Porém, por serem *machos*, homens negros recebiam certos benefícios, como serem promovidos em suas funções ou não precisarem realizar o serviço doméstico. Mesmo em locais apenas com presença negra, como em cabanas, barracas ou senzalas, podia existir a divisão sexual do trabalho, homens negros podiam exercer o machismo e as mulheres negras eram condicionadas a ceder, devido aos ensinamentos cristãos propagados pelos colonizadores.

O sexismo dos patriarcas brancos do período colonial poupou homens negros escravizados da humilhação do estupro homossexual e de outras formas de assédio sexual. Enquanto o sexismo institucionalizado [patriarcado] era um sistema social que protegia a sexualidade dos homens negros, ele legitimava (socialmente) a exploração sexual da mulher negra. A mulher escravizada vivia sempre atenta a sua vulnerabilidade sexual e em permanente medo de que qualquer homem, fosse ele branco ou negro, pudesse escolhê-la para assediá-la e vitimá-la (*idem*, p. 51).

Na relação entre mulheres negras e brancas, durante a escravidão, mulheres brancas podiam exercer o poder e a violência contra as negras. Mesmo as abolicionistas e feministas brancas não se interessavam pela condição da mulher negra e sim, em acabar com o contrato sexual entre homens brancos e mulheres negras, pois as ações dos primeiros não estavam de acordo com a moral cristã ao profanar seus casamentos, responsabilizando mulheres e meninas negras por tais comportamentos violentos e sexuais. Assim, mulheres negras começaram a ser associadas à prostituição e à imoralidade, até mesmo quando eram vendidas, mas sem receber compensações em troca com a violação de seus corpos.

A mulher negra escravizada não podia contar com nenhum grupo de homens, negros ou brancos, para protegê-la contra a exploração sexual. Com frequência desesperadas, mulheres escravizadas tentavam recrutar a ajuda das senhoras brancas, mas essas tentativas, em geral, eram frustradas. Algumas senhoras reagiam à angústia das escravizadas perseguindo-as e atormentando. Outras incentivavam o uso de mulheres negras como objeto sexual, porque permitia a elas ter um descanso das indesejadas investidas sexuais. Em casos raros, senhoras brancas que relutava em ver o filho se casar e deixar o lar compravam criadas negras para serem companheiras sexuais para eles (hooks, 2023, p. 69-70).

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) pontua que havia a separação de pessoas escravizadas como *produtivas* – que trabalhavam no eito, como nas plantações, por exemplo – e *não produtivas* – que trabalhavam como criados e feitores, sendo posições em cargos mais altos, masculinos e que reproduziam valores patriarcais, após ocorrer a internalização e reprodução da ideologia dos colonizadores e recebendo alguns poucos privilégios por isso.

Embora a estrutura patriarcal e machista existisse, as mulheres negras não eram submetidas à ideologia da feminilidade. Assim como no contexto norte-americano, estavam expostas às violências sexuais, reprodutivas, castigos físicos, psicológicos e ao trabalho forçado.

A autora discorre e complexifica as duas categorias de mulheres negras na escravidão, propostas inicialmente por Gilberto Freyre: a *trabalhadora do eito* e a *mucama*, sendo ambas figuras fundamentais para o apoio moral de sua comunidade negra. A *trabalhadora do eito* era destinada a longas jornadas de trabalho em fazendas e, devido à exploração e violência de seus corpos, a vida média não ultrapassava os dez anos. Quando conseguiam alcançar os 60 anos, eram libertadas por meio da Lei do Sexagenários¹⁰, porém, o destino não era pleno, pois não era possível sobreviver sem trabalho ou salários. Já a *mucama*¹¹, ficava responsável pelos cuidados da casa-grande e dos filhos das sinhás, além de serem exploradas sexualmente pelos senhores e filhos homens que estavam saindo da infância. A jornada de trabalho era dupla pois, além de cuidar da família branca, deveria cuidar de sua própria família.

Era comum que as escravas de pele mais clara, com traços mais próximos do que a branquitude propaga como belo, assumissem os postos na casa-grande. Seus corpos não eram vistos como propriedade delas, prestavam apenas para ser explorados em trabalhos servis exaustivos, além de serem depósitos de abuso sexual, humilhação, vexação e violência emocional constantes (Ribeiro, 2018, p. 141).

A relação entre sinhás e mucamas também era conflituosa, assimétrica e violenta, na qual, as mulheres brancas exploravam as negras, as submetendo a castigos violentos devido a relação, também assimétrica, de mulheres negras e homens brancos (Gonzalez, 2020). Isso se dava pois, as mulheres negras brasileiras também não eram enxergadas como vítimas, bem como aponta Angela Davis (2016) e bell hooks (2023), no contexto estadunidense.

A partir da mucama, Lélia Gonzalez (2020, p. 54) desenvolve a figura da *mãe preta* que, por cuidar e educar os filhos dos proprietários, influenciava diretamente a formação da psique das crianças brancas na primeira infância. Era considerada boa e terna pelos brancos, sendo um tipo de exemplo, quase considerada *gente*. A mãe preta contava histórias de importantes figuras históricas e folclóricas negras, além de ensinar palavras do *pretuguês*, alterando, de forma passiva, os valores e crenças dos brasileiros.

¹⁰ Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, foi promulgada em 28 de setembro de 1885, determinando que os escravos com 60 anos ou mais seriam libertos.

¹¹ O termo que vem do quimbundo, língua falada na Angola, no qual *mu'kama* significa “amásia escrava”, se referindo à “[...] negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite” (Gonzalez, 2020, p. 81)

Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai-joão têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão e a ela correspondeu segundo a maneira cristã, oferecendo a outra face ao inimigo. Entretanto, não aceitamos tais estereótipos como reflexos “fiéis” de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas é a chamada “resistência passiva”. A nosso ver, a mãe preta e o pai-joão, com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso Volksgeist. Conscientemente ou não, passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes.

O *pretuguês* é um termo cunhado por Gonzalez (2020) para abordar sobre marcas linguísticas trazidas do continente africano, por pessoas africanas socializadas em idiomas que não possuíam a letra *L*, a substituindo (mesmo que inconscientemente) pelo *R*. Com a presença de *mães pretas* em famílias brancas, o pretuguês acaba sendo ensinado para as crianças brancas e, é perceptível ver essas, dentre muitas outras, palavras de origem africana no cotidiano brasileiro, além do encurtamento de palavras como *tá* e *cê*, ao invés de *está* e *você*. Por isso, Lélia afirma que a mãe preta é a mãe, justamente pelos cuidados, socialmente construídos como maternos (logo, femininos) e pelos ensinamentos culturais e normativos, sendo fundamental na formação social brasileira, porém, “[...] o viés do branqueamento eurocêntrico marca como cultura popular e folclore nacional quando quer minimizar a importância da contribuição negra na formação da nossa cultura” (Gomes, Nunes, Santiago, 2023, p. 21). Sendo assim,

Ela [mãe preta], simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe (Gonzalez, 2020, p. 87-88, grifos meus).

Dessa forma, é possível notar semelhanças entre o processo colonial nos Estados Unidos, realizado majoritariamente pela Inglaterra, e no Brasil, realizado majoritariamente por Portugal. As mulheres negras nas Américas, além de terem sua mão de obra explorada, estavam sujeitas a violências de gênero, por mais que não fossem consideradas mulheres *de*

verdade pelos europeus. Isso culminou em opressões interseccionais vividas de maneira única, causando o sofrimento psíquico geracional, bem como, a miscigenação forçada, sexualização e objetificação de seus corpos que duram até atualmente.

3.4. Ondas feministas nos Estados Unidos e sua influência no Brasil

Quando se trata do feminismo, a sua primeira onda, nos Estados Unidos, tinha forte presença de ideais abolicionistas. Entretanto, embora as feministas brancas se equiparassem com pessoas escravizadas, as mesmas não desejavam igualdade social e racial, mas sim, direitos sociais para mulheres brancas (hooks, 2023). Dessa forma, “A libertação do negro passou a ser ligada à libertação da mulher e as associações femininas abolicionistas se tornaram verdadeiros ensaios para a futura organização do movimento pelos direitos da mulher” (Alves, 2019, p. 43). Na hierarquia social, homens cisgênero e brancos estavam no topo, em seguida de mulheres cisgênero e brancas. Após, havia homens cisgênero negros e, na base, mulheres cisgênero negras: “Quando mulheres brancas reformistas, nos anos 1830, escolheram trabalhar para libertar os escravizados, elas estavam motivadas por sentimentos religiosos. Atacaram a escravidão, mas não o racismo. [...] De fato, queriam manter a hierarquia” (hooks, 2023, p. 202). Com a busca pelo sufrágio feminino, embora as feministas brancas utilizassem de pautas raciais, igualando o seu destino ao mesmo que de pessoas negras, sobretudo homens, reafirmavam a supremacia branca principalmente quando o direito ao voto estava mais perto de ser alcançado por homens negros do que mulheres brancas (Alves, 2019; hooks, 2023).

Havia também o clima de ameaça e competição entre mulheres. Enquanto mulheres brancas viam a libertação por meio do trabalho, teriam que competir no mercado com as mulheres negras que já trabalhavam, havendo conflitos entre as trabalhadoras, e a reivindicação por segregação racial nas fábricas, motivadas pelo racismo. Assim, mulheres brancas recebiam salários maiores do que as negras, mesmo ocupando as mesmas funções, nos mesmos locais, além das negras serem submetidas a trabalhos considerados muito árduos para as brancas. Para evitar conflitos raciais e de gênero, muitas empresas buscavam contratar mulheres de apenas uma raça, limitando as opções e impondo condições de trabalho degradantes principalmente para mulheres negras (hooks, 2023).

Outra questão levantada foi que os estudos feministas utilizavam apenas da experiência de mulheres brancas, que se consideravam a *mulher universal*, que contemplava todos os desdobramentos de seu gênero. Assim, “[...] a ideologia racista branca sempre permitiu que mulheres brancas assumissem que a palavra ‘mulher’ é sinônimo de ‘mulher branca’, porque as mulheres de outras raças são sempre consideradas as Outras, seres desumanizados que não cabem o título de ‘mulher’ (hooks, 2023, p. 222). Ao utilizar o termo *mulher*, como mulher universal, feministas brancas se desassociaram de homens brancos, e suas violências coloniais, ao mesmo tempo que não faziam distinção de raça, se permitindo não serem a ameaça racista, tais como homens brancos.

Além disso, os conflitos de classe também ficaram subentendidos no início do movimento feminista branco, no argumentavam que toda mulher era igualmente oprimida, independente de sua classe, sendo o trabalho a forma de sua libertação, porém “[...] o movimento contemporâneo das mulheres estava extremamente ligado à classe. [...] Escolheram definir libertação nos termos do patriarcado capitalista branco, igualando a libertação à conquista de status econômico e poder financeiro” (hooks, 2023, p. 231). Tal visão, desconsiderava mulheres brancas da classe trabalhadora que necessitavam trabalhar. A opressão era das mulheres brancas de classe média, condicionadas à ideologia da feminilidade. Isso acabou distanciando mulheres negras dos debates promovidos por feministas brancas, que também as excluíram de seus estudos ao se colocarem como a *mulher universal*. Para manter a sua superioridade, adquirida com a colonização, mulheres brancas criavam segregações raciais em espaços feministas e afirmavam a supremacia feminina e branca. bell hooks (2023, p. 247-248) enfatiza a competição entre mulheres brancas e negras para serem o grupo escolhido por homens brancos para receberem direitos e privilégios, como ocorre com a mulher branca no período colonial, que exercia seu poder sobre pessoas negras, sobretudo mulheres: “Mulheres liberacionistas, brancas e negras, sempre estarão em desacordo, enquanto a ideia de libertação for baseada em ter o poder que homens brancos têm, uma vez que esse poder nega unidade, nega conexões em comum e é, por natureza, uma força que divide”.

O *culto à verdadeira mulheridade*, fazia com que mulheres negras desejassem ser como as brancas, não se orgulhando de não poderem cumprir com a ideologia da feminilidade, sendo obrigadas a trabalhar.

Elas não defendiam equidade social entre os sexos. Em vez disso, carregavam um ressentimento amargo por não serem consideradas “mulheres” na cultura dominante [...] Modéstia, pureza sexual, inocência e um jeito submisso eram as qualidades associadas à mulheridade e à feminilidade que mulheres negras escravizadas se empenharam para adquirir (hooks, 2023, p. 89).

Na América do Norte, após a abolição (1863), hooks aponta que houve uma Reconstrução Negra, entre 1867 e 1877, no qual mulheres negras buscaram mudar a sua percepção ao tentarem se desvincular das imagens de prostituição e imoralidade, para serem consideradas e associadas à feminilidade, assim como as mulheres brancas. Apesar dos esforços, as mulheres negras eram constantemente vítimas de ridicularização, impondo que não eram dignas de respeito, seja no cotidiano ou em mídias, como jornais e revistas organizados por pessoas brancas. No trabalho e em outros ambientes onde ocorriam interações com pessoas brancas, mulheres negras estavam em constante ameaça de violências, sendo o assédio e o estupro os principais. O ódio contra pessoas negras recém-alforriadas, sobretudo mulheres negras, foi utilizado como controle social de modo que não houvesse mobilidade social, mantendo a supremacia branca, por meio do *apartheid* (segregação social), da Era Jim Crow (1877-1965). Isso também barrava a miscigenação e o reconhecimento da paternidade, não concedendo a filhos de pai branco e mãe negra o sobrenome e herança, mantendo a ordem social. Como os relacionamentos inter-raciais continuavam ocorrendo, foi criado dois mitos: o da mulher negra má, sem inibição sexual e infiel; e o do homem negro estuproador. Ambos os mitos moldaram o imaginário social, atribuindo linchamentos e castigos às pessoas negras, o medo por parte de pessoas brancas e a persistência do ódio contra mulheres negras, pois as colocavam no lugar que jamais seriam como as mulheres brancas, lhes restando o trabalho e a marginalização, como a prostituição, pois, embora elas não fossem uma opção para o casamento, serem amantes era algo aceito.

Foi desenvolvido também o *mito do matriarcado*, no qual impunha a crença de que mulheres negras ultrapassaram os limites da feminilidade, pois trabalhavam e garantiam a sua própria subsistência e de seus familiares financeiramente. Elas eram consideradas uma ameaça, pois, conforme esse mito foi criado, surgiu a crença da emasculação do homem negro, que era castrado ao ter a sua mulher realizando a tarefa socialmente imposta apenas aos homens. Entretanto, não garantir toda a renda familiar não era sempre um problema para os homens negros, pois o desemprego os afetava diretamente e, nem sempre se submetiam a

trabalhos com condições precárias, não sendo essa uma função natural do homem, conforme afirma a estrutura patriarcal. Ao mesmo tempo que, podiam reproduzir o sexismo, hostilizando mulheres negras que dividiam os mesmos serviços. Assim, havia a imitação e o desejo pelo comportamento supremacista branco e patriarcal (hooks, 2023). Entretanto, enquanto a mulher branca era enxergada pelo homem branco como o cachorro de estimação, a mulher negra era a sua mula. Nenhuma das duas eram enxergadas como seres humanos, tais como eles, porém, recebiam funções e tratamentos diferentes (Collins, 2016).

Nos Estados Unidos, o status social de mulheres negras e brancas nunca foi o mesmo. No século XIX e no início do século XX, poucas, se é que alguma, semelhanças podiam ser encontradas entre a experiência de vida dos dois grupos de mulheres. Apesar de ambos estarem sujeitos à vitimização sexista, como vítimas de racismo, as mulheres negras erma submetidas a formas de opressão que nenhuma mulher branca precisou aguentar (hooks, 2023, p. 198).

As mulheres negras estadunidenses do século XIX, viam no voto a maneira de mudar sua realidade social, apoiando o sufrágio feminino. Porém, com a “[...] conquista das mulheres do direito ao voto foi uma vitória mais para os princípios racistas do que em triunfo para os princípios feministas” (hooks, 2023, p. 270-271), fazendo com que mulheres negras tivessem seus interesses traídos e não ocorrendo muitas mudanças sociais.

No contexto brasileiro, especificamente, a relação entre mulheres brancas e negras e o feminismo também ocorreu de forma semelhante, seja durante o período colonial, seja após a abolição, havendo relações assimétricas e hierárquicas de poder. O feminismo no Brasil veio ocorrendo em quatro momentos.

O primeiro se inicia no século XIX, no qual as mulheres brancas estavam condicionadas a espaços privados, recebendo pouca educação formal, que as direcionavam a cumprir os papéis de gênero, sendo raras as que exerciam a educação como forma de obter ganhos financeiros, indo contra a ideia de que mulheres não precisavam ser alfabetizadas. As primeiras ideias que pensavam em uma organização feminina contra a suposta superioridade masculina vieram da Europa e dos Estados Unidos.

[...] o nosso primeiro momento feminista, mais que todos os outros, vem de fora, não nasce entre nós. E Nísia Floresta é importante principalmente por ter colocado em língua portuguesa o clamor que vinha da Europa e feito a tradução cultural das novas ideias para o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileiras (Duarte, 2019, p. 25).

A educação, embora buscasse subverter a ordem social dominante de gênero – que era cisgênero, heterossexual, masculina e branca –, ainda poderia vir com ideais supremacistas brancas, pois os conhecimentos valorizados só poderiam vir de pessoas brancas, sobretudo homens. Assim, “[...] de um lado, a mulher branca, membro dominado da classe dominante, cuja castidade era condição essencial para cumprir sua função de procriadora; de outro a mulher negra, indígena ou mestiça, explorada como braço escravo e objeto sexual” (Alves, 2019, p. 46).

O segundo momento, por volta de 1870, foi marcado pela popularização de jornais e revistas produzidos e escritos por mulheres, reivindicando o direito ao voto, a educação de qualidade, o trabalho remunerado, o direito de propriedade e o divórcio. Apesar da popularidade de diversos jornais, as mulheres brancas eram enxergadas como o *segundo sexo* pelos homens brancos que, as criticavam e as ridicularizaram em seus jornais. Naquele período, cresceu o número de mulheres brancas que viajavam para Europa para terem acesso ao ensino superior, no mais, apenas as que pertenciam à classe trabalhadora poderiam trabalhar em fábricas (Duarte, 2019). É possível observar que o movimento feminista brasileiro se concentrou na classe média e elites, existindo “[...] certo poder de influência no Congresso, no judiciário, na imprensa e nas profissões liberais” (Alves, 2019, p. 53).

O terceiro momento, iniciado no século XX, foi a busca pela conquista da cidadania e igualdade de gênero entre homens e mulheres (no caso, cisgêneros), reivindicando o “[...] direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias” (Duarte, 2019, p. 30). As reivindicações chegaram no campo político, ocorrendo audiências parlamentares e organizações de feministas brancas.

A década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulheres. Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, o período foi marcado pelo surgimento de nomes vinculados a um movimento anarcofeminista, que propunha a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher (*idem*, p. 31).

O estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a aprovar o voto feminino, garantido por lei, em 1927. Isso motivou uma onda de manifestações em todo o país para universalizar o voto feminino. No mesmo estado, em 1929, foi eleita a primeira prefeita, Alzira Soriano,

sendo a primeira da América do Sul. O ano de 1932 foi quando o então presidente, Getúlio Vargas promulgou, no novo Código Eleitoral, o voto feminino para todos os estados brasileiros, bem como, o voto secreto, por meio do Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Porém, é importante reforçar que dez estados já tinham conquistado o voto anteriormente. Nos anos seguintes, o país passou pelas ditaduras da Era Vargas e Militar (1964-1985), que suspenderam o voto civil em diversos momentos (Duarte, 2019; Alves, 2019).

Foram setenta anos de luta nos Estados Unidos, sessenta na Inglaterra; e quarenta no Brasil, sempre enfrentando uma oposição de sofismas jurídicos, argumentos moralistas, ridicularização e violência policial, ações com intuito de impedir ou retardar o exercício desse elemental direito de participação democrática e cidadã: votar e ser votada (Alves, 2019, p. 51-52).

O quarto momento se deu por meio da luta feminista contra ambas as ditaduras e censura, anistia, redemocratização e melhores condições de vida. Assim como em outros países, no mesmo período também foi discutido e reivindicado a sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, bem como, melhores condições de trabalho e fim da desigualdade de gênero, na década de 1970. O ano de 1975 foi o Ano Internacional da Mulher, sendo estabelecido o 8 de Março, que homenageia trabalhadoras que reivindicavam por melhores condições de trabalho.

A primeira história, da qual eclodiu a criação desse dia: em 8 de março de 1857, 129 operárias morreram carbonizadas em incêndio de uma fábrica têxtil na cidade de Nova York. Supostamente, teria sido causado pelo proprietário da fábrica: repressão exagerada às greves das operárias. Outra história relata o incêndio que ocorreu em Nova York, em 25 de março de 1911, na Triangle Shirtwaist Company, com 146 vítimas mortas, 125 mulheres e 21 homens, a maioria dos mortos eram judeus. É dos marcos para a criação do Dia das Mulheres (TRE-SE).

Nesse momento, Constância Lima Duarte (2019) aponta que os jornais estavam começando a considerar as opressões raciais e de gênero enfrentadas por mulheres negras. Essas reivindicações tiveram grande força em jornais. Também foram organizados movimentos que valorizam as produções femininas, como literatura e ciência, promovendo seminários e congressos. A partir disso, a autora reflete sobre o *pós-feminismo* que tem a premissa de que, após a década de 1990, o feminismo já estava presente no cotidiano dos brasileiros. Entretanto, ela pontua que ainda existe preconceitos com o termo *feminista* e que ainda existem desigualdades de gênero.

Lélia Gonzalez foi uma importante figura em lutas pela desmilitarização e redemocratização do Brasil e América Latina, por meio do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Movimento de Mulheres Negras, entre as décadas de 1970 e 1980.

A partir dos anos 1980, surgem grupos como o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras (Rio de Janeiro, 1983), o Criola (Rio de Janeiro, 1992), o Geledés – Instituto da Mulher Negra (São Paulo, 1988) e o Fala PRETA (São Paulo, 1997), tendo como lideranças mulheres na faixa etária de 50 anos e com grau de escolaridade superior, em áreas das ciências humanas ou das biológicas, com mestrado e doutorado (Rodrigues, Freitas, 2019, p. 76).

Por meio desses grupos, foi possível criar periódicos que buscavam analisar e falar sobre a condição da mulher negra naquele período, bem como, desenvolver políticas públicas por meio de movimentos negros (MN) e de favelas (MF), além das candidaturas e entrada em cargos políticos. Na década de 1990 e 2000, houve o início da mobilização de mulheres negras também na *internet*, com a criação de sites com textos sobre direitos humanos, saúde e comunicação, havendo também os Cadernos Geledés (com publicações entre 1991 e 1993) do Instituto da Mulher Negra (criado em 1988). Na década de 2010, *blogs* e redes sociais sobre feminismo ganharam mais força, com a popularização de plataformas de redes sociais e o maior acesso da população negra a *smartphones*, que possuem preços mais acessíveis do que computadores (Rodrigues, Freitas, 2019).

Segundo Sueli Carneiro (2011), uma das fundadoras do Geledés, a partir da consciência das opressões que surgem organizações para combatê-las, aumentando a solidariedade entre mulheres negras, gerando maior capacitação profissional, educação formal, participação na política e “[...] formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização do conjunto do movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem” (p. 121-122).

3.5. Condição da Mulher Negra: Brasil pós-abolição

No contexto brasileiro, após a abolição da escravatura, as mulheres negras continuaram na marginalidade. De acordo com dados do Censo Demográfico de 1950, o grupo exercia principalmente trabalhos de serviços pessoais (cerca de 90%), enquanto a

atuação na agricultura e em fábricas têxteis era mínima (cerca de 10%). A sua escolaridade, assim como da população negra em geral, era baixa ou inexistente.

Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente (Gonzalez, 2020, p. 40).

Lélia Gonzalez (2020, p. 42) pontua que, por décadas, entre 1960 e 1980, não houve um Censo Demográfico que avaliasse raça, gênero e classe, não sendo possível identificar matematicamente a situação da mulher negra trabalhadora, apesar da alta presença no mercado de trabalho: “Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo”.

E, bem como nos Estado Unidos, com a maior ocupação de mulheres brancas nas fábricas, mulheres negras ficaram em desvantagens ao serem preteridas nos locais de trabalho, bem como, o fechamento de fábricas têxteis no Brasil, o grupo ficou com opções mais restritas. A *boa aparência e educação* eram elementos cobrados por contratantes quando se tratava de cargos de atendimento ao público, como em escritórios e outros baixos níveis em setores burocráticos, e a boa aparência estava relacionada a brancura e educação eurocêntrica: “[...] as expressões ‘boa aparência’, ‘ótima aparência’ etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta” (*ibidem*). Com isso, mulheres negras brasileiras também foram condicionadas, principalmente, aos serviços domésticos, sendo dependentes de famílias brancas de classe média, vivenciando opressões interseccionais diariamente, internalizando diferenças, subordinação e inferiorização. Entretanto, essas relações assimétricas permitiram com que mulheres brancas, feministas e de classe média trabalhasse em fábricas e escritórios, permitindo sua emancipação econômica e cultural, Lélia Gonzalez (2020) afirma que, “[...] a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (p. 42-43):

É interessante observar, nos textos feministas que tratam da questão das relações de dominação homem/mulher, da subordinação feminina, de suas

tentativas de conscientização etc., como existe uma espécie de discurso comum com relação às mulheres das camadas pobres, do subproletariado, dos grupos oprimidos. Em termos de escritos brasileiros sobre o tema, percebe-se que a mulher negra, as famílias negras – que constituem a grande maioria dessas camadas – não são caracterizadas como tais. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam a questão da discriminação racial, do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial.

A autora utiliza o termo *superexploração da mulher negra* para abordar sobre a relação assimétrica e hierárquica entre estas e mulheres brancas, feministas ou não, ignorando as reivindicações ou às considerando revanchismo ou cobranças, e considerando mulheres negras como objetos, ao invés de sujeitos, sendo infantilizadas ao não poderem falar por si próprias. Isso ocorre também quando feministas negras utilizam de sua subjetividade para denunciar as opressões vividas, porém, Gonzalez pontua que a emoção é fundamental no feminismo negro, pois ela não deve ser enxergada como a negação da raça, mas sim “[...] um modo de torná-la [nosso discurso/fala] mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão” (Gonzalez, 2020, p. 44).

Segundo Lélia Gonzalez (2020), a mulher negra passa a ser vista como doméstica e mulata, sendo os dois tipos de qualificação “profissional” possíveis para o grupo. A partir da *mucama*, Lélia desenvolve e complexifica o conceito da *doméstica*, que “[...] nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 2020, p. 82). Como está no cotidiano, não é exaltada e é destinada a lugares privados, como prestação de serviços em casas de classe média. Embora atuem nos cuidados com a casa e família branca, não faz parte da família, recebendo locais próprios (como quarto de empregado, entrada de serviço), havendo distanciamento e isolamento. Segundo Collins (2016, p. 100), “[...] essas mesmas mulheres negras sabiam que elas jamais pertenceriam a suas ‘famílias brancas’”. Mesmo mulheres negras que ascenderam sócio e economicamente, são colocadas em seu lugar natural, com a constante associação delas à prestação de serviços, não cabendo em outro lugar. Assim como a mucama, ao chegar em sua casa, deve cumprir as funções domésticas e cuidar dos filhos, sendo mães solo e/ou responsáveis pela renda familiar.

A exploração sexual da mulher negra, mesmo após a abolição, continuou a ocorrer. Para além das violências sexuais, houve a profissionalização da *mulata*, filha mestiça entre, geralmente homens brancos e mulheres negras. Pode ser exercido por mulheres negras jovens, principalmente durante o Carnaval, onde seu *status* social muda de doméstica para mulata, sendo o único momento em que são exaltadas como rainhas, ganham visibilidade em veículos midiáticos e são desejadas pelos homens brancos e negros. O turismo sexual é atrelado a essa época do ano, onde homens brancos vêm da Europa e Estados Unidos para ver, desejar e se relacionar com as mulatas.

Segundo Djamila Ribeiro (2018), a *Globeleza*, caracterizada pela mulher negra, jovem, com o corpo nu, pintado e com purpurina, trocada anualmente, sambando ao som da vinheta da rede de televisão Globo, surgiu na década de 1990, e era exibida durante o carnaval na programação diária e em todos os períodos do dia, apesar da nudez. Embora a sua imagem tenha mudado a partir do final da década de 2010, ao longo dos quase 30 anos de exposição anual de corpos cisgênero, femininos e negros, moldou e reforçou o estereótipo da mulata, feliz em exibir sua sensualidade.

A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se aperceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista “Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. Em outros termos, são sutilmente cooptadas pelo sistema sem se aperceberem do alto preço a pagar: o da própria dignidade (Gonzalez, 2020, p. 59).

Dessa forma, “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (*idem*, p. 58). Assim, raça, classe e gênero proporcionam essa exclusão tripla, apontada pela autora.

3.5.1. Conceituando a diferença: imagens de controle e representações de mulheres negras

Bem como Stuart Hall (2016) classificou *estereótipos* criados e direcionados às pessoas negras (ver capítulo 2), Patricia Hill Collins (2019) traz foco, especificamente, para representações estereotipadas de mulheres negras estadunidenses. Apesar do cenário norte-americano possuir distinções na América Latina, é inegável os impactos da globalização e da popularidade dos produtos culturais dos Estados Unidos no restante do mundo, influenciando padrões comportamentais e percepções sobre determinados grupos sociais.

As *imagens de controle* surgiram durante o período colonial e ecoa até os dias atuais, naturalizando e justificando as opressões sofridas por mulheres negras, as condicionando a poucos espaços, geralmente, marginalizados e tem seus corpos objetificados, explorados, sexualizados e/ou dessexualizados: “[...] as ideologias racista e sexista permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis” (*idem*, p. 37).

Muito antes dos sociólogos disseminarem teorias sobre a existência de matriarcas negras, homens brancos proprietários de escravizados criaram um repertório de mitos para desconsiderar as contribuições de mulheres negras; um deles foi a noção de que todas elas eram criaturas sub-humanas, masculinizadas (hooks, 2023, p. 121).

Há quatro imagens de controle presentes no imaginário estadunidense: a *mammy*, a *matriarca*, a *mãe dependente do Estado* (que evoluiu para a *rainha da assistência social*), e da *jezebel/prostituta* (que se tornou, a *hoochie* e/ou as *mamães gostosas*).

A *mammy* se assemelha com a *mãe preta* descrita por Hall (2016) e por Gonzalez (2020), sendo uma mulher negra “boa”, subserviente, satisfeita, fiel e cuidadosa com a família branca. A *mammy* é utilizada para a justificação da mão de obra do grupo, geralmente em locais de servidão e trabalho doméstico, aceitando bem a sua subordinação e reconhecendo o seu lugar na família branca. Tanto a *mammy* quanto a *mãe preta* são assexuadas, gordas/obesas, de pele retinta, sendo vistas como objeto de trabalho. A *mammificação do trabalho* seria a imposição e controle desse comportamento a todas as mulheres negras que atuam no trabalho doméstico, bem como, reduz esse como o único trabalho remunerado possível à elas. Segundo a autora, “A *mammy* é a face pública que os brancos esperam que as mulheres negras assumam diante deles. A imagem da *mammy* também tem uma função simbólica na manutenção de opressões de gênero e sexualidade” (Collins, 2019, p. 157).

Já a *matriarca*, diferente da *mammy*, é considerada a “mãe preta má”. Por precisar trabalhar na casa de famílias brancas, não conseguia dar conta de sua própria casa e filhos,

além de ser excessivamente agressiva e sendo considerada uma “*mammy* fracassada”. Enquanto a *mammy* era assexuada, a *matriarca* era abandonada por seus parceiros pela suposta agressividade, não-submissão e não-feminilidade, sendo uma ameaça também para os homens negros (castração). Essa imagem de controle era destinada às mulheres negras que se recusassem a ser serviçais obedientes e submissas. No mais, também justifica a pobreza que acomete pessoas negras com mais frequência do que as brancas porque, com mães ausentes e sem a presença paterna, as crianças negras iriam “fracassar” na vida. Isso reforça a ideologia capitalista de que “[...] qualquer pessoa é capaz de sair da pobreza se for criada com bons valores”, impondo uma lógica trabalhista centrada em famílias nucleares e cristãs, além de dizer que o trabalho individual seria a solução para problemas sociais. Portanto, “Uma das causas do fracasso da matriarca é sua dificuldade em adotar um modelo adequado de comportamento de gênero. Assim, rotular as mulheres negras de não femininas e especialmente fortes serve para minar sua assertividade” (*idem*, p, 162).

A *mãe dependente do Estado*, se relacionam com mulheres negras que necessitam do auxílio financeiro para sustentar a si mesma e aos seus filhos, sendo uma atualização da mulher negra que tinha sua capacidade reprodutora explorada durante a escravidão, conforme aponta Davis (2015). Essa imagem de controle busca animalizar as mulheres negras com a crença de que “[...] eram capazes de ter filhos tão facilmente quanto os animais”, retirando das mulheres negras a autonomia sobre seus próprios corpos. Também é considerada uma “mãe ruim”, mas que não é agressiva o suficiente, por ser considerada acomodada, não trabalhando o suficiente para mudar a sua realidade e não transmitir os valores considerados adequados, também causando o fracasso de seus filhos, e da população negra como um todo. No mais, também é mãe solteira. “Consequentemente, o modo como ela é tratada reforça a ideologia de gênero dominante, que afirma que o verdadeiro valor e a segurança financeira de uma mulher devem vir pelo casamento heterossexual” (*idem*, p. 167). Assim, era possível justificar a pobreza de pessoas negras. Essa imagem de controle evoluiu para a *rainha da assistência social*, no governo do presidente estadunidense Ronald Reagan, em 1980, que culpava o fracasso do país às mulheres negras que utilizavam de programas de bem-estar social, sendo dependentes economicamente do Estado.

[...] a imagem da rainha da assistência social se refere a uma mulher negra da classe trabalhadora altamente materialista, dominadora e sem parceiro homem. Contando com os subsídios públicos, as rainhas negras do bem-estar

aceitam dinheiro suado de cidadãos que pagam impostos e são casadas com o Estado (*idem*, p, 168).

Naquela época, também surgiu a *dama negra*, sendo mulheres negras de classe média, estudadas e com bons empregos, representando que, com o trabalho duro, era possível mudar a sua realidade econômica. Ela trabalha duas vezes mais que as pessoas brancas, mas devido ao excesso de trabalho, não teriam tempo para encontrar maridos, além dos homens não as desejarem, pois eram consideradas menos femininas, pela assertividade e por “tomarem” os cargos que antes podiam ser ocupados por homens negros, também sendo castradora, assim como a *matriarca*.

Por fim, há a *jezebel*, também sendo chamadas de prostitutas. Essa imagem de controle busca sexualizar as mulheres negras, atribuindo a elas um desejo sexual anormal – sendo considerado uma aberração por ser desviante, já que também se relacionarem com outras mulheres e possuem práticas sexuais consideradas inadequadas, como sexo oral e anal –, agressivo, ao invés de serem castas ou assexuadas. Por isso, elas atraíam e violentavam homens brancos, além de aumentarem a taxa de fecundidade, existindo novamente animalização de seus corpos e a retirada de sua autonomia. A *hoochie* seria a atualização da imagem de controle, podendo ser: a *hoochie básica* encontrada em todas as classes sociais, sendo ela a mulher sexualmente assertiva; a *hoochie de boate*, que se autossexualiza por meio de roupas e danças em boates para atrair homens ricos; e a *hoochie interesseira*, que se relacionam com homens ricos para ter acesso às suas posses por meio do casamento e com a gravidez, sendo também chamada de *mamães gostosas*.

A jezebel do passado e sua homóloga moderna, a hoochie, demarcam uma série de limites em meio aos pressupostos que normalizam a heterossexualidade. [...] Os homens são ativos e as mulheres devem ser passivas. No contexto da sociedade estadunidense, eles são racializados – homens brancos são ativos e mulheres brancas devem ser passivas. Quem é negro ou pertence a outros grupos racializados ao mesmo tempo se situa fora dessas definições de normalidade e marca seus limites. Nesse contexto de normalidade heterossexual branca específica de gênero, a jezebel ou hoochie se torna um símbolo racializado e generificado da sexualidade feminina desviante. A heterossexualidade feminina normal é expressa pelo culto à verdadeira condição de mulher branca, enquanto a heterossexualidade feminina desviante é caracterizada pelas “mamães gostosas” associadas à condição de mulher negra (p 172).

Assim, a exclusão de mulheres negras em outros espaços, para além dos pré-estabelecidos nas imagens de controle, funciona como um método de dar visibilidade apenas para assuntos e interesses voltados para a supremacia branca e cismasculina, pois as mulheres negras seriam as culpadas pelo fracasso de toda a população negra, por não corresponderem com a ideologia da feminilidade imposta às mulheres brancas.

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa, as mulheres negras permaneceram em uma situação de outsiders internas, como indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas (*idem*, p. 48).

Durante a década de 2000 e 2010, é perceptível que houve maior mobilidade social entre mulheres negras, principalmente com as ações afirmativas no ensino e mercado de trabalho, possibilitando que elas ocupassem mais espaços, embora ainda sejam em uma quantidade menor que pessoas brancas. Laura Guimarães Corrêa e Mayra Bernardes (2019, p. 207) utilizam o termo *negro único* para falar sobre “[...] a única pessoa negra em meio a um mar de pessoas brancas, seja em campanhas publicitárias, capas de revistas, telenovelas, telejornais etc.”. Embora seja possível encontrar maior representatividade feminina negra, ela é mais comum e plural em redes sociais, em grandes veículos midiáticos ou em mídias tradicionais, é possível notar a ausência ou apenas uma única representante, que é constantemente repetida nos mesmos espaços, não existindo variedade, e sendo acionada em momentos de violências contra pessoas negras.

Chamadas “influenciadores digitais”, muitas dessas pessoas têm uma grande audiência e seguidores nas redes sociais on-line, mas podem ser desconhecidos de um público mais numeroso e pulverizado, como o da mídia mainstream. Assim, o sucesso de pessoas negras nessas plataformas, em sua diversidade, é digno de comemoração, embora não resolva o problema da sub-representação na grande mídia (*idem*, p. 217).

Assim, a busca pela representatividade, caracterizada como a presença múltipla de pessoas negras diversas, ainda se torna essencial na sociedade brasileira, para desnaturalizar imagens inteiramente negativas e únicas, como a mulata, a doméstica, a mãe preta e a

mucama, e naturalizar a diversidade de pessoas negras com histórias também diversas. A busca pela autodenominação e pela representatividade serão mais bem exploradas a seguir.

3.6. Autodefinição, empoderamento e representatividade: “a marginalidade como um estímulo à criatividade e à sobrevivência”

Patricia Hill Collins (2016), utiliza do termo forasteiras de dentro (*outsider within*) para nomear a consciência dupla que mulheres negras desenvolvem, principalmente as empregadas domésticas, babás e outras funções nos quais ocorrem trabalhos de prestação de serviços pessoais. Por um lado, essas trabalhadoras, ao serem consideradas *estranhas*, ou não pertencentes à família branca que presta serviço, podem ter certos “benefícios”, como ouvir relatos que dificilmente ouviriam caso fossem familiares ou perceber padrões comportamentais que pessoas inseridas naquele contexto não enxergam. Por outro lado, podem ser completamente ignoradas pelas famílias, sendo objetificadas ao ponto de não terem suas presenças consideradas. Assim, eram necessários viver duas vidas em dois mundos distintos, o das mulheres negras e o das pessoas brancas, sendo possível notar a contestação das imagens de controle e estereótipos, proporcionando a sobrevivência por meio da resistência e da criatividade. A *mulher negra* ao ser enxergada como *não-branca* e *não-homem*, são objetificadas e invisibilizadas, “[...] porém, ser tratada como um Outro invisível coloca a afro-americana em uma posição de *outsider* interna que estimula a criatividade em muitas de nós” (Collins, 2019, p. 204). Essa resistência, mesmo que individual, sugere uma consciência coletiva do grupo.

A autora define a *autodefinição*, a conceituado como o desafio das imagens estereotipadas criadas acerca de mulheres negras por terceiros, sendo elas negativas ou inteiramente positivas, pois ambas são problemáticas, dialogando com “[...] a dinâmica do poder envolvida no ato de se definir imagens do *self* e da comunidade” (p. 104); enquanto *autoavaliação* observa o conteúdo das imagens criadas na autodefinição de mulheres negras, sendo elas autênticas.

Para aprender a falar com uma “voz única e autêntica, as mulheres devem ‘se lançar para fora’ dos enquadramentos e dos sistemas fornecidos pelas autoridades e criar seu próprio enquadramento”. Ao contrário das imagens de controle desenvolvidas para as mulheres brancas de classe média, as imagens de controle aplicadas às mulheres negras são tão uniformemente negativas que quase exigem resistência. Para as mulheres negras

estadunidenses, o conhecimento construído do “eu” emerge da luta para substituir as imagens de controle pelo conhecimento autodefinido, considerado pessoalmente importante, um conhecimento muitas vezes essencial para a sobrevivência das mulheres negras (Collins, 2019, p. 205).

Enquanto os estereótipos buscam colocar as mulheres negras em seu devido lugar, por meio da ridicularização, a autodenominação, por desenvolver imagens plurais e autênticas, garante a sua sobrevivência como grupo e subverte o patriarcado branco ao ir contra aos padrões de feminilidade impostos, ameaçando seu *status quo*.

Quando mulheres negras escolhem valorizar os aspectos da condição feminina afro-americana que são estereotipados, ridicularizados e criticados na academia e mídia popular, elas estão na verdade questionando algumas das concepções básicas que são usadas para controlar grupos dominados em geral (Collins, 2016, p. 104).

Para desenvolver a autodenominação e autoavaliação é necessário espaços seguros, onde é possível expressar seu discurso com outras mulheres negras, sem perigo de sofrer violências interseccionais e promoverem o empoderamento, por meio da autodefinição, como em igrejas, famílias extensas e comunidades negras, formando espaços privilegiados para resistir a objetificação. Esse local de escuta ativa valoriza a importância das vozes de mães, filhas, irmãs, amigas, entre outros laços familiares e de comunidade negra, sendo esses, relacionamentos fundamentais para o grupo, promovendo a criação e execução de projetos de justiça social (Collins, 2019).

Porém, essa conversa que promove o *empoderamento* e a *autovalorização*, bem como, o reconhecimento de opressões, pode vir pela música, poesias, performances, estudos acadêmicos, dentre muitas formas de expressão e de fazer a sua voz ser ouvida e desenvolver ações que gerem mudanças sociais: “Em uma sociedade na qual ninguém é obrigado a respeitar as mulheres afro-americanas, há muito advertimos umas às outras da importância do respeito próprio e do respeito aos outros” (*idem*, p. 227). A busca pelo respeito, principalmente por par dos homens negros foi e, ainda é, tema para mulheres negras, no qual é necessário mudanças no sistema cis-patriarcal para, de fato, ocorrer. Por isso, o incentivo à independência e autossuficiência feminina por meio do rompimento de relacionamentos abusivos e da independência financeira vem ocorrendo desde o século XIX, com a abolição da escravidão. Essa busca colocava em xeque a ideologia da feminilidade, pois demonstrava

como as mulheres negras sobreviviam sem serem sustentadas por homens e a autossuficiência lhes permitia escolher com quem se relacionar de forma afetivo-sexual.

Dessa forma, a *representatividade* é um fenômeno que possui as seguintes características:

1) ter uma representação e, portanto, é preciso que esteja ali (a presença); 2) ter um número correspondente que signifique mudanças (o quantitativo de somente um, principalmente quando dizemos de pessoas negras, passa a ser apenas a cota); 3) uma presença não unidimensional como aponta Ward (2004) e, portanto, que tenha camadas. [...] 4) contar histórias diversas e que não nos fixamos apenas nas “histórias únicas” (Pillar, 2021, p. 62).

As camadas permitem a pluralidade e a complexidade das representações, não as colocando apenas como representações estereotipadas ou a homogeneização de grupos sociais como um todo (como explicado no fenômeno do Negro Único). Já as histórias diversas, permite com que diversas pessoas negras contem diversas histórias ao mesmo tempo, evitando com que a diversidade seja apenas um privilégio branco (Guimarães-Corrêa, Bernardes, 2019; Pillar, 2021).



Parte II



4. Discutindo sobre Culturas

Como ponto de partida, é relevante conceituar o termo *cultura*, que possui origem europeia e foi recebendo significados que foram se ampliando com o passar dos anos. O termo vem do latim *colere* e, a princípio, tinha o sentido material de cultivar a terra e os animais para a subsistência de sociedades agrícolas (França *et al.*, 2015). A partir do século XVI, a cultura passou a ter um sentido mais abstrato, sendo atrelada não só aos costumes de uma determinada comunidade, mas também à alta classe, às artes e às filosofias ocidentais europeias.

Stuart Hall (2016, p. 67) faz a associação dos termos *cultura* e *semiótica*, no qual “[...] todos os objetos culturais expressam sentido, e todas as práticas culturais dependem do sentido, eles devem fazer uso dos signos; e na medida em que fazem, devem funcionar como a linguagem funciona”. Na semiótica, tanto palavras, objetos, gestos, entre outros elementos, podem ser utilizados como significantes na produção de sentido. Assim, significados, valores e normas são criados e incorporados em relações sociais, costumes e instituições. Esse conjunto particular constitui *mapas de significados* socialmente compartilhados, tornando o indivíduo um *indivíduo social*. Porém, esses mapas “[...] também limitam, modificam e restringem a forma como os grupos vivem e reproduzem a sua existência social” (Hall *et al.*, 2006, p. 4), existindo punições para aqueles que são considerados desviantes e tentativas de adequá-los às normas sociais, por meio de instituições como escola, presídio, leis, por exemplo (Foucault, 1999), bem como, a resistência dos desviantes e disputa significados.

Dessa forma, o termo *representação* está relacionado a ideia da *substituição*, “[...] algo que está no lugar de alguma coisa que não se faz presente, que se mostra distante no tempo e no espaço” (Guimarães-Corrêa, Silveira, 2015, p. 208). E, por ser um símbolo, é algo socialmente compartilhado e é uma, dentre diversas formas, de ler um signo. As representações têm uma ligação fundamental com a interação entre as pessoas, pois “[...] não são entidades/ enunciados/ projeções estáticas, uma vez que são construídas e reconstruídas nas experiências e interações comunicativas entre pessoas e grupos, seja nas relações face a face ou por meio dos dispositivos midiáticos” (*idem*, p. 212). Produtos culturais como propagandas, romances e filmes serviram para propagar essa crença supremacista branca e colocar os negros africanos como o “*Outro*” *racializado* e selvagem, justificando a dominação europeia, que catequizaria o restante do mundo (Hall, 2016).

Conseqüentemente, as representações de pessoas negras, criadas pelos colonizadores, eram desenvolvidas e reproduzidas com base em estereótipos, definidos como “[...] características ‘simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa pertencente a um grupo; tudo sobre ela é reduzido a esses traços que são, depois, exagerados e simplificados” (Hall, 2016, p. 191).

[...] a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a ‘diferença’. Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de “cisão”, que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou *expele* tudo o que não cabe, o que é diferente (*ibidem*).

Dessa forma, as definições e noções iniciais de cultura foram pautadas com base no racismo, o que gerou representações estereotipadas e única de pessoas racializadas. Os impactos dessas representações e disputas de sentido são perceptíveis até os dias de hoje, no qual é possível encontrar imagens de pessoas negras, majoritariamente, em papéis de subordinação, objetificação e sexualização (Guimarães-Corrêa, Bernardes, 2019).

Os Estudos Culturais, que se iniciaram na década de 1960, possuem como uma de suas mais importantes bases teóricas o marxismo, trazendo uma perspectiva que considera, principalmente, a classe econômica dos indivíduos em sociedade. Raymond Williams (1958; 1962) ampliou o sentido de cultura, trazendo uma perspectiva de classes socioeconômicas, entendendo o termo de duas formas: um modo de vida global, ou então, às artes e ao intelecto de classes altas. Para Williams, a cultura possuía e produzia *sistemas de significações*, onde “[...] ‘uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada.’ Ou seja: a cultura remete ao campo das significações e representações, o que não pode ser pensado fora de sua inserção nas demais esferas da vida social” (França *et al.*, 2015, p. 109). Dessa forma, a cultura pode ser entendida e relacionada,

[...] ao nível em que os grupos sociais desenvolvem padrões de vida distintos e dão forma expressiva à sua experiência de vida social e material. A cultura é o modo, as formas pelas quais os grupos ‘manuseiam’ a matéria-prima da sua existência social e material (Hall *et al.*, 2006, p. 4, tradução minha¹²).

Segundo Maria Elisa Cevasco (2001), em seus estudos sobre Williams, atualmente a cultura pode ser compreendida de três maneiras: como um *substantivo abstrato*, que nomeia um processo de desenvolvimento mental; como a designação de *um modo de vida específico*,

¹² No original: (...) that level at which social groups develop distinct patterns of life, and give expressive form to their social and material life-experience.

como a cultura de um povo, ou de uma época; e como a palavra que descreve os *trabalhos e práticas de atividade intelectual e especialmente artística* – a música, a literatura, a escultura etc. Todas essas três concepções de cultura não são excludentes, mas sim complementares.

Stuart Hall (2003) aponta que pensamentos como os de Raymond Williams (*Culture is Ordinary*, 1958; *The Long Revolution*, 1962), Richard Hoggart (*As Utilizações da Cultura*, 1957) e Edward Palmer Thompson (*A formação da classe operária inglesa*, 1963) foram radicais, pois apresentaram uma *ruptura significativa* ao considerar a classe trabalhadora como agente da cultura. Esses autores tinham o marxismo como base e consideravam a cultura como uma disputa e luta de classes.

Williams propõe a cultura como algo ordinário – não extraordinário/comum – porque todos a experimentam e já está dada em nosso modo de vida. “A cultura é de todos: temos que começar daí” (Cevasco, 2001, p. 47). Perceber a cultura como algo extraordinário, reservado a poucas pessoas e lugares é uma visão elitista. Porém,

[...] o valor de uma obra de arte individual reside na integração particular da experiência que sua forma plasma. Essa integração é uma seleção e uma resposta ao modo de vida coletivo sem o qual a arte não pode ser compreendida e nem mesmo chegar a existir, uma vez que seu material e seu significado vêm deste coletivo (*idem*, p.48).

Apesar desse entendimento, ainda existem pensamentos binários acerca da cultura. Por um lado, há a exclusão da classe trabalhadora da produção e consumo das artes e da educação, por meio da extrema valorização da cultura considerada erudita, sendo ela o único modo de alcançar uma realidade superior, sendo desconectada das preocupações comuns da vida humana. Logo, apenas uma minoria extraordinária poderia possuí-la. Havia a imposição de que as artes eruditas e, logo, a cultura, apenas seria produzida pela e para a elite, que podiam se dedicar ao aprendizado e produção de obras de arte. Por outro lado, há a desvalorização das artes por serem consideradas como “coisas de pessoas esnobes” e uma futilidade/ilusão na vida de seres humanos pragmáticos da classe trabalhadora. Esse era um “viés populista e anti-intelectualista de se considerar o popular como o ‘autêntico’ a ser oposto ao elitismo da alta cultura, privando assim o ‘popular’ de parte de sua herança cultural” (*idem*, p. 52).

Esse pensamento binário não era interessante para Williams. O autor, ao propor uma cultura comum, refuta a crença que a criatividade e produção artística são algo extraordinário e excepcional. Na verdade, essas são habilidades que podem ser aprendidas e desenvolvidas

ao longo da vida como qualquer outra atividade humana. É importante reconhecer que o acesso ao aprendizado artístico é de mais fácil acesso a pessoas de classe média e alta.

Embora a cultura já esteja dada no nosso cotidiano, ela não é algo cristalizado. Pelo contrário, está viva, em constante mudança, disputa e negociação: “A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual” (Williams, 1958, p. 4 *apud* Cevalco, 2001, p. 49). Assim, ao propagar uma cultura, ela será modificada, pois não é absorvida passivamente.

É importante considerar que, por estar relacionada ao refinamento humano, a cultura também remetia à ideia de *civilização*. Essa crença de que existiam *homens civilizados* criou uma separação e hierarquização das pessoas do mundo. Esse pensamento foi imposto através da violência, genocídio, extermínio e escravização, motivado pela crença de que todos os humanos deveriam sair do *estágio selvagem*, para o *bárbaro* até, finalmente, alcançar a *civilização* criada pela Europa Ocidental. Dessa forma todas as outras pessoas do mundo estariam sempre atrasadas em comparação a sociedade europeia (Ver capítulo 2).

A partir de Gramsci, Stuart Hall (2016, p. 193) utiliza o termo *hegemonia* para conceituar a imposição de representações, signos e significados de um grupo sobre o outro: “A hegemonia é uma forma de poder baseada na liderança de um ‘grupo em muitos campos de atividade de uma só vez, para que sua ascendência obrigue o consentimento generalizado e pareça natural e inevitável’”. Assim, há dois tipos de cultura: a *dominante* e a *subordinada*.

A cultura dominante se representa como a cultura. Tenta definir e conter todas as outras culturas dentro do seu âmbito inclusivo. As suas visões do mundo, a menos que sejam desafiadas, permanecerão como a cultura mais natural, abrangente e universal. Outras configurações culturais não estarão apenas subordinadas a esta ordem dominante: entrarão em luta com ela, procurarão modificar, negociar, resistir ou mesmo derrubar o seu reinado – a sua hegemonia (Hall *et al.*, 2006, p. 6, tradução minha¹³).

O termo *hegemonia* é utilizado para denominar as hierarquias entre culturas, sendo a a classe econômica muito influente na dominação da cultura, pois a distribuição do *poder cultural* é desigual e concentrada nas classes altas e, conseqüentemente, dominantes.

¹³ No original: The dominant culture represents itself as the culture. It tries to define and contain all other cultures within its inclusive range. Its views of the world, unless challenged, will stand as the most natural, all-embracing, universal culture. Other cultural configurations will not only be subordinate to this dominant order: they will enter into struggle with it, seek to modify, negotiate, resist or even overthrow its reign – its hegemony. (...) Dominant and subordinate classes will each have distinct cultures.

A cultura dominante não é homogênea e, sim, estratificada, existindo diferentes interesses em disputa dentro da classe dominante, existindo elementos do passado e presente, bem como, as culturas subordinadas não necessariamente estarão em conflito com a cultura dominante. “Podem, durante longos períodos, coexistir com ele, negociar os espaços e lacunas nele existentes, fazer incursões nele, ‘protegendo-o a partir de dentro’” (Thompson, 1965 *apud* Hall *et al.*, 2006, p. 6, tradução minhas¹⁴).

Assim, dentro da cultura hegemônica, há culturas subordinadas que, constantemente disputam, subvertem, resistem e/ou negociam com a cultura dominante. De qualquer forma, as culturas subordinadas compartilham aspectos em comum com a cultura dominante, podendo ocorrer hierarquias, reprodução de violências interseccionais e disputas entre si. Um exemplo disso, são as subculturas, que podem surgir como uma resposta para problemas socioeconômicos.

4.1. Identidades: sujeito do Iluminismo, sociológico e pós-moderno

Conforme aponta Stuart Hall (2003), nossas *identidades* são formadas culturalmente. Mas, para isso, é importante considerar que a cultura e o sujeito são ligados por meio da linguagem, a partir dela, que ambos se constroem, reconstroem e negociam.

A linguagem se baseia em sistemas classificatórios que orientam a apreensão do mundo dos cidadãos e estabelecem hierarquias; entretanto, sua estrutura não é fixa, ou seja, sistemas de classificação não são estanques. À medida que o sujeito interpreta e se relaciona com o mundo a sua volta, ele pode rever seu sistema de classificação e até mesmo reconfigurá-lo (Mendes, Silveira, Tavares, 2015, p. 151).

As identidades podem ser compreendidas como uma construção vinculada às práticas sociais e ao olhar do outro: “Se a linguagem fornece ao indivíduo sistemas de classificação, é na inter-relação entre os sujeitos de uma sociedade que o sentido irá se constituir, uma vez que a ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam” (*idem*, p. 151-152). Dessa forma, “[...] todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (*ibidem*).

¹⁴ No original: They may, for long periods, coexist with it, negotiate the spaces and gaps in it, make inroads into it, ‘warrenning it from within’ (Thompson, 1965).

A identidade também é considerada uma questão surgida na modernidade – individualismo ocidental –, pois, antes desse período, a sociedade era enxergada como um coletivo homogêneo, com significados mais estáticos, no qual gênero, classe, etnia, raça, sexualidade, por exemplo, eram marcadores sociais (Hall, 2003). Enquanto isso, a individualidade não era bem recebida. Assim, “[...] o sujeito foi inventado na modernidade, e o conceito de ‘homem moderno’, entendido como aquele que tem controle sobre suas ações e sobre seu destino, não era possível em outros períodos como, por exemplo, na Idade Clássica” (Mendes, Silveira, Tavares, 2015, p. 150).

Na modernidade, o indivíduo começou a se tornar cada vez mais fragmentado, passando pela *crise de identidade*, que abalou as estruturas das sociedades, como quadros de referência que guiavam uma coletividade considerada homogênea (Hall, 2003).

Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo. Como observa o crítico cultural Kobena Mercer, ‘a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza’ (Mercer, 1990, p. 43 *apud* Hall, 2003, p. 9).

A partir da invenção do sujeito moderno, a identidade passou a ser algo inventado ativamente pelo indivíduo.

O que equivale a dizer que a “identidade” emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu” verdadeiro e único, mas do diálogo entre os conceitos, definições e práticas que são representadas para nós pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos ou contestarmos as posições de sujeito constituídas por nós e para nós (Mendes, Silveira, Tavares, 2015, p. 152).

Com a afirmação da identidade, ocorrem inclusões, mas também, exclusões de conceitos. Dizer *o que eu sou* implica em dizer *o que eu não sou*. Ocorre uma separação do “eu” e dos “outros”, o que pode implicar em hierarquia que se dão pela linguagem e pelo discurso.

Pensando na estrutura linguística, o pensamento humano, segundo Saussure, é baseado em oposições binárias, classificando o mundo e naturalizando essa divisão por meio de determinações culturais assimétricas, no qual haveria privilégios e opressões entre os polos

opostos (Mendes, Silveira, Tavares, 2015). Hall (2016) aponta que a divisão binária é utilizada para pensar a cultura e a sociedade, onde há relações assimétricas entre os sujeitos: branco/negro, homem/mulher, bom/mau.

É importante ressaltar que esse pensamento está interligado com os ideais do homem moderno que, através de táticas de dominação, tornou essa lógica a correta a se seguir por todos os humanos do mundo, no qual o europeu/ homem/ cisgênero/ branco/ heterossexual/ rico/ jovem/ sem deficiência/ sem doença (dentre outras interseccionalidades) estaria no topo, sendo o normal/ a identidade, em detrimento de quem fosse diferente dessas categorias. Dessa forma, há a exclusão do Outro, no qual “[...] o centro exclui o diferente, e assim, reprime e/ou marginaliza o outro. Quem está no centro controla o código, os sistemas de significação, as regras do jogo” (Mendes, Silveira, Tavares, 2015, p. 154). Assim, a marginalização do Outro, cria a *alteridade*, pois a diferença ganha um significado, uma contextualização.

Identidade e alteridade, como binômio indissociável, colocam em cena tanto a condição de ambas como algo não dado, em processo, como também as dinâmicas que entre uma e outra se instauram. Hall traz à luz alguns conceitos que são chave para a compreensão desse jogo. Um deles, a “identificação”, deve ser pensado como uma prática de significação e, em virtude disso, está ligado a um processo de diferenciação que obedece a um “trabalho discursivo” no qual há o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas (*ibidem*).

A partir disso, Hall (2003, p. 11) percebe as identidades por meio de três concepções: o *sujeito do Iluminismo*, que era individualista e masculino, totalmente centrado, unificado, racional, consciente e imutável, pois permanecia essencialmente o mesmo; o *sujeito sociológico*, que era mais complexo e formado pela interação com outras pessoas “[...] que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava”, no qual ainda há a crença em uma essência, um “eu real”, “[...] mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (*ibidem*); e o sujeito pós-moderno, que não possui essência, ou identidade permanente, mas sim, apresenta uma identidade fluída, temporária e contraditória.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (*idem*, p. 13).

Portanto, as identidades, por mais que sejam formadas culturalmente, estão em constante construção pelo próprio sujeito, que está cada vez mais fragmentado, complexo e contraditório.

4.2. Subculturas: condições para o seu surgimento e relevância sociocultural

Partindo do princípio de que, dentro da cultura dominante, existem culturas subordinadas, entro na discussão acerca de subculturas. O termo *subcultura* foi amplamente explorado pela Escola de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham (CCCS), na década de 1970, recebendo influência da Escola de Chicago (Hall *et al.*, 2006; Amaral, Govari, 2021). “Trata-se de uma abordagem transdisciplinar que englobou sociologia/ crítica literária/ semiótica/ *cultural studies*, entre outros” (Guerra, Quintela, 2016 *apud* Guerra, 2022).

Alfred McClung (1944) é citado como o primeiro a utilizar o termo, seguido de Milton M. Gordon (1947), que definiu o termo como:

[...] uma subdivisão de uma cultura nacional, composta por uma combinação de situações sociais favoráveis, tais como status de classe, origem étnica, residência regional e rural ou urbana, e filiação religiosa, mas formando na sua combinação uma unidade funcional que tem um impacto integrado sobre o indivíduo participante (Gordon, 1947, p. 40 *apud* Jenks, 2005, p. 7).

Posteriormente, surgiram definições que buscam complementar e complexificar a compreensão de subculturas. Segundo Dick Hebdige (1979),

O estudo da subcultura na Grã-Bretanha surgiu de uma tradição de etnografia urbana que remonta pelo menos ao século XIX: ao trabalho de Henry Mayhew e Thomas Archer, e aos romances de Charles Dickens e Arthur Morrison. No entanto, uma abordagem mais “científica” da subcultura, completa com a sua própria metodologia (observação participante), só surgiu na década de 1920, quando um grupo de sociólogos e criminologistas em Chicago começou a recolher provas sobre gangues de rua juvenis e grupos desviantes (criminosos profissionais, contrabandistas, etc.). Mais crucialmente, essa ausência garantiu que, embora os relatos baseados numa abordagem de observação participante forneçam uma riqueza de detalhes descritivos, a importância das relações de classe e de poder seja consistentemente negligenciada ou pelo menos subestimada (p. 75-76, tradução minha¹⁵).

¹⁵ No original: The study of subculture in Britain grew out of a tradition of urban ethnography which can be traced back at least as far as the nineteenth century: to the work of Henry Mayhew and Thomas Archer, and to the novels of Charles Dickens and Arthur Morrison. However, a more ‘scientific’ approach to subculture complete with its own methodology (participant observation) did not emerge until the 1920s when a group of

Conforme aponta Stuart Hall *et al.* (2006, p. 6), “Nas sociedades modernas, os grupos mais fundamentais são as classes sociais, e as principais configurações culturais serão, de uma forma fundamental, embora muitas vezes mediada, ‘culturas de classe’”. Assim, “[...] as subculturas são subconjuntos – estruturas menores, mais localizadas e diferenciadas, dentro de uma ou outra das redes culturais maiores” (tradução minhas¹⁶). Embora as subculturas tenham características distintas, elas herdam/partilham aspectos com a cultura dominante.

As subculturas devem apresentar uma forma e estrutura suficientemente distintas para torná-las identificavelmente diferentes da sua cultura “parental”. Devem centrar-se em determinadas atividades, valores, determinadas utilizações de artefactos materiais, espaços territoriais, etc., que os diferenciem significativamente da cultura mais ampla (*idem*, p. 7, tradução minha¹⁷).

É importante ressaltar que o prefixo *sub* não é utilizado como forma de desvalorização, e sim, para se referir a uma categoria menor da cultura, uma subcategoria. No mais, há duas formas de classificar as subculturas: as que são formadas fora da cultura dominante, como grupos de imigrantes ou subculturas regionais tradicionais; e as que são formadas dentro do contexto da cultura dominante, que podem ser uma resposta positiva às estruturas sociais e culturais, como subculturas de grupos etários e ocupacionais, ou ser uma resposta negativa, como subculturas delinquentes, religiosas e/ou messiânicas e extremistas (Jenks, 2005). Algumas subculturas podem surgir em momentos históricos específicos, serem reconhecidas e rotuladas por um público mais amplo e depois desaparecerem ou serem tão difundidas na cultura dominante, que perdem sua distinção. “Quando estes grupos bem definidos também são distinguidos por idade e geração, chamamos-lhes ‘subculturas juvenis’” (Hall *et al.*, 2006, tradução minha¹⁸).

sociologists and criminologists in Chicago began collecting evidence on juvenile street gangs and deviant groups (professional criminals, bootleggers, etc.). More crucially, such an absence has ensured that while accounts based upon a participant observation approach provide a wealth of descriptive detail, the significance of class and power relations is consistently neglected or at least underestimated.

¹⁶ No original: In modern societies, the most fundamental groups are the social classes, and the major cultural configurations will be, in a fundamental though often mediated way, ‘class cultures’. Relative to these cultural-class configurations, sub-cultures are sub-sets – smaller, more localised and differentiated structures, within one or other of the larger cultural networks.

¹⁷ No original: Sub-cultures must exhibit a distinctive enough shape and structure to make them identifiably different from their ‘parent’ culture. They must be focussed around certain activities, values, certain uses of material artefacts, territorial spaces etc. which significantly differentiate them from the wider culture.

¹⁸ No original: When these tightly-defined groups are also distinguished by age and generation, we call them ‘youth subcultures’.

Sendo assim, a juventude pode ser compreendida como um fenômeno pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O fim do conflito foi marcado por ataques de bombas nucleares dos Estados Unidos ao Japão e, embora os americanos tenham comemorado, o medo persistia no país, pois ainda existia a possibilidade de outras guerras se iniciarem, sobretudo, a guerras nucleares (Goffman, Joy, 2007). No contexto estadunidense e europeu, a década de 1950 se iniciou com uma reestruturação econômica, conhecido como o Estado de Bem-Estar Social, incentivando e garantindo o acesso ao consumo, como forma de superar a Grande Depressão em 1930 e a Segunda Guerra Mundial (Goffman, Joy, 2007; Milani, 2023). Além disso, no período pós-guerra houve uma explosão de nascimentos, conhecida como *Baby Boom*, e o envelhecimento da população, ao invés de mortes prematuras (Thomé, 2016).

A adolescência e a juventude ganharam relevância socioeconômica, educacional e cultural, sendo os jovens um novo grupo social e não apenas uma fase de transição entre a infância e a vida adulta. A nova fase da vida foi impulsionada pela: comunicação de massa, como televisão, cinema, rádio, jornais e revistas; pela extensão e padronização da educação formal, que se tornou mais acessível para pessoas de classes mais baixas, com separação das crianças e adolescentes de acordo com sua idade; e pelos conflitos geracionais que surgiram devido às novas tecnologias, ideologias e crenças (Hebdige, 1979; Hall *et al.*, 2006; Kipper, 2023). “Estar livre da necessidade, portanto, não significa que os jovens tenham riqueza, mas sim que estão isentos dos compromissos dos adultos com a acumulação de capital econômico” (Thornton, 1995, p. 161, tradução minha¹⁹).

Além de construções de ideologias, os jovens também passaram a ocupar espaços públicos para se dedicarem às atividades, podendo ter pontos de encontro fixos “Eles desenvolvem ritmos específicos de intercâmbio, relações estruturadas entre os membros, [...] exploram ‘preocupações focais’ centrais para a vida interior do grupo” (Thornton, 1995, p. 39, tradução minha²⁰). Apesar da distinção, as subculturas coexistem com a cultura dominante e seus membros partilham das mesmas regras sociais e instituições.

Os membros de uma subcultura podem andar, falar, agir, parecer “diferentes” dos seus pais e de alguns dos seus pares: mas pertencem às mesmas famílias, frequentam as mesmas escolas, trabalham praticamente nos mesmos

¹⁹ No original: Freedom from necessity, therefore, does not mean that youth have wealth so much as that they are exempt from adult commitments to the accumulation of economic capital.

²⁰ No original: [...] cultural space in the neighbourhood and institutions, real time for leisure and recreation, actual room on the street or street-corner. [...] They cluster around particular locations. They develop specific rhythms of interchange, structured relations between members [...] They explore ‘focal concerns’ central to the inner life of the group.

empregos, vivem nas mesmas 'ruas cruéis' como seus colegas e pais (Hall *et al.*, 2006, p. 8, tradução minha²¹).

As características de uma subcultura, embora possam projetar uma resposta cultural ou, até mesmo a “solução” para os problemas materiais e sociais das(os) integrantes, a subcultura não as(os) protege de experiências e condições de sua classe: “Eles vivenciam e respondem à *mesma problemática básica* que outros membros da sua classe que não são tão diferenciados e distintos num sentido ‘subcultural’” (Hall *et al.*, 2006, p. 8, tradução minha²²).

A *cultura juvenil* surge como uma forma excepcional e radical, quando comparada a períodos anteriores. Devido ao seu impacto, ocorreram interpretações ideológicas que apontavam a cultura juvenil sem classe socioeconômica ou, sendo como uma nova classe.

É claro que a juventude do pós-guerra se envolveu em atividades culturais distintas, e isto estava intimamente ligado à expansão das indústrias do lazer e da moda, dirigidas ao “mercado adolescente”. O termo “Cultura Juvenil” apropria-se da situação dos jovens quase exclusivamente em termos de manipulação e exploração comercial e publicitária dos jovens (Hall *et al.*, 2006, p. 8-9, tradução minha²³).

Entretanto, a afirmação da ausência de classes e da cultura juvenil universal era contraditória, pois, embora as condições de vida tenham melhorado, a pobreza e a concentração de riquezas continuavam existindo, o mercado adolescente estava concentrado nos jovens da classe trabalhadora que já estavam no mercado de trabalho, com profissões mal remuneradas e não especializadas, ao invés da educação superior, diferentemente dos jovens de classe média, que estavam se estudando e/ou no início de suas carreiras profissionais (Hall *et al.*, 2006, p. 20, tradução minha²⁴).

Um grupo ou subcultura de jovens era definido como o resultado de uma falha de estatuto ou de ansiedade devido à rejeição por parte de instituições

²¹ No original: Members of a subculture may walk, talk, act, look ‘different’ from their parents and from some of their peers: but they belong to the same families, go to the same schools, work at much the same jobs, live down the same ‘mean streets’ as their peers and parents.

²² No original: They experience and respond to the same basic problematic as other members of their class who are not so differentiated and distinctive in a ‘subcultural’ sense.

²³ No original: Of course, post-war youth did engage in distinctive cultural pursuits, and this was closely linked with the expansion of the leisure and fashion industries, directed at the ‘teenage market’. The term ‘Youth Culture’ appropriates the situation of the young almost exclusively in terms of the commercial and publicity manipulation and exploitation of the young.

²⁴ No original: A youth group or subculture was defined as the result of status-failure, or anxiety because of rejection by middle-class institutions; or as the inability to achieve dominant goals because of blocked opportunities for success. In short there was an underlying consensual view of society based on a belief in the American Dream (of success). ‘Youth culture’ was a sort of collective compensation for those who could not succeed.

de classe média; ou como a incapacidade de atingir objetivos dominantes devido a oportunidades bloqueadas de sucesso. Em suma, havia uma visão consensual subjacente da sociedade baseada na crença no Sonho Americano (de sucesso). A “cultura jovem” foi uma espécie de compensação coletiva para aqueles que não conseguiram ter sucesso.

Embora as gerações tenham diferentes modos de enfrentamento, a situação de classe continuava a mesma para pessoas de diferentes gerações, incluindo os jovens, apesar desses gastarem mais com o lazer e com o seu grupo social. Hall *et al.* apontam que não há uma solução ou carreira subcultural para resolver todos os problemas da classe trabalhadora.

Entretanto, determinadas subculturas e, até mesmo contraculturas, buscavam ativamente resolver esses problemas, seja pela criação de uma economia de nicho (McRobbie, 1994; Thornton, 1995; Brill, 2008), como a da subcultura gótica nos anos 1980 (ver capítulo 4.3) ou, seja pela recusa de seus valores, normas e instituições, como a contracultura *hippie* que tinha ideologia niilista, que não desejava enfrentar a repressão política (Goffman, Joy, 2007). Por isso, as(os) *hippie* são consideradas(os) uma *contracultura*, pois buscam renunciar toda a cultura dominante.

As subculturas da classe trabalhadora são estruturas coletivas claramente articuladas – muitas vezes, “quase” ou “quase” gangues. As contraculturas da classe média são difusas, menos centradas no grupo e mais individualizadas. [...] distinguem-se precisamente pela sua tentativa de explorar “instituições alternativas” às instituições centrais da cultura dominante: novos padrões de vida, de vida familiar, de trabalho ou mesmo de “não-carreiras” (Hall *et al.*, 2006, p. 45, tradução minha²⁵).

Segundo Stuart Hall *et al.* (2006) “A Contracultura, com a sua próspera imprensa e instituições alternativas, fragmentou-se e difundiu-se, embora não tenha desaparecido (p. 54, tradução minha²⁶).

Conforme apontado, a participação em subculturas vai além das ideologias características de cada grupo, se materializando nos modos distintos de vestir, falar e agir, por exemplo (Hall *et al.*, 2006). Assim, com as interações sociais entre as(os) integrantes da subcultura, há a criação de significados e, até mesmo, a resignificação, intensificação,

²⁵ No original: Working-class subcultures are clearly articulated, collective structures – often, ‘near-’ or ‘quasi’-gangs. Middle-class counter-cultures are diffuse, less group-centred, more individualised. are distinguished precisely by their attempt to explore ‘alternative institutions’ to the central institutions of the dominant culture: new patterns of living, of family-life, of work or even ‘un-careers’.

²⁶ No original: The Counter-culture, with its flourishing alternative press and institutions has fragmented, diffused, though it has not disappeared.

exagero e/ou isolamento de símbolos já existentes/dados, para assim, alterá-los: “Na verdade, nos sistemas culturais, não existe um significado ‘natural’ como tal. Objetos e mercadorias não significam nada. Eles ‘significam’ apenas porque já foram organizados, de acordo com o uso social, em códigos culturais de significado, que lhes atribuem significados” (Hall *et al.*, 2006, p. 43, tradução minha²⁷).

No mais, as subculturas são moldadas de acordo com os lugares aos quais as pessoas participantes se inserem, criando estruturas e significados únicos. “Eles estão unidos tanto pela diferença (casa x escola, escola x trabalho, casa x trabalho, privado x público, etc.) quanto pela semelhança” (Hebdige, 1979, p. 84, tradução minha²⁸). As subculturas, consideradas espetaculares, como a gótica, a *punk* e a *skinhead*, por exemplo, podem ser desenvolvidas como um desvio dos códigos já existentes, os provocando, perturbando e desafiando.

Da mesma forma, subculturas espetaculares expressam conteúdos proibidos (consciência de classe, consciência de diferença) em formas proibidas (transgressão de códigos de indumentária e de comportamento, violação de leis, etc.). São articulações profanas e são frequentemente e significativamente definidas como “não naturais” (*idem*, p. 91-92, tradução minha²⁹).

Esses desvios podem atrair a atenção da mídia, que focavam em denunciar atos criminosos, que são utilizados como justificativa para a transgressão, sendo utilizado como catalisador para o *pânico moral*, sendo representados de forma desumanizada, violenta/criminosa e/ou como pessoas indesejadas na sociedade capitalista, sendo considerados inimigos. Por meio das mídias, há processos de recuperação e disseminação das subculturas espetaculares difundindo seus signos e ideologias, principalmente através da produção e comercialização em massa (Hebdige, 1979).

Hebdige (1979), entende os estilos de subculturas como uma *bricolagem*, se apropriando de significados já existentes e criando sistemas de conexões únicos “[...] são capazes de extensão infinita porque os elementos básicos podem ser usados em uma variedade

²⁷ No original: In fact, in cultural systems, there is no ‘natural’ meaning as such. Objects and commodities do not mean any one thing. They ‘mean’ only because they have already been arranged, according to social use, into cultural codes of meaning, which assign meanings to them.

²⁸ No original: They are bound together as much through difference (home v. school, school v. work, home v. work, private v. public, etc.) as through similarity.

²⁹ No original: Similarly, spectacular subcultures express forbidden contents (consciousness of class, consciousness of difference) in forbidden forms (transgressions of sartorial and behavioural codes, law breaking, etc.). They are profane articulations, and they are often and significantly defined as ‘unnatural’.

de combinações improvisadas para gerar novos significados dentro deles” (p. 103, tradução minha³⁰). As subculturas podem ser mais ou menos conservadoras ou progressistas e nem todas vão desafiar a cultura hegemônica da mesma forma, podendo ser mais ou menos radicais.

Juntos, objeto e significado constituem um signo e, dentro de qualquer cultura, tais signos são reunidos, repetidamente, em formas características de discurso. Contudo, quando o bricoleur reposiciona o objecto significativo numa posição diferente dentro desse discurso, utilizando o mesmo repertório global de signos, ou quando esse objeto é colocado num conjunto total diferente, um novo discurso é constituído, uma mensagem diferente é transmitida (Clarke, 1976 *apud* Hebdige, 1979, p. 104, tradução minha³¹).

O estilo nas subculturas pode ser entendido em quatro pilares, que vão se construindo e modificando ao longo do tempo: vestuário, música, rituais comportamentais e linguagem (Cohen, 1972 *apud* Guerra, 2022, p. 10). Mas apenas usar o estilo não é o suficiente nas subculturas, é necessário o processo de estilização que que demonstra uma posição específica de se estar no mundo, é “[...] uma organização consciente de objetos, um reposicionamento e recontextualização, que os retira do seu contexto original e possibilita, desta forma, novas leituras e resistências” (*ibidem*). Por meio desse processo, é possível comunicar os significados, mensagens e identidade coletiva.

Sarah Thornton (1995) propõe o termo *capital subcultural*, para compreender o acúmulo de conhecimentos acumulados e vivências dentro das subculturas que conferem status, a partir do *capital cultural*, de Pierre Bourdieu, que trata de conhecimentos acumulados por meio de uma educação erudita que confere status social altos. “O capital cultural é o eixo de um sistema de distinção em que as hierarquias culturais correspondem às sociais e os gostos das pessoas são predominantemente um marcador de classe” (p. 25, tradução minha³²). O capital cultural está para além do capital econômico, sendo algo social, com conexões complexas, se aproximando mais do quanto você conhece sobre algo, podendo

³⁰ No original: (...) they are capable of infinite extension because basic elements can be used in a variety of improvised combinations to generate new meanings within them.

³¹ No original: Together, object and meaning constitute a sign, and, within any one culture, such signs are assembled, repeatedly, into characteristic forms of discourse. However, when the bricoleur re-locates the significant object in a different position within that discourse, using the same overall repertoire of signs, or when that object is placed within a different total ensemble, a new discourse is constituted, a different message conveyed (Clarke, 1976).

³² No original: Cultural capital is the linchpin of a system of distinction in which cultural hierarchies correspond to social ones and people’s tastes are predominantly a marker of class.

incluir o capital social quem você conhece e quem conhece você: “Conexões na forma de amigos, parentes, associados e conhecidos podem conferir status” (*ibidem*, tradução minha³³).

Assim, o capital subcultural possui uma definição semelhante, porém, com conhecimentos articulados por um grupo social, podendo ser mal-vistos ou até ilegais pela sociedade como um todo, como o uso de drogas em *raves* e clubes. É algo extracurricular, aprendido fora de instituições como família e escola, que pode ser objetivado (comprar/possuir bens de valor subcultural) ou incorporado (conhecimento subcultural), e que faz a distinção entre o *nós* e o *eles*, estabelecendo uma disputa de gostos e distinção (Thornton, 1995; Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015).

A partir disso, Thornton (1995) traz para os estudos subculturais a perspectiva de gênero, porque as garotas, embora participem da subcultura, percebem que seus gostos são vistos como inferiores, populares e, logo, *mainstream*, quando comparado aos garotos, que se denominam autênticos e *underground*, existindo uma hierarquia subcultural com base em gênero. Assim, o reconhecimento e valorização entre pessoas de gêneros diferentes, ocorrem de forma desigual (Thornton, 1995; Brill, 2006).

Mesmo entre as culturas jovens, existe uma dupla articulação entre o inferior e o feminino: outras culturas menosprezadas são caracterizadas como femininas e as culturas das garotas são desvalorizadas como imitativas e passivas. A cultura autêntica é, pelo contrário, retratada em termos masculinos ou livres de gênero e continua a ser uma prerrogativa dos rapazes (Thornton, 1995, p. 163, tradução minha³⁴).

Angela McRobbie (1994) traz para os estudos subculturais a problematização acerca de gênero, raça, classe e sexualidade, observando que a tradição do CCCS restringia a ideia de subcultura à juventude e ao lazer masculino e branco. As integrantes femininas não eram estudadas e, apenas eram retratadas como as namoradas: “Não conheço nenhum estudo que considere, muito menos as prioridades, os jovens e a família; as mulheres e toda a questão da divisão sexual foram marginalizadas” (McRobbie, 1981, p. 111 *apud* Jenks, 2005, p. 5, tradução minha³⁵).

McRobbie (2000, publicado pela primeira vez em 1980) lamenta a exclusão da presença feminina das subculturas em dois níveis; em primeiro lugar, a

³³ No original: Connections in the form of friends, relations, associates and acquaintances can all bestow status.

³⁴ No original: Even among youth cultures, there is a double articulation of the lowly and the feminine: disparaged other cultures are characterized as feminine and girls' cultures are devalued as imitative and passive. Authentic culture is, by contrast, depicted in gender-free or masculine terms and remains the prerogative of boys.

³⁵ No original: I don't know of a study that considers, never mind prioritises, youth and the family; women and the whole question of sexual division have been marginalised. (McRobbie, 1981: 111)

dominação masculina das subculturas e dos seus espaços de lazer e, em segundo lugar, o preconceito masculinista dos primeiros estudos subculturais. Consequentemente, McRobbie e Garber (2000, publicado pela primeira vez em 1976) postularam estruturas (sub)culturais alternativas para meninas na forma de uma “cultura de quarto”, onde amigos são encontrados, segredos compartilhados e música pop consumida dentro dos limites seguros da casa da família (Brill, 2008, p. 31, tradução minha³⁶).

No mais, o capital subcultural, assim com o capital cultural, também recebe hierarquias de gênero, onde o capital subcultural de homens está relacionado aos seus conhecimentos sobre a subcultura e acúmulo de objetos, enquanto o de mulheres é medido pela sua aparência física e roupas que atendam aos modelos de feminilidade. Para mulheres terem o mesmo valor que homens, deveriam abrir mão de sua feminilidade para tentar se tornar “um dos garotos”, mas devido ao seu gênero, sempre haverá desequilíbrios. Por fim, para os homens é mais fácil mudar seus *status* de capital subcultural, a partir do ganho de mais conhecimentos, enquanto as mulheres precisam de algo mais visível, como aparência e capital social (Brill, 2008).

McRobbie (1994) e Thornton (1995) também apontam que o CCCS tinha uma visão que não abarcava a economia própria desenvolvida por e para integrantes de subculturas, como roupas, festas e *shows*. Também, enxergavam as pessoas participantes como vítimas das notícias nas mídias, que divulgavam apenas atos criminosos praticados por uma pequena parcela do grupo, causando pânico na população como um todo. Porém, a atenção negativa da mídia, que denunciava atos ilícitos, podia ser algo almejado, funcionando como uma forma de reconhecimento e legitimação do grupo e atração de novos membros. Além disso, novas subculturas podem surgir para substituir aquelas das quais a cultura dominante se apropriou e retirou seu valor revolucionário de protesto (Guerra, 2022, p. 90).

De uma forma mais esquemática, Guerra (2014) identifica as quatro principais limitações do CCCS (...). Primeiro, é *determinística* pois assenta numa sobrevalorização da classe social, do aspecto econômico, que influenciaria tudo o resto. No fundo, uma visão marxista e materialista da sociedade. Segundo, é *totalizante* já que através de conceitos como a homologia não deixa espaço para as diferenças e para a diversidade que existem nas subculturas. Terceiro, e em proximidade com o ponto anterior, é *normalizadora* pois analisa os jovens de classe operária como um corpo

³⁶ No original: McRobbie (2000, first published 1980) deplores an exclusion of female presence from subcultures on two levels; firstly, the male domination of subcultures and their leisure spaces, and, secondly, the masculinist bias of early subcultural studies. (...) Consequently, McRobbie and Garber (2000, first published 1976) postulate alternative (sub)cultural structures for girls in the form of a 'bedroom culture' where friends are met, secrets shared and pop music consumed within the safe confines of the family home.

único, sem especificidades. Por fim, é *dicotomizadora*, pois a sua abordagem assenta em múltiplas dicotomias que procuram explicar a realidade social: *mainstream/ underground*, *autenticidade/ posers* etc (Guerra, 2022, p. 12, grifos meus).

A partir da discussão sobre subculturas, é possível observar que, ao longo de mais de 50 anos de Estudos Subculturais, cada vez mais, é possível ver a influência e relevância da interseccionalidade para sua análise e complexificação. Dentro destes estudos, uma nova abordagem surgiu, nos anos de 1990, já que, com o avanço da *internet*, as subculturas passaram a receber novas configurações: a Escola Pós-subcultural.

4.2.1 Pós-modernismo e Escola Pós-Subcultural

O pós-modernismo, segundo Paula Guerra (2022), a partir de leituras de Baudrillard (1983), pode ser entendido não como “[...] um espaço, uma ‘condição’, uma ‘situação’, uma aporia, um ‘caminho intransponível’ – onde intenções, definições e efeitos concorrentes, diversas tendências sociais e intelectuais e linhas de força convergem e se chocam”, representando a desesperança e a desilusão em relação aos ideais modernos (baseados no Iluminismo e no positivismo), ao progresso da ciência e da economia para o bem-estar de todos, bem como, a fragmentação e/ou crises existenciais e políticas.

Para autores da Escola Pós-Subcultural, que surgiu no final da década de 1980 e início de 1990, como Redhead (1997), Bennett (1999) e Muggleton (2000),

[...] as sociedades contemporâneas, especialmente as ocidentais, são muito complexas e fragmentadas para permitir visão hegemônica das subculturas. As identidades passam a ser vistas como reflexivas, abertas à diferença e à experimentação. E o mercado lhes força a essa possibilidade. Mesmo as subculturas ou grupos juvenis (existem vários conceitos nesta escola teórica...) passam a ser reflexivos e fragmentários. Muggleton (2000) apelida-os de liminares. Isto é, os jovens deixam de pertencer apenas a uma subcultura, existindo, isso sim, um *pick and mix* de vários elementos de diferentes subculturas. Ou seja, as fronteiras entre as subculturas começam a esboroar-se; as pertenças subculturais passam a ser mais fluidas e fragmentadas (Robards & Bennett, 2011; Guerra & Bennett, 2015 *apud* Guerra, 2022, p. 13).

Essa perspectiva contempla o conceito de *neo-tribo*, cunhado por Maffesoli, em 1988, com o intuito de analisar os “[...] novos padrões de sociabilidades nas sociedades pós-modernas” (*ibidem*), no qual a participação em um grupo, como uma subcultura, está

relacionada ao gosto pessoal e afetividade e não mais por questões de classe e/ou comunidade. As neo-tribos se relacionam com os termos *circuito* e *cena*, onde pessoas com afinidades em comum criam e se reúnem para o lazer e troca de experiências, não se restringindo a espaços claramente localizados.

Se estes [circuitos] são formados por equipamentos, instituições, eventos concretos, a cena é constituída pelo conjunto de comportamentos (pautas de consumo, gostos) e pelo universo de significados (valores, regras) exibidos e cultivados por aqueles que conhecem e frequentam os lugares ‘certos’ de determinado circuito (Magnani, 2005, p. 201 *apud* Delgado, 2016, p. 236).

Dessa forma, as reuniões podem ocorrer em espaços físicos, como também, *online*, sendo que a *internet*, desde a década de 1990, vem potencializando a difusão das subculturas pelo mundo. “Embora para os primeiros a música seja o elo essencial no qual se sustenta a identidade linear, para os últimos a *internet* é o único meio de experiência subcultural. A *internet* desmistifica mitos e espalha ideologia e estilo subcultural” (Guerra, 2020, p. 213, tradução minha³⁷). A *internet* permite a resistência coletiva e individual de participantes de subculturas, promove o sentimento de comunidade global e trocas de capital subcultural internacional. Portanto, é possível estabelecer o surgimento de *cybersubculturas* (Amaral, 2007 *apud* Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015).

É importante considerar que, por mais que as subculturas tenham benefícios individuais e coletivos, a *internet* e suas plataformas podem proporcionar a criação e disseminação de crenças radicais *online* e impulsionamento de ações violentas *offline*, como é o caso da subcultura *incel* (celibatário involuntário), que busca ir contra os direitos das mulheres, garantidos constitucionalmente (O’Malley, Holt, Holt, 2020, p. 2, tradução minha³⁸).

Em muitos aspectos, os sistemas de crenças dos grupos extremistas são semelhantes às subculturas desviantes, na medida em que se formam como uma reação ou rejeição às normas sociais (Holt *et al.*, 2016; McCauley & Moskalkenko, 2011; Simi & Futrell, 2010). Os indivíduos que se tornam parte destes movimentos também aprendem pistas verbais e não verbais que

³⁷ No original: Although for the former music is the essential link in which the straightedge identity is sustained, for the latter the Internet is the only medium of subcultural experience. The Internet demystifies myths and spreads ideology and subcultural style.

³⁸ No original: In many respects, the belief systems of extremist groups are similar to deviant subcultures in that they form as a reaction to or rejection of societal norms (Holt *et al.*, 2016; McCauley & Moskalkenko, 2011; Simi & Futrell, 2010). Individuals who become a part of these movements also learn verbal and non-verbal cues that signal their membership and provide status cues to denote position within the community (Holt *et al.*, 2016; Simi & Futrell, 2010).

sinalizam a sua adesão e fornecem pistas de estatuto para denotar posição dentro da comunidade (Holt *et al.*, 2016; Simi & Futrell, 2010).

A subcultura, que surgiu *online*, recebendo adeptos globais, surgiu a partir da frustração sexual e ódio ao feminismo e às mulheres, com base em seu gênero – misoginia, sendo jovens, entre 18 e 29 anos, o público mais propenso a se unirem e partilharem as ações e discursos violentos.

Bem como, por exemplo, há subculturas *online*, com o público majoritariamente feminino, que reúnem pessoas com distúrbios alimentares, como anorexia e bulimia, que buscam e incentivam a magreza excessiva e hábitos alimentares não-saudáveis como um estilo de vida, compartilhando dicas, experiências e desenvolvendo uma linguagem própria para a identificação entre participantes (Crowe, Hoskins, 2019).

4.3. Subcultura gótica: contexto britânico e brasileiro

O uso do termo *gothic* é envolvido em uma cronologia que se desenvolveu entre 1970 e início da década de 1980, até chegar em *goth*. Em português, tanto a subcultura gótica, quanto os movimentos artísticos góticos possuem a mesma grafia, porém, em inglês, houve mudanças. A primeira relação do termo *gothic* com o estilo musical alternativo foi em 1967, com a banda estadunidense The Doors, no qual “[...] John Stickney define a banda The Doors como ‘Gothic Rock’” (Kipper, 2023, p. 151). Em 1974, o álbum Diamond Dogs, de David Bowie, possuía uma estética e elementos que, mais tarde, foram adotados por pessoas das subculturas *punk* e gótica, como meias arrastão e maquiagens expressionistas, além de ter uma narrativa distópica. Em 1975, com o lançamento do filme The Rocky Horror Picture Show, o sucesso dos filmes Cabaret (1972), Nosferatu, The Vampyre (1979) e da Família Addams – que saíram de tirinhas, para série televisiva (1964) e desenho animado (1973) – o apreço por elementos da literatura gótica e da subcultura *glam* aumentou e foram, consequentemente, misturados. Nos anos seguintes, o *gothic rock* foi atribuído a bandas de rock do período, pela imprensa e na indústria musical inglesa, no qual jornalistas e as próprias bandas descreviam a sonoridade como *gothic* ou *gothic rock*, sendo as bandas Joy Division (formada em Manchester, em 1976-1980), Siouxsie and the Banshees (formada em Londres, em 1976) e Bauhaus (formada em Northampton, em 1978).

29/7/1978: Nick Kent na revista NME [New Musical Express] diz de Siouxsie and The Banshees: “Paralelos e comparações podem ser agora traçadas com arquitetos do *gothic rock* como The Doors e, certamente, Velvet Underground do começo”. [...]

1979: Martin Hannett, produtor do Joy Division, descreve o álbum Closer do Joy Division como “Música dançante, com tonalidades góticas”. [...]

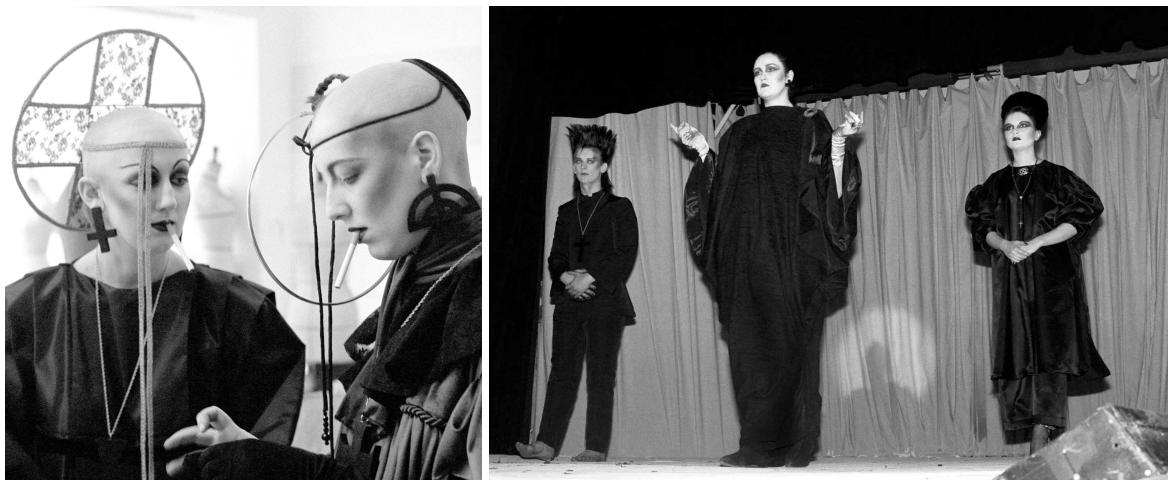
1979: Nick Kent ou o adjetivo *gothic* na resenha do segundo álbum da banda Magazine, indicando que ela tinha um “dank neo-Gothic sound” (som Neo-Gótico frio/úmido” (Kipper, 2023, p. 153, grifos meus).

Ainda em 1979, a banda Bauhaus lança o single Bela Lugosi is Dead, trazendo uma estética que utilizava de “[...] imagens de filmes expressionistas de temática gótica e do Drácula de Bela Lugosi” (*ibidem*).

A partir do enfraquecimento da subcultura *punk* no Reino Unido, no final de 1970, outros grupos de jovens começaram a se formar, sendo um deles liderado por Stevie Strange, *ex-punk*, “[...] que promoviam as Bowie Nights, em homenagem ao cantor David Bowie. Essas festas logo se tornaram constantes e iniciaram uma nova *club culture*, Blitz Kids, posteriormente conhecidos como New Romantics” (Caetano, 2020, p. 177). Muitos desses jovens pertenciam a classes mais altas, sendo estudantes do Saint Martins College of Art & Design, em Londres, sendo a estética um elemento fundamental, e segregador, para a entrada nesses grupos, pois era pauta de suas reuniões e para frequentá-las, o visual único e extravagante era cobrado.

Em 1980, Stephen Linard, *designer* britânico, quando ainda era estudante universitário, participou do Alternative Show da Central Saint Martins, apresentando uma coleção intitulada Neon Gothic, sendo um trocadilho para Neo Gothic, ou Neo Gótico, que foi aplaudida de pé pela plateia, por longos minutos (Borrelli-Persson, 2018). Como o nome já diz, a coleção foi inspirada no estilo Neo Gótico, surgido no final do século XVIII, na Inglaterra, como parte de um movimento cultural que valorizava a estética medieval em contraste com o racionalismo do Neoclassicismo. Ele ganhou força no início do século XIX, impulsionado pelo romantismo, que exaltava o passado, a emoção e o misticismo (Maison). Já em 1981, Linard elaborou o seu desfile de graduação na Central Saint Martins intitulado Reluctant Émigrés”, seguindo a estética, e sendo um grande sucesso local. Os desfiles tinham vestimentas criadas para remeter vampiros, utilizando roupas e maquiagem pretas, remetendo à morbidez e acessórios com elementos do Cristianismo (Caetano, 2020, 2023).

Figura 1 – Desfile Neon Gothic, em 1980



Fonte: Graham Smith/Getty Images³⁹. Montagem da autora.

³⁹ Disponível em: <https://www.vogue.com/article/met-gala-stephen-linard-neon-gothic-collection-1980>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Figura 2 – Desfile Reluctant Émigrés, em 1981



Fonte: Shapers of the 80s⁴⁰ e The Standard⁴¹, respectivamente. Montagem da autora.

Esses desfiles serviam como inspiração para a permanência da estética sombria desenvolvida pelo grupo.

Inspirados pelos New Romantic e o desfile Neo Gothic, em 1982, Jon Klein e Ollie Wilson, da banda Specimen, criam a Batcave, uma boate cujo lema era “blasfêmia, luxúria e sangue”. A nova estética que surgiu nesse espaço ficaria conhecida como Death Rock, tendo como principais referências os próprios fundadores das Batcave [...]. Além destes, outras bandas de death rock como Sex Gang Children e Alien Sex Fiend também foram referências de estilo neste momento inicial da subcultura gótica (Caetano, 2020, p. 179).

Essas bandas precursoras da estética Neo/Neon Gothic desenvolveram o estilo que ficou conhecido como *tradicional goth* (gótico tradicional), ou simplesmente *trad-goth*.

O uso do termo *goth* foi popularizado entre 1982 e 1983, com a abertura da boate Batcave, em Londres: “Ian Astbury (Southern Death Cult, The Cult) usa o termo ‘goths’ para descrever os fãs do Sex Gang Children, o que é divulgado pelo redator da NME, Stephen Dorrell”. Desde então, o termo *goth* foi constantemente reproduzido entre as pessoas que se identificavam e na imprensa, bem como, a estética atribuída ao *goth*, consolidando a subcultura.

1983: Marc Almond (Soft Cell) relata sobre 1983: “a moda daquele ano era o gótico-roupas pretas, batom preto, renda preta, cabelo preto – você podia incluir qualquer coisa desde que fosse preta. Rostos pálidos, bijuterias imitando ossos, qualquer coisa que lembrasse morte estava na ordem do

⁴⁰ Disponível em:

<https://shapersofthe80s.com/2011/06/22/%E2%9E%A4-the-blitz-kids-watn-no-28-stephen-linard/reluctant-emigr-es81-linard-sullivan/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁴¹ Disponível em:

<https://www.standard.co.uk/lifestyle/fashion/stephen-linard-blitz-kid-fashion-designer-boy-george-david-bowie-b1144794.html>. Acesso em: 13 dez. 2024.

dia”. Com o crescimento da cena, a imprensa inglesa aceita o nome que se tornou popular: *Goth* (Kipper, 2023, p. 155, grifos meus).

Dessa forma, a subcultura gótica emergiu entre o final da década de 1970 e início de 1980, no Reino Unido, a partir do gênero musical denominado pós-punk (*post-punk*), que, embora recebesse a influência do *DIY*, a sonoridade era composta por guitarras distorcidas, com forte presença do baixo, para criar sombrio e misterioso, no qual “As letras das músicas giravam em torno dos recantos sombrios da alma humana: morte, sofrimento e destruição, bem como romance e isolamento não realizados, mas também os aspectos mais misteriosos e tabus da magia e da mitologia (por exemplo, rituais antigos, vampiros)” (Brill, 2008, p. 3, tradução minha⁴²).

Muitos artistas, que reproduziam a sonoridade do pós-punk, apresentavam suas músicas por meio de performances dramáticas, com uso de maquiagem, roupas pretas e gestos melodramáticos, que passou a ser reproduzidos pelos fãs, como foi o caso de bandas como foi o caso de bandas como Siouxsie and the Banshees e Bauhaus.

⁴² No original: The characteristic features of this genre (...) were echoing guitars, slow, repetitive drums and wailing vocals fused into an eerie, hazy sound. Song lyrics revolved around the dark recesses of the human soul: death, suffering and destruction as well as unfulfilled romance and isolation, but also the more arcane, taboo aspects of magic and mythology (e.g. ancient rituals, vampires).

Figura 3 – Bandas Siouxsie and the Banshees, em 1979 e Bauhaus, em 1982



Fonte: Chalkie Davies/Getty Images⁴³ e Fin Costello/Redferns⁴⁴, respectivamente. Montagem da autora.

Desde então, a subcultura gótica começou a reunir elementos de diversos períodos e signos de diversas culturas, desenvolvendo um estilo espetacular, heterogêneo e coerente, além de manter uma ideologia anticapitalista e antielitista. Apesar disso, as(os) integrantes possam se apresentar como apolítica e acabar consumindo muito para manter o seu visual e estilo de vida, já que a juventude trabalhadora do pós-guerra gastava mais com lazer e itens para si do que as outras gerações (Hebdige, 1979; Goodlad, Bibby, 2007).

A subcultura gótica não é um fenômeno exclusivo da classe trabalhadora, sendo, grande parte de seu público, pessoas de classe média, com educação superior e majoritariamente branca. Por isso, “a subcultura gótica era vista como classe-média, menos ‘autêntica’ e por demais focada em questões subjetivas e estéticas” (Amaral, 2007 *apud* Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015, p. 6). Ao adquirir o capital subcultural gótico, pessoas da classe trabalhadora acabam por consumir produtos da cultura dominante e alta, como filosofia e literatura clássica, e arte disponíveis em museus. Essa subcultura também ocorre de forma passiva, onde a resistência e protesto se dá por meio do sentimento e do individualismo, ao invés da violência (Goodlad, Bibby, 2007; Brill, 2008).

⁴³ Disponível em:

<https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/english-rock-group-siouxsie-and-the-banshees-london-foto-jornal%C3%ADstica/527890093>. Acesso em: 13 dez. 2024.

⁴⁴ Disponível em:

<https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/photo-of-bauhaus-and-peter-murphy-and-danie-l-ash-and-foto-jornal%C3%ADstica/84896542?adppopup=true>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Recebeu influência do período Romântico (entre os séculos XVIII e XIX), que valorizava o sentimento, a espiritualidade, a subjetividade e o misticismo, agregando ao estilo a música e arquitetura medieval, a literatura romântica e as artes plásticas (Goodlad, Bibby, 2007; Brill, 2008). Embora existam grande apreço pelas artes dos séculos passados, a subcultura também agregou elementos modernos e pós-modernos. Na década de 1990, a música eletrônica foi agrupada, devido às novas tecnologias e a popularização do computador, gerando novos estilos musicais, como o industrial. Também, agregados elementos fetichistas – como o vinil e objetos comumente utilizados no BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo, Masoquismo), como gargantilhas/*chokers* –, e distópicos (*cyberpunk* e *cybergoth*). Assim “[...] o pós-*punk* se desdobrou e influenciou subgêneros da *dark music* como *darkwave*, *gothic rock*, *death rock*, *eletronic body music* (EBM), *coldwave*, *cybergoth*, *gothabilly*, *gothic metal*, *black metal* e outros” (Caetano, 2023, p. 32). Portanto, a subcultura gótica pode ser entendida como,

Uma bricolagem discordante de elementos ultrarromânticos, o gótico se inspirou em seus antecedentes subculturais *glam*, *punk* e *new wave*. Mas também selecionou livremente das tradições histórico-literárias góticas; de cultos de vampiros, filmes de terror e *B-movies camp*; da mitologia celta, pagã, egípcia e cristã; das culturas ciborgue e *techno*; de práticas sexuais de oposição, incluindo *queer*, *drag*, pornografia, fetiche e b-d/s-m; de culturas de drogas subterrâneas; e de um cânone histórico da vanguarda gótica que vai dos pré-Rafaelitas, Nietzsche e Lautreamont, a Dalí, Sartre e o Velvet Underground (Goodlad, Bibby, 2007, p. 2, grifos meus, tradução minha⁴⁵).

Por ser uma subcultura espetacular (Hebdige, 1979), o elemento que chama atenção na subcultura gótica é o visual marcado pela cor preta e por cores escuras, que remetem ao sombrio, como vermelho e roxo. Essas cores são utilizadas em roupas, cabelos, acessórios, maquiagem, lentes de contato, unhas e, até mesmo, em decorações presentes na casa e cotidiano da pessoa gótica. O estilo subcultural é uma violação subversiva à ordem dominante, gerando uma guerrilha semiótica (Hebdige, 1979).

A moda gótica foi e continua sendo uma mistura de roupas pretas e retrô feitas de couro, fivelas, veludo, seda, pvc, correntes ou rendas. Os góticos podem usar saltos altos, sapatos com cadarços pontudos, botas brilhantes de cano alto ou Doc Martens desajeitados. Eles podem ser complementados

⁴⁵ No original: A discordant bricolage of hyperromantic elements, goth drew inspiration from its glam, punk, and new wave subcultural antecedents. But it also culled freely from Gothic literary-historical traditions; from vampire cults, horror flicks, and B-movie camp; from Celtic, Pagan, Egyptian, and Christian mythology; from cyborg and techno cultures; from oppositional sexual practices including queer, drag, porn, fetish, and b-d/s-m; from subterranean drug cultures; and from a historical canon of the gothic avant-garde ranging from the pre-Raphaelites, Nietzsche, and Lautreamont, to Dalí, Sartre, and the Velvet Underground.

com óculos de sol, cartolas, capas, espartilhos, gravatas, chicotes de montaria ou bolsas de lancheira. Eles podem pintar o cabelo de preto, branco, vermelho ou roxo e usá-lo penteado para trás, penteado, raspado, frisado ou espetado. Os góticos podem ostentar tatuagens, pinturas corporais, piercings, lentes de contato roxas, presas ou cicatrizes decorativas; ao aplicar a maquiagem, eles podem preferir rosto branco, rímel, delineador, pintura facial inspirada no Kabuki ou batom e esmalte vermelho, preto ou roxo. A moda gótica pode incorporar elementos de antigas iconografias celtas, cristãs, pagãs, egípcias ou asiáticas. O estilo geral de qualquer conjunto gótico pode evocar alta elegância, antiguidade, *retro-kitsch*, *punk*, fetiche, lixo de segunda mão ou alguma combinação dos itens acima (Goodlad, Bibby, 2007, p. 3, grifos meus, tradução minha⁴⁶).

Dessa forma, a identidade gótica pode ser expressa tanto pelos conhecimentos sobre a subcultura e apreço pelo seus pilares, como também pelo vestuário com muitas ornamentações, representando a materialização de seu capital subcultural e autoexpressão. A identidade e o pertencimento é feito com base em uma *comunidade imaginada*, que é inventada pelas próprias pessoas participantes, que criam laços imaginários “[...] sem os quais os membros seriam apenas indivíduos isolados, desprovidos do sentimento de terem alguma coisa em comum” (Caetano, 2020, p. 188). E essa comunidade se materializa por meio do encontro com os outros, como grupos de amigos, festas, show e *internet*, buscando desafiar padrões estéticos e filosóficos hegemônicos, além de expressar a criatividade na hora de se vestir.

No coletivo, assemelha-se ao figurino escolhido para um espetáculo, na medida em que o sujeito gótico escolhe qual conjunto de roupas usar para ir a um show ou a uma festa onde outros góticos estarão, atuando como um personagem naquela cena. No que tange ao campo individual, as roupas podem ser atribuídas tamanha agência que o indivíduo e a roupa se transformam em uma única coisa, em um ser híbrido cujo corpo, roupas e identidade se misturam. Assim, a performance da identidade gótica através de sua indumentária tem caminado de maneira coletiva e individual ao mesmo tempo, permitindo que o agente tenha garantido seu pertencimento ao grupo ao mesmo tempo em que se diferencia dos outros e na sociedade (*idem*, p. 190).

⁴⁶ No original: Goth fashion was and remains a mix-and-match mélange of black and retro garments fashioned from leather, buckles, velvet, silk, pvc, chains, or lace. Goths may wear spiked heels, pointy-toed lace-ups, shiny thigh-high boots, or clunky Doc Martens. They may accessorize with sunglasses, top hats, capes, corsets, cravats, riding crops, or lunchbox purses. They may dye their hair black, white, red, or purple and wear it back-combed, teased, shaved, crimped, or spiked. Goths may sport tattoos, body painting, piercings, purple contact lenses, fangs, or decorative scarring; applying their makeup, they may favor whiteface, mascara, eyeliner, Kabuki-inspired face paint, or red, black, or purple lipstick and nail varnish. Goth fashion may incorporate elements of ancient Celtic, Christian, pagan, Egyptian, or Asian iconographies. The overall style of any gothic ensemble may evoke high chic, antique, retro-kitsch, punk, fetish, secondhand trash, or some combination of the above (see figs. 2–6).⁴

Os elementos do estilo gótico podem ser usados por pessoas de todos os gêneros e agênero, pois vai além da concepção binária de *masculino* e *feminino* (Goodlad, Bibby, 2007; Brill, 2008). “Na sua forma mais utópica, a subcultura gótica ajuda a cultivar sexualidades anti-heteronormativas, gêneros não convencionais e relações sociais não binárias entre os sexos” (*idem*, p. 20, tradução minha⁴⁷), sendo a androginia muito presente. Isso ocorre porque a subcultura valoriza a subjetividade, sendo uma forma dos homens góticos se sentirem incentivados e valorizados a demonstrarem sua sensibilidade, e se comportarem sem normas masculinas (Goodlad, Bibby, 2007; Gunn, 2007). “Neste sentido, pode-se dizer que a subcultura, no ritmo de Stratton, oferece soluções simbólicas para as contradições do capitalismo” (Goodlad, Bibby, 2007, p. 22, tradução minha⁴⁸), pois subverte a lógica de divisão sexual e função reprodutiva, indo contra a heterossexualidade compulsória. No mais, a subcultura gótica se mostra mais tolerante a participantes com sexualidades e gêneros diversos, sendo menos heteronormativa e menos centrada em homens. “Góticos bissexuais, lésbicas e transgêneros se sentem confortáveis na cena gótica porque todos os tipos de identidade sexual são adotados” (Gunn, 2007, p. 46, tradução minha⁴⁹).

Porém, Lauren Goodlab e Michael Bibby (2007) utilizam o termo *utopia* é utilizado pois, hierarquias de gênero, imposição de padrões de beleza e a masculinidade compulsória também ocorrem nesses espaços considerados subversivos. Da mesma forma, podem ocorrer hierarquias raciais, já que a pele pálida é uma estética presente na subcultura – não para representar a supremacia branca, mas sim, para representar a morbidez – e de classe, pois há pessoas góticas de classes altas. “Esses góticos podem basear a sua pertença não apenas em várias práticas estilísticas, mas também nos aspectos românticos da subcultura que afirmam poderes radicais de auto-invenção e interiores autênticos muito mais profundos do que a pele” (*idem*, p. 25, tradução minha⁵⁰). Com a popularização da subcultura gótica no mundo, principalmente por meio das novas tecnologias, pessoas racializadas adentraram à subcultura,

⁴⁷ No original: At its most utopian, goth subculture helps to cultivate antiheteronormative sexualities, unconventional genders, and nonbinaristic social relations between the sexes.

⁴⁸ No original: In this sense the subculture may be said, pace Stratton, to offer symbolic solutions to the contradictions of capitalism.

⁴⁹ No original: Finally, gay, bisexual, lesbian, and transgender goths feel comfortable in the gothic scene because all kinds of sexual identity are embraced.

⁵⁰ No original: Such goths can predicate their belonging not only on various stylistic practices, but also on those romantic aspects of the subculture that assert radical powers of self-invention and authentic interiors far deeper than skin.

porém podiam receber violências e discriminação raciais de outras(os) integrantes, causando a evação de espaços destinado a interação (Gothic Station).

O corpo pálido e com aparência doentia, o *death chic*, é desejado para todos os gêneros, enquanto as representações andróginas são a reprodução de uma feminilidade fetichizada (Gunn, 2007).

Embora o gótico retenha o potencial para criar comunidades igualitárias nas quais homens e mulheres cultivam identidades transgênero, a subcultura também pode ser vista como restaurando a lógica pré-moderna que via a superioridade dos homens como uma diferença de grau e não de tipo. Isto é, o gótico sugere uma nova homologia na qual os góticos de ambos os sexos partilham uma sensibilidade gótica comum, mas os homens partilham mais ativamente (Goodlad, Bibby, 2007, p. 23, tradução minha⁵¹).

Dessa forma, a androginia é mais aceita e valorizada vinda por parte de homens que utilizam elementos construídos socialmente como femininos. Já as mulheres, precisam de uma aparência extremamente feminina, ou hiperfeminina, sendo desencorajadas a utilizar elementos construídos socialmente como masculinos, por ser considerado menos atraente e *sexy*: “aquilo que a retórica da cena gótica chama de ‘androginia’ pode ser descrito mais precisamente como um ‘culto à feminilidade’ para ambos os sexos” (Brill, 2008, p. 41, tradução minha⁵²). Assim, o padrão de beleza e, portanto, o capital subcultura gótico está atrelado aos cabelos longos, maquiagem, saia e vestido, existindo um paradoxo, no qual, “por um lado, os códigos de estilo gótico podem ser vistos como sustentadores de um ideal masculinista de androginia, enquanto, por outro lado, representam um desafio aos códigos de vestimenta comuns prevalentes na atual cultura ‘mainstream’” (*idem*, p. 45 tradução minha⁵³).

Conforme também ocorre em outras subculturas, o capital subcultural de góticas está atrelado a sua aparência, que é reconhecida, julgada, valorizada ou desvalorizada de acordo com a sua performance, ou não, da hiperfeminilidade. A maquiagem, embora seja um ato de transgressão para os góticos, para as góticas, acaba sendo utilizada como forma de “realçar a

⁵¹ No original: Although goth retains the potential to create equalitarian communities in which men and women cultivate transgender identities, the subculture can also be seen to restore the premodern logic that saw men’s superiority as a difference in degree rather than kind. Goth, that is, suggests a new homology in which goths of both sexes share a common goth sensibility, but men more actively so.

⁵² No original: [w]hat the rhetoric of the Gothic scene calls ‘androgyny’ can more precisely be described as a ‘cult of femininity’ for both sexes.

⁵³ No original: (...) on the one hand, Gothic style codes can be seen as sustaining a masculinist ideal of androgyny, while on the other hand presenting a challenge to the ordinary dress codes prevailing in current ‘mainstream’ culture.

beleza feminina”. Assim, é muito mais simples para um homem gótico chocar pessoas de fora da subcultura com um estilo andrógino, do que uma mulher gótica com um estilo hiperfeminino. No mais, as roupas sensuais para mulheres foram uma tendência crescente.

Apesar do seu lado obscuro e da sua exibição por vezes conflituosa da sexualidade feminina, as normas subculturais de beleza para as mulheres (por exemplo, vestidos ou saias, maquiagem, cabelo comprido, trajes sensuais) estão, na sua maioria, de acordo com os atuais ideais culturais de beleza feminina juvenil (*idem*, p. 49, tradução minha⁵⁴).

Brill (2008), aponta que a hiperfeminilidade de mulheres acaba sendo mais aceita por pessoas de fora da subcultura gótica – apesar de sofrerem assédio sexual, enquanto os homens sofrem mais violências por não performarem a masculinidade hegemônica. No mais, há mulheres que utilizam o estilo andrógino, como um ato de rebelião e força para si mesmas e, diferentemente do que ocorre fora da subcultura, não há o medo excessivo de ganhar uma má reputação por ser sensual e/ou ter uma vida sexual ativa, sendo o prazer sexual algo bem aceito e disseminado, embora as vestimentas não sejam para esse único fim.

Entretanto, a hiperfeminilidade também pode ser uma forma de empoderamento, proteção, autoexpressão, liberdade e resistência de mulheres ao ideal de feminilidade patriarcal, por não corresponder completamente à cultura hegemônica e pelos elementos terem significados diferentes. “As mulheres góticas certamente enfrentam problemas sexualizados por causa de seu estilo (...). No entanto, muitos deles vivenciam seu estilo como algo que os torna intocáveis para os homens convencionais, apesar de convidar o olhar masculino voyeurista” (Brill, 2008, p. 63, tradução minha⁵⁵). Utilizar roupas sexualmente assertivas pode ser entendida como algo poderoso e assustador, efeito que não é causado pela feminilidade convencional, mas também, como algo de fetiche por pessoas de dentro e fora da subcultura. Assim, entra-se em um novo paradoxo:

Assim, embora eu tenha argumentado anteriormente que a hiperfeminilidade gótica se conforma, em muitos aspectos, às normas convencionais de atratividade e sensualidade feminina, o excesso intencional dessas normas através de modos de vestir hiperssexualmente complica o quadro, fazendo

⁵⁴ No original: Despite their dark edge and their sometimes confrontational display of female sexuality, subcultural beauty norms for girls (e.g. dresses or skirts, make-up, long hair, sexy outfits) are mostly in accord with current cultural ideals of youthful feminine beauty.

⁵⁵ No original: Goth women certainly do get sexualised hassle because of their style (...). However, many of them experience their style as somehow making them untouchable for conventional men, despite inviting the voyeuristic male gaze.

com que as práticas de estilo das mulheres góticas oscilem entre a conformidade e o excesso transgressor (*idem*, p. 66, tradução minha⁵⁶).

Além das roupas, o corpo também influencia o visual, já que o padrão corporal é o *death chic*, caracterizado por um corpo muito magro, com aparência doentia. Esse padrão marginaliza ainda mais as pessoas gordas, que sofrem opressões dentro e fora da subcultura gótica, gerando desconforto, ofensas e exclusão em interações sociais (Brill, 2008). Pierre Bourdieu chama a beleza física de *capital corporal*, já que, quanto mais se aproxima do padrão de beleza vigente, caracterizado principalmente por ser magro, branco e jovem, mais valor simbólico e material a pessoa terá (Skeggs, 1997 *apud* Brill, 2008). Na subcultura gótica, pessoas com capital corporal alto, tendem a estar/entrar em relacionamentos com maior frequência do que as pessoas que possuem baixo capital corporal, por exemplo.

Portanto, por mais que a subcultura gótica apresente ideias que vão contra a sociedade capitalista e se mostre tolerante a pessoas com sexualidade e/ou gêneros diversos, as(os) participantes não estão isentos de reproduzirem/sofrerem violências e opressões interseccionais. Porém, grupos socialmente marginalizados podem permanecer na subcultura gótica, pois ela, além de possuir uma estética subversiva, representa todo um modo de vida, com mapas de significados característicos. Além disso, apresenta resistência a normas e padrões sociais. Com a *internet*, a subcultura gótica se tornou mais acessível, chegando a pessoas com diferentes contextos e identidades, sendo as interações *online*, uma forma dentre os diversos modos de participação.

4.3.1. Subcultura gótica no Brasil

A subcultura gótica é uma das poucas que está passando pelo envelhecimento de integrantes que continuam participando ativamente, bem como, recebe novos participantes mais jovens, convivendo simultaneamente ao longo dos anos, e não há indícios de que está desaparecendo (Brill, 2008; Kipper, 2023).

[...] conforme defende Hodkinson (2002), o gótico estaria relacionado a agrupamentos sociais que, ao contrário de outros, não seriam marcados pela efemeridade, mas sim pela ideia de continuidade, comprometimento e

⁵⁶ No original: So while I have argued before that Gothic hyperfemininity does in many respects conform to conventional norms of female attractiveness and sexiness, the wilful exceeding of these norms through hypersexy modes of dress complicates the picture, making Goth women's style practices oscillate between conformity and transgressive excess.

pertencimento a longo prazo, vinculados ao compartilhamento de certos gostos musicais, literários, estéticos etc. e ao que poderíamos chamar de um “capital subcultural gótico” (Amaral, 2007; Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015, p. 5).

A produção e distribuição de produtos subculturais se deu de forma independente, por meio de *zines*, revistas, clubes e lojas de roupas, por exemplo, criando uma economia de nicho. É importante ressaltar que a música gótica chegou ao *mainstream* na década de 1980, mas desde então, não vem recebendo tanta atenção dos grandes veículos de mídia.

Com a popularização de computadores e da *internet*, na década de 1990, e, mais recentemente, de *smartphones*, na década de 2000 e 2010, a subcultura se tornou cada vez mais translocal, pois não se limita mais geograficamente (Kipper, 2023). Assim, é possível participar da subcultura de forma presencial e/ou *online*.

Da mesma forma, a *internet* também influenciou na identidade gótica, já que, com influenciadores digitais e o trabalho de criação de conteúdo, fez com que o consumo fosse cada vez mais incentivado e a percepção do que é ser gótico, estava atrelado à compra de produtos com alto valor subcultural.

A aquisição de mercadorias como roupas, joias e maquiagem se tornou difundida em espaços góticos virtuais como Instagram, Facebook e YouTube. As pessoas postam frequentemente as roupas ou coisas que obtiveram. As marcas frequentemente procuram indivíduos que acumularam um grande número de seguidores e engajamento *online*. Em troca da mercadoria gratuita da marca, o influenciador ou YouTuber deve se anunciar usando o produto e mencionar a marca em sua postagem nas redes sociais ou em seu vídeo no YouTube, onde recebe engajamento imediato dos seguidores. Para muitos recém-chegados à subcultura gótica, ver as mercadorias muitas vezes forma suas impressões sobre o gótico. Muitos presumiram que possuir itens específicos, como roupas da KILLSTAR, satisfazem o requisito de ser gótico (Coy, 2021, p. 23, tradução minha⁵⁷).

Embora essa forma de consumo torne o conhecimento e compras de produtos voltados para a subcultura mais acessível e popular – já que o visual gótico é uma forma de subversão –, o preço para “se tornar gótico” pode ser altos e pode criar identidades góticas temporárias,

⁵⁷ No original: Acquiring commodities such as clothing, jewelry, and make-up has become widespread in virtual goth spaces like Instagram, Facebook, and YouTube. Individuals will frequently post about clothing or things they have obtained. Brands often seek out individuals that have amassed a high number of followers and engagement online. In exchange for the brand’s free merchandise, the influencer or YouTuber has to advertise themselves wearing the product and mention the brand in their social media post or their YouTube video where it receives immediate engagement from followers. For many newcomers to the goth subculture, seeing commodities often form their impressions about goth. Many will assume owning specific items like clothing from KILLSTAR satisfies the requirement of being goth.

de curta duração, pois a experiência de participação é muito influenciada pelo consumo e não pelo conhecimento. Porém, é necessário considerar que a subcultura gótica tem seu início como um ato político radical, que até hoje são valorizados, apesar de certos enfraquecimentos, como o apelo ao consumo por meio de influência digital ou pela cobrança do visual bem elaborado (Amaral, Caetano, 2022).

Douglas Delgado (2016) aponta que a subcultura gótica chegou ao Brasil na segunda metade da década de 1980, na cidade de São Paulo, após o fim da ditadura militar.

Os primeiros góticos brasileiros circularam pela cidade de São Paulo, principalmente na casa noturna paulistana Estação Madame Satã, espaço onde se expressam distintas culturas jovens urbanas. Na passagem para a década de 1990 os góticos paulistanos passaram a difundir formas significativas que denotam uma maior insistência em afirmá-los enquanto um grupo urbano (*idem*, p. 230).

Assim, a cena gótica brasileira também se deu em clubes e casas de show na década de 1980. O DJ Tonyy (Antonio Luis Mota Moreira), é apontado como uma das pessoas mais influentes para criação do movimento, pois realizou a divulgação de bandas góticas, que não chegavam com tanta facilidade ao país naquele momento, por meio da produção e divulgação de CD, vinil e fitas K7 e organização de eventos. Posteriormente, na década de 1990, criou a *fanzine* Enter the Shadows, que continha a tradução de letras e entrevistas, e falava sobre a subcultura em sua *fanzine*.

Naquela época em que circulavam mais lendas do que informações a respeito das principais bandas góticas, o Enter the Shadows apresentava biografias extensas. As canções que os DJs consagravam nas pistas tinham suas letras estampadas e traduzidas, e resenhas de material lançado havia poucos meses ajudavam a atualizar o repertório dos leitores. Além disso, havia uma preocupação genuína em fortalecer os pilares conceituais da cena, muitas vezes estabelecendo distinções entre o gótico e o punk, do qual a subcultura se originou (Ferreira, 2012 *apud* Delgado, 2016, p. 231).

Devido a influência da subcultura gótica em São Paulo, na década de 1980, pessoas góticas de todo o Brasil e de países da América do Sul, viajavam, ou até mesmo, se mudavam, para ter acesso às famosas casas noturnas, *shows* nacionais e internacionais e consumir produtos góticos que não chegavam até suas regiões (Delgado, 2016). Logo a subcultura deixou de ser local, para se tornar transnacional, chegando em outros estados e regiões do Brasil, que desenvolveram cenas locais, porém, é inegável que até os dias atuais, as cidades

São Paulo e Rio são as que mais recebem *shows* internacionais e nacionais, sendo destinos turísticos góticos (Amaral, 2020).

Em meados da década de 1980, a cidade de São Paulo foi o local no qual a subcultura gótica se estabeleceu de maneira mais intensa, reunindo jovens e ocupando espaços urbanos de maneira completa, com suas músicas e sua estética. Assim como os jovens ingleses, os *darks* eram jovens colegiais e universitários da classe média de São Paulo que compartilhavam gostos musicais, estilos, comportamento e interesses artísticos e intelectuais (Caetano, 2023, p. 32-33).

Com o aumento de membros na subcultura gótica, foram surgindo mais pessoas que atuavam na organização, produção e divulgação de conteúdos, principalmente em São Paulo e, na década de 1990, os góticos passam a ser representados em grandes veículos midiáticos, como em telenovelas como *De Corpo e Alma* (1992), mas também, em reportagens jornalísticas que podiam criminalizar ou representar de forma estereotipada, criando pânico moral. Na televisão, pessoas góticas eram colocadas como *exóticas*, diferentes das *pessoas normais*, não se encaixando na *verdadeira cultura brasileira*. Entre as décadas de 1990, 2000 e 2010, pessoas góticas são essencializadas como “[...] jovens em cemitérios ou em festas, vestidos de preto e falando sobre poesia, música e como sofrem em uma sociedade que não os compreendem” (Amaral, 2020, p. 144, tradução minha⁵⁸), sendo essa representação constantemente reforçada em produtos midiáticos de grande circulação, e não considerando a complexidade da subcultura, seu envelhecimento geracional ou sua autodefinição e diversidade.

O roteiro de performance (como cunhado por Taylor, 2013) desses programas de TV geralmente se concentra em uma narrativa que mostra como o comportamento gótico é “desviante” por meio do uso de roupas pretas e maquiagem e também como as paisagens urbanas de São Paulo e do Rio estão relacionadas ao surgimento dessas culturas. Outro aspecto importante que podemos perceber nesses programas está ligado ao pânico moral que é demonstrado por meio da ênfase em práticas “perigosas”, como “ir a cemitérios à noite e agir de forma estranha”, às vezes associando a subcultura à depressão e a outros problemas psicológicos (*idem*, p. 145-146, tradução minha⁵⁹).

⁵⁸ No original: “[...] young people in cemeteries or at parties dressed in black and speaking about poetry, music and how they suffer in a society that doesn’t understand them”.

⁵⁹ No original: “The performance script (as coined by Taylor, 2013) of these TV shows are usually focused on a narrative that shows how the goth behavior is “deviant” through the use of black clothes and make-up and also how the urban landscapes of São Paulo and Rio are related to the emergence of these cultures. Another important aspect that we can perceive in these shows is connected to the moral panic that is shown through emphasizing “dangerous” practices such as “going to cemeteries” at night and acting strangely – sometimes linking the subculture with depression and other psychological issues.

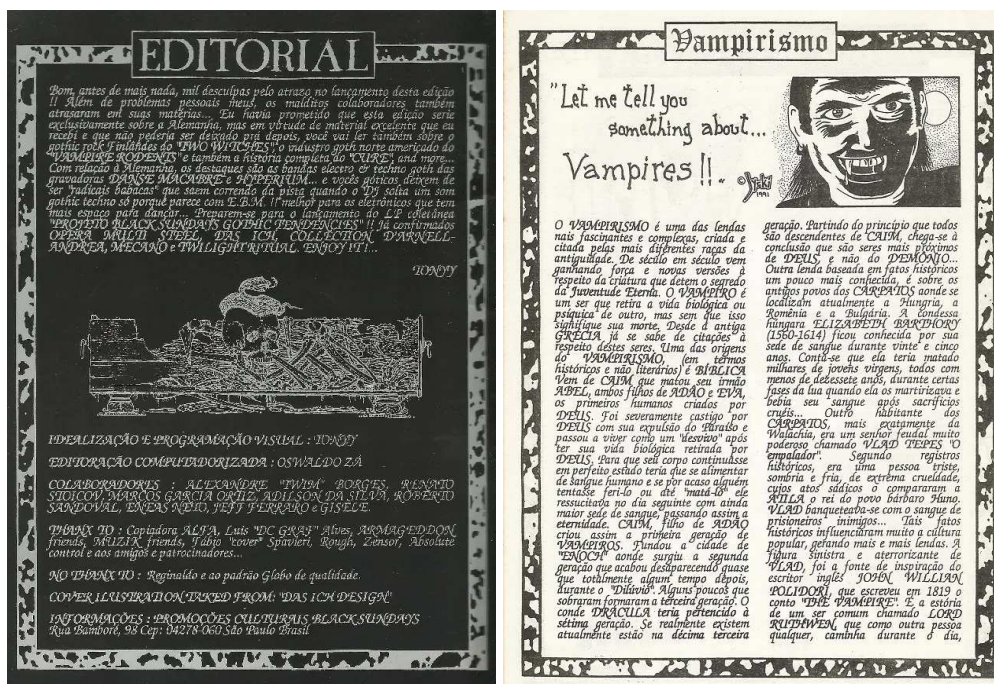
Quando olhamos para as mídias góticas, como *fanzines*, *webzines*, *sites* e redes sociais, é possível encontrar estereótipos acerca de pessoas góticas, suas práticas, crenças e valores, “[...] a maneira como as pessoas lidam com suas identidades é mais fluida e menos fixa, às vezes cobrindo ironicamente os mesmos tópicos discutidos na mídia convencional” (p. 146, tradução minha⁶⁰).

A *zine* do DJ Tonyy, Enter The Shadows, teve o total de cinco edições, cada uma com 300 cópias distribuídas entre 1992 e 1993, além de ser publicada *online*. Segundo Tonyy, a produção era feita em máquina de escrever elétrica, já que na época o uso de computador não era tão comum. A partir disso, era feito o *paste-up* (processo de montar *layouts* ou colagens de textos e imagens, geralmente em preparação para impressão ou *design*), xerox, nanquim e letraset (sistema de transferência de letras e símbolos adesivos usado para *design* gráfico). Posteriormente, o material era vendido em locais de nicho, como brechós, festas e lojas de discos (Ribeiro, 2014). Essa ação fez a subcultura persistir após os anos 1980, embora ainda possa ser considerada elitista, já que para adquirir o capital subcultural necessário para deixar de ser aspirante é necessário comprar ou acessar pela *internet*, de difícil acesso no início da década de 1990 (Amaral, 2020).

Era o começo dos anos 1990, período que, em seus próprios termos, ele chama de “pós auge do gótico”. As casas mais importantes da cena gótica de então – Treibhaus, Retrô, Armageddon, Madame Satã... – ou haviam fechado, mudado de nome, ou, ainda, trocado de donos. A falta de informação para os góticos era a mesma sofrida por todas as outras tribos do rolê alternativo (Ribeiro, 2014).

⁶⁰ No original: “[...] the way people deal with their identities is more fluid and less fixed, sometimes ironically covering the same topics discussed in the mainstream media”.

Figura 4 – Editorial e página da *fanzine* Enter the Shadows



Fonte: Vice⁶¹. Montagem da autora.

As novas tecnologias proporcionaram o aumento da popularidade, bem como a permanência de integrantes da subcultura gótica, por meio cibernetizadas (Amaral, 2007): “[...] na década de 90, há um reavivamento, com seus seguidores incorporando a facilidade de contato e de trocas trazidos pelos *Internet*, infovias e, mais tarde, as redes sociais, modificando e ressignificando espaços e relações” (Caetano, 2023, p. 34, grifo meu). Além disso, com a popularização das plataformas de vendas *online*, não era mais preciso se deslocar para outras cidades para adquirir produtos subculturais (Coy, 2021).

Na década de 2000, De Profundis, que publicou *fanzines* e CDs na década de 2000, também contribuiu principalmente na *internet*, no qual *blogs*, Orkut, entre outros ciberespaços, e consequentemente cibernetizadas, estavam ganhando força, bem como estudos sobre os usos da tecnologia para a entrada e permanência de pessoas góticas na subcultura. Na década de 2010,

A subcultura gótica foi reintroduzida e apresentada a públicos mais jovens por meio de sites de redes sociais (SRS). Esse fenômeno tem aparecido em todo o mundo em páginas de fãs no Facebook, como o World Goth Day e tantas outras, como a página brasileira Gótica Desanimada. [...] nessa página

⁶¹ Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/zine-e-compromisso-dj-tonyy-do-enter-the-shadows/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

específica, o humor e a autoconsciência funcionam como um importante vetor e estratégia para construir representações ligadas à identidade dos brasileiros (Amaral, 2020, p. 151, tradução minha⁶²).

Embora pessoas góticas reforcem certos estereótipos comportamentais, é possível notar a autoironia e humor, sendo espaços nos quais pessoas góticas se autodefiniam, conseguiam se comunicar em páginas e grupos destinados a subcultura gótica e conseguiam fazê-lo de forma semelhante às pessoas da cultura brasileira hegemônica, por meio de memes e humor. Assim, o fortalecimento da subcultura está fortemente relacionado às ações individuais e coletivas das próprias pessoas góticas, que desenvolvem iniciativas na *internet* e presencialmente, como festas e eventos, *sites*, redes sociais, lojas voltadas para o nicho e *blogs* (Caetano, 2023)).

[...] os góticos brasileiros apresentam suas negociações com a ideia de idade e pertencimento à subcultura de cinco maneiras: (1) consumo, (2) moda, (3) carreira, (4) família e (5) empreendedorismo. Cada categoria está relacionada com as outras, e há diferentes níveis de construção de identidades em diferentes estágios da vida (Amaral, 2020, p. 150, tradução minha⁶³).

A questão étnico-racial também se mostra presente na subcultura gótica brasileira, e mundial, pois o país, além de ter passado pelo processo de colonização, tem mais da metade da população negra que enfrenta o racismo diariamente. O que foi observado foi a omissão da diversidade racial e discursos racistas por parte de integrantes e artistas góticos(as).

Nesse contexto histórico e tecnológico do século XXI, o protagonismo de mulheres, e especialmente de mulheres periféricas e/ou afrodescendentes na *internet* implode o mundinho dos setores conservadores do *underground* arcaico. Por isso elas são odiadas: porque alcançaram protagonismo e identidade sem precisar incorporar um padrão de discurso masculino, nem se apoiar em homens. Simples assim. Elas forçam o *underground* brasileiro a ver seu arcaísmo e conservadorismo no espelho, e a pensar que ele precisa, finalmente pensar um modelo de alternativo e subcultura diferente daquele do século passado, pois esse modelo antigo de *underground* funciona, no contexto do século XXI, muitas vezes como um reforço de estruturas conservadoras da sociedade brasileira (Gothic Station).

⁶² No original: “Goth subculture has been reintroduced and presented to younger audiences through social network sites (SNS). This phenomena has appeared around the world in fan pages on Facebook such as World Goth Day and so many others, such as the Brazilian page Gótica Desanimada (Unhappy Goth). [...] in this specific page, humor and self-consciousness function as an important vector and strategy to build representations connected to Brazilians’ identity”.

⁶³ No original: “Brazilian goths present their negotiations with the idea of age and belonging in the subculture in five ways: (1) consumption, (2) fashion, (3) career, (4) family and (5) entrepreneurship. Each category is related to the others, and there are different levels of construction of identities in different life stages”.

É possível notar a pouca diversidade racial em festas e eventos góticos, fundamentais para a interação e autoexpressão da subcultura gótica:

As festas são locais de existência, resistência, livre expressão, de encontro com os semelhantes, de diferenciação e separação da sociedade, ainda que temporariamente. Ir às festas é participar da comunidade gótica local, da cena carioca, é ser publicamente gótico e pertencer a algum lugar. A sensação é de suspensão da realidade. As festas, são como um espaço temporário de livre expressão e existência (Caetano, 2023, p. 46).

Essa falta de diversidade está muito atrelada à localização das festas, geralmente em centros e locais afastados de regiões periféricas ou pobres, dificultando o acesso pelo tempo de deslocamento e aumentando os custos. Isso dificulta a presença negra e sua interação com outras pessoas participantes, criando exclusões raciais e de classe.

Assim como ocorrem opressões e violências interseccionais na cultura hegemônica, a subcultura gótica não está livre de reproduzi-las e/ou sofrê-las. Porém, a presença de pessoas negras continua perceptível. Com as redes sociais, está se tornando mais comum encontrar a presença ativa de pessoas negras, sobretudo mulheres, na criação de conteúdos sobre a subcultura na *internet*, sendo elas, uma fonte de inspiração e representatividade para a cena gótica brasileira.

5. Discutindo sobre influência digital

Henry Jenkins (2009) utiliza o termo *cultura da convergência* para explicar o cruzamento, colisão, coexistência e interação de mídias tradicionais e atuais, corporativas e alternativas, bem como a participação dos consumidores na produção, reprodução e resignificação dessas mídias. Para além dos recursos tecnológicos, a convergência é um fenômeno social que ocorre devido à interação das pessoas com as tecnologias e mídias.

Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam (Jenkins, 2009, p. 30).

A circulação de mídias está atrelada à participação ativa das pessoas que as consomem – *cultura participativa* –, que buscam informações e colaboram para a criação e conexão das mesmas. Assim, consumir “[...] tornou-se um processo coletivo” e ativo (*idem*, p. 31). Apesar disso, é importante considerar que as pessoas participam de diferentes formas pois, nem todas vão conseguir obter os mesmos recursos tecnológicos ou desenvolver as mesmas habilidades (Jenkins, 2009). Da mesma maneira, é necessário pontuar que a popularização da *internet*, computadores e *smartphones* contribuíram para o aumento da participação de consumidores.

Esta mudança da distribuição para a circulação sinaliza um movimento em direção a um modelo de cultura mais participativo, que vê o público não como simples consumidores de mensagens pré-construídas, mas como pessoas que moldam, partilham, reformulam e remixam conteúdos mediáticos de formas não imaginadas anteriormente. E o fazem não como indivíduos isolados, mas no âmbito de comunidades e redes maiores, o que lhes permite difundir conteúdos muito além da sua proximidade geográfica imediata (Jenkins, Ford, Green, 2013, p. 2, tradução minha⁶⁴).

Chris Anderson (2012) aponta que os meios de comunicação “de massas” tiveram papel na criação e “unificação” de culturas, que antes era local, para transformá-la em transnacional, tendo a televisão como um dos mais influentes meios, entre as décadas de 1970 e 1990, definindo as tendências dominantes. Considerando a maior participação de

⁶⁴ No original: “This shift from distribution to circulation signals a movement toward a more participatory model of culture, one which sees the public not as simply consumers of preconstructed messages but as people who are shaping, sharing, reframing, and remixing media content in ways which might not have been previously imagined. And they are doing so not as isolated individuals but within larger communities and networks, which allow them to spread content well beyond their immediate geographic proximity”.

consumidores e popularização da *internet*, a indústria do entretenimento, ou cultural, que antes focava na criação de *hits*, ou sucessos, nacionais e internacionais, no século XIX, começou a se preocupar em atender os nichos. Desde o final de 1990 e início dos anos 2000, a compra de álbuns musicais de grandes artistas começou a cair e parou de quebrar recordes, como vinha acontecendo nos anos anteriores: “Os clientes se deslocaram para áreas menos dominantes, dispersando-se entre milhares de subgêneros diferentes. Em música, pelo menos, isso parece o fim da era dos arrasa-quarteirões” (*idem*, p. 31).

Ao invés de grandes artistas no topo, com os *hits* foi possível o surgimento de *microestrelas*, os *micro-hits*, e isso, conforme aponta Chris Anderson (2012), foi possível por causa da ascensão do iPod (onde era possível o usuário criar sua própria *playlists* de músicas, função essa, que era destinada, principalmente, às emissoras de rádio e televisão), a popularização do celular (e posteriormente, do *smartphone*), a mudança na legislação norte-americana de 1996 (que acrescentou novas emissoras FM, aumentando a concorrência entre emissoras de rádio) e as campanhas contra obscenidades, como conteúdo sexual e “palavrões” (maior policiamento das emissoras, onde produzir e/ou reproduzir obscenidades gerava perda de patrocinadores e demissão de funcionários que as cometessem): “A música em si não caiu em desfavor – muito ao contrário. Nunca houve melhores tempos para artistas e fãs. A *internet* é que se tornou o veículo favorito para escutar música. O que caiu em desfavor foi o tradicional modelo de *marketing* de vender e distribuir música” (p. 36).

O autor, então, propõe a teoria da Cauda Longa para explicar a coexistência de mercados de *hits* e de nichos.

A teoria da Cauda Longa pode ser resumida nos seguintes termos: nossa cultura e nossa economia estão cada vez mais se afastando do foco em alguns *hits* relativamente pouco numerosos (produtos e mercados da tendência dominante), no topo da curva da demanda, e avançando em direção a uma grande quantidade de nichos na parte inferior ou na cauda da curva de demanda. Numa era sem as limitações do espaço físico nas prateleiras e de outros pontos de estrangulamento da distribuição, bens e serviços com alvos estreitos podem ser tão atraentes em termos econômicos quanto os destinados ao grande público. Mas isso não é o suficiente. A demanda deve seguir a nova oferta. Do contrário, a cauda murcharia. [...] A Cauda Longa começa com um milhão de nichos, mas apenas isso não é significativo, até que eles sejam procurados por pessoas que os almejam. (Anderson, 2012, p. 49).

As caudas longas surgem devido a três fatores: a *democratização das ferramentas de produção*, devido à popularização das novas tecnologias digitais, que tornava menos custoso

produzir e distribuir produtos culturais, como vídeos, filmes e músicas; *redução de custos de consumo*, devido à democratização da distribuição, já que é possível consumir estes produtos de forma gratuita ou pela pirataria; *ligação entre oferta e demanda*, onde é possível ter acesso tanto pela recomendação das plataformas, quanto pelos *feedbacks* e comentários de usuários.

Estamos ingressando numa época de mudanças radicais para os profissionais de *marketing*. A fé na propaganda e nas instituições que pagam por ela está diminuindo aos poucos, enquanto a crença nos indivíduos encontra-se em ascensão. As pessoas confiam em outras pessoas iguais a elas, ou os pares creem nos pares. As mensagens de cima para baixo estão perdendo a força, ao passo que as conversas de baixo para cima estão ganhando poder. [...] Os novos formadores de preferências somos nós. Agora, a propaganda boca a boca é uma conversa pública, que se desenvolve nos comentários de *blogs* e nas resenhas de clientes, comparadas e avaliadas de maneira exaustiva. As formigas têm megafones (Anderson, 2012, p. 89).

Com a *internet* sendo uma ferramenta de comunicação e compartilhamento e com a criação de diversas redes sociais, é possível observar o surgimento de influenciadores(as) digitais (*digital influencer*), também conhecidos como blogueiros(as), que, por meio de *blogs*, dentre outras redes sociais, “[...] frequentemente compartilham suas experiências de marca. Esses influenciadores digitais têm um efeito sobre os membros de comunidades específicas reunidas em torno de interesses semelhantes” (Uzunoglu, Misci Kip, 2014, p. 592, tradução minha⁶⁵). O termo *influenciador(a) digital* passou a ser mais utilizado no Brasil a partir de 2015 porque, com novas plataformas, pessoas podiam ser influentes em mais de uma rede social, não cabendo apenas o título de *youtuber* ou blogueiro, por exemplo (Karhawi, 2017). Embora se utilize o termo *blogueira(o)* ou *blogger* para denominar as pessoas que produzem conteúdo para *internet*, principalmente quando se trata de mulheres, nem todas as pessoas possuem um *blog* – plataforma que permite a criação de um site e compartilhamento de textos e mídias digitais⁶⁶ (Borges, 2016). Dessa forma, “o termo ‘blogueiro’ não é apenas um termo, mas reflete a profissionalização da prática de *blogagem*” (Karhawi, 2017, p. 50, grifos meus).

A prática da influência digital está atrelada ao termo *formador(a) de opinião*, pois podem possuir um nível de informação e experiências a mais do que seu público e compartilhará-los, tendo “[...] a capacidade de ‘incutir na massa’ ideias, valores e informações

⁶⁵ No original: “ frequently share their brand experiences on a regular basis. These digital influencers have an effect on the members of particular communities gathered around similar interests”.

⁶⁶ “A entrada de plataformas como o *Blogger*, em 1999, e o *Blogspot* e *Wordpress* posteriormente, permitiu que não apenas especialistas em HTML mantivessem um *blog*. A facilidade em publicar tornou a *blogagem* mais popular no início dos anos 2000” (Karhawi, 2017, p. 49).

que o conjunto da população absorveria sem maiores críticas ou decodificações” (Cruz, 2011, p. 37 *apud* Karhawi, 2017, p. 52). A influência digital pode afetar comunidades, já que, devido aos seus seguidores, suas mensagens podem ser compartilhadas rapidamente, se tornando virais: “É possível observar nos blogueiros atuais que as características declaradas dos líderes de opinião tradicionais, como abertura a mensagens e assumir o papel de debatedor, são influentes e valorizados entre os contatos sociais” (Uzunoglu, Misci Kip, 2014, p. 593, tradução minha⁶⁷).

Dessa forma, influenciadoras(es) digitais, ao assumirem o papel de criadores de conteúdo para redes sociais, podem ganhar fama e fazer disso a principal fontes de renda (Borges, 2016). Por isso, precisam acompanhar e seguir as inovações tecnológicas, possuindo contas em mais de uma plataforma e utilizando os recursos disponíveis em cada uma para se comunicar com seu público, atrair novas(os) seguidoras(es) e mantê-las(os) interessadas(os). Assim, pessoas com acesso a essas tecnologias podem se tornar influenciadoras, bem como formadoras de opinião em mídias tradicionais, como políticos e apresentadoras(es), que podem utilizar também da influência digital para aumentar sua interação com o público (Uzunoglu, Misci Kip, 2014).

No mais, como a credibilidade de uma marca está relacionada ao que as pessoas dizem sobre ela (Borges, 2016), as empresas utilizam a influência digital de certas pessoas como estratégia de *marketing* para atrair consumidoras(es) para suas marcas, estabelecendo parcerias pagas e patrocínios. A influência digital é algo a ser construída: “Para ser capaz de influenciar, em alguma medida, um grupo de pessoas, pressupõe-se um destaque, prestígio; algum tipo de distinção em meio ao grupo” (Karhawi, 2017, p. 55). Para a publicidade, *digital influencers* são selecionadas(os) de acordo com: a correspondência entre blogueira(o) e marca, para atingir o público-alvo desejado; o tom de voz, para alinhar a identidade da marca; número de seguidores, para garantir um maior alcance; conteúdo, para saber os interesses do público; e confiabilidade, entre influenciador(a) e público), já que as pessoas consumidoras “[...] tendem a confiar mais nas opiniões daqueles que parecem ser semelhantes a eles” (Uzunoglu, Misci Kip, 2014, p. 598, tradução minha⁶⁸).

⁶⁷ No original: “It is possible to observe in current bloggers that stated characteristics of traditional opinion leaders, such as openness to messages, and taking the role of discussant, and influential and valued among social contacts”.

⁶⁸ No original: “they tend to place more trust in the opinions of those who appear to be similar to themselves”.

Quando as pessoas se tornam “seguidoras” desse tipo de personalidade, elas provavelmente desenvolvem algum tipo de sentimento de confiança naquela pessoa que está por trás daqueles textos ou fotos. Independente do conteúdo, as pessoas querem saber a posição de uma blogueira sobre determinado assunto, produto ou serviço oferecido e assim forma-se uma opinião de determinada marca ou tendência (Borges, 2016, p. 7).

Embora influenciar pessoas não seja uma prática recente, o meio digital potencializou o seu alcance, impacto, velocidade e viralização (Terra, 2017). No mais, qualquer usuário(a) da *internet* é um(a) potencial produtor de conteúdo, agindo como um(a) coprodutor(a) de informação, sendo possível classificá-los como *usuário-mídia*, definido como:

[...] um *heavy user* tanto da *internet* como das mídias sociais e que produz, compartilha, dissemina conteúdos próprios e de seus pares, bem como os endossa junto às suas audiências em *blogs*, *microblogs*, fóruns de discussão *on-line*, comunidades em *sites* de relacionamento, *chats*, entre outros. Acreditamos que existam níveis de usuário-mídia: os que apenas consomem conteúdo e replicam; os que apenas participam com comentários em iniciativas *on-line* de terceiros; e os que de fato produzem conteúdo ativamente (Terra, 2011, p. 86 *apud* Terra, 2017, p. 90, grifos meus).

Assim, além de influenciadores digitais famosos(as), em mídias recentes e tradicionais, que possuem parcerias com grandes empresas com nichos distintos, também existe a figura do microinfluenciador, uma pessoa com menos seguidores e que fala para um público de nicho, mas que possui grande credibilidade ao falar sobre determinado assunto e recomendar certos produtos (Karhawi, 2017; Terra, 2017), como são os casos de Rubia e Cibele, que atendem o público e marcas voltadas para a subcultura gótica.

Portanto, com o surgimento e popularização da *internet*, redes sociais e aparelhos tecnológicos, houve maior possibilidade para o surgimento de fama para pessoas que produzem conteúdos para essas plataformas, e que atraem mais seguidores e parcerias com empresas, permitindo que tenham a influência digital como fonte de renda. As empresas, para atingir determinados públicos, utilizam da imagem de pessoas com grande influência e credibilidade para veicular e personificar a marca/produto e atingir certos nichos. E, embora pessoas com vivências muito distintas consigam se tornar influenciadoras, há pessoas que vão se tornar grandes influenciadoras, se tornando o rosto de certos produtos, existirão também microinfluenciadores digitais, que atenderão a nichos específicos.

5.1. Duas YouTubers góticas negras: Nosferotika e Fases da Bruxa

Na subcultura gótica também acontece a influência digital, considerando que a subcultura passou a ser translocal, com a *internet* e redes sociais. Para o presente trabalho, serão analisadas duas mulheres negras, cis-gênero, residentes do estado de São Paulo e góticas, Rubia e Cibele, conhecidas por Nosferotika e Cibys, respectivamente, que trabalham com produção de conteúdo e a influência digital para a venda de produtos. Nos vídeos de ambas, é possível notar relatos semelhantes de experiências com o racismo como a imposição de que pessoas negras não podem ser góticas apenas pela cor da pele, a sexualização, objetificação e fetichização de mulheres góticas apenas por serem mulheres.

5.1.1. Nosferotika

Rubia Del Vecchio é formada em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e já atuou como *web designer*. É conhecida como Nosferotika⁶⁹, ou Lubbyh, em suas redes sociais e começou sua jornada como influenciadora voltada para o público gótico por meio da criação de um *blog*, em 2013 – atualmente encontra-se indisponível –, onde ensinava dicas de maquiagem e roupas. Segundo Rubia, “Nosferotika foi criado com o intuito de compartilhar informações sobre beleza, moda e estilo de vida alternativo, sempre com muita alegria e bom humor!”. Ao longo de mais de uma década na *internet*, ela já criou perfil em diversas plataformas de redes sociais, como Facebook⁷⁰, Instagram⁷¹, Tumblr⁷², Twitter⁷³, Twitch⁷⁴, TikTok⁷⁵ e YouTube⁷⁶.

Para este trabalho, serão analisados apenas o canal do YouTube *Nosferotika - LUBBYH* e o *mídia kit*⁷⁷ disponibilizado por Rubia, caracterizado como “[...] uma apresentação comercial que deve conter informações como dados sobre a empresa, informações do público-alvo que o veículo consegue atingir, tipos de informações que

⁶⁹ Segundo Rubia, o nome do *blog* veio a partir de uma fonte chamada *Nosferotica*, já que a mesma trabalhou como *web designer*.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/Nosf3r0tika>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Nosf3r0tika>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷² Disponível em: <https://lubbyh.tumblr.com/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷³ Disponível em: <https://x.com/Nosferotika>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷⁴ Disponível em: <https://www.twitch.tv/nosferotikabr>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷⁵ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@nosferotika>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/@NosferotikaBr>. Acesso em: 26 jun. 2024.

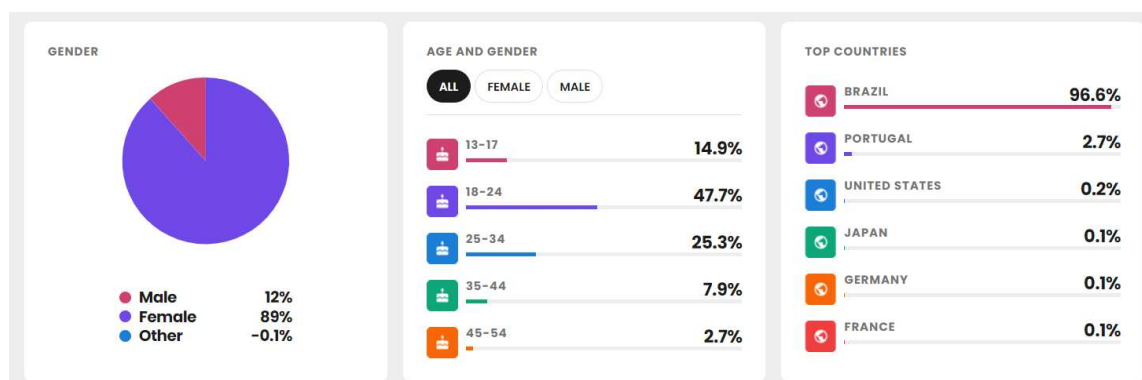
⁷⁷ Disponível em: <https://beacons.ai/nosferotika/mediakit?origin=lib>. Acesso em: 26 jun. 2024.

costuma veicular, formatos e tempos de anúncios que são permitidos, entre outras” (Souza, 2020).

As publicações em seu YouTube se iniciaram em 14 de janeiro de 2011, **quando Rubia tinha apenas 16 anos**. A maioria dos conteúdos produzidos são voltados para a moda alternativa e gótica, buscando trazer dicas de como se vestir e maquiar, principalmente para pessoas com o seu tom de pele, conforme afirma Rúbia em seu primeiro vídeo no YouTube⁷⁸, aos 16 anos: “Se você gosta de *rock*, maquiagens com um ar meio gótico e ainda não tem coragem de fazer, essa é a sua chance, porque, além de ser uma maquiagem barata, durável e boa, ela também é dedicada para as garotas que tem uma pele mais moreninha como eu”.

Analisando o público de Nosferotika no YouTube por meio do *mídia kit* (Figura 5), o canal consta com cerca de 383 mil inscritos e 505 vídeos, até o momento dessa coleta. O público feminino é de 89% da audiência, enquanto 12% é masculino. Quanto à idade: 14,9% da audiência tem entre 13 e 17 anos; 47,7% têm entre 18 e 24 anos; 25,3% tem 25 e 34 anos; 7,9% têm entre 35 e 44 anos e; 2,7% têm entre 45 e 54 anos. Quanto ao país, 96,6% são pessoas brasileiras. Assim, é possível concluir que o público do canal é majoritariamente feminino, jovem e brasileiro.

Figura 5 – Mídia kit de Nosferotika



Fonte: Beacons⁷⁹.

Embora Rubia mencione seu pertencimento racial desde o seu primeiro vídeo, o seu primeiro vídeo focado somente em questões raciais foi publicado em 20 de maio de 2016,

⁷⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=quRiC2dxoeI>. Acesso em: 26 jun. 2024.

⁷⁹ Disponível em: <https://beacons.ai/nosferotika/mediakit?origin=lib>. Acesso em: 27 jun. 2024.

com o título *Representatividade na Subcultura Gótica - Minha Jornada de Autoaceitação*⁸⁰, no qual conta sua percepção sobre o padrão eurocêntrico do estilo gótico e da dificuldade, desde a infância, em aceitar o seu tom de pele, já que suas referências de mulheres alternativas eram todas brancas. Ela relata ter sofrido *bullying* na escola devido à sua cor e aos seus gostos voltados para música alternativa. Por isso, Rubia acreditava que precisava ser branca para se sentir bonita e ser como suas inspirações a fazendo evitar a exposição solar e se privando de aproveitar momentos como praia e piscina. Ao sair da escola e entrar na faculdade, começou um relacionamento com um homem gótico e pardo, a motivando a entrar na subcultura e a desconstruir o pensamento de que pessoas negras não combinavam com a estética gótica, principalmente se tratando das cores das maquiagens, como vermelho e rosa, por serem socialmente construídos como tons que não combinam com a pele negra. Rubia menciona que editava suas fotos para deixar a pele mais clara e parecer “super branca mesmo”, porque era o que achava bonito. Assim, ela reforça a importância da representatividade negra na subcultura, para desconstruir um padrão ideal, bem como, inspirar outras pessoas.

No vídeo *Pare de editar suas fotos, você está branca! | Série racismo na cena gótica*, publicado em 10 de janeiro de 2020, Rubia também aborda diretamente o assunto de se clarear nas fotos para ser lida socialmente como branca e sua trajetória de autoaceitação. Ela se autodeclara como negra, por ter ascendência negra e branca e conta que, as pessoas sempre a questionam por alisar o cabelo e não ter pele retinta, tendo a sua autodeclaração racial negada. O termo “índia” foi utilizado no vídeo e, anos mais tarde, no vídeo *Relato de uma gótica preta cansada (e tentando fazer aquela desgraça de olho neon)*⁸¹, de 3 de junho de 2020 – que será analisado no capítulo 7 –, ela afirma ter ascendência indígena, o que influenciou seu fenótipo.

O tema sobre cabelo também é abordado no canal. Ao longo dos 11 anos de canal, Rubia fez vídeos sobre aplique, perucas, alisamento, cortes químicos, além de dicas de crescimento, descoloração, pintura, produtos favoritos. Em 6 de março de 2019, ela publicou o vídeo *Papo real sobre o meu cabelo: corte químico, henê e progressiva*⁸², falando sobre o uso de química, aplique e alterações hormonais que motivaram a deterioração de seu cabelo.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wbWO8KHGB8s>. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁸¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Hwtmmul-Bk. Acesso em: 29 jun. 2024.

⁸² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWmLOyXVKnI>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Em 18 de julho de 2021, no vídeo *Tô fazendo transição capilar. Tá passada? | Se arrume comigo*⁸³, há o relato de que entrou em transição capilar durante a pandemia de Covid-19 após decidir parar de usar produtos de alisamento, sendo essa uma decisão que não foi exposta em suas redes sociais. Embora goste da textura ondulada e cacheada, Rubia se sente infantilizada com o cabelo natural, pois não condiz com a imagem que deseja passar de “mulher fatal e poderosa”. O cabelo natural ainda era uma novidade com momentos de entendimento e aprendizado das necessidades e finalizações para o cabelo, já que o alisamento se iniciou ainda na infância. O tópico foi trazido à tona novamente quase um ano depois, no vídeo *O dia que eu descobri que eu era obsessiva (e como finalizo o meu cabelo)*⁸⁴, de 25 de maio de 2022, no qual Rubia compartilha uma finalização que gosta de fazer e conta que, para afirmar a sua identidade gótica, precisava deixar o cabelo liso, tais como as referências que sempre recebeu.

O gênero sempre esteve presente no canal Nosferotika, considerando que: ela é uma mulher cis-gênero; produz vídeos sobre maquiagem e roupas, aspectos socialmente construídos como femininos; seu público é majoritariamente feminino; e a linguagem utilizada nos vídeos geralmente é direcionada a esse público. O primeiro vídeo que aborda diretamente a problematização de gênero é *Maquia e fala: eu não tô legal*⁸⁵, publicado em 23 de maio de 2018, no qual comenta ataques recebido principalmente no Facebook, por produzir conteúdos considerados fúteis, como moda. Esse tipo de comentários acabou a adoecendo e a desmotivando a produzir conteúdos, pois muitos invalidavam seus gostos e questionavam a sua identidade gótica por só fazer vídeos de maquiagem e roupas e, não falando de conceitos relacionados. Ela comenta que, quando uma mulher fazia vídeos falando sobre a subcultura gótica, ela era perseguida e criticada por um grupo de pessoas e, para desvencilhar disso, decidiu parar de falar sobre a subcultura em si, e se dedicar apenas aos conteúdos que gosta.

No vídeo *Precisamos falar sobre transfobia (no meio gótico) com Morcega*⁸⁶, de 12 de junho de 2019, Nosferotika convida a Morcega, uma mulher transgênero, para falar sobre a transgeneridade, disforia de gênero, violências enfrentadas dentro e fora da subcultura e a necessidade de desconstrução coletiva e busca de informações sobre o assunto. Morcega faz

⁸³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLz9acrN3HM>. Acesso em: 29 jun. 2024.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7TXRppkhyC4>. Acesso em: 29 jun. 2024.

⁸⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ynrQyM_XO1Y. Acesso em: 29 jun. 2024.

⁸⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7umi75sn-aQ>. Acesso em: 29 jun. 2024.

uma análise interseccional ao trazer reflexões sobre quantas pessoas LGBTQIAPN+ e/ou negras as pessoas espectadoras se relacionam e convivem.

Sobre sexualidade, Rubia já compartilhou sobre: seus relacionamentos; dificuldades em iniciar e manter namoros com homens cis-gênero; relacionamentos abusivos; e se assumiu uma mulher pansexual no vídeo *Arranjei um boy porque sou gótica (a heterossexualidade está em colapso)*⁸⁷, publicado em 13 de dezembro de 2021. Nele, é falado sobre a objetificação de mulheres góticas, o desejo sexual cis-masculino e hétero pela “gótica rabuda”, ao mesmo tempo que homens não-góticos não as assumia devido ao visual espetacular. Mesmo dentro da subcultura gótica, homens heterossexuais também preterem mulheres fora do padrão branco, magro e feminino. Já no vídeo publicado em 23 de janeiro de 2022, intitulado *Confissões de uma EX-HÉTERO*, ela aborda mais sobre a pansexualidade, reflete novamente sobre a heteronormatividade para a validação social como mulher e como está sendo a sua experiência de namorar uma pessoa não-binária. Em seu vídeo mais recente sobre relacionamentos, *Como arranjei um boy alemão? (no Brasil não há homem pra mim)*⁸⁸, de 11 de novembro de 2022, ela conta como conheceu e começou a namorar um homem cis-gênero, branco e alemão, tendo um relacionamento não-monogâmico e à distância.

Dessa forma, é possível notar que, desde o início do canal Nosferotika, as interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade são constantemente acionadas, onde é possível observar a autoaceitação, autodefinição e métodos de enfrentamento às violências interseccionais.

5.1.2. Fases da Bruxa

Cibele Cristina, conhecida como Cibys ou Tia Cybis, é estudante de Psicologia, atua como taróloga e possui uma loja *online* voltada para a produção e venda de acessórios alternativos. Começou a publicar vídeos no canal, hoje conhecido como Fases da Bruxa, em 4 de maio de 2015, quando estava no ensino médio, durante o momento de descoberta da religião Wicca, da subcultura gótica e do desejo em produzir vídeos para o YouTube. Seus vídeos eram voltados para registros do cotidiano (*vlogs*) e de roupas (*lookbooks*).

⁸⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KOZKjt0npp0>. Acesso em: 29 jun. 2024.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f2mk9bPXT9Q>. Acesso em: 29 jun. 2024.

Seu primeiro vídeo sobre a subcultura gótica foi publicado em 5 de fevereiro de 2016, já abordando sobre raça, *Góticos negros! Nós existimos!*⁸⁹. Nele, Cibele se autodeclara como uma pessoa negra e afirma que a subcultura não é racista, justifica que a brancura estava relacionada à morte e não à supremacia e aponta a bricolagem de elementos africanos na subcultura.

Em 8 anos de canal, a sua proposta é “[...] passar informações corretas sobre a subcultura gótica para o maior número de pessoas possíveis, passando minhas reflexões pessoais e fazendo com que vocês possuem uma mente mais aberta” (Instagram: @fasesdabruxa, 2023⁹⁰). Assim, seus vídeos ficaram cada vez mais voltados para a subcultura gótica, abordando temas como as vertentes do estilo gótico, música e explicação de conceitos e termos relacionados.

No vídeo *Preconceito e auto estima na cena gótica!*, publicado em 1 de maio de 2018, novamente é abordado sobre raça, relatando a experiência com comentários no YouTube, algo que não acontece de forma frequente fora da *internet*. Nesses comentários, já se deparou com afirmações de que pessoas negras não poderiam ser góticas apenas pela cor da pele e que recebe muitas perguntas de pessoas negras perguntando se também poderiam ser góticas. Cibele encoraja dizendo que todos podem ser, independente de raça, gênero, religião ou outros fatores, prezando pela diversidade. Em *Cena gótica na Angola! Como é?*⁹¹, de 14 de janeiro de 2020, é abordado sobre o menor protagonismo no país, não sendo algo comum, mas que pessoas negras góticas estão presentes em outros países para além do Brasil. Em 12 de junho de 2020, foi publicado o vídeo *Racismo na subcultura gótica | Goth history*⁹², no qual há o esboço e finalização de uma história em quadrinhos com a história de duas góticas negras que lidam com o racismo com o uso de um *spay* denominado de “Fora Escroto” (Figura 6). Ao final do vídeo, Cibele aparece para apresentar esse novo quadro do canal.

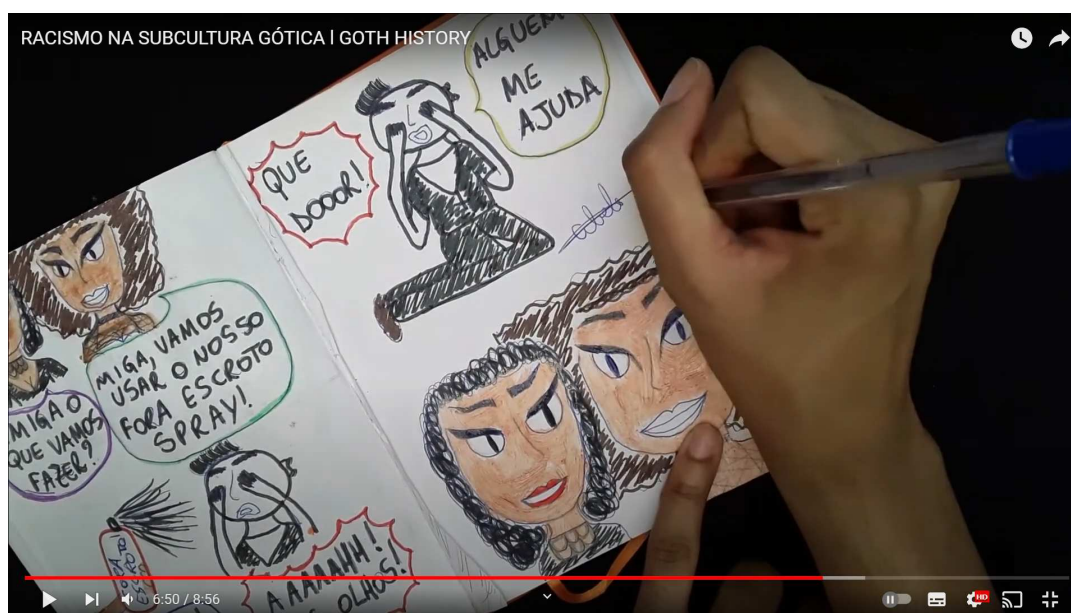
⁸⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zj8TuGLrsf4>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CreRiqFgefz/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ihA7zn3tUc>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=goaZVUud6ek>. Acesso em: 1 jul. 2024.

Figura 6 – *Goth history*, do canal Fases da Bruxa



Fonte: YouTube/Reprodução.

Em 4 e 11 de setembro de 2020, são publicados os vídeos *Racismo na sub gótica | Minha História*⁹³, e *Etnias na subcultura gótica*⁹⁴, respectivamente, nos quais há argumentos que negam a ideia de que apenas existem góticos brancos por ser uma subcultura europeia. Ambos os vídeos serão melhor explorados no capítulo 7, destinado às análises.

Sobre cabelo, seu primeiro vídeo é *Negras não podem cortar franjinha!!!*⁹⁵, de 29 de maio de 2018, no qual é expressado o desejo em cortar a franja desde que começou a se interessar pelo estilo alternativo, devido às referências de mulheres brancas de cabelo liso. Bem como Rubia, Cibele alisava o cabelo desde criança, passou pelo processo de transição capilar, não se identificou e voltou a alisar. Sua mãe, também negra, lhe impôs a crença de que o cabelo crespo não deveria ter franja, mas após ver a foto de uma mulher negra com o corte, resolveu fazer sozinha mas não teve o resultado esperado. Apesar disso, desde 2017, ela passou a usar franja com o cabelo liso.

Em 25 de agosto de 2019, no vídeo *Como foi meu big chop + transição*, Cibele está com o cabelo natural crespo e curto – embora mencione que tenha dificuldade em definir a curvatura –, e fala sobre seu desejo de tê-lo natural e, devido a dificuldade em manter a

⁹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sifCiBOf5_A. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YEEEmEzx0FbU&>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=75E2-WM9UCk>. Acesso em: 1 jul. 2024.

química de seu cabelo sozinha, fez o *big chop* (cortar as pontas do cabelo que tem química). Após isso, colocou tranças *box braid*, por não gostar da experiência de ter cabelo curto e que usá-las estava ajudando a aguardar o crescimento. Já em 26 de fevereiro de 2020, é publicado o vídeo *Passei química depois de 1 ano de transição*⁹⁶, no qual é abordado sobre a trajetória de seu cabelo desde que iniciou o canal, embora expresse seu descontentamento sobre os questionamentos sobre o seu atual alisamento. Cibele explica que passou por um relacionamento abusivo em 2019, no qual a pessoa cortou o seu cabelo e esse foi o motivo dela ter passado pelo *big chop* e ter colocado tranças, relatados no vídeo anterior. No mais, a falta de identificação com a textura natural a fez alisar com química novamente.

No mesmo ano, em 23 de maio, foi publicado o vídeo *Coloquei mega hair!! Tudo sobre!!*⁹⁷ com a resposta de perguntas recebidas pelo Instagram. Em 15 de janeiro de 2021, Cibele coloca tranças e faz *sidecut* (raspar as laterais do cabelo)⁹⁸ e em 4 de março, tira dúvidas sobre colocar tranças em cabelo com Henê⁹⁹.

Sobre gênero, seu primeiro vídeo dedicado à temática foi *Subcultura gótica é só para mulheres?*¹⁰⁰, de 12 de setembro de 2018. O vídeo tem menos de dois minutos, no qual é falado que na subcultura todos têm o direito de se expressar, sendo essa uma crença preconceituosa, pois existe uma grande diversidade de bandas góticas com a presença masculina. O que pode levar a essa crença seria o apreço pelos detalhes, mais encontrados em visuais góticos femininos. O vídeo *Machismo na subcultura gótica*¹⁰¹, de 16 de março de 2021, que também será analisada no capítulo 8, é feito a partir de uma caixa de perguntas no Instagram para ler casos de assédio, machismo e sexismo sofridos por mulheres góticas por pessoas pertencentes à subcultura ou não.

A sexualidade não foi um tema abordado no canal, embora Cibele conta que já esteve em relacionamentos e namoros com homens, sem especificar a sua sexualidade. A religião é um tema mais constante, já que ela pratica bruxaria natural, conhecida como Wicca, além de estudar sobre outras religiões. Em 28 de fevereiro de 2024, ela publica o vídeo *Por que é*

⁹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VqwvjmT93As>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DckEKDtO83Q>. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁸ Pinteí meu *sidecut* de azul. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8KLX_zTk7uY. Acesso em: 1 jul. 2024.

⁹⁹ Coloquei *box braids* no meu cabelo henezado! O cabelo quebra? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0viMpK1cHmk>. Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OnpJbHtlhvw>. Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kXUVKDKhgWw>. Acesso em: 1 jul. 2024.

*importante a subcultura gótica ser laica?*¹⁰², no qual aborda sobre a importância da subcultura não ter uma religião específica. O baixo poder aquisitivo é um fator que influencia a autoestima de pessoas góticas, pois o visual gótico é importante para a identificação e autoafirmação. No vídeo *Auto estima na subcultura gótica + dicas*¹⁰³, de 17 de abril de 2023, é abordado sobre a baixa autoestima devido a roupas ou por ter conhecido a subcultura há pouco tempo (*baby bat* é o termo atribuído a essas pessoas) e há dicas de como melhorar o visual. No canal Fases da Bruxa, há diversos vídeos sobre roupas, adaptação de peças ao estilo, além de alguns *recebidos*, termo utilizado quando um influencer recebe produtos de uma marca para divulgá-la em suas redes sociais.

Portanto, é possível observar que, no canal Fases da Bruxa, as questões de raça e gênero são abordadas, embora não seja feita uma articulação interseccional explícita entre ambas as categorias.

¹⁰² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6b0TOg-DPEU>. Acesso em: 1 jul. 2024.

¹⁰³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sv98ZuLTKgI>. Acesso em: 1 jul. 2024.

A decorative border composed of white and red floral and vine motifs. The white lines form a complex, swirling pattern, while the red lines are more delicate and leaf-like. The border is positioned in the top-left and bottom-right corners of the page, framing the central text.

Parte III

6. Metodologia

A metodologia do trabalho consiste em estratégias para olhar para dois materiais empíricos diferentes. A primeira parte é a análise de quatro vídeos no YouTube, sendo um do canal *Nosferotika*, e três do canal *Fases da Bruxa*. Os vídeos foram selecionados a partir de uma exploração de todos os vídeos publicados pelas influenciadoras, feita, a primeiro momento, no ano de 2022, durante a elaboração do plano de estudos a ser submetido no processo seletivo de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). A princípio, foram selecionados sete vídeos, quatro do *Fases da Bruxa* e três do *Nosferotika*, além de ter proposto olhar para os comentários de cada um dos vídeos. No projeto, não havia a etapa de formulário, apesar de ser um desejo que foi descontinuado devido à minha insegurança e pouca experiência na elaboração e desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Após a aprovação no mestrado, e durante a elaboração do Projeto de Dissertação, no segundo semestre de 2023, selecionei oito vídeos, cinco do *Fases da Bruxa* e três do *Nosferotika*, além da análise de seus 2.335 comentários, os utilizando como exemplos e sendo selecionados apenas aqueles que contassem experiências próprias. Após isso, foi descrita a aplicação de um formulário *online* e anônimo. A proposta era fazer a análise de conteúdo de vídeos, comentários e formulários, observando relatos de experiências interseccionais próprias.

Em 2024, em reuniões com minha orientadora, Laura, percebi que o volume de material de análise era muito grande para ser desenvolvido em menos de um ano. Optamos por analisar menos vídeos e deixá-los com uma minutagem proporcional. Dessa forma, os vídeos foram selecionados considerando dois aspectos: data de publicação, sendo escolhidos vídeos dessa década, entre 2020 e 2023; e relatos de experiências pessoais que envolvam raça e/ou gênero dentro da subcultura gótica. O período foi escolhido devido ao grande impacto da influência digital nessa década, já que proporciona maior diversidade de pessoas e corpos nas mídias, podendo gerar mudanças sociais (Costa, 2023) e, trazer impactos econômicos, no qual “[...] os perfis de micro influenciadores estão ganhando cada vez mais a atenção das marcas devido ao nicho, o público que eles influenciam, criatividade na criação de conteúdo e os baixos custos de ativação” (Barbosa, 2022). Foram selecionados apenas vídeos com relatos

peçoais para identificar como ocorrem opressões interseccionais e, se e como ambas as influenciadoras as enfrentaram.

Tabela 1 – Vídeos selecionados e organizados pela autora de forma cronológica

Canal	Vídeo	Publicação	Tempo
Nosferotika	Relato de uma gótica preta cansada (e tentando fazer aquela desgraça de olho neon) ¹⁰⁴	3 de junho de 2020	28'23''
Fases da Bruxa	Racismo na sub gótica Minha História ¹⁰⁵	4 de setembro de 2020	10'06''
Fases da Bruxa	Etnias na subcultura gótica! ¹⁰⁶	11 de setembro de 2020	6'21''
Fases da Bruxa	Machismo na subcultura gótica ¹⁰⁷	16 de março de 2021	12'05''

Fonte: Elaboração da autora

O primeiro vídeo foi escolhido devido à articulação de raça e gênero que Rubia (canal *Nosferotika*) faz ao contar sobre sua experiência na subcultura gótica e como está esgotada psicologicamente ao sempre ser desumanizada e criticada ao falar sobre as opressões e vulnerabilidades que a atravessam, ao mesmo tempo que é cobrada a falar sobre casos de racismo. Apenas um vídeo do canal *Nosferotika* foi escolhido, devido à extensão e à complexidade de sua fala. Os três vídeos escolhidos do canal *Fases da Bruxa*, foram necessários já que Cibele não relaciona raça e gênero na subcultura gótica de forma explícita, fazendo vídeos específicos para cada tópico. Assim, foram escolhidas três, para ter uma distribuição de tempo e assuntos semelhantes ao de *Nosferotika*. Assim, foi possível analisar pontos que se assemelham e se diferem em ambos os relatos.

A análise de comentários foi desconsiderada, não só pelo grande volume de comentários, como também, por aspectos éticos. Na disciplina de Aspectos Éticos na Pesquisa em Comunicação, ministrada pela professora Regiane Lucas Garcêz, refleti sobre como se daria a análise de comentários que, embora públicos, não teriam uma permissão explícita para o uso em uma pesquisa e as pessoas não saberiam que seus comentários seriam utilizados para esse fim. No mais, não seria possível ter acesso a autodeclaração racial e de gênero da pessoa,

¹⁰⁴ Disponível em: https://youtu.be/Hwtmmul-Bk?si=0-i6qXndo1_4taNt. Acesso em: 22 nov. 2023.

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sifCiBQf5_A. Acesso em: 22 nov. 2023.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://youtu.be/YEEmEzx0FbU?si=vN98T2EBOCb0QnEb>. Acesso em: 22 nov. 2023.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://youtu.be/kXUVKDKhgWw?si=LtX8ORYDlqX-31aj>. Acesso em: 22 nov. 2023.

cabendo a mim realizar a heteroidentificação, podendo causar erros e desrespeito à autodefinição. Por isso, para deixar todas as pessoas cientes do uso de dados sensíveis, e perguntar diretamente as autodeclarações, optei apenas pelo formulário que, embora seja anônimo, há um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que precisou ser aceito para ter suas respostas analisadas.

Assim, a segunda etapa da metodologia consiste na criação e aplicação de um formulário *online* e anônimo para a coleta de relatos de mulheres negras que participam, ou já participaram, da subcultura gótica para entender como o racismo e a misoginia ocorrem, como as afetam, quais são/foram os mecanismos para o enfrentamento contra essas violências e se há mobilização para a criação de espaços seguros e de diversidade de corpos na subcultura.

O formulário foi feito por meio do Google Forms, ferramenta do Google que permite a criação de questionários de forma personalizada, e proporciona a organização das respostas com resumos automáticos. É possível que as pessoas o respondam com qualquer aparelho com acesso à *internet*, seja computador, *notebook*, celular ou *tablet*. O Google Forms é uma plataforma de formulários de fácil compartilhamento, que pode receber uma grande quantidade de respostas e garante a privacidade e proteção de dados com criptografia (Google; Google Workspace). A criação do formulário, todas as suas perguntas e correções da minha orientadora ocorreram no início do primeiro semestre de 2024.

Por se tratar de um processo de coleta de *dados sensíveis*¹⁰⁸, foi necessário submeter o formulário para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), por meio da Plataforma Brasil, para adequar e garantir que a pesquisa esteja de acordo com as diretrizes de ética necessárias. O formulário, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram submetidos pela primeira vez à Plataforma Brasil, em 22 de abril de 2024, recebendo o primeiro parecer em 28 de maio, solicitando modificações e uma nova submissão. Fiz as atualizações necessárias com ajuda de Rannyson Moura e colegas do meu grupo de pesquisa, Coragem-UFMG, e as encaminhei no dia 9 de junho. A aprovação do projeto chegou no dia 12 de julho, estando apto para a aplicação.

Com a minha qualificação em 6 de agosto de 2024, apresentei os capítulos *Discutindo sobre Culturas*, *Discutindo sobre influência digital*, metodologia, análises dos vídeos e

¹⁰⁸ “dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural” (BRASIL, 2018 *apud* Carvalho, Oliveira, Cappalli, 2020, p.4)

apresentei o formulário, já pronto para a aplicação. Utilizei do momento para conversar com as avaliadoras na banca, Adriana Amaral e Lucianna Furtado, sobre os aspectos metodológicos, como poderia analisar as respostas dos formulários e os vídeos, além de ter recebido recomendações valiosas para a construção do meu referencial teórico.

O questionário, intitulado *Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*, ficou aberto para respostas anônimas entre 9 de agosto e 9 de setembro de 2024. Para alcançar o público desejado, foi feita uma publicação no meu Instagram pessoal¹⁰⁹, o compartilhando com influenciadoras digitais e usuárias em geral da plataforma, por meio do *direct* (mensagem privada) e solicitando a participação e compartilhamento. Todos os dias, durante esse tempo, eu acessava perfis de influenciadores digitais e de eventos dedicados a subcultura gótica, olhava as pessoas que as seguiam, e enviava o formulário para pessoas que se autodenominavam negras, mulheres e góticas, ou que eu lia como tal. Não quantifiquei exatamente para quantas pessoas enviei *direct*, já que nem todas as pessoas aceitaram a solicitação, porém, 314 pessoas receberam a minha mensagem em seus perfis. A publicação recebeu 265 curtidas e teve muitos compartilhamentos de pessoas góticas, mas também, de amigos e seguidores. Essa forma de divulgação, no qual uma pessoa compartilha com a outra e, assim por diante, é chamada de amostragem em *bola de neve*, que pode ser definida como:

[...] o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente (...). Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (Vinuto, 2014, p. 203).

Esse método de amostragem permite atingir o público desejado com maior precisão, criando uma “bola de neve”. Após o fim do período da disponibilização do formulário, evitei por um longo tempo ler as respostas dos formulários. Queria ter toda a fundamentação teórica pronta antes de criar as minhas primeiras impressões, por mais que estivesse muito curiosa. Minha discussão teórica ficou pronta e foi revisada por minha orientadora no início de

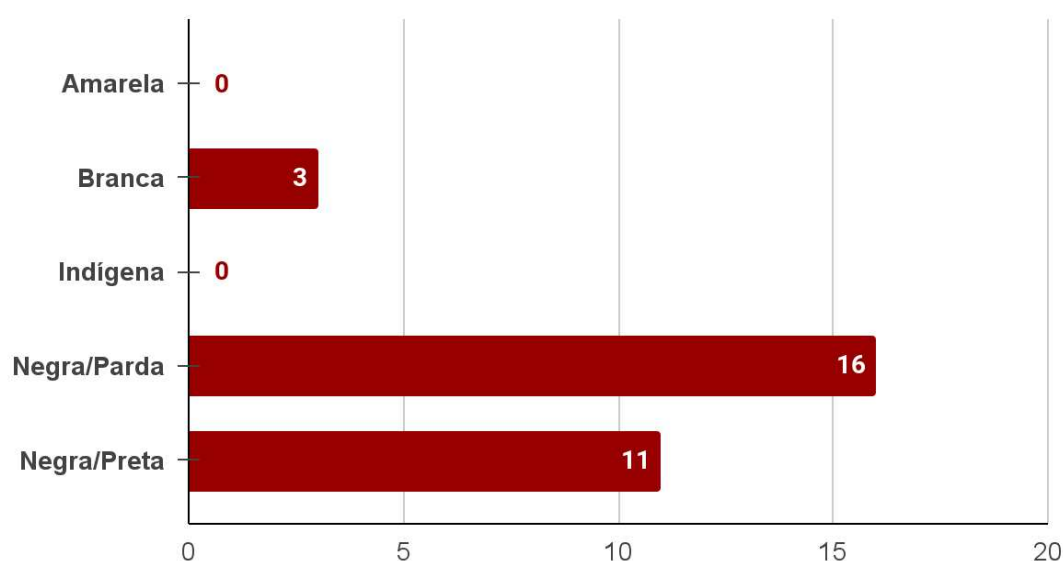
¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-oJaehRO1s/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

novembro, que foi quando eu finalmente li e fiz uma análise de conteúdo das respostas recebidas, considerando as interseccionalidades presentes nos relatos. Esse tipo de análise se mostra fundamental para o trabalho pois, “[...] estratégias para leituras críticas da mensagem, identificando ecos da História e da sociedade na qual está inserida” (Martino, 2018, p. 191).

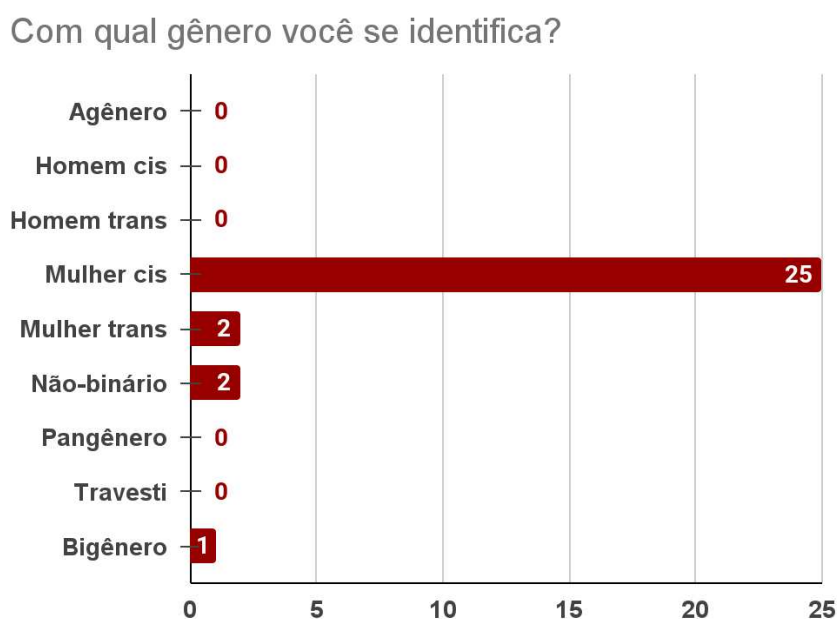
Ao todo, foram obtidas 30 respostas ao longo do mês, que podem ser visualizadas nos gráficos 1 e 2, abaixo.

Gráfico 1 – Declaração étnico-racial de todas as pessoas que responderam o formulário

Qual é a sua declaração étnico-racial?



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 2 – Declaração de gênero de todas as pessoas que responderam o formulário

Fonte: Elaboração da autora.

Pensando nos conceitos de *autodefinição* e *autovalorização*, de Patricia Hill Collins (2016, 2019), e na pergunta central da pesquisa: *se e como as mulheres negras percebem e reagem à misoginia e ao racismo dentro da subcultura gótica no Brasil?*, foram consideradas apenas respostas de pessoas que se autodeclararam como negras (pretas ou pardas) e mulheres (cisgênero, transgênero ou travesti). Dessa forma, foram analisadas 24 respostas, que podem ser lidas no subcapítulo 7.2. *Questionário: Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*.

Ao todo, haviam oito seções no formulário, que pode ser conferido no Apêndice B, com 28 perguntas. A primeira seção contemplava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo as informações acerca da pesquisa, *link* para baixá-lo, informações de contato das responsáveis pela pesquisa e uma caixa para assinalar os seguintes termos:

- Obtive as informações claras e precisas referentes à pesquisa, bem como os meios de solicitar informações adicionais.
- Sei que posso solicitar outras informações e desistir da minha participação a qualquer momento.

- Concordo que minhas respostas sejam utilizadas nesta pesquisa e em pesquisas posteriores relacionadas a ela, desde que mantido sigilo sobre a minha identidade.
- Declaro ter mais de 18 anos.
- Concordo em participar desta pesquisa.

O TCLE foi elaborado para informar a pessoa participante os riscos, benefícios e as pessoas responsáveis pela pesquisa. Caso a participante não estivesse de acordo ou quisesse desistir de participar, poderia abandonar o questionário a qualquer momento e suas respostas não seriam registradas. O TCLE pode ser consultado no Apêndice A.

A seção 2, nominada de *Perfil Social* havia seis perguntas de múltipla escolha abrangendo declaração étnico-racial, gênero, faixa etária, estado brasileiro em que reside, renda familiar *per capita* e escolaridade. Essas perguntas foram elaboradas com o intuito de analisar as interseccionalidades que atravessavam a vida de cada participante, seja ela racial, de gênero, classe e região, por exemplo.

Na seção 3, *Participação na subcultura gótica*, foram feitas três perguntas (uma de múltipla escolha, uma de múltiplas respostas e uma aberta) para colher dados e relatos sobre a participação de mulheres negras na subcultura gótica, sendo a quantidade de tempo, formas de participação e o que é necessário para ser considerada gótica as perguntas elaboradas, respectivamente.

Na seção 4, *Identidade e aparência na subcultura gótica*, foram feitas oito perguntas abertas para relatos acerca de identidade e aparência na subcultura gótica. Foram elaboradas perguntas que fizessem a intersecção de raça e gênero, foco da pesquisa. Foi perguntado sobre padrões estéticos, representação e representatividade, embranquecimento, dificuldades para comprar e consumir produtos da subcultura, autoafirmação pela aparência e se percebem preconceitos em ambientes virtuais e presenciais na subcultura gótica.

Na seção 5, *Raças e etnias na subcultura gótica*, foram feitas três perguntas abertas para experiências acerca das experiências de raça e etnia na subcultura gótica, nos quais foram perguntados sobre vivências acerca de crenças preconceituosas, racistas e misóginas, tratamentos distintos, discriminação racial e métodos de enfrentamento a essas violências.

A seção 6, *Gêneros na subcultura gótica*, tem quatro perguntas sobre experiências de gênero na subcultura gótica, em que as góticas negras foram perguntadas se sofreram ou presenciaram crenças preconceituosas, tratamentos distintos e discriminação de gênero, métodos de enfrentamento a essas violências e assédio sexual na subcultura gótica.

Na seção 7, *Percepções e criações de comunidade sobre a subcultura gótica*, foram feitas quatro perguntas sobre a percepção de diversidade de corpos/representatividade e criação de comunidades com pessoas diversas na subcultura gótica.

Por fim, a seção 8 contemplava os agradecimentos pela participação e informações sobre os próximos passos da pesquisa, como previsão de defesa, pedido para o compartilhamento e, novamente, o meu contato.

Todas as análises, de vídeos e respostas de formulário, foram feitas com base no conteúdo do relato. Nos vídeos, apenas foram consideradas as falas que envolvessem raça e gênero, desconsiderando os momentos de introdução, comunicados ou da resenha de maquiagem.

7. Análise de vídeos e formulário

Para as análises, o capítulo 7 está dividido em dois subcapítulos. O primeiro dedica-se à análise dos quatro vídeos e, o segundo, à análise do formulário *Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*.

7.1.1. Nosferotika: Relato de uma Gótica Preta Cansada

No vídeo *Relato de uma gótica preta cansada (e tentando fazer aquela desgraça de olho neon)*, publicado pelo canal Nosferotika, em 3 de junho de 2020, Rubia se dedica contar sua experiência, articulando raça e gênero, na subcultura gótica, enquanto faz sua maquiagem. Esse tipo de vídeo é chamado de “maquia e fala”, no qual pessoas influenciadoras se arrumam enquanto trazem uma experiência, história e/ou respondem perguntas de seguidoras(es). Infelizmente, até o momento da defesa dessa dissertação, o vídeo foi privado, porém, como ele já havia sido descrito e analisado para a qualificação, optei por deixá-lo na pesquisa.

Na descrição do vídeo, ela disponibilizou os tópicos abordados no vídeo e sua respectiva minutagem, sendo eles:

Tabela 2 – Estrutura do vídeo

Estrutura do vídeo de Nosferotika	Minutagem
Desânimo com o Youtube	02'32"
Minha relação com ser Negra	06'20"
Racismo na Cena Gótica	12'52"
Planos Futuros	18'25"
Resenha BT Velvet	26'00"

Fonte: Nosferotika/YouTube.

Na introdução, Rubia alerta que “As energias desse vídeo vão ficar muito caóticas, então eu fiz uma ioga para me acalmar”, que falará de seu posicionamento enquanto uma gótica não-branca e *influencer*, e que irá fazer uma resenha de duas sombras líquidas/*primers*

da marca Bruna Tavares, além de outros produtos que irá usar em sua maquiagem, reforçando a sua preferência por produtos veganos.

Em “Desânimo com o YouTube”, Rubia alega que: não está tendo o mesmo entusiasmo para fazer vídeos para a plataforma devido ao alto esforço para a produção; mudanças constantes no algoritmo do *site* para produtores de conteúdo; crise de criatividade; e mudanças pessoais ao longo dos anos. Apesar disso, reconhece que o YouTube foi a plataforma que impulsionou sua carreira como *influencer*. Para evitar críticas, buscou se privar de falar sobre assuntos interseccionais, como raça e gênero, além do trabalho em produzir conteúdos que acabam tendo recepção baixa da audiência. Porém, quando publica no YouTube, tenta trazer conteúdos que é apaixonada.

O tópico “Minha relação com ser Negra” se inicia com as manifestações antirracistas e antifascistas do movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), motivadas pelo assassinato de George Floyd¹¹⁰. Embora nunca tenha negado a sua raça na trajetória do canal (como também foi analisado no capítulo 5.1.1), se autodeclarando uma pessoa negra com ascendência indígena, só começou a falar ativamente sobre questões raciais em seu canal há cerca de um ano. A sua ascendência multirracial, conseqüentemente, impactou seu fenótipo que, embora gere vulnerabilidades e opressões por ser parda, a mesma aponta que recebe maior visibilidade do que pessoas negras com pele retinta e cabelos cacheados e/ou crespos. Porém, seu fenótipo e genótipo geram um dilema: quando se autodeclara negra, muitas vezes é descredibilizada com a afirmação: “você não é negra, você é moreninha, você é parda”; porém, ao se declarar parda, recebe comentários de que a cor não existe ou que está negando as origens. Esse é um comportamento racista, pois deslegitima a autodenominação, nega sua identidade, associa o ser negro a algo ruim e nega a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que reconhece a pessoa parda como negra.

Rubia menciona que somente após os protestos motivados pelo assassinato de Floyd as pessoas, principalmente as brancas, estão entendendo melhor sobre a edição de fotos racistas (descrito no subcapítulo 5.1.1), dentre outros tópicos raciais que já vem abordando, como: consumir genuinamente conteúdos de pessoas negras, e não somente quando essas estão militando sobre raça; engajar suas fotos e vídeos com curtidas e comentários; pedir mais modelos negras em lojas destinadas ao público gótico e interagir quando essas modelos

¹¹⁰ Homem negro que, em uma abordagem policial, foi assassinado por Derek Chauvin, policial branco que se ajoelhou em seu pescoço e costas, o asfixiando, em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos (Sant, 2024).

aparecem, pois Rubia afirma que “[...] está vendo vocês falando ‘ah, eu quero mais modelo preta’ e quando posta a foto de uma modelo preta, ela tem muito menos engajamento que uma foto básica de uma mulher branca”.

A seguir, é enfatizado que pessoas negras não são uma categoria única, existindo vivências diferentes para pessoas negras com fenótipos e realidades diversas. Assim, ela pode falar da sua experiência como uma mulher negra alternativa (de pele clara, cabelos alisados e que nunca viveu em favela), que já sofreu/sofre racismo, e dar espaço em seu canal para que outras pessoas negras contem suas experiências e que “possam ser humanas”. O vídeo, então, fica em preto e branco, para simbolizar um *making off*, no qual é dito: “Eu não aguento mais falar sobre isso [...] eu não acredito que eu vou chorar”. Rubia anuncia que vai engolir o choro e cortar essa parte. Após isso, a imagem volta ao normal e a influenciadora aparece com os olhos vermelhos e rosto inchado após chorar, e continua sua maquiagem dizendo: “Esse é o desabafo de uma pessoa que está muito cansada”, e é por isso que estava chorando.

O BT Velvet preto começa a ser utilizado como sombra para os olhos e Rubia inicia o tópico “Racismo na Cena Gótica”. Apesar de ser descredibilizada como pessoa negra, as pessoas começaram a cobrar pelo seu posicionamento, principalmente com os protestos do movimento Black Lives Matter, enfatiza que já se posiciona todos os dias, que já falava sobre o assunto e, que a cobrança de posicionamento deveria ser destinada a pessoas que gozam do privilégio branco e não falam sobre. Assim, Rubia se encontra em outro dilema: quando fala sobre o assunto, também é atacada: “Eu sou louca, por quê? Porque os caras [...] preferem espalhar o veneno para todo mundo que está entrando pro rolê gótico de que eles odeiam *youtubers* góticos, do que falar ‘gente, esse cara é nazis-”, o vídeo é cortado antes dela completar a palavra *nazista*. “Então, o problema é a menina que está ensinando maquiagem na *internet*, que fala que é gótica?! Então esse é o problema?!”. Ela fala esse trecho com a voz mais alta. O vídeo tem um corte e ela continua, agora com o seu tom de voz usual: “Vai ter muita parte nesse vídeo que eu vou acabar editando porque eu não aguento mais, entendeu? Eu não aguento mais ser feita de alvo. E vocês estão cobrando posicionamento de uma pessoa que claramente é alvo”. Há outro corte no vídeo:

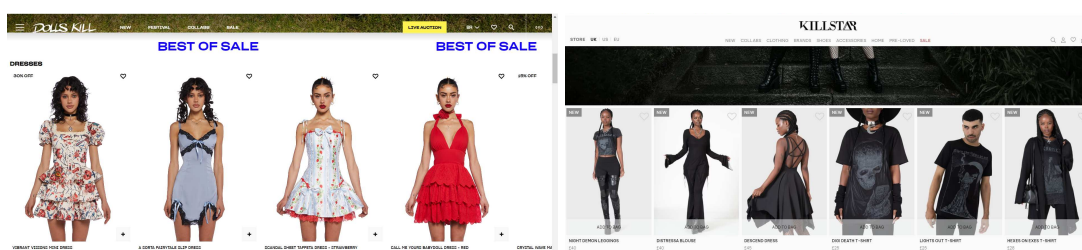
Garanto para vocês que o câncer da subcultura gótica não é as mina que faz vídeo na internet, isso eu posso te garantir. O câncer da subcultura gótica são os ‘cagador de regra’¹¹¹ [...] no Facebook, o câncer da cena gótica são

¹¹¹ A expressão *cagador de regra*, pode ser entendida como pessoas que impõem regras específicas para ser gótico *de verdade*.

as pessoas que sabem que tem gente com ideia errada no rolê e, mesmo assim, passam a mão na cabeça. Esse é o câncer da cena gótica, as meninas que estão fazendo vídeo na internet não são o câncer da cena gótica. Eu vou falar para vocês que essas pessoas são maioria no rolê? Não são, mas elas existem [...] mas o problema é a menina que tá fazendo vídeo falando de maquiagem gótica na internet. Esse que é o problema.

A seguir, ela comenta que as marcas de roupas Dolls Kill¹¹² e Killstar¹¹³ foram canceladas com os protestos antirracistas nas redes sociais devido a baixa representatividade de corpos diversos, se limitando apenas a modelos brancas e magras. O *cancelamento* pode ser entendido como uma forma *online* de chamar atenção para algo, com o intuito de boicotar figuras públicas, empresas, entre outros (Banaji, 2024). Após o ocorrido, a Killstar passou a contratar modelos negras (Figura 7), sendo Nosferotika uma delas (Figura 8).

Figura 7 – Página inicial das lojas Dolls Kill e Killstar, respectivamente



Fonte: Dolls Kill e Killstar, respectivamente. Montagem da autora.

Figura 8 – Nosferotika em parceria com a KillStar



Fonte: @nosferotika/Instagram¹¹⁴. Montagem da autora.

¹¹² “[...] uma boutique online que apresenta um espírito e atitude rebeldes, misturados com um pouco de *punk rock*, *gótico*, *glam* e *festival fashion*” (Dolls Kill, tradução minha). Disponível em: <https://www.dollskill.com/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

¹¹³ “[...] empresa de roupas e estilo de vida com um toque sombrio, canalizando poder emocional e energia bruta em cada fio” (Killstar, tradução minha). Disponível em: <https://www.killstar.com/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

¹¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C90nRXquczn/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Rubia faz a indicação de influenciadoras góticas negras brasileiras, sendo elas: Obscura (Jessica Rezende), que não se identifica como gótica, mas que promove eventos alternativos; Tatcha Mutch (Chris Mello); Carnival the Cannibal (Amanda); Lady Death (Domênica Cândido); e Alaíde Cassiano. Naquele ano, todas elas fizeram dois *challenges* (desafios): um de apreciação de meninas negras e um de vertentes da subcultura gótica. Apesar dessas parcerias, é percebido a resistência aos movimentos antirracistas: “Porque branco não quer se educar, e eu estou cansada de tentar educar gente branca”.

O próximo tópico é “Planos Futuros”, abordando sobre *adultices*, por ser uma mulher de 26 anos, há dez anos produzindo e consumindo vídeos no YouTube. O olho *neon* vira o foco do tópico, no qual é explicado sobre procedimentos e produtos utilizados, além das dificuldades em executar a maquiagem. No final do tópico, Rubia informa que vai terminar a maquiagem, arrumar o cabelo fora das câmeras e voltar com tudo finalizado. Após o corte, ela adiciona *glitter* nos olhos e, ao terminar, diz: “Quem disse que só mulher branca pode ser gótica?”. É feito uma recapitulação do foco do vídeo, que seria fazer o olho *neon* e falar sobre racismo, e novamente indica os canais da Obscura e da Tatcha, deixando *links* de alguns de seus vídeos na descrição de seu vídeo, pois ambas são exemplos de influenciadoras negras da subcultura.

Sei que muita gente vai mandar mensagem falando que eu não sou preta. Eu sei que muita gente vai me cobrar posicionamento de umas coisas que não tem sentido. [...] Sei que as coisas vão continuar. Eu vou continuar falando, mas as pessoas vão continuar tapando os ouvidos e fingindo que nada aconteceu. E isso é muito irritante. Por isso que eu chorei. Não chorei porque estava triste, chorei porque estou irritada.

Por fim, é feita a “Resenha BT Velvet” e, no final do vídeo, agradece seus seguidores, pede apoio e humanização para pessoas influenciadoras negras góticas, e diz: “Diga não ao fascismo”.

É possível notar o impacto que tratar sobre questões relacionadas a raça e gênero causa em Rubia. O racismo, a descredibilização de sua autodenominação como pessoa negra e a misoginia, vindos de pessoas de dentro da subcultura gótica, a afeta, a fazendo se sentir desumanizada e desmotivada a fazer vídeos sobre o seu nicho, por mais que goste de produzi-los. A *influencer* faz uma análise interseccional sobre suas experiências desde o título do vídeo, utilizando os termos *gótica* e *preta* (indicando gênero, participação na subcultura e raça) e, que a marcação e articulação dessas identidades lhe trouxe violências e opressões

como: perseguição por pessoas góticas e diminuição da relevância de seu trabalho na *internet* por ser um conteúdo considerado fútil, pois é socialmente considerado como feminino; pouca representatividade negra em produtos subculturais e, quando há, existe pouco engajamento; cobrança de manifestação a pautas raciais e críticas caso o faça; percepção do silêncio e falta de cobranças de pessoas que cometem violências e opressões interseccionais; e negação de sua raça e autodenominações.

Quanto à perseguição e diminuição, é possível observar a *misogynoir* (Bailey, 2018), ao condicionar o “ser mulher” à ideologia da feminilidade (Davis, 2015), que implica na fragilidade, necessidade de cuidados, cuidados do lar, do marido e de sua aparência física. Entretanto, a mulher negra, embora seja mulher, não cabe no estereótipo da mulher ideal devido a sua raça. Assim, muitas pessoas góticas diminuem os conteúdos de Nosferotika e/ou a perseguem por ser algo feminino e, logo, frágil, ao mesmo tempo que exigem a hiperfeminilidade (Brill, 2008) das participantes e que impõem um padrão eurocêntrico. Esse padrão gótico fez com que Rubia evitasse a exposição solar e fizesse uma edição de fotos que ela própria considerou racista, ao clarear a sua pele para deixá-la branca. É imposto um local que góticas negras nunca vão conseguir ocupar: devido ao gênero, sempre serão consideradas fúteis e não conhecedoras da subcultura; e devido a raça, nunca serão consideradas góticas de verdade por não se encaixar no estereótipo da feminilidade ideal, o de uma mulher cisgênero, branca e burguesa.

A baixa representatividade negra em produtos culturais vem sendo sistematicamente reproduzida durante séculos (Hall, 2016; Collins, 2016; Guimarães Corrêa, Bernardes, 2019). Devido à marginalização, pobreza e necropolítica que acomete pessoas racializadas, o poder/dinheiro na participação, criação e divulgação de produtos com maior representatividade negra é menor, embora esteja aumentando. Com acesso as tecnologias e com a influência digital, é possível encontrar pessoas diversas, ao mesmo tempo que recebam menos engajamento nas redes sociais – o que pode minar a sua carreira e lucros como influenciadoras. Hoje, há maior presença negra em produtos audiovisuais, porém, ainda é perceptível a pouca presença na criação e produção, além de ainda existirem representações feitas com base em estereótipos e racismo. Em autorrepresentações e autodenominações, como influenciadoras negras góticas, Rubia apontou que há menos engajamento em suas fotos mesmo quando são modelos em lojas famosas, além de serem menos contratadas. Modelos negras em lojas alternativas começaram a ser possíveis e recorrentes com os protestos do

Black Lives Matter pelo mundo, com boicotes a essas lojas, e com a maior reivindicação do público. Porém, é necessário apontar que as lojas podem não ser acessíveis economicamente a pessoas negras.

Quanto ao dilema de Rubia, como o título do vídeo diz, ela está cansada de ser cobrada a falar sobre quando ocorre um caso de racismo que é amplamente difundido nos veículos midiáticos e de ser considerada “louca” quando fala. Pode-se notar que falar sobre racismo impõe à *youtuber* a imagem de controle de uma mulher negra raivosa e sem controle de suas emoções. E não falar do racismo implica na acusação de negação e aceitação da violência.

O silêncio coletivo sobre as violências interseccionais é apontado por Rubia como um dos motivos para a perseguição contra ela e outras pessoas socialmente marginalizadas persistirem pois, não há denúncia e quando se fala sobre, há a recepção negativa que as desencorajam. Por mais que o canal Nosferotika seja uma forma de autoexpressão de Rubia e, até mesmo, um espaço seguro (Collins, 2019), pela plataforma ser pública e pelo algoritmo entregar seus vídeos para pessoas diversas, o espaço não é restrito e pode sofrer constantes ataques. Entretanto, por ser público, o canal e os posicionamentos de Rubia podem funcionar como uma forma de reconhecimento das opressões, espaço de compartilhamento de relatos (tanto de Rubia quanto das pessoas espectadoras nos comentários) e empoderamento. “Ao promover o empoderamento das mulheres negras por meio da autodefinição, esses espaços seguros as ajudam a resistir à ideologia dominante promulgada não apenas fora da sociedade civil negra, mas também dentro das instituições afro-americanas” (Collins, 2019, p. 206).

Apesar disso, quando Rubia se autodenomina uma mulher negra, é constantemente invalidada, a fazendo se sentir desumanizada: “Negar a humanidade plena das mulheres negras, tratando-nos como o Outro objetificado em múltiplos binarismos, demonstra o poder que o pensamento binário, a diferença formada por oposições e a objetificação exercem nas opressões interseccionais” (*idem*, p. 154). Embora Rubia não mencione o termo, o *colorismo* é muito presente em seu discurso, no qual o seu tom de pele negro lhe implica privilégios sociais, mas que também gera dúvidas quanto a sua autodeclaração racial.

Em uma pesquisa exploratória preliminar nas redes sociais digitais, registramos uma série de adjetivos pejorativos direcionados a pessoas pardas, sobretudo mulheres pardas, como “afrobege”, “afroconveniente”, “light skin”, “paçoquinha”. Mesmo a palavra “mestiça” é usada como forma de deslegitimar o pertencimento negro dessas pessoas (Silva, 2023, p. 4).

Essa negação de sua autodenominação como mulher negra também gerou impactos negativos quanto se autoafirmar nas redes sociais, se inibindo de fazer para não receber críticas.

Seu tom de pele claro e o cabelo ondulado, porém alisado, não a desqualifica como negra e, inclusive, sua vida e experiências na subcultura gótica e a cena alternativa, é marcada pelo racismo e pela falta de pessoas semelhantes a ela em produtos culturais e subculturais. Seu fenótipo a faz caber no estereótipo da *mulata*, descrito por Lélia Gonzalez (2020), sendo ela sexualizada e exaltada apenas em lugares de objetificação e fetichização de seus corpos. Fora desse local, ela deixa de ser exaltada, sendo marginalizada e excluída socialmente. Rubia é taxada de fútil e louca por ser uma mulher negra, e é destinada a poucos espaços, mesmo sendo uma influenciadora digital com milhares de pessoas seguidoras. As próprias lojas voltadas para a subcultura gótica não reconheciam e/ou contratavam mulheres negras para os seus catálogos de roupas e seu alcance como influenciadora digital não era tão alto como o de mulheres brancas do mesmo nicho. Isso revela sobre as dificuldades em produzir conteúdo para a *internet* e se dedicar exclusivamente a ocupação de influenciadora digital, ao ser uma mulher negra gótica, com a estabilidade financeira ainda em construção.

Dessa forma, é possível notar a ação dos dispositivos de racialidade e gênero no discurso de Rubia, no qual sempre há um poder disciplinar (como a perseguição na *internet*) para tentar *colocá-la em seu lugar*. Por mais que pessoas góticas tenham um conjunto de crenças, valores e ideologias, ainda foram socializadas na cultura dominante e são submetidas às suas instituições, às fazendo aprender e reproduzir esses discursos disciplinares, vigiando e buscando punir desde o nascimento (Foucault, 2000, 2002; Carneiro, 2005; Guimarães-Silva, 2021). Ela é reduzida a fútil por ser mulher e é colocada como louca ao denunciar o racismo e a misoginia na subcultura gótica.

7.1.2 Fases da Bruxa: Racismo na Subcultura Gótica

No vídeo, *Racismo na sub gótica | Minha História*, publicado em 4 de setembro de 2020, no canal Fases da Bruxa, Cibele conta experiências e percepções de racismo ao longo de sua vida, por pessoas de dentro e fora da subcultura gótica.

Figura 9 – Thumbnail do vídeo *Racismo na sub gótica*, do canal Fases da Bruxa.



Fonte: YouTube/Reprodução.

O vídeo é iniciado em tom de ironia, com a frase: “Como assim góticos negros sofrem preconceito?”. Após a vinheta, pontua “Negros do cabelo liso, negros do cabelo crespo, negros que sofrem *bullying* e negros que já sofreu por ser negro e alternativo” e diz que o objetivo do vídeo não é o vitimismo e, sim dizer que negros tem lugar na cena gótica. É anunciado que realizará uma série de vídeos dedicadas a temática, começando por este, com a sua história.

Em seu relato, Cibele revela que, durante a escola, desde o início até o segundo ano do ensino médio, sofria *bullying* por ser negra e ter cabelo crespo, sempre usando o penteado Maria Chiquinha, que também ficou conhecido como *mamãe Sardinha* (devido a personagem Mamuska Sardinha, da novela *Da Cor do Pecado*, de 2004. Por causa do penteado, foi apelidada de *mamãe Sardinha*. Uma vez, devido às provocações, decidiu soltar o cabelo durante o intervalo, porém foi alvo de risadas. Por volta de 2010 e 2011, já fazendo alisamento no cabelo, começou a “sofrer preconceito em dose dupla”, por começar a utilizar o visual alternativo ao decidir “virar *rockeira*”, recebendo o apelido de Michael Jackson. Ouvia que “*rockeiro* não é negro, *rockeiro* é branco”, e que combinava mais com o estilo *funkeira*. No vídeo. Cibele se compara a uma menina branca de sua sala que também tinha visual alternativo, mas que ninguém a criticava. Devido aos ataques, tentou seguir outros estilos porém, não se identificou e decidiu retomar a sua decisão. Para acabar com o *bullying*, no início do segundo ano do ensino médio, fez o relato para a diretora da escola que riu por achar que “ninguém sofre *bullying* desde os seis anos de idade”. Embora a diretora tenha dado

advertência para a turma, essa atitude a magoou, mas as provocações se encerraram e deram início a exclusão social.

Ao conhecer e começar a participar da subcultura gótica, com os cabelos lisos não percebia tanto preconceito em sua vizinhança e, ao entrar em lojas, embora recebesse olhares de desaprovação, ainda era “uma menina de cabelo liso”. Porém, ao raspar a cabeça e começar a usar tranças, “o preconceito dobrou de tamanho”, relatando ter sido perseguida em uma loja pelo segurança, e que as pessoas a olhavam torto/feio. Essas atitudes a fizeram não frequentar mais aqueles lugares. Ao usar o cabelo crespo natural, o “preconceito triplicou”, pois, em todos os lugares que entrava as pessoas a olhavam e dirigiam comentários negativos. Na *internet* leu comentários como “você é péssima”, “você não combina com esse estilo” e “só existe gótico branco”. Ela relata o quão é difícil sofrer duplo preconceito, por ser negra e alternativa, e que, até hoje, as pessoas negam a existência de pessoas negras góticas. Para encerrar o vídeo, ela relata que irá fazer outros vídeos sobre a temática.

Embora o vídeo não seja focado apenas em vivências de racismo dentro da subcultura gótica, é possível notar que essa violência está muito presente na sociedade como um todo, sendo replicado e renovado constantemente, já que o racismo e o *bullying* começou em seus primeiros anos da escola. Em sua cidade, a percepção de racismo se deu principalmente em relação ao seu cabelo, sendo que a percepção era menor quando tinha os cabelos lisos e maior, quando estavam crespos. No mais, as violências também ocorriam na *internet*, no qual a sua raça era apontado como um fator determinante para ser ou não considerada gótica.

É observável como os estereótipos acerca de mulheres negras impactaram a sua vida: é marginalizada, ao ter o seu fenótipo tratado como suspeito e feio; foi vítima de perseguição nas lojas e *bullying* na escola; e, até mesmo, foi sexualizada em sua adolescência, ao ser imposta apenas o visual de *funkeira*, que podem ter seus corpos objetificados em letras e vídeos de *funk*. É possível notar novamente o estereótipo da *mulata* (Gonzalez, 2020), ou a imagem de controle da *hoochie* (Collins, 2019) no relato. Ao assumir um estilo alternativo, buscou resistir às imagens de controle e estereótipos impostos às mulheres negras, porém sempre ouviu comentários que a tentassem colocá-la em seu lugar, como mulher negra. Diante dos comentários de que seu fenótipo não combinava com a estética gótica, críticas por estar fazendo vídeos sobre a subcultura e a marginalização e sexualização de seu corpo, é possível acionar novamente o dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005), assim como no caso de Nosferotika (ver subcapítulo 7.1.1).

7.1.3 Fases da Bruxa: Etnias na Subcultura Gótica

O vídeo *Etnias na Subcultura Gótica!* é iniciado com Cibele pronunciando, de forma irônica, frases racistas que já ouviu de pessoas góticas:

Os góticos vieram originalmente da Europa. Por isso que os góticos brancos são a maioria. Por isso que essa estética de horror e palidez é tão forte. [...] Tá, mas nós estamos no século XXI, onde raças se misturavam há muito tempo. E você não pode mais usar isso como desculpa.

Figura 10 – Thumbnail do vídeo *Etnias na Subcultura Gótica!*, do canal Fases da Bruxa

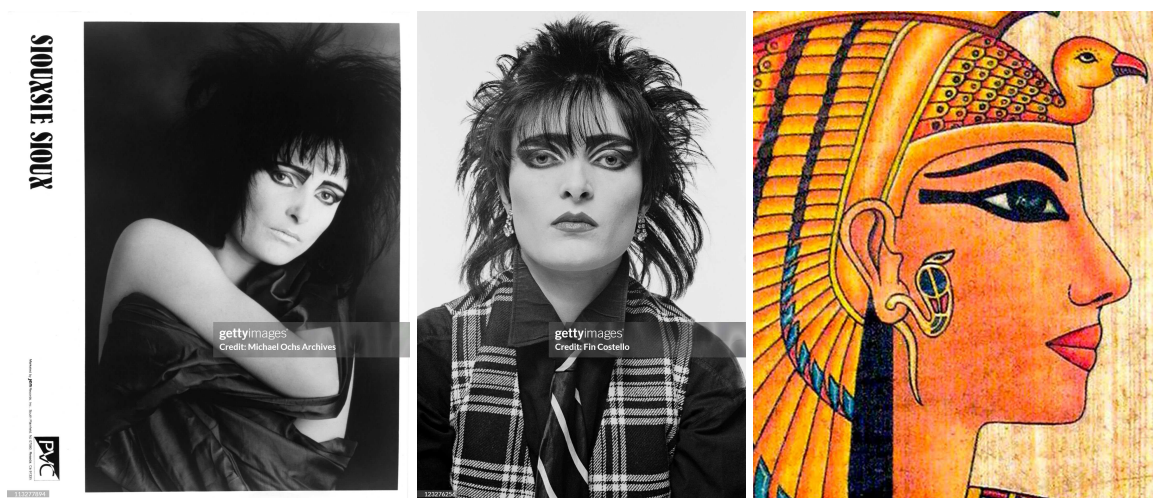


Fonte: YouTube/Reprodução.

Após a vinheta, é acionado o exemplo da popularização do açaí pelo mundo para abordar o racismo na subcultura gótica e o desprezo por pessoas de outras etnias consumirem produtos subculturais e participarem da subcultura ao invés de se orgulhar. “O conceito da subcultura gótica é livre de qualquer tipo de preconceito e ela acolhe qualquer tipo de pessoa: francês, africano, angolano, brasileiro, asiático, mexicanos, canadenses, todo mundo”. A seguir, há o questionamento: “Quantas capas de revista e entrevistas você já viu um gótico negro?”. Embora seja pouca, está sendo possível encontrá-las nas redes sociais e, um motivo da pouca presença negra na subcultura gótica é a imposição de que gótico é só para brancos. Ela recomenda que todas as pessoas deveriam responder a isso com: “Eu sou tão gótica que eu nasci negra, beijo”. No mais, em suas pesquisas para fazer o vídeo, encontrou algumas teorias e relatos sobre a pouca presença negra na subcultura, justificadas como a palidez ser um padrão de beleza europeu, enquanto, no Brasil, é a pele bronzeada, não se encaixando no ideal de beleza gótica. Cibele diz que não concorda com essa visão e que essas crenças

costumam chegar em pessoas que pesquisam sobre a subcultura, existindo uma regulação antes mesmo da pessoa negra entrar. A seguir, ela mostra elementos da cultura africana, como a pintura dos olhos baseado nos traços da maquiagem egípcia, além dos usos dos símbolos como o Anki e o Olho de Hórus” (Figura 11). Por isso, “é ridículo” menosprezar as etnias diversas e que todos somos iguais.

Figura 11 – Siouxsie Sioux, da banda de pós-*punk* Siouxsie Sioux and the Banshees, utilizando maquiagens inspiradas nas pinturas egípcias



Fonte: Getty Images¹¹⁵ e Steal The Look¹¹⁶. Montagem da autora.

A seguir, ela enfatiza a presença negra e gótica em outras redes sociais, para além dela no YouTube.

Há toneladas de góticos diferentes por aí. Tem gótico negro, tem gótico branco, tem gótico de toda forma física, tem góticos que tem deficiência, mas onde eles estão? Ninguém mostra ou ninguém dá importância, sabe por quê? Porque essas pessoas são hipócritas! Dão uma de lady, dão uma de lord, fala de romantismo, (...) de cultura laica, sem preconceito. Mas se você ver um gótico cadeirante entrando numa balada gótica, você vai olhar torto. Se você ver um negro chegando numa balada, você vai torcer o nariz (...), se você ver um gótico acima do peso, você vai dar risada. Eu já vi muita gente

¹¹⁵ Disponível em:

<https://www.gettyimages.com.br/search/2/image?family=creative%2Ceditorial&phrase=siouxsie%20sioux>. Acesso em: 10 nov. 2024.

¹¹⁶ Dos tempos egípcios até os dias atuais, conheça a história da maquiagem. Steal The Look, 6 mai. 2022. Disponível em:

<https://stealthelook.com.br/dos-tempos-egipcios-ate-os-dias-atuais-conheca-a-historia-da-maquiagem/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

dando risada de uma cadeirante que estava entrando numa balada e a pessoa tinha um puta de um visu [visual].

É reforçado que a subcultura é uma forma de fugir do mundo comum, se distanciar de preconceitos e englobar todas as pessoas, embora muitas busquem estragar isso: “Se você é negro, asiático, não tem o corpo dentro dos padrões, não tem aquele *corset* maravilhoso, não tem um cabelo grande, não tem dinheiro para fazer um visu[visual], não se envergonhe por isso”. Se tiver vontade, “vá lá e faz”, sem se menosprezar ou rebaixar, pois o importante é a diversidade: “E quem não aceita a diversidade é apenas um babaca *poser*, que tá tentando se enquadrar num grupo para não ficar deslocado”. Ela encerra o vídeo com ironia direcionado pessoas que tentam impor regras e a *posers*, caracterizados como pessoas que fingem gostar de algo, geralmente um produto cultural.

Apesar de ser um vídeo mais curto, há uma melhor abordagem sobre o racismo praticado por participantes da subcultura que, muitas vezes propagam a ideia de uma subcultura pura, vinda originalmente da Europa, mas que o argumento se mostra falho, pois há a bricolagem cultural de elementos atuais, do passado e de outras culturas, como a africana. Hebdige (1979), entende os estilos de subculturas como uma bricolagem, se apropriando de significados já existentes e criando sistemas de conexões únicos “[...] são capazes de extensão infinita porque os elementos básicos podem ser usados em uma variedade de combinações improvisadas para gerar novos significados dentro deles” (p. 103, tradução minha¹¹⁷). No mais,

Juntos, objeto e significado constituem um signo e, dentro de qualquer cultura, tais signos são reunidos, repetidamente, em formas características de discurso. Contudo, quando o *bricoleur* reposiciona o objecto significativo numa posição diferente dentro desse discurso, utilizando o mesmo repertório global de signos, ou quando esse objeto é colocado num conjunto total diferente, um novo discurso é constituído, uma mensagem diferente é transmitida (Clarke, 1976 *apud* Hebdige, 1979, p. 104, tradução minha¹¹⁸)

Apesar disso, crenças limitantes de que pessoas negras não podem ter um visual alternativo vêm tanto de pessoas de fora como de dentro da subcultura, minando a entrada e

¹¹⁷ they are capable of infinite extension because basic elements can be used in a variety of improvised combinations to generate new meanings within them

¹¹⁸ Together, object and meaning constitute a sign, and, within any one culture, such signs are assembled, repeatedly, into characteristic forms of discourse. However, when the bricoleur re-locates the significant object in a different position within that discourse, using the same overall repertoire of signs, or when that object is placed within a different total ensemble, a new discourse is constituted, a different message conveyed (Clarke, 1976).

permanência dessas pessoas. Ao mesmo tempo, é possível observar a permanência de pessoas negras na subcultura que, muitas das vezes, não encontram com facilidade outras pessoas negras, sendo necessário criar suas próprias referências.

7.1.4. Fases da Bruxa: Machismo na Subcultura Gótica

Publicado em 16 de março de 2021, o vídeo intitulado *Machismo na Subcultura Gótica*, é iniciado por Cibele pronunciando questionamentos machistas e de culpabilização de vítimas de assédio: “Você já sofreu assédio no rolê? Como é que você estava vestida? Mais tradicional ou tava feticlista? Você já mudou seu visual para não sofrer assédio?”. Após a vinheta, conta que pediu para que suas espectadoras, especificamente mulheres, enviassem relatos e situações de machismo sofridos na subcultura gótica, por meio de uma caixa de perguntas no Instagram, ficando surpresa com a quantidade de histórias (cerca de 50) e não sendo possível ler todas no vídeo.

Figura 12 – *Thumbnail* do vídeo *Machismo na Subcultura Gótica*, do canal Fases da Bruxa.



Fonte: YouTube/Reprodução.

Há relatos de: assédio e tentativa de estupro quando a pessoa estava alcoolizada; assédio sexual na infância, levando a pessoa a usar roupas largas para esconder seu corpo, mas que na fase adulta isso mudou, lidando com o assedio fechando “a cara quando macho chega perto”; uso de roupas discretas, ou não usar o que deseja para evitar violências; passar por “teste de *metal/rock*” feitos por homens para provarem a eles que uma mulher também é verdadeiramente fã; recebimento de fotos *nude/nudez* não solicitadas após aceitar a

solicitação de amizade de um homem cisgênero alternativo nas redes sociais; assédio e importunação sexual de grupo de homens; intimidação por parte de praticantes de BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo, Masoquismo), onde dominantes impunham que todas as mulheres praticantes tem a obrigação de serem suas submissas; fetichização de mulheres góticas, com o uso da frase: “Meu sonho é pegar uma gótica que nem você”; perseguição nas redes sociais; sexualização e assédio sexual de mulheres lésbicas em eventos góticos; privação de usar roupas curtas, mesmo no calor, pelo medo de violências. Assim, dentro e fora da subcultura gótica, as mulheres ainda passam por situações de assédio, importunação sexual, misoginia e sexismo, se privando e se policiando de usar roupas sensuais ou curtas, e optando por roupas largas, para tentar evitar violências.

A partir da leitura das respostas, Cibele fala de situações que ocorreram com ela: até 2019, ela gostava de estilos góticos com elementos fetichistas, além de publicar fotos sensuais em suas redes sociais, mas que essas fotos trouxeram problemas como *nudes* não solicitados e comentários fetichistas; comentários como de que “góticas não sabem e não podem falar sobre a subcultura gótica”, apenas por ser mulher; importunação sexual em festas; e perseguição. Ela reforça que muitos homens do “*metal* metido a gótico” já a perseguiram, humilharam e a objetificam, apontando a inclusão do estilo musical *metal* ao gótico como um problema para a subcultura, bem como, a entrada de pessoas não góticas aos rolês.

É feito a leitura do livro *A Happy House in a Black Planet 2: Uma introdução à Subcultura Gótica*, de Henrique Antonio Kipper (2018, p. 61), que diz: “O machista brasileiro padrão acha que pode ficar investindo verbal e fisicamente sobre uma ou várias mulheres na mesma noite e, se a mulher está tentando fugir dele, isso é apenas parte do jogo”. Ela utiliza o trecho para falar sobre a insistência de homens (geralmente, cisgênero) para a conquistar uma mulher, indo além da consensualidade. Segundo Cibele,

Os góticos de verdade não fazem isso. Os góticos que são góticos mesmo, são lords, eles são românticos de verdade e quando a mulher fala “não” para eles, é “não” [...], eles entendem isso. Diferente dos caras vestidos de gótico. Mas tem muita mina que se ilude com esses caras, acham que eles são de um jeito, mas na verdade ele é de outro. Eu já vi mina rejeitando um cara que era da hora, uma cabeça muito boa... trocou o cara por um metalzinho vestido de gótico.

Cibele cita que mulheres “metaleiras, vestidas de góticas”, são:

[...] *mau caráter, não se respeita, não tá nem aí, pega todo mundo. O cara vai lá, pega a mina achando que [...] é do rolê gótico, fala 'nossa, como as minas góticas são fáceis' pega essa aí, e acha que todas são do mesmo rolê.*

Em seguida, relata experiências com homens góticos, principalmente, como assédio e relacionamentos abusivos, nos quais os homens tentavam regular sua aparência. Mas também, que já namorou com pessoas de fora da subcultura que não se importam com sua aparência. Ela diz que o seu relato e os que recebeu pelo Instagram mostram que esses comportamentos são comuns, mas as pessoas ao redor fecham os olhos. Como conselho, para encerrar o vídeo, ela afirma que: “Tem que ter respeito independente do visual que você está usando [...]. E se mexer, mete a mão e não abaixa a cabeça não”.

Conforme Cibele reforça, esses casos de assédio são comuns dentro e fora da subcultura gótica. Apesar de trazer esses relatos, ela chama atenção para a distinção de pessoas góticas de não-góticas com base no caráter e em não cometer crimes, como assédio e importunação sexual, sendo a figura da pessoa metaleira a mais problemática. Os homens do metal são apontados como os mais violentos, e as mulheres do metal, como alguém que *não se respeita*. Isso pode ocorrer devido ao posicionamento supremacista branco e cis-masculino por parte de certas bandas do gênero metal, mas não é possível fazer generalizações, pois isso acaba perpetuando estereótipos e, principalmente, estereótipos de gênero e misóginos, ao objetificar as mulheres *metaleiras*. Embora reforce que não há generalizações, ela usa esses fatores para definir quem é gótico e que só está vestido de gótico.

É notável o conflito entre a subcultura gótica e a subcultura do *metal*, no qual Cibele aponta que homens góticos são *lords/cavaleiros* e as góticas são *ladies/damas*. Isso se dá devido às inspirações da subcultura no período Romântico, sendo a literatura e roupas muito presentes. Nesse vídeo, e no *Etnias na Subcultura Gótica!*, há toda uma distinção na qual, para ser gótico de verdade, é necessário seguir os costumes do romantismo.

Assim, a utopia acerca da subcultura gótica está muito presente no discurso de Cibele (Goodlad, Bibby, 2007), no qual há ideais de valorização do que foi socialmente construído como feminino, não preconceitos e apreço pelo estudo dos elementos que compõem a subcultura. “Na sua forma mais utópica, a subcultura gótica ajuda a cultivar sexualidades anti-heteronormativas, gêneros não convencionais e relações sociais não binárias entre os

sexos” (p. 20, tradução minha¹¹⁹). Porém, essa ideia é considerada uma utopia pois, opressões e violências interseccionais e imposição de padrões de beleza que valorizam apenas o fenótipo branco também ocorrem nesses espaços. Por mais que pessoas que cometam as violências mencionadas no vídeo não sejam consideradas góticas de verdade por Cibebe, é inegável que elas ainda participam da subcultura, podendo vitimar outras pessoas.

No discurso da *youtuber* também é possível notar certo discurso normativo, ao limitar mulheres góticas a uma sexualidade mais conservadora para não perder a sua identidade de gótica. Além disso, embora ela reconheça os discursos de culpabilização da vítima de assédio e importunação sexual, ela culpa suas roupas e fotos nas redes sociais por receber comentários e fotos com nudez não solicitada.

Embora Cibebe não faça uma articulação explícita entre raça e gênero, suas experiências são a partir da vivência como uma mulher cisgênero negra, sendo esse o principal foco de sua percepção e relatos, como os cabelos, a atribuição do visual de funkeira (que geralmente é representada por uma mulher negra), a imposição do visual gótico às mulheres, bem como, ser vista como fútil por ser mulher e uma invasora, por ser negra, e as suas vivências de assédio e importunação sexual. Ela utiliza apenas mulheres ou ela mesma nas *thumbnails* dos vídeos, mostrando essa percepção centrada em mulheres negras.

Bem como Rubia, à Cibebe também é imposto lugares muito delimitados e, quando ela sai deles, há a vigilância e a punição. Os dispositivos de racialidade e de gênero estão presentes nos discursos sociais, que foram replicados por séculos e até hoje se mostra presente. Há a regulação dos corpos e a busca por adequá-los aos seus lugares determinados. Quando observamos os relatos de ambas, é observável que, não importa se mulheres negras tem conhecimentos ou apreço pela subcultura gótica, pois o que vale é a estética branca.

7.2. Questionário: *Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras*

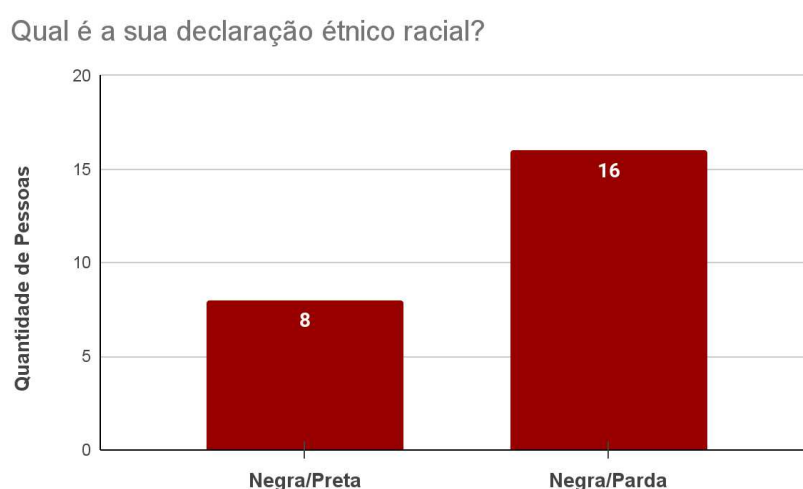
A seguir, compartilho os resultados do formulário, bem como, a minha análise das respostas obtidas.

¹¹⁹ No original: At its most utopian, goth subculture helps to cultivate antiheteronormative sexualities, unconventional genders, and nonbinaristic social relations between the sexes.

7.2.1. Seção 2: Perfil Social

A primeira pergunta do formulário busca realizar a autodeclaração racial da participante, com a pergunta: “Qual é a sua declaração étnico-racial?”. Oito se autodeclararam como pretas e 16 como pardas (Gráfico 3).

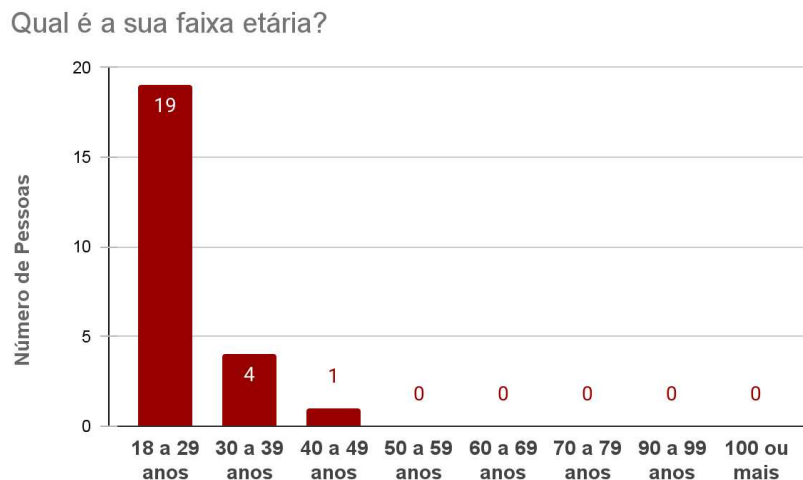
Gráfico 3 – Declaração étnico-racial



Fonte: Elaboração da autora.

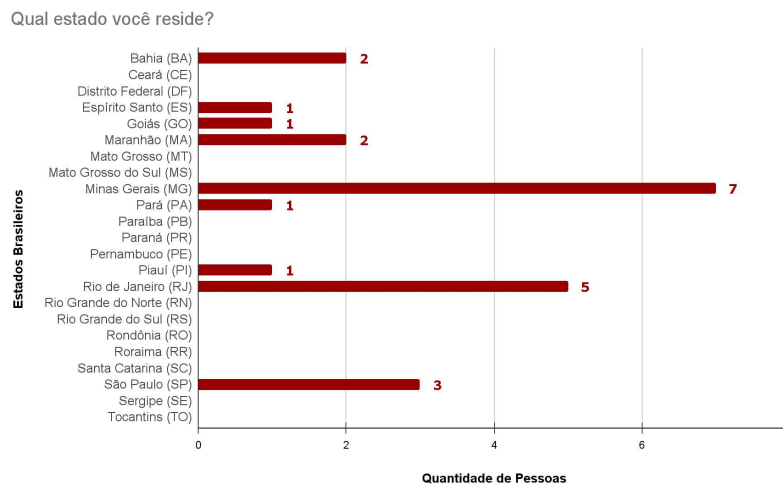
Quanto ao gênero das mulheres negras, 23 se identificaram como mulheres cisgênero e uma como mulher transgênero. Para essa pesquisa, apenas pessoas que se identificaram como mulheres, sejam elas cis, trans ou travestis, foram consideradas, em respeito as suas autodenominações.

Quanto à faixa etária, 19 participantes têm entre 18 e 29 anos; quatro têm entre 30 a 39 anos; e uma tem entre 40 e 49 anos. Não há participantes das demais faixas etárias (gráfico 4).

Gráfico 4 – Declaração da faixa etária

Fonte: Elaboração da autora.

Dentre as 24 participantes: sete são de Minas Gerais; cinco são do Rio de Janeiro; três são do Maranhão; três são de São Paulo; duas são da Bahia; e de Espírito Santo, Goiás, Pará e Piauí, há uma participante em cada estado (Gráfico 5). Assim, são 16 pessoas da região Sudeste, seis da Nordeste, uma da região Centro-Oeste, uma da região Norte e nenhuma do Sul. Essa distribuição pode ter se dado tanto pela influência da subcultura gótica ser maior no Sudeste (Caetano, 2020), como também, pelas limitações na distribuição e compartilhamento do formulário, já que eu me moro em Minas Gerais, conheço mais influenciadores digitais do Sudeste e busquei perfis no Instagram de festas e eventos góticos mais famosos no Brasil, que se dão também em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

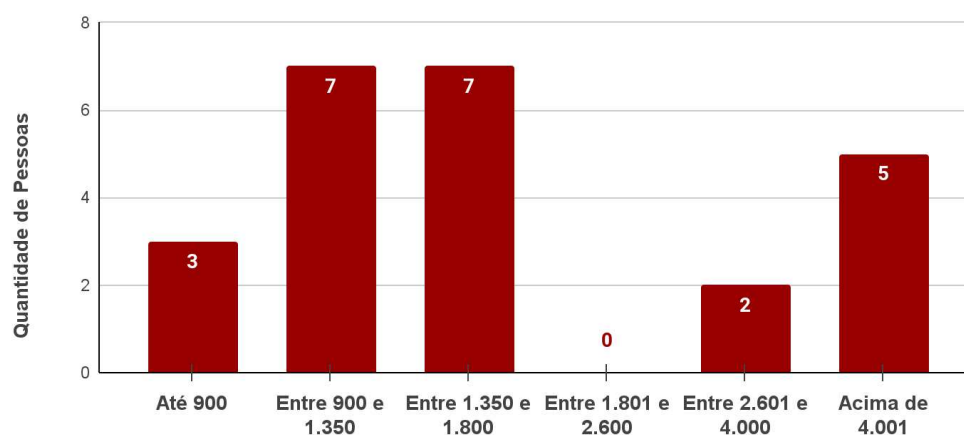
Gráfico 5 – Estado de residência

Fonte: Elaboração da autora.

Quanto a renda familiar per capita (em reais): três recebem até 900 reais; sete recebem entre 900 e 1.350; sete recebem entre 1.350 e 1.800; duas recebem entre 2.601 e 4.000; e cinco recebem acima de 4.001 reais (Gráfico 6). Isso revela que a maioria das participantes são de classes baixas, C (renda mensal familiar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil) e D/E (renda mensal familiar de até R\$ 2,9 mil). Dessa forma, “[...] nas classes D e E os itens essenciais pesam em 78,6% do orçamento familiar e as despesas de consumo atingem 90,9% das despesas totais, sobrando apenas 5,1% para outras despesas correntes, 1,6% para aumento dos bens e 2,5% para diminuição das dívidas” (InfoMoney, 2022), resultando em menor poder aquisitivo para gastar com produtos e atividades de alto capital subcultural.

Gráfico 6 – Renda familiar per capita

Qual é a sua renda familiar per capita (em reais)?

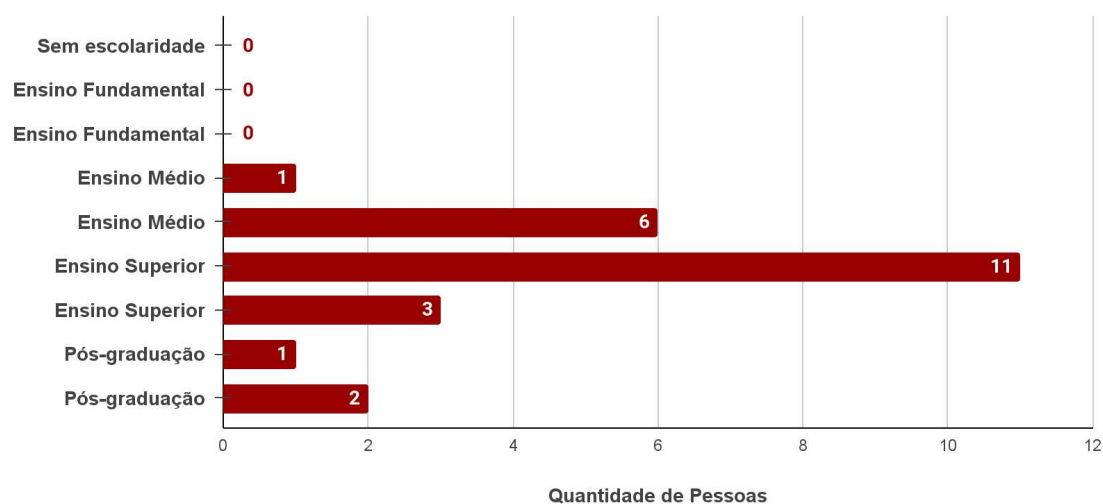


Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, a escolaridade é: uma pessoa para Ensino Médio Incompleto; seis para Ensino Médio Completo; 11 para Ensino Superior Incompleto; três para Ensino Superior Completo; uma para Pós-graduação Incompleta; duas para Pós-graduação Completa (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Escolaridade

Qual é a sua escolaridade?



Fonte: Elaboração da autora.

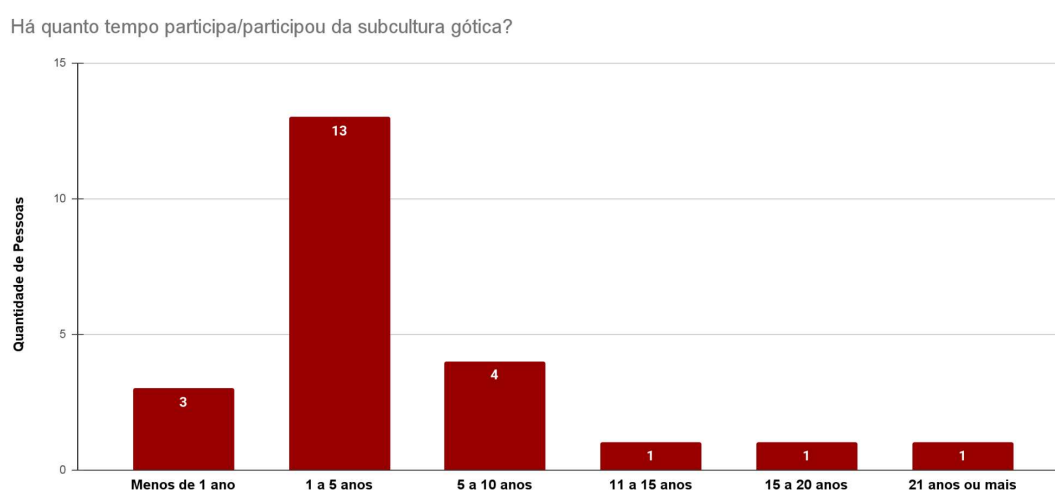
A partir dos dados, é notável que a 66,7% das participantes são pardas; 79,2% são jovens adultas e, 20,9% são adultas; 69,4% são sudestinas, 30,4% são nordestinas, 4,3% são do Centro-Oeste, e 4,3% do Norte; 73,8% possuem a renda de até 900 a 1.800 reais; 75% não concluíram o ensino superior.

A partir de estudos de Sueli Carneiro (2011) e Lélia Gonzalez (2020), é notável que mulheres pardas e pretas possuem uma realidade social muito semelhante, na qual: a maioria vive com até 1,5 salários mínimos (sendo de baixa renda) e não tem ensino superior completo. Isso revela que, além de raça e gênero, a classe fortemente influencia suas vivências. A partir do breve perfil social apresentado, é possível observar essa realidade.

7.2.2. Seção 3: Participação na Subcultura Gótica

A segunda seção do formulário contém três perguntas sobre a percepção de mulheres negras sobre participar da subcultura gótica, sendo uma pergunta de múltipla escolha, uma de múltiplas respostas e uma aberta. A primeira pergunta “Há quanto tempo participa/participou da subcultura gótica?” (Gráfico 1), obteve que: 56,5% (13) das mulheres negras participam entre 1 e 5 anos; 17,4% (4) entre 5 e 10 anos; 4,3% (1), participam entre 11 e 15 anos, 15 a 20 anos e 21 anos ou mais.

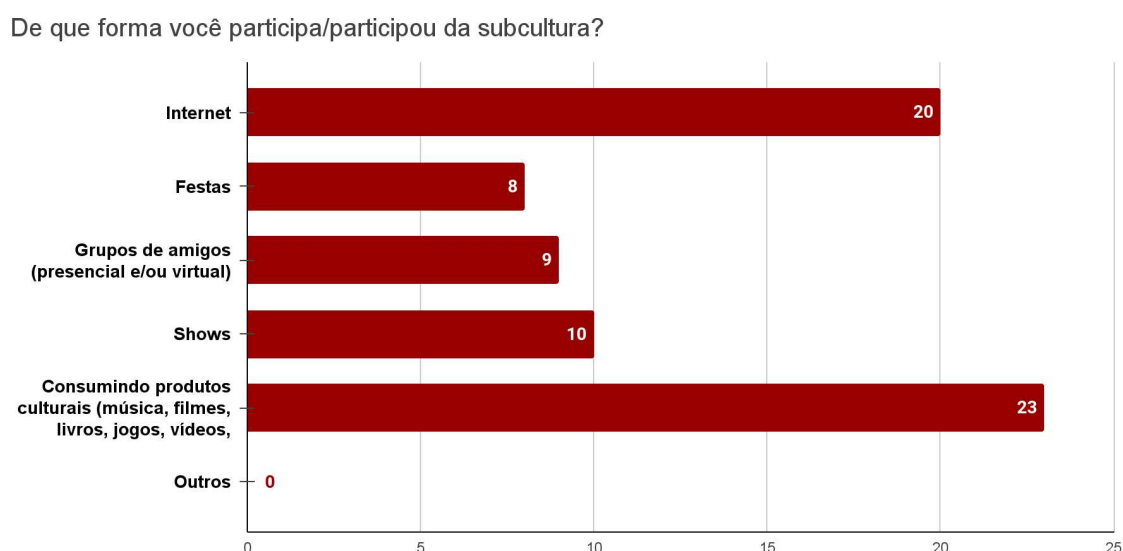
Gráfico 8 – Tempo de participação na subcultura gótica



Fonte: Elaboração da autora.

A segunda pergunta “De que forma você participa/participou da subcultura?” (Gráfico 2), é possível selecionar entre 1 e 5 opções, sendo que uma delas é possível escrever, caso a entrevistada desejasse. Como resultados obtidos: 20 respostas indicam a participação na *internet*; 8 em festas; 9 em grupos de amigos (presencial e/ou virtual); 10 em *shows*; 23 consumindo produtos culturais (música, filmes, livros, jogos, vídeos, entre outros); e 0 para outros, mostrando que nenhuma outra forma de participação foi indicada pelas participantes. É notável que, atividades que podem ser feitas no espaço privado são as principais, sendo elas a *internet* e consumo de produtos culturais. Mesmo as 4 pessoas que não indicaram a *internet*, ficaram apenas no espaço privado, sendo que 3 apenas consumiam produtos subculturais e, 1 apenas participava em grupos de amigos.

Gráfico 9 – Formas de participação na subcultura gótica



Fonte: Elaboração da autora.

Por fim, quando perguntado “Para você, o que é necessário para ser considerada uma pessoa gótica?”, como pergunta aberta para as participantes. A palavra *consumir* esteve presente oito vezes nas respostas, havendo grande associação da subcultura ao consumo de seus produtos, como filmes, música, arte, ambientes, além de elementos da bricolagem gótica (Hebdige, 1979), como arquitetura e literatura romântica, o que leva a descoberta e autoidentificação.

Uma pessoa que não segue modas decide que vai ouvir o que combina consigo, se vestir da maneira que gosta, assistir o tipo de filmes que aprecia e frequentar o tipo de festa que toca suas músicas preferidas – e depois essa pessoa acaba notando que tudo isso a fez ser parte integrante de uma subcultura onde muitos outros adoram as mesmas coisas.

Os termos *se identificar* e *expressão/expressar* aparecem, quatro e três vezes nos relatos, respectivamente, estando relacionadas ao sujeito, sendo uma maneira de se autoexpressar a partir daquilo que se identifica na subcultura, sendo os elementos música, visual/estética e política, os principais apontados. As roupas, embora sejam elementos importantes, são apontadas como não essenciais, contrariando a ideia de que para ser gótico, basta usar preto: *“Acho que, a estética é importante mas não é a única coisa que importa, você tem que sentir que faz parte tanto externamente quanto internamente”* e *“Amar e não necessariamente viver a cultura gótica, ser gótico é muito além do que andar de roupas pretas”*.

Olhando especificamente para os termos *política* (seis vezes) e *ideologia* (duas vezes), foram indicados como essenciais para ser uma pessoa gótica, sendo a ideologia de esquerda a base da subcultura, desde a sua criação: *“Além de ouvir as músicas, fazer o consumo da arte (arquiteturas, pintura, obras literárias) e compartilhar do pensamento político (esquerda e/ou socialista). Além de ser antirracista, anti homofobia e anti fascista”*. Muitas participantes acreditam que o posicionamento político, o protesto e o combate ao preconceito e opressões interseccionais são fundamentais para ser gótica.

A esquerda é um pilar muito importante tanto para a subcultura gótica, como para outras subculturas juvenis surgidas no período pós Segunda Guerra Mundial. Conforme apontado no capítulo 4.2. *Subculturas: condições para o seu surgimento e relevância sociocultural*, os chamados “novos jovens rebeldes”, tinham ideais anticapitalistas. A esquerda política, protagonizada pelo comunismo e socialismo, foi fortemente impactada por regimes autoritários, como o stalinismo, que reprimiu e violentou milhares de pessoas. Muitas pessoas com ideologia política de esquerda ficaram desiludidas, mudando suas convicções. Porém, também ocorreu o surgimento da Nova Esquerda, ou *New Left*, que atribuiu à esquerda política ideias mais humanistas e pacíficas, tendo a educação como princípio revolucionário e libertador. As universidades foram um local de produção de novos conhecimentos voltados para a educação libertadora (Goffman, Joy, 2007; Milani, 2023).

A subcultura gótica era, em seu princípio, enxergada como elitista, por ter muitos participantes de classe média, e frequentadora de ambientes acadêmicos, além do culto pelo período Romântico, dentre outros movimentos de alta classe, não sendo um ambiente exclusivo da classe trabalhadora (Goodlad, Bibby, 2007; Amaral, 2007; Brill, 2008; Amaral, Barbosa, Polivanov, 2015). Mas a subcultura foi desenvolvida por ideais da esquerda, sendo ela mantida até os dias atuais, embora não seja possível afirmar se todos ou a maioria das pessoas que se autodenominam góticas se identificam e concordam com esse posicionamento político e ideológico.

7.2.3. Seção 4: Identidade e aparência na Subcultura Gótica

A segunda seção do questionário é denominada *Identidade e aparência na subcultura gótica*, possui oito perguntas e todas são abertas. Na primeira pergunta “Diante dos produtos culturais feitos por e para participantes das subcultura gótica, como filmes, músicas, livros, você percebe diversidade de pessoas?”, 19 das 24 participantes afirmaram que existe uma pessoa *gótica ideal*, sendo ela branca (o termo aparece 8 vezes), magra (3 vezes), de cabelo liso (3 vezes), jovem (1 vez), cisgênero (1 vez), heterossexual (1 vez), sexualizada (1 vez).

É imposta muitas regras desnecessárias, tipo a confusão de vertentes válidas ou inválidas, sendo que cada gótico é livre para criar seu próprio look, a questão do racismo também, noto que influenciadoras negras/ mestiças/ cacheadas não tem tanta visibilidade quanto as que são brancas, cabelo liso preto e franja.

Geralmente trad goths é considerado o gótico ideal, além de mulheres magras e brancas.

As *vertentes góticas* podem ser entendidas como estéticas características dentro da subcultura gótica. A Figura 13, criada por Megan Balanck, é apontada como o princípio da adoção do termo *vertentes*, para nomear a diversidade do ser gótico.

Figura 13 – Vertentes góticas



Fonte: Na mente de Alice/Blogspot¹²⁰.

A vertente *trad goth* (*traditional goth*), desenvolvida ao longo das décadas de 1970 e 1980 (tendo também muita influência da subcultura *punk*), é a mais conhecida e representada em produtos culturais, sendo marcadas pela cor preta, com olhos bem marcados, uso da base branca no rosto e cabelos “bagunçados” (ninho de morcegos), como fazia a cantora e compositora, Siouxsie Sioux, da banda Siouxsie and the Banshees, que teve seu estilo de roupas, cabelo e maquiagem reproduzidos pelos fãs da banda (Figura 14).

Figura 14 – *Traditional Goth*, na década de 1980. Siouxsie à esquerda e pessoas góticas à direita



Fonte: Steve Rapport/Getty Images, 1983¹²¹ e Museum Of Youth Culture¹²², respectivamente.

Montagem da autora.

¹²⁰ ROSSA, Jéssica. Tipos de Góticos. *Na mente de Alice*, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://namentedealice.blogspot.com/2015/06/tipos-de-goticos.html>. Acesso em: 6 nov. 2024.

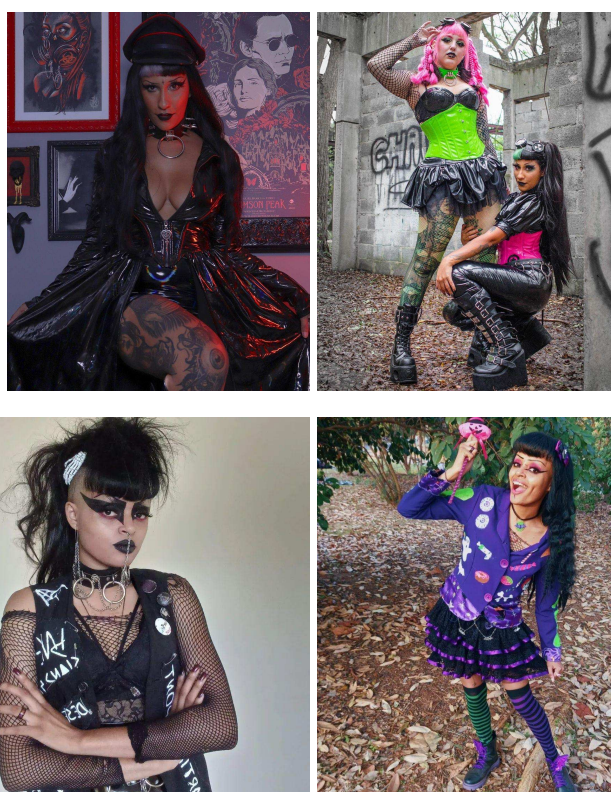
¹²¹ Disponível em:

<https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/siouxsie-sioux-of-the-creatures-in-the-right-now-foto-jornal%C3%ADstica/1520495956?adppopup=true>. Acesso em: 6 nov. 2024.

¹²² Disponível em: <https://www.museumofyouthculture.com/goth/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

Na década de 1990, a música eletrônica foi englobada na subcultura, devido às novas tecnologias e a popularização do computador, gerando novos estilos musicais, como o *industrial*. Também, foram agregados elementos *fetichistas* – como o vinil e objetos comumente utilizados no BDSM (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo, Masoquismo), como gargantilhas/*chokers* –, e distópicos (*cyberpunk* e *cybergoth*). Nos anos 2000, com o crescimento da popularidade da cultura japonesa, o *goth lolita* e o *perky goth* passaram a ser influentes na subcultura (Figura 15). Assim, existem sub estilos que coexistiam ao mesmo tempo, podendo a mesma pessoa usar diferentes vertentes (Goodlad, Bibby, 2007; Rossa, 2015).

Figura 15 – Vertentes góticas com elementos fetichistas, *cyber goth*, *trad goth* e *perky goth*



Fonte: @nosferotika/Instagram, 2023¹²³ e 2021¹²⁴, e @fasesdabruxa/Instagram, 2024¹²⁵ e 2022¹²⁶, respectivamente. Montagem da autora.

¹²³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C1DPPe_roue/?img_index=3. Acesso em: 6 nov. 2024.

¹²⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXUVMdbP-17/>. Acesso em: 6 nov. 2024.

¹²⁵ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_5X1ejpYzn/?img_index=2. Acesso em: 6 nov. 2024.

¹²⁶ Disponível em: https://www.instagram.com/p/CgeqIzFAiVC/?img_index=1. Acesso em: 6 nov. 2024.

O padrão do gótico também é associado a inconformidade, rebeldia e até mesmo a maldade/estranheza, por não ter a aparência dentro do padrão social hegemônico.

Já as cinco pessoas que responderam que *não há um padrão*, três disseram apenas “não”, já uma afirmou que, embora não tenha, a subcultura gótica “[...] *está sendo muito padronizada*” e, por fim: “*Existe para um parte e não existe por outra é marcada de tamanha ignorância, os fiscais de carteirinha gótica*”. As pessoas que impõem padrões estéticos muitas vezes são taxadas de *fiscais*, que podem confiscar a *carteirinha gótica*, ou seja, invalidar uma pessoa por não cumprir as expectativas do que é considerado gótico.

A segunda pergunta: “Diante dos produtos culturais feitos por e para participantes da subcultura gótica, como filmes, músicas, livros, você percebe diversidade de pessoas?”, dez participantes afirmam que não há diversidade. Outras dez afirmam que há pouca diversidade, sendo difícil encontrar. Por fim, quatro pessoas afirmam que há pouca, mas que nos últimos anos, pessoas “fora do padrão”, ou não-hegemônicas, vêm ganhando espaço em produtos culturais, embora ainda sejam sub-representados.

De uns anos para cá sim, mas há uns 5 anos atrás era bem pouco diversificado.

Antigamente não havia tanta diversidade não, a maioria dos personagens de filmes góticos eram todos brancos, pq segundo algumas pessoas só pessoas brancas combinam com a estética mórbida. Porém hoje em dia vejo isso mudando, o q é algo bom, tem muitos personagens góticos mais diversificados.

De uns anos para cá, tem havido alguma diversidade de tons de pele. Há alguma diversidade em relação a tamanhos no que tange às lojas de roupa também. Porém, é muito difícil ver PCDs.

Sim, tem pessoas incríveis lançando livros (Piter Salvatore é contigo mesmo) totalmente inclusivos e fazendo eventos para comunidade gótica em suas cidades (Dusk Deni).

Na primeira resposta é possível notar que a ampliação da discussão sobre diversidade de corpos é algo recente na subcultura gótica, já a segunda, mostra que discursos sobre apenas a pele branca combinar com a estética gótica é uma crença presente. Já as pessoas com deficiência (PCD) e com pesos diversos não são tão contemplados. Por fim, atualmente, há iniciativas para a produção de diversidade em produtos culturais, como nos livros de Piter Salvatore e eventos góticos de Dusk Deni, DJ não-binária e nordestina (Figura 16).

Figura 16 – Pessoas que promovem a diversidade de corpos na subcultura gótica, indicadas pelas participantes do formulário



Fonte: @pitersalvatoreautor/Instagram, 2024¹²⁷ e @duskdeni/Instagram¹²⁸, respectivamente.

Montagem da autora.

Assim, as pessoas participantes indicaram a diversidade não só racial na subcultura, mas também acionaram outras interseccionalidades como gênero, sexualidade e deficiência. Porém, 20 pessoas apontam que não há ou que existe muito pouca diversidade.

A terceira pergunta da seção é “As imagens/representações em produtos culturais góticos já te causaram algum impacto? Positivo ou negativo?”. Uma pessoa que respondeu “não” e duas pessoas que “sim”, sem mencionar se os impactos foram positivos ou negativos; duas pessoas afirmaram que foram impactadas apenas positivamente, não havendo especificações; duas afirmaram que, até aquele momento só haviam sido impactadas positivamente, sendo modelos e influenciadoras digitais negras uma das motivações para isso; sete pessoas disseram que os impactos foram negativos; em oito respostas, houve especificações que mencionaram impactos positivos e negativos, sendo que esse impacto causava uma distorção de imagem e a autodesvalorização, porém, algumas mencionam sobre as mudanças internas e sociais, que as fizeram enxergar as representações e a si mesmas de forma mais positiva.

¹²⁷ Disponível em: https://www.instagram.com/p/C93EUx2SHSG/?img_index=1. Acesso em: 6 nov. 2024.

¹²⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/duskdeni/#>. Acesso em: 6 nov. 2024.

Sim, no geral negativo pois me levou por muito tempo ter uma imagem negativa sobre meu cabelo e cor de pele.

Alguns causam um impacto negativo, por sempre representar as góticas como brancas com corpo “padrão”, porém fico muito feliz vendo representações diferentes.

já causou um impacto negativo, por não sentir que é para mim, mas hoje em dia me sinto tranquila em relação a isso.

Sim. Antigamente o impacto era mais negativo, pois eu me sentia pressionada para parecer com aquilo. Atualmente, como há mais pessoas com uma cor de pele e um estilo parecido, eu me sinto confortável embora ainda compungida.

Sim! Acredito que os dois, positivo pois me fez desenvolver amor próprio e autoestima e auto pertencimento,[...] principalmente quando vejo mulheres pretas menos ou mais retintas com o visual, me sinto realizada, mas no lado negativo de na maioria da representação das pessoas góticas na mídia no geral, seja majoritariamente de mulheres brancas.

Por fim, duas pessoas afirmaram que a subcultura gótica deve causar impacto, seja qual for (Tabela 2).

Tabela 3 – Respostas agrupadas em categorias desenvolvidas pela autora.

Respostas	Quantidade
Sim	2
Não	1
Sim, positivamente	4
Não, negativamente	7
Ambos	8
Deve causar impacto, seja qual for	2
Total	24

Fonte: Elaboração da autora

A próxima pergunta é: “Você já utilizou de algum recurso para mudar/adaptar sua aparência para ser considerada uma pessoa ‘mais gótica’ (como procedimentos estéticos, maquiagem ou edições em fotos)?”, recebendo seis respostas com apenas “não”, sem especificar. As demais, 18 respostas, foram positivas, sendo que: sete delas falam sobre o uso

de maquiagem, para clarear a pele, “afinar” o rosto, fazer a pele branca do *trad goth*, ou apenas se maquiar para se autoexpressar na subcultura e não para ficar “mais branca”; 11 mencionaram mudanças na textura (alisamento), formato (franja) e/ou cor (pintura e edição de imagem) do cabelo; três mencionam edição de imagem para clarear a pele.

Sim, quando mais nova editava muito minhas fotos, alisava o cabelo e fazia dietas extremamente restritivas.

Sim, sou parda, sempre me chamaram de paçoca/doce de leite, e usava efeitos que embranquecem a pele e deixa o cabelo mais escuro, pra me sentir validada na comunidade.

Sim, por muito tempo tive o cabelo liso e com franja pq já me invalidaram por ter cabelo cacheado e usava muitos filtros para esconder meus traços de pessoa mestiça pq me comparava muito e achava que só góticas brancas e de cabelo liso que eram mais bonitas e tinham traços delicados.

Dessa forma, mudanças na aparência, motivadas principalmente pelos padrões eurocêntricos, foram predominantes na maioria das participantes.

Na pergunta: “Na subcultura gótica (tanto em meios virtuais quanto presenciais), você percebe preconceitos de raça e/ou de gênero? Se sim, de que forma o preconceito ocorre (é uma violência física, exclusão, se dá principalmente pela internet...)?”, todas as 24 participantes alegaram que há preconceito por parte de pessoas góticas, tanto em ambientes físicos como virtuais. Na *internet*, 10 pessoas a apontaram como principal meio que percebem o preconceito, seja por meio do discurso de ódio, exclusão, “falsa inclusão” (no qual, embora o discurso reconheça a negritude, na prática ela não ocorre, ocorrendo baixa representação e diversidade), ridicularização, deslegitimação (com afirmações de que pessoas negras não poderiam ser góticas apenas pela cor da pele), liberdade para realizar ataques e perseguições com base em racismo e misoginia.

Sim, vejo muita exclusão na internet, chamar de “suja” e que temos um aspecto de feder, mas nunca tem comentários assim para mulheres brancas, já até desconsideravam várias mulheres góticas que não são brancas pela cor de pele.

Percebo muito na internet, no quesito raça, que as pessoas falam que o “estilo” gótico e, até mesmo o alternativo, só fica bonito em pessoas brancas. Apagando pessoas alternativas negras e pardas.

[...] Já fui perseguida na internet simplesmente por ter uma opinião que deveria ser uma máxima na subcultura dado a como a mesma surgiu, a pessoa convocou centenas de perfis pra floodar mensagens nas inbox de todas as minhas redes com xingamentos racistas.

A seguir, seis pessoas indicaram que percebem o preconceito principalmente em ambientes presenciais, no qual também ocorre a exclusão, discursos de ódio e olhares de reprovação, além da pouca presença de pessoas negras e baixa adesão de pessoas brancas em eventos realizados por pessoas negras. Ambientes considerados não-góticos como locais destinados ao público do *heavy metal* também foram apontados como um local de opressão.

[...] pessoalmente acontece bastante também. Eu percebo bastante esse preconceito como pressão estética, afinal existe muito ainda da ideia que ser gótico é parecer gótico. Assim, se você for uma pessoa de pele negra, é bem comum ouvir que o estilo não combina com você ou que você deveria alisar o cabelo e fazer outros procedimentos estéticos para ser mais passável. Ainda há uma certa implicância com as mulheres: se você estiver muito bem vestida você é fútil, mas se estiver mal vestida não é gótica. Independentemente da forma, se você foge do padrão, seu conhecimento e participação na subcultura são automaticamente invalidados e você deixa de ser considerada como gótica o bastante.

Sim! Exclusão! Quando eu produzi uma festa que ficou famosa! Os góticos brancos não compareciam!

[...] Mas todas as vezes que tive conhecimento envolvendo discriminação foram em ambientes não góticos (como em bares de heavy metal) que visitamos ou convivemos ou pela Internet.

Por fim, oito comentários não especificam os locais onde percebem preconceito, mas apontam, assim como as anteriores, a exclusão de pessoas não-hegemônicas, críticas aos cabelos e uso de determinadas vertentes, assim como, o assédio e objetificação de mulheres.

Infelizmente ainda existem homens que reduzem mulheres na subcultura a bonecas, servindo só para compor o visual e não pensar sobre questões que nos permeiam. Já ouvi pessoalmente de homens que x mulher é uma Barbie gótica burra por ela gostar de vestir um visual mais sexy.

Sim, o mais frequente é o racismo por pessoas que falam que ser alternativo é algo que só combina com pessoas brancas e também o assédio que milhares de mulheres góticas sofrem por conta da sexualização da subcultura.

É notável que a sexualização de mulheres góticas ocorre tanto por pessoas de dentro como de fora da subcultura.

A pergunta “Quanto ao visual gótico, você sente dificuldades e/ou facilidades ao consumir produtos como itens de vestuário, maquiagem, produtos para cabelos/penteados, entre outros?” foi a próxima a ser respondida na seção. Nela, 11 pessoas apresentaram dificuldades em consumir elementos destinados à subcultura gótica, como roupas,

maquiagens e penteados. O preço alto das peças e acessórios e poucos tamanhos (geralmente destinados à pessoas magras), são um dos principais motivos, sendo necessário adaptar de brechós ou de lojas não destinadas à subcultura para ter peças do agrado da participante. No mais, peças mais sensuais e femininas são as mais encontradas em lojas góticas.

Sinto dificuldade. Sou uma mulher negra e meu estilo é mais "discreto", não me sinto confortável em roupas curtas, decotadas ou de salto. É difícil encontrar roupas do meu tamanho, estilosas e com um bom preço nacionalmente. Acabo adaptando muitas peças.

Sim, consumir os produtos de lojas alternativas é algo muito difícil porque os preços são um absurdo então muitos góticos têm que criar as famosas "gambiarras" para fazer uma maquiagem legal ou montar um look.

Dez participantes alegaram não ter dificuldades, dizendo que usavam apenas aquilo que gostavam e que cabiam em seu estilo, adaptando para seus corpos e gostos, sendo a prática do DIY (*Do It Yourself*, ou Faça Você Mesma), muito comum.

Pra mim, eu acho fácil pq eu tenho um corpo midsize, consigo achar peças pra mim, mesmo que poucas e tbm sou adepta do DIY (faça você mesmo), sei costurar, bordar, então eu adapto, faço modificações e ajustes nas minhas próprias roupas, pinto tecido e tal. No meu cabelo (4ab) eu invento, mexo na textura, faço penteado... Não tem tempo ruim comigo.

A década de 1970 foi marcada pela influência da subcultura *punk*, que tinha como premissa o faça você mesmo (*DIY*), no qual pessoas da classe trabalhadora resistiam à cultura dominante atuando diretamente na produção de música, estilo, dentre outros produtos subculturais, a tornando popular e horizontal – e não mais algo ditado pela elite –, indo contra a lógica capitalista de produção e consumo (Hebdige, 1979; Hall *et al*, 2006; Goodlad, Bibby, 2007; Guerra, 2020). Sendo assim, a subcultura gótica foi fortemente influenciada por esse modo de produção anticapitalista e que promovia a criatividade e auto expressão.

Já três pessoas afirmaram ter facilidades em determinados aspectos e dificuldades em outros. Uma participante diz que tem dificuldades em se maquiar e comprar roupas góticas, porém, os penteados em seu cabelo ondulado/cacheado (2C e/ou 3A) é algo fácil. Outra pessoa alega o contrário: há facilidade com o vestuário, mas não com os penteados, pois há pouca referência para cabelos cacheados e crespos. Assim, o preço das roupas pode ser um desafio para as pessoas de baixa renda, porém, ter cabelos mais próximos do liso, como ondulados (no primeiro caso), permite maior facilidade na hora de encontrar referências de “cabelos góticos”.

Já uma pessoa aponta que com os brechós e *fast fashions* há facilidades em encontrar roupas e acessórios com preços acessíveis, porém, comprar em *fast fashions* pode ser considerada uma atitude que vai contra a subcultura, por incentivar e consumir as lógicas de produção massiva capitalista e consumismo.

[...] ao invés de um consumo massivo de um produto específico, há mercados de nicho que buscam atender a públicos específicos que compartilham gostos em comum, já que lançar macrotendências se tornou inviável. E pelo consumo ser grande e rápido, principalmente com as vendas *online*, há o fenômeno da *fast fashion* ou, *ultra-fast-fashion*, caracterizado pela descartabilidade de roupas, o que se mostra um grande desafio para a sustentabilidade (Gomes, 2024, p. 6).

Embora lojas *fast fashion*, como a Shein e Aliexpress, sejam opções viáveis de conseguir encontrar preços mais acessíveis e tamanhos mais inclusivos, e que 75% das participantes alegam que são de baixa renda (até 1,5 salários mínimos per capita), há julgamentos dentro da subcultura gótica.

Não é como se as coisas não estivessem disponíveis, mas elas não são nada acessíveis em termos financeiros. Existe bastante coisa disponível em brechós e fast fashions a preço mais acessíveis (especialmente na segunda opção), mas as pessoas podem te dizer que você não é gótica o bastante por comprar itens de estilo lá (especialmente na segunda opção).

Quando perguntado “Você sente a necessidade de se reafirmar uma pessoa gótica por meio de sua aparência?”, nove participantes afirmaram que sim, mas apenas três especificaram como, sendo que pode ser entendido como uma forma auto afirmação como gótica.

Sim!!!!Com certeza! Quero ser levada a sério!

Sim, mas é porque eu gosto muito do visual gótico e me sinto bem com ele.

Sim. Quando eu era nova na subcultura, sentia mais. Hoje em dia é menos, mas existem ocasiões onde esse sentimento ainda predomina.

Nove afirmaram que não sentem a necessidade de auto afirmação, sendo que, apenas estar confortável com o que veste seria o suficiente, que a aparência não importa e, sim os conhecimentos e vivências, ou que nunca presenciou a desvalorização com base na aparência gótica em locais que frequenta.

Cinco pessoas afirmaram que antes sentiam a necessidade, principalmente ao se comparar com pessoas brancas, mas que mudaram sua percepção ao longo do tempo; que esse

é um sentimento que varia; ou que apenas gostam de subverter as normas de vestimenta da cultura hegemônica.

Antes sim, mas depois percebi que não preciso me montar toda vez que sair só pra reafirmar isso, e que o visual é o menos importante para poder afirmar ser gótica.

Sim, sinto que meu visual às vezes ou maquiagem nunca será suficiente comparado a uma gótica branca extremamente montada e maquiada, porém quando eu comecei a acompanhar pessoas como eu, isso melhorou.

Uma pessoa escreveu que “[...] estou fora do padrão de qualquer forma por ser trans então isso pouco importa pra mim”, mostrando que a autoafirmação de uma mulher transgênero na subcultura gótica e na cultura hegemônica ainda é um desafio devido à transfobia.

A última pergunta da seção é “Quando comparado a homens (trans e cis) e/ou pessoas brancas, você percebe que a afirmação da identidade gótica ocorre por meio da aparência?” e como respostas, obtive que uma pessoa nega “*não, pelo menos, não sempre*”, enquanto 23 participantes afirmaram que sim.

Só precisa ser branco e usar preto, já é considerado gótico.

Sim, já falaram que eu não sou gótica por não estar montada, e que só consideram se você sempre estar arrumada.

Com certeza, ocorre muitos casos de transfobia com homens trans góticos, muitos são invalidados e o preconceito vem mais forte ainda quando são negros, cito aqui um caso de um influenciador homem trans e negro que sofreu uma onda de hate por postar um simples vídeo no tom de humor, muitas pessoas não concordaram e ao invés de terem um conversa civilizada atacaram a aparência dele.

Sim!!!!Se você não é um padrão, não vai ser aceito com facilidade!

Sim, justamente por conta do padrão gótico pálido e de cabelo extremamente liso, além do próprio vestuário.

É possível notar que todas percebem que isso ocorre, apontando que pessoas brancas têm maior facilidade em serem aceitas como góticas, apenas pela cor da pele, enquanto pessoas negras precisam de mais esforços na aparência, ao mesmo tempo que podem ser mais atacadas por conta do visual.

Nessa seção, já é possível notar como a representação de pessoas negras é escassa na subcultura gótica, havendo poucas referências e discursos como “pessoas negras não podem ser góticas” acaba persistindo ao longo dos anos.

7.2.4. Seção 5: Raças e etnias na Subcultura Gótica

A seção 5 do questionário foi destinada a perguntas sobre raça e etnia na subcultura gótica, possuindo três perguntas abertas.

A primeira pergunta é: “Você já presenciou/reproduziu crenças limitantes ou preconceituosas na subcultura gótica sobre raça e etnia (como afirmações de que pessoas não-brancas não poderiam ser góticas apenas por causa de sua raça ou etnia)? Relate como foi essa experiência”. Há 18 pessoas que afirmaram ter presenciado, sofrido ou reproduzido exclusão, discursos e ataques racistas, e percepções negativas da negritude. Esses comentários constantemente reproduzidos, tanto na *internet* quanto presencialmente, causaram a associação do *ser gótico* ao, necessariamente, *ser branco*, com a afirmação de que a estética não combinava com o tom de pele negra. Além disso, a região em que a pessoa mora também pode influenciar nas crenças limitantes.

Sim, uma vez me falaram que eu tinha um estilo gótico e uma “amiga” branca disse que não, porque não existia gótico preto.

[...] há apenas 8 anos uso black power pois antes disso alisava o cabelo pois achava que assim seria melhor aceita como gótica”.

Sim! Que para ser gótico era preciso a palidez e que o cabelo crespo não combinava.

Já vi pessoas dizendo na internet que a pessoa não parecia gótica por ser negra.

Sim. Passei muito tempo achando e vendo outras pessoas acharem que para ser gótica era necessário ser “uma gostosa branca”.

Já recebi hate por ser nordestina e ser gótica.

Já presenciei e já sofri racismo na cena.

Por algum tempo na minha cabeça infelizmente reproduzi muito que pessoas negras/pardas não poderiam ser góticas simplesmente pelo tom de pele e cabelos com diversas curvaturas. Consegui mudar esse pensamento através de algumas influenciadoras que tive o prazer de conhecer [...].

Das 24 participantes, cinco afirmaram que nunca presenciaram ou reproduziram falas e crenças preconceituosas. Sendo que uma alegou que, “*Não. Na verdade foi um baque pra mim ver que uma cultura que se diz abrangente, a maior parte das pessoas são racistas e não andam de acordo com a ideologia*”. Além disso, uma única pessoa não negou porém, relatou que “*Onde resido não existe preconceito pois a subcultura inexistente. Mas é só observar os ig's [Instagram], que geralmente são de mulheres jovens, brancas e magras*”. Embora as falas neguem o testemunho presencial ou a reprodução, é possível notar certa contradição, no qual há a percepção de discursos que iam contra a subcultura, como de que góticos são/devem ser livres de qualquer preconceito, ou a exclusão de corpos negros no Instagram.

Embora exista racismo por parte dos próprios integrantes da subcultura, é necessário considerar o racismo algorítmico. Os *algoritmos* podem ser conceituados como “[...] procedimentos codificados que, com base em cálculos específicos, transformam dados em resultados desejados” (Gillespie, 2018, p. 97), por meio do armazenamento e leitura de dados, bem como, a execução de procedimentos matemáticos que geram novas informações. Dessa forma, “Os algoritmos criam visibilidade, exclusões e rebaixamentos a partir das categorizações e essas escolhas contribuem para estabelecer, confirmar e reproduzir certos padrões” (Gomes, 2023, p. 566), podendo reproduzir e perpetuar violências interseccionais já presentes nos banco de dados, perpetuando a marginalização de grupos sociais socialmente inferiorizados, como racismo, sexismo e misoginia, dando ênfase a corpos padrões (brancos, cisgêneros, heterossexuais, entre outros) e valores e costumes eurocêntricos.

Como muitos dos discursos chegam pela *internet*, sendo ela muito influente na participação na subcultura pelas participantes (conforme analisado na seção 3), há maior impulsionamento de pessoas góticas padrão, em detrimento das racializadas. Apesar disso, é importante reforçar que as próprias pessoas atacam e perseguem as outras, seja presencialmente ou não, porém, é inegável que as próprias plataformas podem impulsionar e facilitar as violências raciais e étnicas.

A segunda pergunta da seção é “Você já vivenciou/presenciou situações onde pessoas receberam tratamentos diferentes, apenas com base em sua raça e/ou etnia? Se sim, conte como foi e como se sentiu?” e como respostas, 19 pessoas afirmaram positivamente, ocorrendo tanto em ambientes presenciais como virtuais. Porém, dois relatos apontam que os casos vieram de pessoas da família ou faculdade; e sete não especificam se ocorreram dentro ou fora da subcultura. Assim, 10 respostas abordaram a subcultura gótica:

Sim, me senti impotente, vejo como algo tão enraizado que não vejo mais saída. Já fiquei mais esperançosa com a nova geração mas infelizmente há traços de conservadorismo dentro da subcultura que essa geração não está dando a devida atenção.

Sim! É notória a autoridade que pessoas brancas na subcultura recebem independente do conhecimento que possuem de música, literatura, filme e etc. Há hoje em dia grandes influenciadores pretos conseguindo se destacar mas seus números não são tão expressivos perto de pessoas com a “skin gótica ideal”.

Já falaram que meu cabelo precisava ser penteado e que ficava melhor alisado, e uma grande problemática é sempre acharem que góticas tem cabelo preto e liso.

Sim, eu e meus amigos fomos a um evento gótico e o segurança do evento ficava o tempo todo olhando pro para meu amigo negro, e ele não parou de implicar até olhar o que tinha da bolsa dele.

Muitas pessoas me disseram que não existia gótico negro! Então eu me escondia na cena do metal! Porém eu odiava!! Claro que me senti muito mal!

Sim, davam muito mais atenção a uma gótica branca do que a mim, sempre quase me deixavam de lado (só tinha eu de parda).

Sim, foi péssimo. Estão deturpando o cenário gótico a favor deles.

Putz, claro, sempre. Eu moro numa cidade pequena, as pessoas falam, debocham do meu visual. Mas não é como se eu fosse a única pessoa alt [alternativa] na cidade, tem várias meninas e mulheres brancas se não do gótico, do metal aqui e não vejo esse alvoroço quando elas passam. Eu tenho certeza que se eu fosse branca isso não rolaria da mesma forma, o incomum é eu ser uma gótica preta.

É observável que o fato de ser uma pessoa negra e gótica implica em violências raciais, ridicularização e até o isolamento. Conforme apontam Laura Guimarães Corrêa e Mayra Bernardes (2019), o *fenômeno do Negro Único* aborda a baixa representação de pessoas negras em grandes veículos midiáticos, sendo poucas (ou as mesmas) destinadas a poucos lugares. As autoras abordam sobre o corpo negro enxergado como deslocado, suspeito.

Ocupar esse lugar, ao mesmo tempo de exposição e de invisibilidade, traz consequências e efeitos coletivos (positivos e negativos) e também de ordem pessoal: “Ser um corpo feminino negro ‘deslocado’ em instituições brancas tem custos emocionais e psicológicos para a portadora dessa diferença” (Mirza, 2017, p. 40, tradução nossa). A mulher negra traz a marca visível, no corpo, de não ser universal: nem homem, nem branco. [...] é gratificante

estar onde está, mas que esse é também um lugar solitário: “Sou a única negra do rolê”, completa (Corrêa, Bernardes, 2019, p. 213).

Embora existam brechas e escapes, principalmente por meio das redes sociais, pelos relatos, foi abordado a importância de influenciadoras digitais negras e góticas, ao mesmo tempo que essas plataformas podem reproduzir racismo e outras violências interseccionais, e os usuários podem utilizá-las para perseguir e violentar. Assim, em ambientes presenciais ou virtuais, há a pouca presença de pessoas negras, sendo elas constantemente excluídas e vistas como intrusas na subcultura gótica. No caso do jovem negro gótico sendo perseguido e revistado no evento, é possível notar como o estereótipo do homem negro violento ainda persiste, sendo marginalizados e sofrendo violências estatais (Hall, 2016; Corrêa, Bernardes, 2019).

Por fim, a última resposta traz um relato de transfobia, no qual a participante diz que “*Quando frequentei o banheiro estava montada, mais foi papo de transfobia mesmo, só que eu ouvi, ‘não vou entrar no banheiro com aquilo ali dentro’*”, sendo possível observar uma violência interseccional, tanto de gênero, quanto de raça, mas que o visual gótico também pode ter influenciado no discurso de ódio.

A última pergunta da seção é: “Diante da possibilidade de ter vivenciado/presenciado discriminação racial por parte de participantes da subcultura gótica, quais foram seus métodos para enfrentar e lidar com essas violências?”. Uma pessoa não respondeu. Sete participantes afirmaram ter reagido e/ou denunciado, tanto na *internet* (recebendo apoio de influenciadoras negras e góticas), como no ambiente presencial e na polícia.

Nos unimos e batemos de frente com racistas/homofóbicos/assediadores e transfóbicos muitas vezes. Já deu caso de polícia mas infelizmente não adianta.

Por algum tempo eu tentei brigar, mas isso não teve grande resultado. Atualmente, além de continuar ocupando os espaços, eu tento chamar atenção para essas questões.

Republiquei nos stories, minhas respostas contra isso.

Seis pessoas alegaram nunca ter presenciado ou vivenciado discriminações, seja por não frequentar locais presenciais ou não ter convivência com outras pessoas góticas, embora uma delas alega que já ouviu relatos de brigas em um bar devido a isso. Quatro participantes alegaram não se importar, para evitar ter que lidar com conflitos nessas situações, ou apenas

para não ser definida por isso. Já seis pessoas alegaram ter se afastado de pessoas com atitudes assim, embora muitas alegam continuar a participar da subcultura gótica.

Me cercar de pessoas pretas e góticas como eu, mudar o ciclo.

Tem um pessoalzinho se infiltrando na subcultura q defende ideais neoliberais e nazl [nazista ou neonazista] como a de q o movimento surgiu na europa então só pessoas brancas podem ser góticas. Desses eu quero distância, eu lido bloqueando mesmo, apagando da minha realidade e esquecendo da existência.

Entendi que não eram meus amigos e me afastei, por muito tempo me senti muito sozinha mas vejo que foi uma boa decisão. Hoje mantenho só os amigos que realmente me respeitam e filtro muito bem quem deixo se aproximar de mim.

Na época me calei por ser muito nova mas no meu caso resisti, continuando a estar na subcultura e ocupando os espaços.

Atitudes como essa permitem a permanência na subcultura, ao buscar mais relacionamentos com outras pessoas negras, bloqueando nas redes sociais e cortando laços com pessoas com atitudes racistas.

Dessa forma, por mais que pessoas negras ainda se identifiquem e participem da subcultura gótica, ainda são vistas como *corpos estranhos*, sendo destinados a poucos locais e únicos, sendo violadas por meio de estereótipos e imagens de controle, e podendo sofrer violências racistas. Se distanciar dessas pessoas que cometem essas violências é uma forma de permanecer na subcultura.

7.2.5. Seção 6: Gêneros na Subcultura Gótica

A seção 6 do questionário foi destinada a perguntas sobre gêneros na subcultura gótica, possuindo quatro perguntas abertas.

A primeira seria: “Você já ouviu/reproduziu crenças limitantes ou preconceituosas na subcultura gótica sobre gênero (como de que mulheres não poderiam gostar/saber verdadeiramente sobre a subcultura gótica)? Relate como foi essa experiência”. Dentre as 24 participantes, 13 pessoas afirmaram que não, inclusive a mulher trans. Já 10 relataram que sim, afirmando que há o sexismo, ao afirmar como as mulheres góticas deveriam ser, que elas não seriam capazes de participar plenamente da subcultura (como compreender seus valores

se interessar em adquirir conhecimentos), que mulheres estão na subcultura apenas pela estética ou para agradar os homens, a necessidade de provar que gostava dos produtos culturais da subcultura ou que era “*escura demais para ser gótica*”. Entretanto, esse é um problema não destinado apenas entre pessoas góticas, sendo que a cena alternativa como um todo, sendo os gêneros musicais *rock*, *metal* e *heavy metal* mais presentes nos relatos. O pouco contato com homens é uma forma de se proteger do sexismo, misoginia e transfobia.

Ah sim, mas felizmente pouco. Eu me cerco de mulheres e homens da subcultura que valorizam as manas e que são bem esclarecidos e desconstruídos a respeito de gênero. Teve fala sexista ou transfóbica, eu pico minha mula.

Já sim. Uma vez um cara que se denominava gótico disse que homens têm muito mais conhecimento dentro da subcultura e mulheres eram mais pra parte “estética e sensual”.

Sim, infelizmente ainda temos que provar que gostamos de determinada coisa e no meu caso não foi diferente, por diversas vezes tive que “provar” que ouvia determinada banda etc.

A segunda pergunta é: “Você já vivenciou/presenciou situações onde pessoas receberam tratamentos diferentes, apenas com base em seu gênero? Se sim, conte como foi e como se sentiu?”. Assim, uma pessoa não respondeu; uma pessoa respondeu de forma indireta e muito abrangente, não indicando uma vivência. Nove pessoas responderam não ter vivenciado/presenciado violências de gênero (inclusive a mulher trans). Por fim, 13 pessoas afirmaram já ter sofrido, sendo a deslegitimação dos conhecimentos acerca da subcultura gótica ser um dos principais casos, bem como o assédio.

Sim, já duvidaram que eu gostava de uma banda da blusa que eu usava, e disse que mulher não sabe sobre rock.

Sim, minhas amigas e eu fomos assediadas muitas vezes por seguranças de eventos só por estarmos usando o visual gótico, me sinto muito mal e enjoada nesse tipo de situação por conta do nervosismo e medo de tentar me defender/defendê-las e ser agredida ou não acreditarem em mim e nelas.

Já, com várias meninas trans. me senti revoltada e chateada.

Constantemente. Exclusão, assédio e julgamentos constantes fazem parte e me deixam sempre desconfortável.

Sim, mas o mais frequente mesmo é sobre minha cor de pele. É o que me atinge mais, realmente, tanto que nem me recordo muito dessas vezes com detalhes, mas teve uma que foi marcante. Foi sobre eu pedir uma bebida num bar alternativo e a pessoa atender todos os homens primeiro

(ignorando solenemente que eu havia pedido primeiro) e só depois, de má vontade, trazer o meu pedido. Eu estava distraída esperando, mas tive um estalo e notei que praticamente só haviam homens nesse bar. Sabe quando vem a percepção e você olha ao redor? Nunca mais voltei lá. Locais que não são amigáveis com público feminino ou minimamente igualitários de gênero eu fujo longe.

É notável que, mulheres negras góticas, assim como as brancas, têm seus conhecimentos deslegitimados com base em seu gênero. Entretanto, as góticas negras já se sentiram mais impactadas quando perguntadas especificamente sobre a raça do que sobre o gênero. É possível acionar os termos *misogynoir* e *transmisogynoir* (Bailey, 2010; Bailey, Trudy, 2018), para observar o quão as interseccionalidades de raça e gênero ocorrem na prática, interligadas de maneira que muitas mulheres negras e góticas não perceberam violências de gênero de maneira isolada da raça.

Da mesma forma, o *noir* em *misogynoir* não é simplesmente um adjetivo que denota ódio às mulheres negras por serem mulheres; em vez disso, ele indica? comportamentos ou situações em que o racismo e o patriarcado antinegros estão ideologicamente emaranhados e expressos em conjuntos interseccionais de poder estrutural (Noble, Palmer, 2022, p. 230).

A terceira pergunta destinada ao grupo foi: “Diante da possibilidade de ter vivenciado/presenciado discriminação de gênero por parte de participantes da subcultura gótica, quais foram seus métodos para enfrentar e lidar com essas situações e violências?” Como resultados: três pessoas não responderam; uma respondeu indiretamente, de forma abrangente, não indicando uma vivência; sete pessoas nunca vivenciaram, sendo que a mesma mulher trans se enquadra, porém, alega que revidaria dialogando ou agredindo; e 13 pessoas vivenciaram. Dentre as que vivenciaram, o afastamento, bloqueio, diálogo, discussões/agressões verbais, ignorar a pessoa, fazer denúncias e expor o caso na *internet*.

Apontei ao homem que estava falando como era problemática essa fala e que não há espaço pra isso na subcultura.

Tentamos denunciar mas infelizmente a justiça não faz nada.

novamente, não ligando. Em alguns momentos achei necessário agir com agressividade, mas hoje em dia procuro não perder meu tempo com isso.

Diferente dos casos de racismo, havia menos ações que buscassem entrar em conflito com a/o agressor(a). O gênero da pessoa agressora pode ser um motivador para a reação ou não da vítima, ao mesmo tempo que as denúncias de assédio não costumam surtir efeito.

Por fim, a última pergunta é: “Você já vivenciou/presenciou casos de assédio sexual por parte de participantes da subcultura gótica? Se sentir confortável, conte como foi e como você passou a enfrentar e lidar com situações como essas”. Nove pessoas negaram ter vivenciado casos de assédio sexual. Já, 15 participantes afirmaram que sofreram. Os relatos falam sobre a fetichização e objetificação do corpo da mulher gótica pelos homens.

Sim. Infelizmente, somos hipersexualizadas. Alguns só nos procuram por sexo. Passei a bloquear.

Sim! Muitas vezes mulheres são assediadas em espaços como festas por frequentadores que levam como consentimento a roupa que estão usando.

Sim, inclusive é o motivo de eu não me sentir confortável com roupas curtas. Muitas mulheres acabam sendo hipersexualizadas pelas roupas que gostam de usar e alguns idiotas tomam a liberdade de passar a mão.

Sim, vivo vendo comentários como “gotica rabuda” e outros que sexualizam muito as mulheres góticas e colocando-as como objeto sexual.

Sim. Homens, em sua maioria cis, acham que mulheres góticas existem para satisfazer seus fetiches e frequentam os ambientes da subcultura para nos assediar.

O tempo todo!!!! Parece que as pessoas pensam que somos objetos!

Sim. Eu já fui assediada na internet por homens sem noção fazendo comentários escrotos e me chamando por apelidos, como: “gótica rabuda”, “meu sonho ficar com uma gótica”, e outros comentários bem desagradáveis que prefiro não escrever aqui.

O assédio é constante porque a figura da gótica é fetichizada. Então, sempre aparecem homens dando em cima, tentando tocar, pedindo para ser submissos... Quando ocorre online, eu simplesmente ignoro. Mas, quando acontece pessoalmente, eu tento fazer a pessoa parar. Se não der certo, eu denuncio para as pessoas ao redor.

É importante apontar sobre a importância da ideologia da feminilidade (Davis, 2016; Collins, 2019; hooks, 2023) para a subcultura gótica, no qual Dunja Brill (2008) a aponta como um *culto à feminilidade*, pois valoriza o que foi socialmente construído como feminino e branco, como a maior expressão de sentimentos e do sofrimento, maquiagem, vestidos, saias, acessórios, pintura das unhas, entre outros elementos, valorizando a autoexpressão que se materializa também por meio da aparência.

É notável que o visual, ou vertentes góticas que buscam explorar a sensualidade, são vistas com certo fetiche por parte de homens cisgênero e heteros. A hiperfeminilidade, que

seria o exagero ao usar elementos socialmente construídos como femininos, embora possa ser algo socialmente imposto às mulheres da subcultura para serem consideradas atraentes, pode ser uma forma de empoderamento, proteção, autoexpressão, liberdade e resistência de mulheres ao ideal de feminilidade patriarcal, por não corresponder completamente à cultura hegemônica e pelos elementos terem significados diferentes. “As mulheres góticas certamente enfrentam problemas sexualizados por causa de seu estilo [...]. No entanto, muitos deles vivenciam seu estilo como algo que os torna intocáveis para os homens convencionais, apesar de convidar o olhar masculino voyeurista” (Brill, 2008, p. 63, tradução minha¹²⁹). Utilizar roupas sexualmente assertivas pode ser entendida como algo poderoso e assustador, efeito que não é causado pela feminilidade convencional, mas também, como algo de fetiche por pessoas de dentro e fora da subcultura. Assim, entra-se em um novo paradoxo:

Assim, embora eu tenha argumentado anteriormente que a hiperfeminilidade gótica se conforma, em muitos aspectos, às normas convencionais de atratividade e sensualidade feminina, o excesso intencional dessas normas através de modos de vestir hiperssexualmente complica o quadro, fazendo com que as práticas de estilo das mulheres góticas oscilem entre a conformidade e o excesso transgressor (*idem*, p. 66, tradução minha¹³⁰).

Da mesma forma, a imagem da mulher negra no contexto brasileiro é constantemente objetificada e sexualizada, sendo associada à *mulata*, no qual mostra que as investidas de homens em busca de sexo sem compromisso e sem afetividade as impactam, sendo sexualizadas tanto pela raça, gênero e por serem góticas. Porém, como muitas das participantes alegaram serem gordas e possuírem cabelos crespos, características socialmente inferiorizadas, podem acabar sendo dessexualizadas, como nos casos da mãe preta e da doméstica, enxergadas como figuras de cuidado e trabalho (Gonzalez, 2020).

Olhando especificamente para o relato da mulher trans negra: “*Meu corpo é visto como algo liberal para qualquer um cometer qualquer atrocidade, como disse não há pessoas da subcultura expostas na cidade ou devido grupo assim*”. Assim, ela percebe e sente a opressão e o assédio por parte de qualquer pessoa, seja ela da subcultura gótica ou não. A interseccionalidade e a *transmisogynor* são conceitos que buscam ir contra o apagamento de

¹²⁹ No original: Goth women certainly do get sexualised hassle because of their style (...). However, many of them experience their style as somehow making them untouchable for conventional men, despite inviting the voyeuristic male gaze.

¹³⁰ No original: So while I have argued before that Gothic hyperfemininity does in many respects conform to conventional norms of female attractiveness and sexiness, the wilful exceeding of these norms through hypersexy modes of dress complicates the picture, making Goth women's style practices oscillate between conformity and transgressive excess.

mulheres transgênero e travestis negras ao propor um olhar para as categorias de raça e gênero de maneira interligada e correlacionadas, sendo fundamentais para entender as violências únicas que esse grupo social sofre tanto presencialmente, quanto *online*, além de reconhecer e trazer visibilidade para suas experiências únicas (Bailey, 2010; Bailey, Trudy, 2018; Noble, Palmer, 2022).

Ao observar as vivências de mulheres transgênero e travestis, há toda uma marginalização e patologização colonial marcadas por estereótipos que as relacionam com a aberração, monstruosidade, histeria, perversidade, sujeira, imoralidade, dentre outras características degradantes, provocando a transfobia que se materializa com “[...] violências, violações, extrema vulnerabilidade social, exclusões, silenciamentos epistêmicos, pagamentos simbólicos e extermínios” (Demétrio, Bensusan, 2019, p. 117). Considerando que o Brasil é o país que em mais se assassina pessoas trans e travestis, ao mesmo tempo que é o maior consumidor de pornografia com a presença trans e travesti, é possível notar a abjeção, a objetificação e sexualização em relação a esses corpos (ENSP, 2024¹³¹). Portanto, é possível observar a negação de direitos, abandono social e estatal e, extermínio, já que a colonialidade do poder condenou raça, gênero, sexualidade, dentre outras identidades para além do homem cisgênero, branco, europeu, heterossexual, monogâmico, dentre outras características hegemônicas (Quijano, 1989; Lugones, 2020; Oyěwùmí, 2020).

7.2.6. Seção 7: Percepções e criações de comunidade sobre a Subcultura Gótica

A última do questionário, foi destinada a perguntas sobre percepções e criações de comunidade na subcultura gótica, possuindo quatro perguntas abertas.

A primeira pergunta é: “Em espaços presenciais e/ou virtuais dedicados à subcultura gótica, como você se sente ao não perceber diversidade de pessoas e corpos? E ao contrário, como você se sente ao perceber a diversidade de pessoas e corpos?” seis pessoas apontaram apenas a falta de diversidade, sendo algo que causa tristeza, falta de pertencimento, falta de visibilidade na subcultura e, por fim, exclusão.

Oito participantes expressaram apenas contentamento em ver diversidade, mas que ela ocorre, principalmente, quando a pessoa buscava por ela, não sendo algo muito espontâneo da

¹³¹ “É preciso repensar lógica cis e heteronormativa do SUS”; confira debate sobre saúde trans promovido pela ENSP. ENSP. Disponível em: <https://www.encurta.ac/NwOXp>. Acesso em: 9 set. 2024.

própria subcultura como um todo. Ao encontrar esses espaços com maior diversidade de corpos, há maior pertencimento e conforto. Um relato menciona a estranheza em encontrar outras pessoas como ela na subcultura.

Confesso que os lugares que frequento são muito diversos, e isso é incrível, a sensação de acolhimento e pertencimento é bem reconfortante.

Procuro sempre seguir pessoas com perfil parecido com o meu para não me frustrar e sempre indico as lojas influenciadoras pretas gordas as marcando.

Virtualmente, fico feliz em ver muitas das minhas por aí, por mais difícil que seja.

Acho ótimo! Principalmente em ver mulheres trans ou cis, pretas, pardas e LGBTQ! É extremamente mais confortável

Eu estranho quando há diversidades. Felizmente os grupos virtuais que eu frequento há bastante pessoas diferentes, acho muito legal, principalmente de grupos com minorias mais extremas como mulheres negras de pele retinta.

Dez pessoas relataram ambas as percepções, sendo que há o desconforto, exclusão e não pertencimento em ambientes sem diversidade, sendo esse um motivo para abandonar o local, seja virtual ou presencial. Ao mesmo tempo, há maior conforto, inclusão, sensação de pertencimento e inspiração em ambientes com diversidade de pessoas.

Me sinto uma intrusa. Geralmente sou a única preta gorda de black power no local, então receber olhares é meio que rotineiro. Por outro lado, geralmente, quando há outros semelhantes no local fico mais confortável.

Hoje em dia percebo uma diversidade de pessoas na subcultura. Não é muito, mas existe, e isso faz com que eu me sinta pertencida. Consigo achar inspiração nessas pessoas.

Fico muito decepcionada quando não percebo diversidade, seja ela qual for. Essa limitação na internet é horrível. Quando vejo alguém parecido comigo me sinto mais incluída.

Não me assusta não ver diversidade na cena, mas sempre que eu vejo, eu me sinto realmente feliz.

Assim, mulheres negras e góticas se sentem como corpos estranhos/intrusos nos ambientes destinados à subcultura gótica, pois há pouca presença de outras pessoas negras, sendo esse um motivo para se afastar de ambientes sem diversidade.

A próxima pergunta é: “Você conheceu, de forma presencial ou virtual, pessoas que te inspiraram a enfrentar e/ou lidar com violências raciais e/ou de gêneros? Caso sim, de que

forma te inspiram? Caso não, quais são as atitudes de participantes da subcultura gótica diante de violências raciais que te desmotivam?” Uma pessoa não respondeu; uma afirmou que não conhecia pessoas que lutavam contra o preconceito e violências interseccionais na subcultura gótica; uma disse que, por ser de outra geração, sofria *bullying* por ser preta e gorda, não tendo modelos para se inspirar no início; oito pessoas afirmaram que se inspiraram em outras mulheres negras, não especificando se eram pessoas que têm vínculos ou se conheciam na *internet*. Dentre as oito, há afirmações de que aprenderam com as outras pessoas negras a denunciar as violências que sofreram, bem como, a permanecerem na subcultura, embora haja relatos do cansaço diante de ter que sempre enfrentar essas violências. Ignorar também é uma forma de resistir, frequentar e permanecer nesses locais, bem como, mudar seus próprios preconceitos. Conversas com outras mulheres negras e góticas ajudam no processo de acolhimento e enfrentamento.

Sim. Me inspiram a ser independente e frequentar ambientes em que me sinto bem mesmo que nele hajam pessoas que não me enxerguem como igual. Aprendi a não interagir tanto e curtir mais minha própria companhia.

Me inspiram a ser melhor e a não ter mais os preconceitos que tinha antes.

Sim, me motivam, mas maioria são pessoas já cansadas como eu que simplesmente mandam ao orifício e que conversam sobre situações que passaram. Partilhar a dor e ser compreendida me faz entender que não estou sozinha.

Sim, conheci outras mulheres pretas da subcultura gótica e com muita conversa nos acolhemos.

Dez mulheres apontaram a *internet* como principal forma de enfrentar as violências interseccionais e permanecer na subcultura gótica. Influenciadoras góticas, alternativas em geral, ou negras, as inspiram tanto esteticamente, quanto na militância e luta contra opressões.

Algumas pessoas tratam essa violência como se fosse piada, ou pior, como se fosse algo necessário ou justificável (“ah, mas não existe gótica de tal jeito. O que você estava esperando?”). Assim, acho muito importante a presença dessa leva de influencers que adotam o estilo mesmo não sendo o padrão, pois além de criar um espaço seguro para identificam, essas pessoas compartilham muitas experiências e conselhos sobre como lidar com essas situações chatas.

Virtualmente. [...] Eu tenho como referência a MC Taya, a Rubia Nosferotika e Nátaly Neri (essa última não é gótica, mas me auxiliou bastante), entre outras que não me recordo mas que fizeram e ainda fazem parte da minha

jornada, num geral, pra enxergar o meu valor e a minha beleza como mulher preta.

Acompanho várias influenciadoras brasileiras que são pretas e não abrem mão da sua ancestralidade por conta da sub [subcultura], e sempre me inspiram a ser gótica apesar de tudo.

Sim, me fazem querer ser quem sou independentemente de qualquer maneira, assim como a nebulosa do Maranhão, que me representa muito, como mulher negra, nordestina e gótica.

Sim, conheci a subcultura por meio de duas youtubers, uma mulher negra e outra parda, [que] me inspiraram muito a estar na subcultura e ser o que eu quiser [...].

Portanto, é notável o quão as redes sociais, como Instagram e YouTube, são meios fundamentais para a *autovalorização*, enfrentamento, permanência na subcultura gótica, assim como, a criação de comunidade de apoio e *empoderamento*, sendo essas plataformas digitais que permitem maior interação e contato com pessoas com realidades semelhantes (Collins, 2016, 2019).

Na pergunta: “Qual é a sua percepção de diversidade de pessoas e corpos, tanto em espaços físicos quanto presenciais, em espaços dedicados à subcultura gótica, tais como, festas, *blogs*, lojas, livros, filmes, entre outros?”, duas pessoas expressaram apenas contentamento ao perceber a diversidade de pessoas, sendo que uma percebe nos eventos e outra encontra ao buscar e participar desses locais. Dez apontaram que há, porém em quantidade e locais muito limitados, sendo que ambientes presenciais, como festas, redes sociais e *blogs* há mais diversidade do que filmes, livros, entre outras mídias consideradas tradicionais. Já outras expõem o contrário, que há mais presença na *internet* e não em ambientes físicos. De qualquer forma, a diversidade ainda é recente e pouca, conforme apontam alguns participantes.

Em festas, blogs acho diversidades em maior quantidade. Mas filmes, livros e coisas do tipo, não.

Acho que a diversidade tem aumentado muito nos meios digitais, especialmente nos últimos anos. Porém, ela ainda é bem limitada nos meios físicos.

No cenário underground é bem diverso, já nas grandes mídias é muito ruim, quase nenhuma.

Em festas (que muitas vezes são em grandes centros) ainda é um pouco difícil ver uma grande diversidade.

Em eventos eu encontro bastante pessoas que, assim como eu, são pardas e góticas, mas na internet eu não vejo as pessoas mostrando isso. Infelizmente devido a geografia e preço, a maior parte dos frequentadores são de pessoas brancas, magras, classe média. As lojas de uns anos para cá têm tido mais diversidade.

[A] diversidade depende do local no qual frequento. Quando se trata de lugares mais para o centro de São Paulo, consigo ver só pessoas brancas. Em filmes, a mesma coisa.

Essa baixa representação mostra a falta de representatividade tanto em ambientes físicos quanto virtuais, impedindo até mesmo a identificação com a subcultura, conforme relata uma participante: “A maioria são brancos. Demorei 22 anos para perceber que meninas como eu também podem ser góticas e isso me conforta [...]”. Há 11 relatos nos quais ocorre a afirmação de que não há ou que a presença é muito rara.

Sempre pessoas magras e na maioria brancas.

Sinto falta de diversidade de corpos em diversos ambientes, não somente de pessoas pretas mas PNE [Pessoa com Necessidades Especiais] também afinal somos potenciais consumidores.

Não consigo me lembrar de pessoas negras, gordas e mais velhas nessas representações.

Que há um discurso muito forte sobre diversidade mas que não é colocado em prática.

No relato da mulher trans, especificamente, ela não se sentiu à vontade para ir em um *show* em sua cidade, embora tenha reconhecido que compareceram pessoas diversas.

A última pergunta da seção e do formulário é: “Você consegue citar ações coletivas e individuais para solicitar maior diversidade de pessoas e corpos em produtos culturais dedicados à subcultura gótica, como filmes, livros, séries, vídeos, entre outros?”, na qual: 11 pessoas afirmaram que não conseguiam citar, sendo que uma delas pontuou que “A internet é uma grande aliada, mas falta organização e visibilidade. E quem tem alguma visibilidade costuma não realizar nenhuma movimentação útil para a comunidade ”; uma pessoa não respondeu; 12 pessoas disseram que sim. A *internet* foi apontada como potencial para campanhas de conscientização, bem como ações coletivas, realizadas pelas próprias pessoas

negras, para reivindicar por representatividade. “*Talvez ações partindo de pessoas negras para que outras pessoas negras se sintam à vontade para participar, pois à frente das ações só encontramos pessoas brancas que jamais entenderam a necessidade da representatividade e o impacto que a falta dela nos causa*”. Produtos culturais atuais também foram citados, sejam eles voltados ou não para a subcultura gótica, independentes ou de grande circulação e investimentos.

A série “Entrevista com o Vampiro” me encantou trazendo negros como principais e estou ansiosa por ‘O Corvo’, onde parece que o par romântico de Eric será uma mulher preta. “Sandman”, da Netflix, foi uma grata surpresa apesar dos quadrinhos já trazerem essa diversidade.

Os livros góticos atuais têm tido bastante diversidade. Cito aqui os livros do escritor gótico: Piter Salvatore. Lá tem muitos personagens Lgbtqa+ e diversidade de pessoas de cor, gênero e corpos diferentes um do outro, e tudo é citado de forma boa e respeitosa.

Não tenho visto tanto, não voltado pra subcultura gótica em específico, mas num geral mesmo. Estamos sempre pedindo por diversidade e boas retrações. Talvez o último caso que eu lembre foi da série “Sandman”, na caracterização da personagem Desespero, que é uma mulher com obesidade mórbida nas revistas em quadrinhos, e chamaram uma atriz gorda menor para interpretar. Eu acho que eles foram covardes de não chamar uma pessoa gorda maior para o papel e ainda deixaram o visual da personagem muito clean quando o que ela evoca em suas ilustrações nas HQs é angústia de olhar, desconforto.

Segundo Patricia Hill Collins (2019), para que mulheres negras consigam desenvolver a *autodenominação e autoavaliação* de forma coletiva, são necessários espaços seguros, geralmente locais restritos, onde é possível expressar seu discurso com outras mulheres negras, sem perigo de sofrer violências interseccionais e promover o empoderamento, por meio da autodefinição, formando espaços privilegiados para resistir a objetificação. Esse local de escuta ativa valoriza a importância dessas vozes, criando relacionamentos fundamentais para o grupo, promovendo o empoderamento, a criação e a execução de projetos que buscam a justiça social.

Segundo Djamila Ribeiro (2018), o termo *empoderamento* sofreu certo esvaziamento ao ser cooptado pela perspectiva individualista/autocentrada do liberalismo. No feminismo negro, o termo é utilizado como forma de reivindicações por mudanças sociais individuais e coletivas, visando a equidade por meio de ações coletivas.

[...] o empoderamento diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva antirracista, antielitista e antissexista, por meio das mudanças das instituições sociais e das consciências individuais. [...] necessário criar estratégias de empoderamento no cotidiano e em nossas experiências habituais no sentido de reivindicar nosso direito à humanidade (*idem*, p. 136).

Assim, é notável que a falta de representatividade e visibilidade para pessoas não-hegemônicas também são um desafio na subcultura gótica, sendo imposto o discurso que as mulheres góticas (cis, trans ou travestis) não poderiam participar devido ao seu fenótipo.

8. Considerações Finais

O trabalho buscou realizar um estudo sobre a misoginia e o racismo na subcultura gótica brasileira, a partir da coleta e análise de relatos de mulheres negras góticas, no YouTube e em um formulário anônimo. Para essa análise, foram realizadas pesquisas e discussões teóricas para compreender os conceitos fundamentais relacionados à investigação. Raça e interseccionalidades foram conceitos muito importantes para compreender sobre culturas, porque é possível reconhecer as opressões e exclusões sociais que pessoas racializadas foram e ainda são submetidas e como são impactadas por ela, seja em estereótipos em grandes mídias ou exclusões.

As relações sociais pautadas no colonialismo deixaram profundas marcas visíveis e invisíveis. Mesmo com o fim da escravidão, a hierarquia racial, ou pigmentocracia/colorismo, permaneceu, sendo o embranquecimento do fenótipo, atitudes que permitiam pessoas racializadas receberem menos opressões e se aproximar mais da boa aparência exigida, pois quanto mais fenótipo negro, mais exclusões sociais ocorrerão. A ideologia da branquitude foi propagada e reforçada por meio de produtos culturais, que marginalizam pessoas negras, estabelecendo estereótipos e imagens de controle que limitavam pessoas negras a poucos locais, geralmente subservientes e explorados. Essas representações buscam apontar a diferença e, até mesmo, fetichizar a imagem de pessoas negras, as colocando como o Outro não-branco. Também é perceptível que as representações de mulheres negras não estão de acordo com a *ideologia da feminilidade* e da *maternidade*.

Esses fatores raciais e de gênero acabam influenciando como se dá a interação de mulheres negras góticas na subcultura, sofrendo exclusões nela e na cultura hegemônica, e sendo sexualizadas e objetificadas em ambas. A subcultura gótica, foco da pesquisa, tem grande apreço por elementos socialmente construídos como femininos e pela hiperfeminilidade. Apesar da valorização do feminino, que geralmente é alvo de misoginia e sexismo, há uma opressão interseccional pois, embora todas as pessoas participantes sejam cobradas a ter a aparência próxima a do gótico ideal, apenas às mulheres (cisgênero, transgênero e travestis) são cobradas a performar a hiperfeminilidade. Nos vídeos e respostas do formulário, é observado o preterimento e exclusão de góticas negras, que muitas vezes se viam como corpos estranhos e até, triplamente sexualizada, por ser gótica, mulher e negra, ou até mesmo, completamente desumanizada, por ser transgênero.

Como forma de subverter violências interseccionais e valorizar a negritude, a influência digital por meio de plataformas de redes sociais, como Instagram e YouTube, ajudaram na maior presença de pessoas negras, criando mais espaços de interação, visibilidade e compartilhamento de experiências. Nos casos de Rubia (*Nosferotika*) e Cibele (*Fases da Bruxa*), desde a década de 2010, as duas participam ativamente das redes sociais para trazer dicas de beleza, roupas e conteúdos voltados para a subcultura gótica. Suas influências geram mais diversidade para a subcultura gótica e inspiraram a entrada e permanência de outras pessoas negras na subcultura gótica, seja ela presencial ou virtual. Ambas as influenciadoras revelam sobre a perseguição, principalmente nas redes sociais, com discursos que as desencorajam a participar da subcultura e produzir conteúdos voltados a pessoas góticas. Como mulheres, eram objetificadas e vistas como fúteis por produzir conteúdos que englobam beleza e desencorajadas a falar sobre a subcultura. Quanto à raça, as duas percebem que o visual gótico é mais aceito quando usado por pessoas brancas, sendo as mulheres negras invisibilizadas, excluídas e punidas por participarem.

No canal *Nosferotika*, Rubia aborda o quão está cansada de ser cobrada para se posicionar diante de casos de racismo, ao mesmo tempo que é hostilizada e perseguida quando se manifesta. A mesma reconhece suas opressões e privilégios, por ser uma mulher cisgênero, negra de pele clara, cabelos alisados e magra (apesar de não ter o corpo extremamente magro, idealizado na subcultura), mas que abordar sobre raça e gênero é muito desgastante e cansativo, já que pessoas brancas não estão dispostas a serem antirracistas, sendo um assunto que a comove em seu vídeo. Os discursos de ódio e perseguição não sofrem repressão ou são enxergados como um problema na subcultura gótica, diferente dos conteúdos voltados para a beleza feminina. Esse relato mostra o quão discursos racistas e misóginos ainda se fazem presentes na sociedade como um todo, e na subcultura, por mais que ela tenha o ideal de ser livre de preconceitos e ser um ambiente em que as pessoas podem se autoexpressar livremente.

No canal *Fases da Bruxa*, Cibele sempre abordou sobre raça, falando do apagamento e invisibilização de pessoas negras na subcultura gótica. Embora reconheça as opressões interseccionais, ela possui um discurso mais normativo, ao dizer que para ser *gótico de verdade* é necessário não ter preconceito algum, taxando pessoas opressoras como *posers*. Seu discurso normativo também aparece mais fortemente quando Cibele aborda sobre machismo na subcultura, colocando pessoas góticas como *lords* e *ladies*, que deveriam ser românticas.

Não performar o romantismo ou expressar sua sexualidade de forma mais incisiva e liberal não deveria ser consideradas góticas. Ao mesmo tempo, enfatiza que deve haver respeito entre as pessoas independente do seu visual/vertente gótica. Embora o discurso seja ambíguo, é perceptível a idealização e busca de uma utopia da subcultura gótica, mas também, a reivindicação por mudanças sociais e comportamentais.

Para ir além dos relatos de apenas duas góticas negras e abranger mais vivências e realidades, a aplicação de um formulário anônimo e *online* se mostrou pertinente para a pesquisa. Como resultados, é perceptível, nas 24 respostas obtidas, que a participação de mulheres negras góticas se dá principalmente em ambientes privados, como *internet*, grupos de amigos e consumindo produtos culturais, identificando que a participação na subcultura deveria ser política de esquerda, voltada para a autoidentificação e autoexpressão. Apesar disso, o grupo aponta que existe muita pressão estética para se encaixarem em um padrão eurocêntrico, sexualizado e objetificado, nos qual a maioria das participantes já tentaram se enquadrar, além de haver pouca visibilidade para a diversidade de pessoas. A diversidade em produtos culturais é apontada como um fenômeno recente e raro, mas que discursos e atitudes opressivas contra pessoas não-hegemônicas continuam existindo, sendo que há um forte discurso preconceituoso por parte de outras pessoas góticas, exclusão, invisibilização e a sensação de falsa inclusão, no qual as lojas voltadas para o público apenas engloba o discurso, não havendo mudanças estruturais visíveis e abrangentes. Os preços altos, falta de peças que englobam corpos com tamanhos diversos e que não sejam sensuais, poucas inspirações para penteados e maquiagens, e julgamento de outras pessoas góticas acerca da compra em *fast fashions* foram apontados como dificuldades em consumir produtos estéticos da subcultura, mas que o DIY foi e ainda é uma solução subcultural para isso.

A necessidade de autoafirmação é algo que é presente e nem todas sentem necessário, ou que mudaram suas percepções ao longo do tempo. Porém, a afirmação por meio da aparência, quando comparadas à pessoas brancas, sempre está presente. Pessoas negras são invalidadas e são “expulsas” da subcultura devido a sua raça. A maioria das participantes afirmaram que já sofreram e/ou presenciaram violências, opressões e imposição de estereótipos raciais em ambientes virtuais e presenciais, sendo algo que as choca devido à baixa representatividade em uma subcultura que se propõe ser livre de preconceitos. Quantos os métodos de enfrentamento, houve a denúncia em redes sociais e na polícia, discussões verbais, bloquear as pessoas nas redes sociais e se privar de frequentar certos locais.

Quando abordamos sobre gênero, cerca de metade das entrevistadas afirmaram não ter ouvido, reproduzido e/ou presenciado crenças misóginas e/ou sexistas na subcultura gótica, enquanto a outra metade apresentou discursos semelhantes aos de Rubia (*Nosferotika*) e Cibele (*Fases da Bruxa*), no qual não poderiam ser góticas por serem negras, serem consideradas fúteis, além de serem triplamente objetificadas e sexualizadas na subcultura gótica, por serem mulheres, negras e góticas. Para lidar com essas violências, bem como nos casos de racismo, havia a denúncia na *internet* e polícia, bloqueio, privação de frequentar determinados locais, discussões verbais, mas também, o diálogo. O assédio sexual também se mostrou presente em pouco mais da metade das participantes, no qual a sexualização, fetichização e objetificação dos seus corpos por pessoas de dentro e fora da subcultura foi um dos principais motivos apresentados.

É perceptível que olhar para a categoria de gênero dissociado de raça, se mostrou menos eficiente, já que metade das mulheres foram menos impactadas por gênero, embora reconheçam a sexualização de seus corpos. Por isso, os conceitos de *misogynoir* e *transmisogynoir* (Bailey, 2010; Bailey, Trudy, 2018) se mostram fundamentais para compreender como essas categorias ocorrem no cotidiano de góticas negras, pois elas são mais impactadas pela raça e, ao falar de raça, abordam sobre gênero, como mencionarem a figura da gótica branca padrão/ideal, para tratar de suas próprias vivências como góticas negras. Muitas mulheres mencionam a discussão e agressão verbal como métodos de enfrentamento para o racismo, enquanto o diálogo é mencionado para o enfrentamento à misoginia e sexismo, mostrando o cansaço em relação ao racismo, assim como no caso de Rubia (*Nosferotika*). Isso pode ocorrer também, pela falta de legislações que punem a misoginia e o sexismo, sendo a criminalização da importunação sexual algo recente (em 2018, pela Lei nº 13.718¹³²); enquanto o racismo e a injúria racial, embora ocorram diariamente nos últimos cinco séculos, é criminalizado (embora nem sempre seja de forma efetiva) e vem sendo combatido, principalmente por pessoas negras, seja pela valorização da negritude, busca pela justiça social e igualdade racial, e movimentos de descolonização e contra-colonização.

¹³² Importunação Sexual. Disponível em:

<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/importunacao-sexual#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2013.718%2C%20que%20entrou,cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20artigo%20215%2DA>. Acesso em 13 nov. 2024.

Portanto, é necessário dar voz e analisar atentamente as vivências de mulheres negras góticas, para compreender como os estereótipos (tanto de pessoas negras quanto de góticas) e imagens de controle as impactam, quais sensações geram e como elas lidam com opressões e violências interseccionais. Assim, será possível não só enxergar essas opressões, como também, nomeá-las, produzir dados quantitativos e qualitativos, pensar e promover modos de combate efetivos e punitivos para pessoas que cometem essas violências, bem como, continuar reivindicando por representatividade e visibilidade para pessoas diversas.

Por ser um objeto muito rico, complexo e longo, o tempo do mestrado se mostrou um desafio para explorar certos aspectos com riqueza de detalhes, ocorrendo muitas limitações. Embora, na banca de qualificação tenhamos discutido sobre hibridismo, não foi possível olhar para o contexto latino-americano, explorando as influências e modificações da subcultura gótica fora do Reino Unido, ou da subcultura gótica em outros países do continente. O mesmo se deu quanto à performance que, embora seja muito importante, não foi possível explorar de forma aprofundada. Entretanto, com a minha aprovação no doutorado, em seleção do PPGCOM-UFMG, pretendo dar continuidade aos estudos da subcultura gótica, agora focando em relações afetivo-sexuais de góticas negras brasileiras.

Como aprendizados, produzir a dissertação, além de frequentar as aulas do PPGCOM-UFMG, me proporcionou grandes conhecimentos e experiências como pesquisadora. Quando ingressei na universidade, de fato, não sabia o que era uma pós-graduação e, por ter focado no mercado de trabalho – embora eu planejasse seguir a carreira acadêmica conforme fui descobrindo essa possibilidade –, não tinha muitos conhecimentos sobre metodologia, método científico ou produção acadêmica. O mestrado foi um momento de descobrimento e dedicação a profissão de pesquisadora, que tanto aprecio e desejo permanecer. Assim, entre 2023 e 2024, anos do mestrado, consegui ter incontáveis conversas com discentes e docentes que me ajudaram a refletir sobre minha pesquisa e formação como pesquisadora, mas também, me fez desenvolver autoconfiança e autonomia em meu trabalho. Esse trabalho é uma materialização de todos os aprendizados que tive.

Em síntese, estudar a subcultura gótica com um olhar interseccional e atual, contribui para o conhecimento acadêmico na área da Comunicação Social, vinculada à linha de pesquisa em Processos Comunicativos e Práticas Sociais, porque possibilita construir conhecimentos sobre um fenômeno singular, que impacta diretamente um grupo social, e que é criado e mantido por meio de processos de interação, com a criação, reprodução e

disseminação de ideologias, modos de vestir, comportamentos e linguagens muito características. A pesquisa ouviu e buscou analisar mulheres (cisgênero, transgênero e travestis), negras (pretas e pardas), góticas e brasileiras sendo um movimento importante em busca da *autodefinição* e da *autoavaliação* desse público, além da busca por mudanças sociais.

9. Referências Bibliográficas

- AKOTIRENE, K. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, B. M. A luta das sufragistas. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 42-54.
- AMARAL, A. “Children of the dark in a tropical country”: Media archeology of Brazilian goth subculture and its transformations 1. *In*: **Brazilian Youth: global trends and local perspectives**. Routledge, 2019. p. 141-155. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21219>. Acesso em 12 dez. 2024.
- _____; BARBOSA, C; POLIVANOV, B. Subculturas, re(a)apresentação e autoironia em sites de rede social: o caso da fanpage “Gótica Desanimada” no Facebook. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**, Juiz de Fora: PPGCOM UFJF, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21219>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- ANDERSON, Chris. **A Cauda Longa**: Do mercado de massa para o mercado de nicho. Tradução: Afonso Celso da Cunha Serra. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- BAILEY, M. They Aren’t Talking About Me. **Crunk Feminist Collective Blog**, 14 mar. 2010.. Disponível em: <https://www.crunkfeministcollective.com/2010/03/14/they-arent-talking-about-me/>. Acesso em: 28 out. 2024.
- _____; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. **Feminist Media Studies**, v. 18, n. 4, p. 762-768. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14680777.2018.1447395>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2024.
- BANAJI, S. “Cultura do Cancelamento” e silenciamento histórico. Tradução: Lucianna Furtado. *In*: CORRÊA, L. G, FERNANDERS, P. M, MOURA, M. A, FURTADO, L, BERNARDES, M. (org.). **Vozes Negras em Comunicação II**: Interseções, diálogos e caminhos. Belo Horizonte: Autêntica, v. 1, 2024, p. 93-106.
- BISPO, A. B. S. **Colonização, quilombos**: modos e significações. Brasília, INCTI/ UNB, 2015.
- BORGES, C. N. A nova comunicação e o advento dos digital influencers: pesquisa realizada sobre blogueiras de moda. **Anais Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**, XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2016/resumos/R51-0350-1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.
- BORRELLI-PERSSON, L. Blitz Kid Stephen Linard’s 1980 NeoGothic Collection Anticipated “Heavenly Bodies” by 38 Years. **Vogue**, 4 mai. 2024. Disponível em: <https://www.vogue.com/article/met-gala-stephen-linard-neon-gothic-collection-1980>. Acesso em: 10

dez. 2024.

BRILL, Dunja. **Goth culture: gender, sexuality and style**. Oxford: Berg, 2008.

CAETANO, S. M. A dança não para (do outro lado da lua): o circuito de festas góticas como elemento fundamental da cena gótica da cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, G. C, et al. (org.). **Entrelinhas das culturas e das territorialidades**. Rio de Janeiro: PPCULT/UFF, 2024. p. 31-48. Disponível em: https://www.ppecultuff.com/_files/ugd/bba3f8_89655f4fb262470a9650a48308facd05.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

_____. Indumentária, pertencimento e diferenciação: o papel das roupas na construção de uma identidade coletiva gótica. **Revista Ensaios**, v. 16, jan-jun, 2020, p. 176-192.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. 1a ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

CARRERA, F. **Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação**. E-Compós, v. 24, 2021.

CEVASCO, M. E. Um plano de trabalho: “Culture is ordinary”. In: _____. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Tradução: Juliana de Castro Galvão. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan-abr, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2023.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CONTRERA, X. I. L. **O desterro dos naturais da terra: Escrita, cotidiano, profecias e revolta na expulsão dos mouriscos de Espanha (1492-1614)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI:10.11606/T.8.2018.tde-06112018-100836.

COY, E. **Unboxing Goth: The Work Of Subcultural Reproduction And Commodification**. 2021. Thesis (Master of Arts, Human Communication Studies): California State University, Fullerton, California, 2021. Disponível em: <https://scholarworks.calstate.edu/concern/theses/6h441114x>. Acesso em: 12 dez. 2024.

CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

CROWE, N; HOSKINS, K. Researching Transgression: Ana as a Youth Subculture in the Age of

Digital Ethnography. **Societies**, Basel: MDPI, 2019, v. 9, n. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc9030053>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, D. Sobre o Circuito de Festas e a Noção de Cena: Reflexões Sobre um Trabalho Etnográfico com os Góticos em São Paulo. **Revista de Ciências Sociais da UNESP**, São Paulo: UNESP, n. 21, p. 229-240, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8726>. Acesso em: 12 dez. 2024.

Dia Internacional da Mulher: 8 de Março. Disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/dia-internacional-da-mulher-8-de-marco>. Acesso em: 28 out. 2024.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 22-40.

FIGUEIREDO, A. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *In*: HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 274-297.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução: L. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FRANÇA, V. V; GONÇALVES, M; MIRANDA, F; OLIVEIRA, L. Cultura. *In*: FRANÇA, V. V; MARTINS, B. G; MENDES, A. M. (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): trajetória, conceitos e pesquisas em comunicação**. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2015, p. 216-222. E-Book.

GOFFMAN, K. JOY, D. **Contracultura através dos tempos**: do mito de Prometeu à cultura digital. Tradução: Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 249-396.

GOODLAD, L; BIBBY, M. Introduction. *In*: GOODLAD, L; BIBBY, M (Org.). **Goth: Undead subculture**. London: Duke University Press, 2007, p.1-37.

GOMES, A. M. de S. G. AESTHETICS GIRLS: uma abordagem interseccional nas culturas juvenis contemporâneas através do Pinterest. **Anais Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**, 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Univali, 2024 Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/17/100820240003186704a0f6942a3.pdf. Acesso em: 13 dez. 2024.

_____. Sexismo e racismo algorítmico: um olhar interseccional sobre o neomaterialismo através do Midjourney. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 30, n. fluxo contínuo, 2024. DOI: [10.35699/2965-6931.2023.47587](https://doi.org/10.35699/2965-6931.2023.47587). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/47587>. Acesso em: 13 dez. 2024.

GOMES, V. R; NUNES, C; SANTIAGO, L. Do Pretuguês Tecnológico à Blogagem Coletiva: A reconstrução de um caminhar tecnológico diante da virtualização da vida. *In*: BARROS, T. N; SILVA, T. (Org.) **Griots e Tecnologias Digitais**. Brasília: LiteraRua, 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, P. The Kids are Alright! Culturas juvenis entre a Guerilla, o estilo e a (re)Existência. In: GUERRA, P; LEITE, J. (Org.). **The Kids are Alright!** Catalog. Porto: Universidade do Porto, 2022.

_____. Under-Connected: Youth Subcultures, Resistance and Sociability in the Internet Age. In: Gildart, K., et al. *Hebdige and Subculture in the Twenty-First Century*. **Palgrave Studies in the History of Subcultures and Popular Music**, Londres: Palgrave Macmillan, Cham, 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-030-28475-6_10. Acesso em: 12 dez. 2024.

GUIMARÃES-CORRÊA, L. Interseccionalidade: um desafio para os Estudos Culturais na década de 2020. Tradução: Luís Henrique Sacchi dos Santos, Lodenir Becker Karnopp, Maria Lúcia Castagna Wortmann. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; KARNOPP, Lodenir Becker; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **O que são estudos culturais hoje?** Diferentes praticantes retomam a pergunta do International Journal of Cultural Studies. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p.123-141. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/253452>. Acesso em: 30 jun. 2023.

_____. Four concepts to think from the South. **International Journal of Cultural Studies**, v. 27, n. 2, p. 143–154, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13678779231218395>. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____; BERNARDES, M. “Quem tem um não tem nenhum”: solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia brasileira. In: CORRÊA, L. G. (org.). **Vozes Negras em Comunicação**: Mídia, racismos, resistências. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2019, p. 203-220.

_____; SILVEIRA, F. J. N. da. Representação. In: FRANÇA, V. V; MARTINS, B. G; MENDES, A. M (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS)**: trajetória, conceitos e pesquisas em comunicação. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2015, p. 208-215. E-Book.

GUIMARÃES-SILVA, P. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco**: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

GUNN, J. Dark Admissions: Gothic Subculture and the Ambivalence of Misogyny and Resistance. In: GOODLAD, L; BIBBY, M (Org.). **Goth**: Undead subculture. London: Duke University Press, 2007, p. 41-64.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio - Apicuri, 2016, p. 189-210.

_____. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco, 2003.

_____; CLARKE, J; JEFFERSON, T; ROBERTS, B. **Resistance through Rituals**: youth subcultures in post-war Britain. 2ª ed. Abingdon: Routledge, 2006.

HEBDIGE, Dick. **Subculture**: The meaning of style. London: Methuen, 1979.

HOOKS, b. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. *In*: HOOKS, b. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019a, p. 182-204.

_____. **E eu não sou uma mulher?:** Mulheres negras e feminismo. 14ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

JENKINS, Henry. **Cultura de Convergência**. Tradução: Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

_____; FORD, S; GREEN, J. **Spreadable media**: creating value and meaning in a networked culture. Nova Iorque e Londres: New York University Press, 2012.

JENKS, C. **Subculture**: The Fragmentation of the Social. Londres: SAGE Publications, 2005.

KARHAWI, I. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. São Paulo: **Revista Comunicare da Faculdade Cásper Líbero**, v. 17, p. 46-61, 2017. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/sites/5/2020/12/comunicare17-especial.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

KIPPER, A. H. **A KIPPER, A. H. A happy house in a black planet**: introdução à subcultura gótica – Volume 2. São Paulo: Ed. do autor, 2018.

_____. **A happy house in a black planet**: introdução à subcultura gótica. 2º ed. São Paulo: Ed. do autor, 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje**: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 58-93.

MBEMBE, Achille. Decolonizing Knowledge and the Question of the Archive. *Wits Institute For Social and Economic Research (WiSER)*, 2015. Disponível em: <https://wiser.wits.ac.za/content/achille-mbembe-decolonizing-knowledge-and-question-archive-12054>. Acesso em: 3 set. 2024.

_____. Necropolítica. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais EBA UFRJ**, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MCROBBIE, A. **Postmodernism and Popular Culture**. Londres: Routledge, 1994.

MENDES, A. M; SILVEIRA, F. J. N; TAVARES, F. M. Identidade. *In*: FRANÇA, V. V; MARTINS, B. G; MENDES, A. M. (Org.). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS)**: trajetória, conceitos e pesquisas em comunicação. Belo Horizonte: PPGCom UFMG, 2015, p. 148-157. E-Book.

MILANI, V. P. A contracultura e seus conflitos: a vanguarda e o pop no rock dos anos 1960. **Revista de História e Estudos Culturais**, São Paulo: UNESP, 2023, v. 20, n. 1, 2023, p. 61-80. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/1190>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MILLS, C.W. **O contrato racial**. 1 ed. Zahar, 2022.

MOMBAÇA, J. Não vão nos matar agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**-PENESB-RJ, 5 nov. 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-ra-ca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NOBLE, D.; PALMER, L. A. Misogynoir: Anti-Blackness, Patriarchy, and Refusing the Wrongness of Black Women. **The Palgrave Handbook of Critical Race and Gender**, p. 227-245, 2022.

Neo-Gothic Style. **Marc Maison**, [s.d.]. Disponível em: https://www.marcmaison.com/architectural-antiques-resources/neo_gothic_style. Acesso em: 11 dez. 2024.

O Conservadorismo Estrutural no Underground e seu Ódio contra as Mulheres Alternativas. **Gothic Station**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gothicstation.com.br/post-unico/o-conservadorismo-estrutural-no-underground-e-seu-%C3%B3dio-contra-as-mulheres-alternativas>. Acesso em: 12 dez. 2024.

O que é gaslighting: você não está ficando maluca, nem é coisa da sua cabeça. **Brasil de Fato**, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/23/o-que-e-gaslighting-voce-nao-esta-ficando-maluca-nem-e-coisa-da-sua-cabeca>. Acesso em: 19 dez. 2024.

O'MALLEY, R. L; HOLT, K; HOLT, T. J. An Exploration of the Involuntary Celibate (Incel) Subculture Online. **Journal of Interpersonal Violence**, Londres: SAGE, 2022, v. 37. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0886260520959625>.

OYĚWÙMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 94-108.

PILAR, O. Resistência, imagens de controle e representatividade. In: GUIMARÃES-SILVA, P. (org.). **Orientação afirmativa: interseccionalidade e comunicação**. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFMG, 2021. v. 1, cap. 3, p. 51-66.

QUIJANO, A. Colonialidad Y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**. v. 13, n. 29, 1992, p. 11-20.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, C. FREITAS, V. G. As vozes de mulheres negras em três tempos. In: CORRÊA, L. G. (org.). **Vozes Negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, v.1, 2019, p. 75-92.

SANT, A. V. Família de George Floyd pede reforma policial nos EUA, quatro anos após a morte. **CNN**, 25 mai. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/familia-de-george-floyd-pede-reforma-policial-nos-eua-quatro-anos-apos-a-morte/>. Acesso em 3 jul. 2024.

SANTOS, Y. S. **Racismo brasileiro**: uma história da formação do país. São Paulo: Todavia, 2022.

SILVA, A. A. C. **O sensível (não) partilhado: a violência poética e política da (ir)representação do negro em Hollywood**. Tese (Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, A. B. do N. Impacto do colorismo no feminismo negro do Brasil. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v.4, n.2, 2018. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/749>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, D. K. M. Construção e Desconstrução da Identidade Parda como Identidade Negra em Narrativas das Redes Sociais Digitais. **Anais Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**, 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, PUC-Minas, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202322535564dd7db3255c9.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

TERRA, C. Do broadcast ao socialcast: apontamentos sobre a cauda longa da influência digital, os microinfluenciadores. São Paulo: **Revista Comunicare da Faculdade Cásper Líbero**, v. 17, p.86-101, 2017. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/sites/5/2020/12/comunicare17-especial.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

THOMÉ, L. Contracultura: o conceito, sua história e seus problemas. **Anais XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS: Ensino, direitos e democracia**, Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: https://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1476382682_ARQUIVO_Contracultura.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

THORNTON, Sarah. Club cultures. Music, media and subcultural capital. Cambridge: Polity Press, 1995, p.12-30.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 22 nov. 2023.

UZUNOGLU, E; MISCI KIP, S. Brand communication through digital influencers: Leveraging blogger engagement. **International Journal of Information Management**, v. 34, n. 5, p. 592-602, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401214000450>. Acesso em: 12 dez. 2024.

WERMUTH, M. Â. D, MARCHT, L. M, MELLO, L. de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista De Direito Da Cidade**, v. 12, n. 2, 2020, p. 1053-1083. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/49790>. Acesso em: 4 ago. 2024.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2024.

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar, de forma voluntária, anônima e *online*, da pesquisa “Racismo e misoginia na subcultura gótica: uma análise a partir de vivências de mulheres negras”.

O trabalho tem como objetivo principal investigar *se e como* o racismo e a misoginia ocorrem na subcultura gótica, como afetam as participantes, quais são/foram os mecanismos para o enfrentamento a essas violências, e se há mobilização para a criação de espaços seguros e de diversidade de pessoas e corpos.

Para isso, será feita a aplicação de um questionário *online* e anônimo para coletar relatos de mulheres (cis, trans e travestis) negras, maiores de 18 anos, que participam ou já participaram da subcultura gótica.

Caso autorize o uso dos dados coletados neste questionário, eles serão tratados com sigilos, pelas pesquisadoras envolvidas, e serão utilizados apenas nesta pesquisa. De acordo com a CNS 466/2012, o sigilo deve ser garantido. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins.

O material coletado neste questionário ficará arquivado com as pesquisadoras responsáveis por, no máximo, 5 (cinco) anos, em computador pessoal (ou outro dispositivo equivalente), e em nuvem, na conta do Google vinculada a este formulário. Após este período, os dados serão destruídos.

Nenhuma informação que permita identificar pessoas que respondam ao questionário será disponibilizada nesta pesquisa e em textos que resultem dela. Ou seja, todas as respostas serão anônimas. Nenhum dado como nome e e-mail será solicitado na pesquisa.

A participação neste estudo envolve os seguintes riscos, de mínima e/ou baixa intensidade: embaraço, constrangimento e/ou desconforto devido à natureza das perguntas. Para minimizar esses riscos, é garantida a sua liberdade para pausar ou encerrar sua participação a qualquer momento, basta interromper o preenchimento do formulário. Você poderá pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade. Em caso de danos a(o) participante da pesquisa poderá solicitar indenização conforme a Resolução nº 466.

Você, como pessoa voluntária, pode recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem qualquer penalização ou prejuízo ao tratamento a que está sendo submetido nesta instituição.

Somente os formulários completos e enviados, após respondidas todas as questões, serão considerados.

O questionário contém 8 (oito) seções, com o total de 28 (vinte e oito) perguntas, que deverão ser respondidas nos respectivos campos. Utilize o tempo que precisar para cada uma delas. O tempo médio de resposta de todo o questionário é de 10 a 30 minutos.

Você não terá qualquer tipo de despesa e não receberá qualquer tipo de remuneração para participar desta pesquisa. A sua participação contribuirá para ao campo da Comunicação Social, no âmbito dos estudos de Processos Comunicativos e Práticas Sociais, de forma a proporcionar um maior conhecimento sobre violências raciais e de gênero, bem como formas de enfrentamento.

É proibida a captação e o uso de qualquer pergunta e relato presente neste questionário.

É garantido, em qualquer etapa, o acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resoluções nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Se você preferir não participar da pesquisa, basta fechar esta página. Nenhuma informação será coletada sem o seu consentimento e a sua desistência não acarretará qualquer prejuízo e/ou dano. Você também pode retirar o presente consentimento em qualquer fase da pesquisa sem nenhuma penalização.

Recomendamos que você faça o download do documento; nele estão os dados da equipe responsável pela pesquisa para que você possa fazer contato caso tenha alguma dúvida no futuro.

Caso tenha dúvidas adicionais, você poderá solicitar outras informações, através do e-mail amandamaria.amsg@gmail.com, antes ou após o preenchimento do formulário.

Responsáveis pela pesquisa:

Amanda Maria de Sobral Gomes (mestranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais)

E-mail: amandamaria.amsg@gmail.com

Laura Guimarães Corrêa (profa. dra. orientadora)

E-mail: guimaraes.laura@gmail.com

Em caso de dúvidas de aspecto ético, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:

Av. Presidente Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. Campus Pampulha. Belo Horizonte, MG – Brasil. CEP: 31270-901.

E-mail: coep@prpq.ufmg.br.

Telefone: (031) 3409-4592.

Horário de atendimento: das 09h às 11h / das 14h às 16h.

- Obtive as informações claras e precisas referentes à pesquisa, bem como os meios de solicitar informações adicionais.
- Sei que posso solicitar outras informações e desistir da minha participação a qualquer momento.
- Concordo que minhas respostas sejam utilizadas nesta pesquisa e em pesquisas posteriores relacionadas a ela, desde que mantido sigilo sobre a minha identidade.
- Declaro ter mais de 18 anos.
- Concordo em participar desta pesquisa.

Belo Horizonte, ___ de _____ de 2024

Amanda Maria de Sobral Gomes
amandamaria.amsg@gmail.com

Apêndice B – Questionário da pesquisa

Seção 1: Apresentação do TCLE disponível no Apêndice A.

Seção 2: Perfil Social

Nessa seção, será feita a identificação racial, de gênero, faixa etária e salarial, região em que mora e escolaridade.

1. Qual é a sua declaração étnico-racial?

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Negra/Parda
- Negra/Preta
- Outros...

2. Com qual gênero você se identifica?

- Agênero
- Homem cis
- Homem trans
- Mulher cis
- Mulher trans
- Não-binário
- Pangênero
- Travesti
- Outros...

3. Qual é a sua faixa etária?

- 18 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos

- 50 a 59 anos
- 60 a 69 anos
- 70 a 79 anos
- 90 a 99 anos
- 100 ou mais

4. Qual estado você reside?

- Acre (AC)
- Alagoas (AL)
- Amapá (AP)
- Amazonas (AM)
- Bahia (BA)
- Ceará (CE)
- Distrito Federal (DF)
- Espírito Santo (ES)
- Goiás (GO)
- Maranhão (MA)
- Mato Grosso (MT)
- Mato Grosso do Sul (MS)
- Minas Gerais (MG)
- Pará (PA)
- Paraíba (PB)
- Paraná (PR)
- Pernambuco (PE)
- Piauí (PI)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Rio Grande do Norte (RN)
- Rio Grande do Sul (RS)
- Rondônia (RO)
- Roraima (RR)

- Santa Catarina (SC)
- São Paulo (SP)
- Sergipe (SE)
- Tocantins (TO)

5. Qual é a sua renda familiar per capita (em reais)?

- Até 900
- Entre 900 e 1.350
- Entre 1.350 e 1.800
- Entre 1.801 e 2.600
- Entre 2.601 e 4.000
- Acima de 4.001

6. Qual é a sua escolaridade?

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-graduação Incompleta
- Pós-graduação Completa

Seção 3: **Participação na Subcultura Gótica**

Nessa seção, serão feitas perguntas de múltipla escolha e abertas para colher relatos sobre a participação na subcultura gótica.

7. Há quanto tempo participa/participou da subcultura gótica?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos

- 5 a 10 anos
- 11 a 15 anos
- 15 a 20 anos
- 21 anos ou mais

8. De que forma você participa/participou da subcultura?

- Internet*
- Festas
- Grupos de amigos (presencial e/ou virtual)
- Shows*
- Consumindo produtos culturais (música, filmes, livros, jogos, vídeos, entre outros)
- Outros...

9. Para você, o que é necessário para ser considerada uma pessoa gótica?

Seção 4: **Identidade e aparência na subcultura gótica**

Nessa seção, serão feitas perguntas com o objetivo de colher relatos acerca de identidade e aparência na subcultura gótica.

10. Para você, existe/é imposto um padrão considerado "o gótico ideal"?
11. Diante dos produtos culturais feitos por e para participantes das subcultura gótica, como filmes, músicas, livros, você percebe diversidade de pessoas?
12. As imagens/representações em produtos culturais góticos já te causaram algum impacto? Positivo ou negativo?
13. Você já utilizou de algum recurso para mudar/adaptar sua aparência para ser considerada uma pessoa "mais gótica" (como procedimentos estéticos, maquiagem ou edições em fotos)?
14. Na subcultura gótica (tanto em meios virtuais quanto presenciais), você percebe preconceitos de raça e/ou de gênero? Se sim, de que forma o preconceito ocorre (é uma violência física, exclusão, se dá principalmente pela internet...)?

15. Quanto ao visual gótico, você sente dificuldades e/ou facilidades ao consumir produtos como itens de vestuário, maquiagem, produtos para cabelos/penteados, entre outros?
16. Você sente a necessidade de se reafirmar uma pessoa gótica por meio de sua aparência?
17. Quando comparado a homens (trans e cis) e/ou pessoas brancas, você percebe que a afirmação da identidade gótica ocorre por meio da aparência?

Seção 5: **Raças e etnias na subcultura gótica**

Nessa seção, serão feitas perguntas abertas com o objetivo de colher relatos acerca das **experiências de raça** na subcultura gótica.

18. Você já presenciou/reproduziu **crenças limitantes ou preconceituosas na subcultura gótica sobre raça e etnia** (como afirmações de que pessoas não-brancas não poderiam ser gótica apenas por causa de sua raça ou etnia)? Relate como foi essa experiência.
19. Você já vivenciou/presenciou situações onde pessoas **receberam tratamentos diferentes, apenas com base em sua raça e/ou etnia**? Se sim, conte como foi e como se sentiu?
20. Diante da possibilidade de ter vivenciado/presenciado **discriminação racial** por parte de participantes da subcultura gótica, **quais foram seus métodos para enfrentar e lidar com essas violências**?

Seção 6: **Gêneros na subcultura gótica**

Nessa seção, serão feitas perguntas com o objetivo de colher relatos acerca da **experiências de gênero** na subcultura gótica.

21. Você já ouviu/reproduziu **crenças limitantes ou preconceituosas na subcultura gótica sobre gênero** (como de que mulheres não poderiam gostar/saber verdadeiramente sobre a subcultura gótica)? Relate como foi essa experiência.
22. Você já vivenciou/presenciou situações onde pessoas **receberam tratamentos diferentes, apenas com base em seu gênero**? Se sim, conte como foi e como se sentiu?

23. Diante da possibilidade de ter vivenciado/presenciado **discriminação de gênero** por parte de participantes da subcultura gótica, **quais foram seus métodos para enfrentar e lidar com essas situações e violências?**
24. Você já vivenciou/presenciou casos de **assédio sexual** por parte de participantes da subcultura gótica? Se sentir confortável, conte como foi e como você passou a enfrentar e lidar com situações como essas.

Seção 7: **Percepções e criações de comunidade sobre a subcultura gótica**

Na última seção, serão colhidos relatos a cerca de **percepção de diversidade e criação de comunidades diversas.**

25. Em espaços presenciais e/ou virtuais dedicados a subcultura gótica, **como você se sente ao não perceber diversidade de pessoas e corpos?** E ao contrário, **como você se sente ao perceber diversidade de pessoas e corpos?**
26. Você conheceu, de forma presencial ou virtual, **pessoas que te inspiraram a enfrentar e/ou lidar com violências raciais e/ou de gêneros?** Caso sim, de que forma te inspiraram? Caso não, quais são as atitudes de participantes da subcultura gótica diante de violências raciais que te desmotivam?
27. **Qual é a sua percepção de diversidade de pessoas e corpos**, tanto em espaços físicos quanto presenciais, **em espaços dedicados a subcultura gótica**, tais como, festas, blogs, lojas, livros, filmes, entre outros?
28. Você consegue citar **ações coletivas e individuais** para **solicitar** maior diversidade de pessoas e corpos em produtos culturais dedicados a subcultura gótica, como filmes, livros, séries, vídeos, entre outros?

Seção 8: **Obrigada pela participação!**

Ao enviar este formulário, **todas as suas respostas serão enviadas e**, posteriormente, **analisadas** pelas responsáveis pela pesquisa, não sendo mais possível fazer mudanças em seus relatos.

Agradecemos imensamente a disponibilidade e interesse em participar do estudo!

Sinta-se a vontade para **compartilhar o formulário** para pessoas que se encaixam no perfil para que a pesquisa fique ainda mais rica!

Os resultados da pesquisa serão compartilhados, primeiramente, na defesa da dissertação, com **previsão** para ocorrer no segundo semestre de 2024 e início de 2025.

A defesa será aberta ao público geral, presencial e online, e a dissertação será disponibilizada de maneira gratuita pelo site do Programa de Pós-Graduação da UFMG <http://www.ppgcom.fafich.ufmg.br/>

Qualquer dúvida, entre em contato pelo **e-mail amandamaria.amsg@gmail.com** para solicitar informações adicionais.